



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Geilson Saraiva

**A Formação política do militante da base social do MST na Escola Nacional  
Florestan Fernandes- ENFF. (2001-2011)**

São Gonçalo

2013

Geilson Saraiva

**A Formação política do militante da base social do MST na Escola Nacional Florestan  
Fernandes- ENFF. (2001-2011)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de

Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof.º Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S243 Saraiva, Geilson.

TESE A formação política do militante da base social do MST na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (2001-2011) / Geilson Saraiva. – 2013.

227f.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Teses. 2. Socialismo. 3. Marxismo e educação. I. Almeida, Gelsom Rozentino de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

**CDU 332.021.8**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Geilson Saraiva

**A Formação política do militante da base social do MST na Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF. (2001-2011)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 28 de Fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof. Prof.º Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores

---

Profª. Drª. Catia Antônia da Silva

Faculdade de Formação de Professores

---

Profº. Drº Paulo Roberto Rapozo Alentejano

Faculdade de Formação de Professores

---

Profº. Drº Marcelo Badaró Mattos

Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2013

**DEDICATÓRIA**



Dedico ao meu pai Sr. Gerônimo Nazareno Saraiva (in memoriam), que muito se orgulharia por este mestrado e a minha mãe Maria da Conceição Tavares Saraiva sem eles nada seria possível, dedico a Louise e Andrey, e a todos marxistas autênticos que se sacrificam na luta por dias melhores com seriedade e não tem medo de fazer parte dos derrotados. Vergonha hoje consiste em fazer parte dos vencedores que aí estão.

### **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Gelson Rozentino de Almeida por ter aceitado orientar-me nesta dissertação, pela sua paciência comigo e por respeitar minhas convicções. Agradeço a secretária Andréia pela sua atenciosidade a respeito dos assuntos burocráticos cotidianos, A Rejane Amaral pelo apoio na formatação. A minha amiga Tânia pelos 12 anos de companheirismo acadêmico os quais em alguns graves momentos freou meu ímpeto de defesa marxista mais virulento e me acompanha nas injustiças recebidas do mundo burguês preconceituoso em ação nas universidades. Ao amigo Paulo por sua amizade sincera e aos colegas de curso. Aos professores Paulo Alentejano pelas dicas na qualificação e suas observações na banca de defesa, a professora Cátia Antônia pela sua mediação excepcional nas aulas, na qualificação e na banca, a Floriano Godinho que colaborou para a minha formação marxista, sugerindo e ensinando-me os princípios básicos do materialismo histórico e dialético. Ao professor Syd mesmo sem conhecê-lo pessoalmente percebe-se que é um ser admirável e um cientista político respeitável e por último ao professor Marcelo Badaró por ter aceitado fazer parte da banca de defesa da dissertação e suas apreciações fundamentais para a versão final desta dissertação. Agradeço a CAPES, pois, sem ela não conseguiria me dedicar a esta pesquisa em tempo integral, através da bolsa concedida permitiu o desenvolvimento desta pesquisa durante os 20 meses dos dois anos de curso de mestrado. Agradeço, a minha mãe Maria, sobretudo, a Louise e Andrey, hoje, únicas alegria de viver e motivação para continuar nesta árida, mas produtiva seara acadêmica.

Aos trabalhadores rurais Sem Terra os quais admiro, sem eles não haveria objeto de estudo desta pesquisa, desejo boa sorte ao pessoal da ENFF e seu coletivo de formação espero que consigam seus intentos, mas que melhorem como cicerones e anfitriões. Agradeço a Roberta Lobo e Marcelo Princeswal pela ajuda indireta, já que, nos momentos difíceis tive de recorrer a eles e aos seus trabalhos. As pessoas que irritei ou magoei durante o curso peço as mais sinceras desculpas e também aos leitores e pesquisadores citados caso tenha passado algo de errado despercebido. Não foi por falta de empenho, pois os erros se escondem de tal forma que: “A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério a que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”. (Monteiro Lobato apud Aniceto, 2009), portanto responsabilizo-me por possíveis lapsos de atenção quanto a revisão gramatical e citações dos pesquisadores utilizados.

“Tal capacidade de enfrentar a espera do reconhecimento exige, certamente, uma confiança em si mesmo profundamente enraizada: mas ela requer também uma consciência das temporalidades múltiplas que permitem relativizar as injustiças ou as insatisfações sofridas no curto prazo, pela extensão de sua própria existência intelectual no longo prazo, pensada em termos de gerações coletivamente definidas e não em estações ou anos, pertinentes a escala individual.”

Norbert Elias.

## RESUMO

SARAIVA, G. *A Formação Política do Militante da Base Social do MST na Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF. (2001-2011)*. 2013, 227f. Dissertação ( Mestrado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

O tema que apresentamos é referente à dimensão formativa do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST. O que nos interessou foi saber como o trabalho formativo e a organicidade são geradas e como se constituem em um processo de objetivação e subjetivação que educa na medida em que o militante sem terra se desenvolve em sua práxis organizativa cotidiana como sujeito que toma decisões e projeta coletivamente uma transformação social da vida humana em todos os aspectos tomamos todo o processo formativo que é derivado da totalidade dialética concreta do MST e o trabalho de mediação da formação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) de 2001-2011. A formação da base como método de luta na ENFF implica numa rotina determinada por exercícios dos princípios organizativos do MST para tanto o trabalhador sem terra experimenta um intenso trabalho educacional sendo estimulado a sempre estudar, a praticar a solidariedade e a tomar decisões autonomamente que aumenta o movimento dialético existente entre o mundo da necessidade e da liberdade.

Palavras-chave: MST, Escola Nacional Florestan Fernandes, Formação política, Marxismo, socialismo.

## RESUMEN

SARAIVA, G. La política de formación de la base militante social del MST in la Escuela Nacional Florestan Fernandes - ENFF. (2001-2011). 2013, 235 f. Dissertação ( Mestrado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

El tema que presentamos es referente a la dimensión formativa del trabajo político-organizativo desarrollado por el MST. Nos interesó saber como el trabajo formativo político y la organicidad generada se van constituyendo en un proceso de objetivación y subjetivación que educa en la medida en que el militante Sin Tierra se desarrolla en su praxis organizativa como sujeto que toma decisiones y proyecta colectivamente una transformación social de la vida humana en todos los aspectos: Tomamos el todo el proceso formativo que de él deriva como la totalidad concreta del MST y el trabajo de la formación realizado en la Escuela Nacional Florestan Fernandes (2000-2004) como mediación. El formación da la base como método de lutchá em la ENFF implica una rutina determinada por el ejercicio de los principios organizativos del MST. Por lo tanto, el trabajador sin tierra experimenta um intenso trabajo educacionale siendo estimulado a estudiar, a practicar la solidaridad y a tomar decisiones autonomamente, alargando así el movimiento dialéctico existente entre el mundo de la necesidad y de la libertad.

Palabras-chave: MST, Escuela Nacional Florestan Fernandes, Formación política, Marxismo, socialismo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP - Ação Popular

CDFR – Casas das Famílias Rurais

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base

CEFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGT – Comando geral dos Trabalhadores

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG - Confederação de Trabalhadores Agrícolas

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

EA – Escolas de Assentamento

EC – Educação do Campo

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

EFAs- Escolas Família Agrícolas

ENERA- Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

FETRAF/Sul – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEJC - Instituto de Educação Josué de Castro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA - Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária.

JAC - Juventude Agrária Católica

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento Eclesial de Base.

MEC - Ministério da Educação

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas.

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

ONU - Organização das Nações Unidas

PA – Pedagogia da Alternância.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PPP - Projeto Político Pedagógico

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

TC - Tempo Comunidade

TE – Tempo Escola.

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 HISTORIOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO</b> .....	41
1.1 <b>As Lutas e Resistências</b> .....	41
1.2 <b>Histórico das Lutas Sociais no Campo</b> .....	49
1.2.1 <u>O MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra</u> .....	52

1.2.2 <u>A Luta pela Interlocação, Controle e Sindicalização dos Trabalhadores</u> .....	53
1.2.2.1 <u>As Ligas Camponesas</u> .....	54
1.2.2.2 <u>O Partido Comunista Brasileiro (PCB)</u> .....	55
1.2.2.3 <u>As Ligas Camponesas versus PCB</u> .....	56
1.2.2.4 <u>A Igreja Católica</u> .....	57
1.2.2.5 <u>Governo João Goulart</u> .....	60
1.2.2.6 <u>O golpe civil-militar de abril de 64</u> .....	62
1.2.2.7 <u>A Organização do MST-A questão sindical: PT/CUT/MST vs CONTAG</u> .....	65
<b>1.3 A Territorialização e Espacialização do MST</b> .....	<b>68</b>
1.3.1 <u>A formação do MST e suas alianças</u> .....	68
1.3.2 <u>O MST e os governos pós-ditadura civil-militar</u> .....	73
1.3.3 <u>O governo Lula e a reforma agrária paradoxal</u> .....	<b>77</b>
<b>2 Fundamentação Teórica dos Princípios Orgânico-Formativos</b> .....	<b>82</b>
2.1 <u>A relação entre teoria e a prática na práxis organizativa do MST</u> .....	86
2.2 <u>Formação, Centralização/Descentralização e Práxis Organizativa</u> .....	87
2.3 <u>Espontaneidade em favor da organicidade?</u> .....	93
2.4 <u>A combinação entre movimento social e organização de massas</u> .....	97
<b>3 Princípios da Formação Política de Militantes do MST</b> .....	<b>102</b>
3.1 <u>Princípios Educativos da formação política militante do MST</u> .....	102
3.2 <u>Princípios pedagógicos da formação militante na ENFF/MST</u> .....	115
3.3 <u>A Pedagogia do Movimento</u> .....	123
3.4 <u>Os Princípios Organizativos</u> .....	131
<b>4 A Escola Nacional Florestan Fernandes</b> .....	<b>141</b>
4.1 <u>Primórdios da Formação Política Militante</u> .....	141
4.2 <u>O Setor de Formação Política da ENFF- A história da Formação</u> .....	143
4.3 <u>Histórico da ENFF</u> .....	149
4.4 <u>A construção do espaço físico da ENFF</u> .....	152
4.5 <u>A Estrutura Orgânica da ENFF</u> .....	153
4.6 <u>O processo de indicação dos militantes para os cursos de formação</u> .....	154
4.7 - <u>O responsável político</u> .....	159
4.8 <u>A proposta político-pedagógica e a formação política militante na ENFF</u> .....	161
4.9 - <u>Os cursos da ENFF e os objetivos do Setor de Formação do MST</u> .....	162
4.9.1 <u>Os problemas cotidianos da ENFF para o funcionamento dos cursos</u> .....	166



<b>5 A Relação social: Estrutura Orgânica, Ação Direta e Mídia</b> .....	169
5.1 <b>A estrutura organizativa do MST</b> .....	169
5.2 <b>Funcionalidade orgânica estrutural das instâncias</b> .....	171
5.3 <b>A organicidade do MST na ação direta</b> .....	175
5.4 <b>Principais atos na ação direta do MST</b> .....	181
5.5 <b>A teoria comunicativa dos movimentos sociais</b> .....	184
5.6 <b>Os vínculos da imprensa com o lucro e manipulação das massas</b> .....	190
5.7 <b>A Satanização do MST e das suas escolas pela mídia</b> .....	195
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	207
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	214

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação são os cursos oferecidos pelo Setor de formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, que ocorre na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) para a militância da base social. Serão enfatizados os princípios orgânico-formativos que são: filosóficos, educativos, pedagógicos, organizativos, ético-morais construídos nos termos do materialismo histórico e dialético, os quais determinam as práticas cotidianas da ação direta, bem como transformam as relações sociais que garantem espaço e território ao MST.

Reconhece-se a dificuldade dos movimentos sociais na mediação entre a classe trabalhadora e o os seus anseios por Justiça Social, sabe-se da heterogeneidade da classe subalterna e sua multivariada conscientização anticapitalista. A dificuldade aumenta ao se tentar construir uma organização de classe efetivada nos termos do materialismo histórico sem recursos humanos e financeiros adequados e com a oposição da maioria da população manipulada pela Mídia burguesa. Para se superar as dificuldades, a constante formação de militantes é fundamental para a existência do MST, segundo seus intelectuais, o engajamento nas lutas agrárias está em descenso, pois, elas são desgastantes para o indivíduo e o Capital com suas relações sociais específicas, avança forte com suas mazelas no campo. Trazem em seu bojo novos empregos urbanos para o âmbito rural, os quais fazem com que muitos camponeses desistam da agricultura e do próprio MST. As razões da desistência são evidentes: a violência, a agroindústria, a pluriatividade econômica e a rurbanização do campo.<sup>1</sup> O MST é abandonado pelos que observam suas insuficiências para dinamizar a reforma agrária, somadas as políticas públicas assistencialistas do Estado que concede paliativos que fazem esmorecer o moral militante, enquanto favorece com subsídios e creditícios o *Agribusiness* dos ruralistas. Logo, nesta luta desproporcional, torna-se vital, ao setor de formação do MST um trabalho colossal de conscientização e de desenvolvimento da base social com uma atividade orgânico-formativa sistemática, pois, a sobrevivência do movimento depende da reposição resiliente dos seus quadros, o qual equilibra o fluxo e refluxo da saída e entrada de militantes.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Raimundo. **Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos**. Sociedade e Agricultura, 2001.

A ENFF foi escolhida para este estudo por ser o centro de excelência do MST, irradiador da formação militante da base social do MST, que sistematiza racionalmente e distribui orientações com fundamentação científica coerente e com objetivos e propósitos bem definidos para todos os outros centros de formação do MST espalhados pelo Brasil. É impossível estudar a formação política da base social do MST sem verificar o trabalho da ENFF, em sua estrutura e funcionalidade específicas. Proponho-me, portanto, nesta pesquisa, a trabalhar apenas com a formação política dos militantes e os seus princípios orgânicos, os quais orientam a construção política e humana no Movimento. Logo, interessa-nos saber como a Formação e Organicidade são geradas, combinadas e reproduzidas pelo MST para o desenvolvimento e a reprodução do movimento.<sup>2</sup>

O Setor de Formação constitui-se num processo ativo de objetivação e subjetivação que conduz indivíduo a esferas mais elevadas de pensamento, na medida em que o trabalhador Sem Terra passa a se reconhecer na práxis organizativa, como sujeito que projeta coletivamente sua transformação da vida em todos os aspectos: econômico, político, social, afetivo e ético-moral. (SILVA, 2005, p.9)

A ENFF, neste afã, reúne as experiências de formação militante da base social, já realizadas pelo MST em âmbito nacional desde sua fundação através de cursos em escolas e universidades conveniadas, os quais têm como matrizes filosóficas: o Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels interpretados à luz de Wladimir Lênin, nas teorias pedagógicas marxistas de Antônio Gramsci, da pedagogia soviética: M. Pistrak e A. Makarenko soma-se a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e a Pedagogia do Movimento instituída pelo coletivo de educadores do MST, *liderados* por Roseli Salette Caldart.

A pesquisa tem uma proposta dissertativa da visão de mundo do MST quanto à formação política de seus militantes, bem como a apresentação de problematizações sobre pontos incoerentes e polêmicos, mesmo sem aprofundá-los. Isto é, estudar o ideário do MST proporcionou concomitantemente a oportunidade de apresentar também a nossa perspectiva de mundo, logo, em cada item em que foi exposto o ideário do MST, esquematicamente, sempre a seguir acompanhou uma crítica àquela formulação.

Para galgarmos êxito nesta árdua empreitada, foi realizada uma exaustiva, mas gratificante pesquisa bibliográfica e documental e uma visita à sede da ENFF em Guararema-SP. Tratamos de coletar tudo que pudesse servir como base de raciocínio sobre a militância do MST, por conseguinte, esquematizou-se qualitativamente os dados obtidos sobre a formação política da base social que sustenta o MST. A pesquisa bibliográfica e documental realizou-se através de referências teóricas com livros, artigos científicos e jornalísticos sobre movimentos

<sup>2</sup> CALDART, Roseli S. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular. 3ª Ed. 2004.

sociais e do próprio Movimento Sem Terra. Essas referências coligidas e compiladas resgatam a formação militante do MST na promoção dos seus princípios formativos na conquista da capacidade técnico-intelectual da base. As publicações científicas e jornalísticas reunidas têm confirmado a importância que o MST relega ao marxismo para a formação militante, assim como a qualificação técnica-científica de todo processo formador à luz de Marx e Engels com objetivo intencional declarado de capacitá-los para a luta de classes em todas as esferas das relações sociais. Deste modo, desenvolveram-se as proposições do materialismo histórico e dialético, os quais são conceitos-chave da realidade para determinar como as categorias: formação, totalidade, trabalho, omnilateralidade, práxis organizativa, são ensinadas aos militantes da base social, incorporadas ao ideário do MST e difundidas com ardor.

Em busca da realização dos objetivos da pesquisa, seguiu-se o conselho e ensinamento de Marc Bloch, quando afirma que: “O verdadeiro historiador não é o que sabe, mas o que procura”.<sup>3</sup> De posse desta máxima e do espírito histórico-geográfico, saiu-se à procura de fontes autênticas que referendassem o estudo. Nas leituras preliminares e suplementares, encontraram-se, estudos acadêmicos panfletários, bastante apologéticos e com baixo rigor científico, com a clara intenção propagandística pró ou contra o MST. Infelizmente, o compromisso dos autores com a verdade não é observado, leva-se em consideração apenas não ferir vínculos afetivos de sua agremiação. A chamada *não neutralidade científica consciente* nos textos lidos e consultados significa torcer os fenômenos em prol de sua fração de classe se for necessário. Lançam seus modelos explicativos no contexto real e tentam *encaixar* algum fato, relato ou depoimento que comprove ou desabone a proposição em questão. Em contrapartida, sabe-se dos problemas da prática de se interferir na concretude com esquemas abstratos pré-determinados. Nos textos compilados observou-se que o integrante desta organização/movimento/partido/sindicato<sup>4</sup> é altamente idealizado maniqueísticamente por ambos os lados, para o bem ou para o mal. Os intelectuais simpatizantes apresentam o MST de forma idealizada, romântica, pragmática, seus defensores afirmam que o objetivo da ENFF é formar quadros de militantes conscientizados para o combate ideológico contra os latifundiários e a injustiça social. Por outro lado, o MST é demonizado e satanizado como criminoso por seus antipatizantes, pela ciência e mídia burguesa, os quais afirmam em seus péssimos artigos que o MST criou uma escola de doutrinação para guerrilheiros, compara-os até mesmo aos madraçais muçulmanos. Por sua

---

<sup>3</sup> BLOCH Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. 1999. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>4</sup> Consideramos o MST as quatro modalidades de contestação social organizada. Entretanto durante os textos é usada apenas uma ou outra para evitar a redundância dos termos, quando uma for usada se referirão sempre as quatro.

vez este estudo, pretende-se explicar o fenômeno da formação militante do MST da sua base social na ENFF, por meio do método do materialismo histórico e dialético interpretado à luz de Karel Kosic em “A dialética do concreto”. Esta não é uma preocupação somente materialista dialética conforme o excerto de um importante sociólogo não marxista: “...a verdade não é nunca dada, mas está toda no esforço constante e sincero de procurá-la e aprofundá-la”. *Karl Jaspers*. Portanto excluimos qualquer possibilidade relativista da construção de *verdades* parciais próprias do modismo pós-moderno. Não se trata de ser a favor ou contra quem quer que seja, trata-se de realizar um estudo Realista do perfil do militante em formação, busca-se a verdade, apreender a potencialidade concreta da metodologia orgânico-formativa do MST. Logo, será apresentado exatamente o que as fontes disserem, já que, a pesquisa científica não pode temer ferir suscetibilidades pessoais e partidárias. Seguiremos o exemplo de Silva, (2005) a qual colabora para esta postura nesta pesquisa, dado que a lisura, sinceridade e compromisso com a verdade em sua pesquisa é exceção à regra encontrada nos trabalhos pró e contra MST.

Nosso exercício maior será perceber e analisar as combinações e as contradições que se fazem interagir no espaço social gerado pelo MST. Estamos seguramente intencionados em evitar os riscos de cair no terreno puramente ideológico das afirmações corporativistas ou mesmo da personificação acrítica e ahistórica do “bem contra o mal”. Buscaremos apenas delinear alguns processos de rompimento coma *relação capital* que são impulsionados pelo MST enquanto movimento e organização social de massas. (SILVA, 2005, p.28)

Maria Antônia de Souza coligiu a produção acadêmica universitária com relação ao tema educação e formação dos movimentos sociais do campo. Aproveitou-se nesta pesquisa suas indicações bibliográficas, os autores citados por ela agora fazem parte do enorme banco de dados da dissertação. Assim, foram realizadas as leituras, fichamentos, certificação das fontes, os dados obtidos foram cruzados, uns aceitos, mas a grande maioria foi descartada. A obra de Souza (2008) teve o objetivo de analisar o conteúdo das teses, dissertações e artigos que discutiram educação e formação no MST, seu estudo focalizou o período de 1987 a 2007, segundo sua pesquisa foram 170 trabalhos que abordaram as temáticas da educação não formal, identidade “sem-terra”, consciência política, trabalho e educação, focalizou o MST como espaço educativo e formativo de sujeitos. Na sequência, trouxe um panorama sobre a formação política no MST e sua produção científica correspondente. Segundo a pedagoga, a produção traz contribuições sobre a luta dos protagonistas das classes subalternas e o surgimento do MST. Apesar de ressaltar importância das abordagens, Souza vê problemas:

A maioria dos trabalhos faz uma retrospectiva do MST muito semelhante, são repetitivas no quesito “histórico”. Considerando a produção acadêmica sobre este movimento, um desafio para os pesquisadores é superar a dimensão da reprodução

(daquilo exaustivamente já dito) da trajetória do MST e da luta pela terra. (SOUZA, 2008, p.3).<sup>5</sup>

Nos trabalhos verificados a autora observou que há uma variedade de abordagens sobre o MST e há predomínio da abordagem qualitativa de pesquisa. No entanto, o quesito histórico a repetição é constante. Por sua vez, esta pesquisa fundamentou-se historicamente o debate sobre o MST, fez-se o uso racional das obras de J. P. Stédile e Bernardo M. Fernandes; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Roseli Salete Caldart, Ademar Bogo, Ana Justo Pizetta, Adelar Pizetta, Geraldo Gasparin, Gilmar Mauro, Débora Lerrer, entre outros<sup>6</sup> As técnicas de coleta de dados foram caracterizadas por entrevistas, observação, análise documental, fotografias, etc. Do ponto de vista teórico, nossas pesquisas articularam os conceitos da Formação, Educação e da Sociologia Rural, nas linhas de Pierre Bordieu, especialmente neste campo, consta a contribuição de Irene Paiva, Luís Bezerra Neto para o setor de Educação do Campo e a Formação<sup>7</sup> José Carlos Guterrez, verificou o aparato de Gramsci na formação e a ação direta do MST e Aparecida do Carmo Lima abordou a formação militante e a formação técnica agroecológica da Escola Milton Santos. Soma-se a esta exposição os trabalhos de Pedro Dutra Silva e Esmeraldo Santos sobre a construção da ENFF. Sobre o debate da realidade nos assentamentos, são citadas as pesquisas de Leonilde Sérvolo de Medeiros, da Sociologia Ilse Scherer-Warren, José de Souza Martins e Maria da Glória Gohn, da Educação, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta. Sobre o problema da luta de classes cita-se o referencial de Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Hobsbawn, Thompson.

Na área econômica foram coligidas as abordagens paradigmáticas conceituais do campesinato, os quais direcionam os princípios orgânico-formativos e toda ação direta do MST. Os estudos destes modelos explicativos divergentes tornam-se importantes porque referendam políticas públicas de Estado para a questão agrária e reforma agrária. No entanto, O que nos interessa aqui é que o processo orgânico-formativo do MST é baseado nestes paradigmas. Ricardo Abramovay colabora com o paradigma da metamorfose do camponês em agricultor familiar, chamado de paradigma capitalista, o tema da pluriatividade econômica do campo é o objeto de estudo nos trabalhos de Sérgio Schneider, aliás, é o mais difundido e aceito pelos intelectuais das academias. Ao passo que, José Graziano da Silva em seus estudos

---

<sup>5</sup> Na construção da contextualização histórica do movimento com a questão agrária do Brasil não conseguimos escapar deste problema, reproduzimos o que encontramos de pertinente com a diferença de, pelo menos, evitar a apologia ufanista tão recorrente aos trabalhos do MST.

<sup>6</sup> A documentação utilizada pelo coletivo de professores e intelectuais orgânicos do MST deve ser verificada na bibliografia não colicarei no texto ou em notas de rodapé devido a sua grande quantidade.

<sup>7</sup> O MST diferencia a Educação Do e No Campo como puramente camponesa e libertária e ainda distinguem os dois tipos anteriores da Educação Rural que é urbano-burguesa e alienadora deve ser combatida a todo custo.

paradigmáticos aposta no fim completo do campesinato, devida a avassaladora implantação dos complexos agroindustriais capitalistas e a transformação do pequeno agricultor em proletário pluriativo urbano-rural da área de serviços. Por sua vez, Bernardo Mançano Fernandes defende as transformações sociais da (re) criação do campesinato ou recampesinização do expropriado (fim do fim do campesinato) construído pelo paradigma da questão agrária; O geógrafo defende o conceito de *campo, camponês e campesinato brasileiro* para construir a classe camponesa. Com a interpretação destes modelos, com dados estatísticos próprios e estatais, entende com seus estudos quantitativos e qualitativos que existe a recriação sistemática do trabalhador rural expropriado em linhas atuais não capitalistas. Nas discussões entre dos modelos explicativos relacionados, observou-se que há uma batalha conceitual e paradigmática acirrada entre os grupos e frações de classe em disputa. Por exemplo, categorias, conceitos e definições como: campesinato, camponês, reprodução do modo de produção capitalista no âmbito rural, recriação ou destruição total do agricultor expropriado são discutidas ainda com esmero. O que ressalta a importância atual relegada aos paradigmas pelos autores citados nesta dissertação.

As teses e dissertações mais referenciadas nas pesquisas destacam-se a de Célia Regina Vendramini (1992) a qual problematiza em suas pesquisas sobre movimentos sociais, educação e trabalho, desde o conceito de classe em Thompson até a explicação sociológica para a formação dos movimentos sociais. Acompanhada de Ilma Machado (2003), Vendramini (1998) trabalha a perspectiva marxista na compreensão da organização do trabalho pedagógico e da consciência de classe. Quanto ao conceito sociológico de movimentos sociais, Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren são as mais referenciadas. Observa-se que há a constituição de um quadro de referenciais científicos sem uma base exclusiva de autores de uma mesma matriz teórica. Ou seja, o ecletismo proposital e a mistura descuidada de referenciais antagônicos acontecem em demasiadas vezes. “O que se percebe nos textos é a utilização de várias obras independente da filiação teórica na compreensão do movimento social” (SOUZA, 2008).

A ENFF em sua atribuição maior que é a formação política de militantes tem como material didático principal para a formação da base, o caderno de educação nº 8, esta é a nossa principal fonte primária, o seu conteúdo será utilizado para comprovar os princípios do MST, já que apresentam noções inspiradas no pedagogo soviético Anton Makarenko, o idealizador das colônias Gorki de recuperação de jovens. Segundo a sua pedagogia, é impossível um processo educador formativo, sem que haja um setor específico de docentes preocupados com

a dinamização de planejamento pedagógico, planos curriculares, debates sobre Projetos Políticos Pedagógicos. A ENFF incorporou também as idéias do também pedagogo soviético M. Pistrak (1981) para dimensionar a formação do militante nas proposições expostas por ele com relação ao trabalho e a educação. Neste sentido, O MST, confeccionou diversos cadernos de formação orientadores para a formação, que foram aproveitados em menor escala. Como fontes documentais, são apresentadas as dimensões prioritárias para o processo de construção do militante: a formação político-ideológica; formação organizativa; formação técnico-profissional; formação de caráter moral: valores, comportamentos; formação cultural e estética; formação afetiva; formação religiosa. (MST, 2005, p.164) <sup>8</sup>.

Roseli Salete Caldart, também ideóloga do MST, é uma das referências sobre o tema. A autora é incrivelmente citada e comentada por toda a bibliografia preliminar coligida e consultada em Educação, Pedagogia, Sociologia, História e Geografia. Faz uma reflexão sobre os movimentos sociais e a feição que eles apresentam como movimentos transformadores da realidade social. Mostra como o *campo* dos movimentos sociais estendeu-se a todos os aspectos da vida social e cultural não só a posse da terra. Também utiliza o referencial de Gramsci, associando-as com as teorias de Paulo Freire, em *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Caldart, em suas teorizações aponta diversas pedagogias, que refletem o caráter de movimento na construção e reconstrução das matrizes pedagógicas do Movimento, proporcionados por seus intelectuais orgânicos<sup>9</sup>. Demonstra profundo conhecimento orgânico do MST, deixa claro que a luta pela formação militante da base social e educação no campo não são expressões que divergem uma da outra, pelo contrário, constata que ambas se completam e uma tem impulsionado a outra no histórico de lutas. Em suma, segundo a teórica, o MST constitui a pedagogia do movimento como matriz pedagógica das práticas concretas de formação dos Sem-Terra, não cria uma nova metodologia formativa, mas sim, inventa um novo modo de lidar com as diversas pedagogias já construídas na história da formação humana do MST.

Roberta Maria Lobo da Silva em *A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (2005)*, é a principal fonte desta pesquisa, Ela avaliou a transformação do trabalhador voluntário na construção da ENFF, a partir da práxis organizativa do MST. Aproximou os elementos da categoria práxis do materialismo histórico e dialético com a concepção de formação de militantes e da organicidade do MST. Deste modo, aponta os principais momentos da formação política e ideológica do Movimento, no

<sup>8</sup> MST. **Caderno nº 8. Princípios da Educação no MST**: Dossiê MST Escola. S. P: Expressão Popular, 2005, p.159-179.

<sup>9</sup> CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, 2000.



período marcado pela influência da teologia da libertação, das CEBs e do sindicalismo rural, até o período de consolidação de uma formação política autônoma que atinge seu ápice no final dos anos 90 e no início do século XXI com a construção de Escolas Nacionais como o ITERRA, ICJC, EMS, ENFF e a realização de diversos cursos de extensão formais e informais, de graduação e pós-graduação que visavam à formação em parceria com universidades públicas. O estudo da autora compreende a dialética existente entre o domínio do capital que submete todas as relações sociais e o rompimento com este domínio através do princípio do trabalho marxista como objetivação consciente do sujeito com a vida centrada na luta, na organicidade e no repúdio às práticas individualistas na totalidade dialética.

O MST tem urgência em realizar a formação política de seus integrantes e para isso passa a lutar por uma formação política voltada para o Movimento. Os espaços de formação dos sem-terra são criados nos anos 90, entre eles, o ITERRA e a ENFF, mas somente em 95, houve a concretização de cursos de formação de dirigentes. Nesse período, ocorre o desenvolvimento da relação entre Movimento Social e Universidade, por meio da criação de cursos superiores na área de Pedagogia. A base desse processo é a necessidade da construção “de um amplo complexo de formação de dirigentes e de quadros políticos” (SILVA, 2005, p.141).

Silva (2005) descreve o esforço em criar um centro irradiador de formação militante para todo país, a defesa da organicidade é realizada pelos integrantes do movimento, trabalhadores voluntários e da coordenação da ENFF. Em especial, pôde-se verificar que o MST ao construir a ENFF através da solidariedade socialista estava-se formando militantes políticos, simultaneamente, pois, os coordenadores aproveitaram as situações reais do cotidiano para fomentar o espírito coletivo da organicidade do MST. Antes de o primeiro prédio ser erguido, as atividades desenvolvidas da edificação da ENFF transformavam o canteiro de obras em um espaço de formação escolar, técnica e política. Lá os trabalhadores eram alfabetizados, aprendiam novas técnicas para a construção da ENFF e, como boa parte dos voluntários era recém-chegada ao MST, passaram a conhecer e vivenciar na prática a estrutura político-organizativa do movimento. Vislumbrava-se que todo o aprendizado – tanto na área da construção civil, quanto na práxis político-organizativa vivenciada – fosse replicado pelos militantes em assentamentos e acampamentos de onde provinham.

Ressalta em sua tese que as necessidades da formação político-ideológica estão vinculadas organicamente às respostas políticas e organizativas formuladas pelo MST a partir dos problemas concretos e das mudanças qualitativas da conjuntura política do país. Menciona a relação com os métodos de ação direta da organização com os seus princípios orgânicos, mostra como as instâncias organizativas dão densidade formativa aos militantes

desde que atuem dentro de uma perspectiva teórica, prática estabelecida pelo MST.<sup>10</sup> Ela trabalha o significado de cada princípio filosófico instituído e ensinado, entende-os como mediações sociais que compõem a totalidade do MST necessárias a sua sobrevivência. Portanto, afirma que os princípios devem ser compreendidos em seu conjunto, pela sua complexidade, pois representa o acúmulo histórico das organizações socialistas, e o movimento dialético da história, que se adequa às contradições da realidade.

Chamou a atenção em seu trabalho a maneira pela qual se refere às particularidades da construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema-SP, ela apresenta todo o processo da campanha nacional e internacional da construção da nova sede da ENFF e o projeto arquitetônico da ENFF, os métodos de construção, o processo artesanal da obra nos princípios da permacultura e o método de trabalho voluntário baseado na Solidariedade Socialista a qual enaltece diante de outros tipos de solidariedade, por exemplo, a burguesa e a religiosa e a estatal, etc. ela lembrou com ênfase e entusiasmo o sucesso dos “sábados comunistas” instituídos pelo governo de Lênin para superar a crise de abastecimento na guerra civil, bem como o trabalho solidário organizado por Che Guevara na revolução Cubana. Em seu esforço, Silva demonstrou que o trabalho socialista é humanizador ao esboçar na prática relações sociais mais humanas que a burguesa, como fala Marx.

O trabalho de Silva (2005) contou com a utilização de várias fontes primárias (entrevistas, fotos, materiais didáticos), entre as quais observações pessoais realizadas quando a própria pesquisadora esteve presente como trabalhadora voluntária da obra participante de uma das brigadas temporárias na construção da Escola e como professora de um curso livre após a inauguração. As fontes documentais e bibliográficas aproveitadas do seu trabalho abordam a importância atribuída à formação política centrada na ENFF<sup>11</sup>. Segundo Silva (2005) de 2000 a 2004 foram mais de 1000 trabalhadores Sem-Terra que exercitaram o voluntarismo na ENFF. A dimensão educativa do trabalho político-organizativo da ENFF pode ser comprovada pelo número destes trabalhadores que se inseriram numa instância orgânica do MST ou mudaram seu comportamento ético. A autora percebeu mudanças qualitativas nos trabalhadores voluntários, uma vez que houve a produção de uma cultura coletiva e da tendência à superação das relações alienadas do trabalho, incutidas em suas

<sup>10</sup> SILVA, Roberta Maria Lobo. **A Dialética do Trabalho no MST: A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. Niterói: UFF: 2005 323 p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. O trabalho de Silva (2005) teve como banca examinadora: Prof.<sup>a</sup> Maria Ciavatta Franco – Orientadora Universidade Federal Fluminense, Prof.<sup>a</sup> Leonilde Sérvolo Medeiros – Co-orientadora do CPDA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Prof.<sup>a</sup> Eunice Trein, UFF; Prof. Marildo Menegat UFRJ; Prof.<sup>a</sup> Roseli Salet Caldart MST. Prof. Gaudêncio Frigotto - UFF. Ou seja, dispensa comentários quanto à seriedade e relevância da fonte para esta pesquisa.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **Trabalhos que analisaram a formação de quadros do MST** Revista e-curriculum, São Paulo, v.5, n.1, Dez 2009.

mentes, pelos anos de exploração burguesa sofrida, a exposição à obra fez com que modificassem suas atitudes, agora coletivistas, antes individualistas, fruto da alienante concepção burguesa de trabalho e reconhecessem a si próprios “no processo de trabalho, no seu produto, como também no âmbito das relações sociais construídas”. Podem-se, portanto, segundo a educadora, observar avanços pedagógicos sobre a realidade dos trabalhadores sem terra, voluntários na obra, que permaneceram na ENFF durante o período de um a dois anos e integraram a chamada Brigada Permanente:

Fomos guiados pela intuição, pela observação e pela interação com o meio, buscando perceber como o trabalho voluntário na ENFF abre possibilidades para o trabalho militante, para o trabalho organizativo. Os trabalhadores convidados a permanecerem na ENFF assumiram a tarefa de receber os trabalhadores das Brigadas de trabalho voluntário, inserindo-os no trabalho da obra e na organicidade da ENFF. Ao assumirem tal responsabilidade estes trabalhadores foram mudando de comportamento, eles na verdade tinham que socializar sua própria experiência de trabalho nesta obra particular, perceber o movimento e a capacidade dos novos trabalhadores, sendo estes deslocados para as funções mais adequadas, como também tinham que estimular a construção da organicidade da Brigada, a separação em núcleos, a divisão de tarefas, a prática da mística e do estudo e a interação com a organicidade já existente. (SILVA, 2005, p. 17).

Em outras palavras, a ENFF antes mesmo de começar seu trabalho de cursos regulares para a formação militante, já utilizava a própria construção física da escola e seus trabalhadores voluntários como *experimentos* pedagógicos, como um laboratório educacional, no sentido de apontar as diretrizes futuras que dinamizariam os estudos dos militantes em suas dependências. No processo de construção e nos cursos de formação à noite após os trabalhos na obra, os trabalhadores expostos ao discurso formador apresentaram avanços no sentimento de pertencimento à ideologia do MST, sobretudo, nos critérios comportamentais e na resolução de seus problemas internos, as chamadas *picuinhas*. Os trabalhadores tinham como formação, segundo Silva, apenas noções da história do Movimento e elementos básicos de sua organicidade. Porém, a simples exposição dos integrantes a um novo *habitus social* (Bourdieu)<sup>12</sup> cotidiano proporcionou avanços em favor da proposta de formação da ENFF, que consiste em amalgamar todos os meios disponíveis para consolidar o compromisso do integrante com o ideário do MST. Estes experimentos sinalizaram de forma afirmativa e positiva de que era o melhor caminho a ser seguido pela coordenação da ENFF.

Marcelo Princeswal em “*MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica (2007)*,” seguiu bem

<sup>12</sup> SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Revista Brasileira de Educação Universidade de São Paulo, Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20.

*de perto* o trabalho e as orientações de Silva (2005)<sup>13</sup>. Ele realizou uma síntese da obra de Silva. Aproveitou sua estruturação, acrescentou muitas particularidades e especificidades surgidas nos primeiros dois anos de funcionamento da ENFF. Faz uma exposição dos cursos de formação realizados na ENFF. Vale conferir suas impressões, pois, elas refletem aspectos importantes desta pesquisa. A contribuição foi relevante, já que expõe as propostas e as dificuldades que a ENFF sofreu até 2007, dois anos a mais que Silva. São obras importantes, figuram como fontes obrigatórias para a pesquisa sobre a formação política do MST.

O objetivo principal desta pesquisa é verificar como os princípios orgânicos são apropriados pelos discentes da ENFF. Se a proposta do MST na construção de um novo homem, de nova classe camponesa em favor do socialismo coletivista em contraposição ao individualismo capitalista, é realizada. Se os novos valores socialistas são concretizados nas proposições do Marxismo e da Pedagogia do Movimento, para a construção do militante. Para ser exato, atribuímo-nos à pesquisa dissertativa que consiste em: Saber como é realizada a formação da base social do MST, como os militantes em formação são construídos, produzidos e cultivados pelo MST e quais são os resultados para o intelecto do militante.

Os integrantes produzidos e cultivados pelo MST são o seu maior patrimônio; As pessoas se educam aprendendo a ser; As pessoas se educam nas ações que realizam e nas obras que produzem; As pessoas se educam produzindo e reproduzindo cultura; As pessoas se educam vivenciando valores; se educam aprendendo a conhecer para resolver; As pessoas se educam aprendendo do passado para projetar o futuro; As pessoas se educam em coletividades; O educador educa pela sua conduta; É necessário conceber a escola como uma oficina de formação humana. (CALDART, 2005, p.55).<sup>14</sup>

São problematizados, nesta dissertação, os princípios, valores e mediações que esta organização social afirma ter como referencial no seu projeto político pedagógico; como é aplicado na construção dos seus militantes e como o MST o aplica na realidade concreta. Analisou-se a importância da difusão da organicidade para a existência do MST, juntamente com os princípios que a balizam, assim como a estrutura orgânica do MST, os quais orientam a formação política do militante. Importou-nos saber, exatamente, se elas trabalhadas em conjunto corrigem os problemas de desvios de conduta e abandonos da luta; se a imposição da organicidade e a propagação dos princípios formativos: filosóficos, pedagógicos, organizativos, ético-morais conseguem manter a obediência e disciplina; e se a

---

<sup>13</sup> PRINCESWAL, Marcelo. **MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes: uma síntese histórica** - 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado) – UERJ. Para aprofundamento das especificidades dos cursos sugiro conferir sua dissertação de mestrado orientada por Deise Mancebo (UERJ), co-orientador Gaudêncio Frigotto (UFF) e que tem na banca de avaliação a própria Roberta Maria Lobo da Silva (UFRRJ) a qual colaborou em sua pesquisa de campo na ENFF, foi entrevistada por ele e influenciou bastante em seus resultados.

<sup>14</sup> CALDART, Roseli S. **Movimento Sem Terra: Lições da Pedagogia**. In: Currículo Sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 50-59, 2005, disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>> Acesso: 14/09/2009.

intencionalidade de formar militantes profissionais obtém êxito na luta do MST por territorialidade e espacialidade. Para tanto, será estudada a organicidade interna, objetivos, metas, resultados, desafios e problemas cotidianos da ENFF para a formação do militante da base social do MST na ENFF. Neste sentido, A escolha racional do tema, objeto de estudo, as leituras e fichamentos, a interpretação das referências teóricas e empíricas para a compreensão da amplitude formativa do trabalho político-organizativo desenvolvido pela ENFF fez surgir indagações e questionamentos que mereceram mais atenção e aprofundamento, as quais sintetizaram o nosso problema de pesquisa: De que maneira é construída a formação política do Sem Terra? Pode-se afirmar que o trabalho orgânico- formativo da ENFF oferecido obtém resultados satisfatórios, quanto à conscientização política dos militantes? A formação político-organizativa oferecida na ENFF capacita o militante omnilateralmente para a ação direta? A formação política militante realizada na ENFF constrói uma classe camponesa baseada numa cultura específica contra-hegemônica? A formação militante na ENFF é influenciada pelo pós-modernismo? Para a formação política do militante necessita-se de tanto ecletismo e pragmatismo? A formação militante proporciona ao MST a liderança do bloco histórico camponês, no contexto socioterritorial, a conquista de territorialidade e espacialidade?

Formula-se como hipótese principal a seguinte proposição: Se o MST se propõe a desempenhar a transformação da sociedade brasileira, atuar fundamentado, declaradamente, no aparato científico do materialismo histórico e dialético formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, tendo em vistas a conscientização social do seu militante da base social. Neste sentido, coordena, desenvolve e organiza a criação do Projeto de Nação específico da classe camponesa, e através de cursos dinamiza a formação política de sua base social. Simultaneamente, proporciona que o militante tenha voz e vontade política, torna-o um sujeito ativo e consciente da totalidade das relações sociais contemporâneas. Então, o MST, por consequência, repudia as lutas fragmentárias pós-modernas por direitos civis e justiça social. Sua luta é pela totalidade das classes subalternas no espírito generalizante dos princípios universais da Modernidade e do marxismo para impor seu projeto de Nação. Sendo assim, a despeito de seu peculiar ecletismo e pragmatismo serem completamente incoerentes e desnecessários, infere-se que o MST através de seu Setor de Formação Política, investe recursos materiais e humanos na base social a contento, constrói tradições identitárias camponesas próprias e propaga a luta de classes como forma de resistência às desigualdades dos modelos econômicos da globalização dinamizados pela alta burguesia entreguista.

Foram formuladas duas hipóteses secundárias: se o MST compartilha das elaborações intelectuais dos marxistas históricos sobre a formação política dos movimentos sociais, busca, então, constituir uma herança identitária e representativa autônoma, sobretudo, camponesa em detrimento da urbano-burguesa dominante que lhe é imposta. Logo, o projeto de nação do MST ensinado é autônomo e contra-hegemônico à ordem dominante capitalista e tende a popularizar-se nacionalmente através das manifestações da cultura popular e através dos seus escassos meios de comunicações disponíveis. Uma segunda hipótese secundária, mas não menos importante afirma que: Se o MST se propõe a organizar-se filosoficamente sobre bases conceituais dos maiores pensadores anticapitalistas, com um claro discurso contra-hegemônico. Então, tendencialmente, por aliar a teoria ao vigor prático da práxis diária, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra surge como o líder de um bloco histórico camponês, aglutinador das forças de resistência ao capitalismo nacional e internacional. A defesa de sua organicidade através dos cursos de formação militante da sua base social consegue conscientizar a base e garantir esta supremacia diante dos outros movimentos sociais. Logo, o MST acerta ao defender a imposição da sua organicidade no seu processo formativo, pois, torna-se fator de extrema importância para sua existência e a manutenção de sua liderança do Bloco Histórico no cenário nacional e internacional.<sup>15</sup>

### **O tratamento das fontes bibliográficas e documentais.**

Iniciamos esta exposição com o conjunto da obra de Pierre Bourdieu o qual também foi muito utilizado nesta pesquisa, mesmo não sendo um pensador marxista, absorveram-se algumas de suas categorias e noções: habitus, violência simbólica, capital acumulado: capital social, capital, político, capital cultural etc... Ao considerar o processo de formação social e incorporação subjetiva da identidade como espaço socialmente construído, aponta para a tendência de reprodução das relações sociais na militância. Segundo P. Bourdieu, a construção das identidades e representações é relacional e se estabelece no espaço a partir do *habitus*. O espaço social é construtor de um sistema simbólico, que dá significação para práticas e símbolos coletivos, os quais são incorporados pelos sujeitos individuais e os identificam às representações sociais coletivas as quais pertencem, assim como permite que

---

<sup>15</sup> Para Caldart, um dos desafios da Pedagogia do Movimento é tornar-se referência para o trabalho de educação do povo organizado ou não, o que representaria para a teórica do MST, um salto de qualidade na formação política dos próprios sujeitos da Pedagogia do Movimento, estando em condições para a construção de uma hegemonia. (idem. op.cit. 2005, p.4).

seja identificado por elas.<sup>16</sup> Por isso a importância de estudar o fenômeno formativo na metodologia de Bourdieu. Pois, é na ENFF, com os cursos de formação que os ideais do movimento são construídos no processo da memória e da história oral, o qual visa à ruptura da violência simbólica contidas nos preconceitos urbano-burgueses da educação oficial.

A seleção documental perpassou pela concepção de Jacques Le Goff sobre o “*documento monumento*”, no que diz respeito à escolha de material primário e secundário como fontes de análise. Consoante Le Goff, os documentos estariam ligados aos elementos psicossociais que se tornaram fruto de escolhas por parte do grupo social específico, para se tornarem oficializadores de uma memória que se deseja ter como histórica. Desta forma, em nossa “procura” (Marc Bloch), deparamo-nos com fontes escritas e orais, material iconográfico, resultados de Encontros, Congressos, Reuniões do MST, pois, trata-se de produtos de diferentes eventos, discursos, que expressam a formação política na ENFF.<sup>17</sup> Nosso esforço está ligado justamente ao trato científico destes “documentos monumentos”, para extrair elementos deles que elucidem historicamente as ações do MST enquanto grupo social para a formação política militante na ENFF. A metodologia do materialismo histórico e dialético, semelhantemente, o pesquisador escolhe o arcabouço teórico com que quer trabalhar, para com ele sustentar sua visão científica, compromissado moralmente em expor a verdade que as fontes apresentarem e a realidade concreta do fenômeno abordado. “O cientista, qualquer que seja, escolhe sempre e, aliás, toda a história já é escolha, devida ao simples acaso, que destruiu aquele testemunho, aquele vestígio do passado, aquele conjunto de documentos e salvaguardou aquele outro”. (Lucien Febvre).

Quanto ao uso das fontes orais como subsídios de análise, nesta pesquisa temos ciência do problema da autenticidade da fonte, sabe-se que estas sofrem críticas sobre sua veracidade e autenticidade, além da dificuldade da constatação dos fatos relatados pela crítica, existe o uso político-afetivo dos depoentes e pesquisadores das informações registradas. Isto é, em certos trabalhos, não estão compromissados com a verdade, apenas com suas paixões e vaidades pessoais. Porém, devido a este método ser menos difícil que o *tradicional*, torna-se cada vez mais presente nas metodologias atuais, na medida em que fundamenta os revisionismos nas interpretações científicas vigentes.

Maurice Halbwachs definiu que toda memória é uma “memória histórica” coletiva e social para reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo, usada para designar tal atitude o termo “comunidade afetiva”. Segundo o autor, essa hierarquização

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 92-95.

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: ed. Unicamp, 2003.

faz com que possuam o papel fundamental de manter a coesão do grupo. E entre os “agentes de memória” estão os apontamentos sobre os esquecimentos e silêncios da História como “mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Tal fenômeno consciente e proposital faz parte do conceito de *amnésia social* que o criou. Conceito pelo qual se percebe o uso racional e irracional da memória como “retenção, depósito e armazenamento”, mas também como “dependente de mecanismos de seleção e descarte” e de “enquadramento da memória”. Esse processo resulta de um esforço das sociedades para impor a sua comunidade ou sociedade uma determinada imagem futura de si própria. Ou seja, inventada, convencionada, construída conforme quer ser vista pelas gerações posteriores.<sup>18</sup>

O debate para legitimar a História Oral e a Memória está longe de ser consenso, a missão não é fácil, pois, os meios para determinar a veracidade dos acontecimentos passados serem dificultados devido à sobrevalorização da tradição historiográfica que escolheu como modelo dominante de documento histórico o testemunho escrito, “objeto neutro” “fonte fidedigna de consulta”, os fatos analisados seriam apenas os contidos em documentos oficiais encomendados por quem detinha o poder, ocorre então a tal “monumentalização dos documentos” de Jacques Le Goff, os quais também estão carregados de problemas de legitimação. Os problemas de autenticação dos fatos giram em torno de: como os registros orais testemunhados por nossos contemporâneos seriam documentados? Como registrar e legitimar fontes não documentais não escritas de forma crítica e objetiva? Como verificar a veracidade dos fatos e acontecimentos sob o método historiográfico e não jornalístico? Eric G. Hobsbawn, com altas reservas, aconselha a prática da história oral, mas, ele problematiza o uso de fontes não escritas, nos ensina como proceder para diminuir os riscos de erro e aproveitar as poucas vantagens que o método oferece diante do documento escrito:

A história oral é graças ao gravador, bastante praticada. Mas em minha opinião jamais faremos uso adequado da história oral até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais. Sabemos por quantas gerações se podem transmitir certos tipos de informações com maior ou menor precisão e que a transmissão de eventos históricos sempre tende a levar ao encurtamento cronológico. Mas hoje a maioria da história oral é história da memória pessoal um meio escorregadio de se conservar e preservar fatos. Existem implicações metodológicas, hipotéticas e principalmente arbitrárias na questão. Fazer uma pergunta na cabeça do historiador da mesma forma é sempre bastante conclusivo.

---

<sup>18</sup> E. G. Hobsbawn em **A invenção das tradições** escreveu coisas semelhantes e Michel Pollak estudou isto muito bem em **Memória Silêncio e Esquecimento** trata principalmente do “*esquecimento*” proposital dos judeus que ajudaram a exterminar judeus para salvarem a própria pele nos horrores da 2ª GM. Aliás, M. Pollak era discípulo de Halbwachs que apesar de seu positivismo tem estudos interessantes que prenderam a atenção deste dissertador.



O que temos de fazer é reunir uma ampla variedade de informações fragmentárias: construir o quebra-cabeça, formular como tais informações deveriam se encaixar. (HOBBSAWN, 1998. pp. 221,222).<sup>19</sup>

F. Engels ao escrever uma carta aos trabalhadores ingleses em seu prefácio do livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” revela uma atualidade metodológica impressionante e a coincidência de objetivos que faço ao estudar os militantes do MST e sua formação política. Ao ver que Engels não só estudou as fontes abstratas burguesas, como jornais, revistas, cartazes, catálogos, mas também realizou um trabalho de coleta de entrevistas aos ingleses ainda no século XIX o que chamaríamos hoje de *história oral* em busca da situação real e consciência de classe do trabalhador inglês, somente aumentou a admiração por ele e mostrou que o caminho cauteloso e diligente quanto às fontes desta pesquisa sobre a formação do militante Sem-Terra, escolhido é o mais coerente a ser seguido, como exemplo de postura científica e compromisso com as classes subalternas,

Trabalhadores é a vocês a quem dedico uma obra na qual me esforcei em apresentar aos alemães um quadro fiel de vossas condições de vida de vossos sofrimentos e lutas. Vivi entre vós para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência as quais consagrei a atenção examinando documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo não me contentei com isso: não me interessava somente um conhecimento abstrato de meu tema eu queria conhecer vossas casas, vossas vidas cotidianas, debater convosco vossas condições de vida e seus tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político dos seus opressores.. Estou feliz, porque vivi muitas horas alegres dedicando-me a conhecer vossa verdadeira existência e orgulhoso por que desse modo pude fazer justiça a uma classe de homens oprimidos. Orgulhoso também porque tive a oportunidade defender o povo inglês de sua classe média (burguesia).<sup>20</sup> (ENGELS, 2007, p. 35).

A História oral e a Memória verdadeiramente trazem dilemas e dificuldades para o pesquisador, mas ao mesmo tempo não podemos descartá-la. Deve-se usá-la, a exemplo de Engels, Thompson e Hobsbawm e todos os marxistas históricos. Não obstante, as dificuldades do método são tremendas. Geralmente o olho clínico do pesquisador encontra sintomas de tendenciosidade ufanista, mágoas pessoais, desejos de vingança e juízos de valor. *Fazer história* com segurança através destes expedientes *memorialistas* e *jornalísticos*, baseado em relatos pessoais torna-se dificultoso. Sempre haverá nos depoimentos dos entrevistados a defesa de seus modos de vida e de pensar o mundo de maneira: vaidosa, volátil, volúvel e insegura para a confirmação das fontes científicas. Quanto aos entrevistadores, seus intentos iniciais sinceros e/ou escusos, só colocam em suas pesquisas aquilo que não afetará suas vinculações ideológicas acadêmicas, não magoará seus mentores e orientadores, qualquer

<sup>19</sup> ERIC, Hobsbawn. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. pp. 221,222.

<sup>20</sup> ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007, p7.

relato contrário a sua classe e círculo de amigos acadêmicos é sonogado, alterado, descartado com muita tranquilidade, sem escrúpulos ou remorsos.

Metodologicamente, para não eliminarmos completamente este método da pesquisa, utilizou-se deste procedimento somente para indicar as evidências através da memória do grupo. Houve um cruzamento de fontes jornalísticas de naturezas distintas, mas que apresentam possibilidade de serem verificadas com rigor científico. As afirmações dos intelectuais citados permitem problematizar a formação militante compartilhadas com os ideais de grupo, no sentido de consolidar os movimentos a partir da invenção de suas tradições e costumes em comum. Portanto, acompanharemos E. G. Hobsbawn em suas suspeitas, mesmo sem abdicar completamente do método, o utilizamos como aconselha. Contudo, para esta pesquisa, servirão apenas como amostras, experimentos para apontar indícios, rastros, pistas, sombras. Verdades e mentiras que deverão ser averiguadas, aceitas ou rejeitadas. Caso haja a aceitação do indício jornalístico, devem-se buscar documentos mais legítimos e autênticos que ele para sua comprovação. Aliás, com pequenas amostras, trechos de testemunhos e depoimentos parciais, nunca se conseguirá provar nada muito menos a verdade. Portanto, a metodologia da história oral não serve como fonte histórica confiável, devido sua insuficiência e as circunstancialidades emocionais de seus entrevistados e entrevistadores e, sobretudo problemas de sua autenticidade.<sup>21</sup> Não descartamos estes problemas nos documentos escritos e oficiais, pois, são tão difíceis quanto os orais em sua autenticação, mas pelo menos testifica o momento histórico (psicológico) de quem elaborou tal documento. Ou seja, sempre deve haver algo da macrohistória com que comparar e cotejar para avaliar os resultados da pesquisa micro-histórica, oral e memorialística.

“A fonte oral parece correta às vezes não é claro que também podemos compará-la com alguma fonte independente verificável e aprová-la por que pode ser confirmada por tal fonte. O problema crucial é o de saber em que podemos acreditar quando não há nada para cotejar”. (HOBSBAWM, 1999. p. 263.).

A seleção dentro de certos limites é constantemente mutável. É provável que amanhã ou no ano que vem seja diferente. No momento nossos critérios para julgar as fontes orais são quase intuitivos ou não existem. A metodologia da história oral não é meramente importante para checar a confiabilidade das fitas de reminiscências de velhas senhoras e senhores.

Como podemos reconstruir as percepções originais ou a formação do mito? Podemos isolá-los. Elas não exigem a coleta e interpretação de fitas e questionários retrospectivos, mas experimentos.

## **Fundamentação teórica e procedimentos metodológicos.**

---

<sup>21</sup> Carlo Ginsburg propõe o método indiciário para a análise das fontes da microhistória, da história oral e Memória. Coloquei em nota porque ele não faz parte de meu referencial, Giovanni Levi e Peter Burke principalmente no repúdio ao relativismo. O prof. Antônio Edmilson os classifica como positivistas mascarados creio ter razão, mas não os descarto.

Nossas referências teórico-metodológicas estão fincadas no campo do marxismo e tratarão da atualidade do capital, da práxis, da consciência como mediação do trabalho, das categorias centrais da dialética: totalidade e mediação, necessidade e liberdade, da história, da cultura e das classes sociais. A metodologia escolhida a ser seguida se concentrará nas ambiguidades dos significados e seu registro em fontes documentais de natureza diversa. Serão esmiuçados: os discursos, as atitudes governamentais de intelectuais e ativistas. Afirmamos que rejeitamos todo e qualquer argumento pós-moderno que esteja ligado as suas recorrentes hostilidades ao marxismo em suas versões pós: pós-colonialismo, pós-estruturalismo; pós-marxismo, entre outras muito recorrente para dar ares de novo às pesquisas àquilo que é muito velho, i.e. o positivismo nas ciências sociais e o irracionalismo.

Para a comprovação, aceitação e rejeição das hipóteses provisórias formuladas o nosso referencial teórico-metodológico dará o suporte filosófico necessário na busca da verdade científica. A paráfrase exegética crítica foi o método escolhido, por trazer mais segurança às informações registradas e cotejadas. Os referenciais teórico-metodológicos contidos no conjunto da obra de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Antônio Gramsci e Karel Kosik serão o alicerce deste estudo. O domínio dos conceitos histórico-filosóficos, das noções e categorias próprias do materialismo histórico e dialético permitirá desenvolver a dialética da formação/aplicação e a sua aceitação/rejeição, ativo-passiva das classes subalternas, a partir da compreensão do trabalho intelectual e de suas múltiplas mediações. Esta pesquisa também segue o referencial de cientistas Marxistas: E. P. Thompson, E. G. Hobsbawm, R. Willians, Ellen Wood e J. Foster, A. Ahmad, K. Malik, F. Jameson, David Harvey e outros marxistas críticos dos revisionismos pós-moderno defensores dos clássicos sob perspectiva crítica. O trabalho de pesquisa será embasado nos conceitos de experiência e costumes em comum, sob a perspectiva da Lógica Histórica de Thompson o qual trabalha com a vivência real, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultadas da ação humana objetivada. Entretanto, deve-se estar atentos para a utilização do aparato teórico de Gramsci e Thompson. Pois, devido ao que Marcelo Badaró afirma ser um fenômeno de "*domesticação*", "*suavização*" do poder revolucionário Marxista destes pensadores. Neste trabalho, o marxismo é entendido de forma ampla, não ortodoxa e não revisionista, que tem no conjunto da obra de Karl Marx e Friedrich Engels os pressupostos ontológicos do materialismo histórico e epistemológicos do materialismo dialético, o fundamental, em nossa concepção, para a compreensão do real. O materialismo histórico e dialético de Marx e Engels referendado por Karel Kosic em "A Dialética do

concreto” será utilizado por ser o meio mais seguro de alcançar a concretude da realidade. Aplicam-se, portanto, as bases metodológicas e conceituais do aparato marxista, para o qual a vida e a consciência se constituem de matéria em movimento permanente (indivisibilidade do real). A história e as relações sociais no capitalismo atual são indissociáveis entre si e simultâneas tanto na sua base quanto na sua superestrutura.

Metodologicamente, o materialismo histórico e dialético defende que se devem apreender as leis internas dos fenômenos, “a sua essência”, pois são elas quem governam as *formas* as quais são apenas *aparências* da verdade, que conduz a noção de arranjo arbitrário, convenção, invenção. A concepção materialista marxista despreza noções aparentes da realidade. Para Marx, nos fenômenos existe uma unidade estruturada em toda sua multiplicidade, existe a *essência* em todos os fenômenos, a qual deve ser buscada a todo custo, pois, é nela que está a verdade tão almejada que elucidará os problemas científicos. Aliás, qualquer formulação baseada em aparências e na forma está fadada ao erro, à mentira. Marx disse “As circunstâncias fazem o ser humano, na mesma medida em que este faz as circunstâncias.” “Devemos buscar apreender a essência nas aparências...”.<sup>22</sup> Ele reivindicou a tarefa de apreender a essência das condições históricas, a apreensão da totalidade em detrimento das aparências, das formas e dos fragmentos.

Conseqüentemente, para se obter êxito nas tarefas científicas e filosóficas, ensina a lógica marxista que o observador deve partir das partes maiores em direção das menores e somente depois de escrutinadas ao extremo separadamente, pode-se voltar e refazer o caminho de reconstrução, desta vez com o entendimento total das partes reunidas. Agora, a aparência, a forma, as sombras, e a mentira são excluídas. Surge, então, uma nova interpretação do fenômeno, diferente daquela que iniciou o processo de pesquisa. Ou seja, não se terá mais o precário entendimento inicial ao terminar o processo científico de pesquisa.<sup>23</sup>

Segundo Kosik (1995), antes de ser um princípio epistemológico ou mesmo uma exigência metodológica, a totalidade é uma resposta à pergunta: que é a realidade? Isto porque a totalidade é a compreensão racional da realidade concreta como um todo dialético (...) *em curso de desenvolvimento e de autocriação* (1995, p.43). A totalidade permite o movimento recíproco das mediações, dos processos sociais e de um conjunto amplo de fenômenos, atingindo uma articulação concreta enquanto realidade, onde o fenômeno como um momento particular da totalidade assume uma dupla função: (...) definir a si mesmo, e de outro, definir

<sup>22</sup> Cf bibliografia lida e consultada e vinculada deste trabalho: Karl Marx, Friedrich Engels, Wladimir Lênin. GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética de História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª. Edição, 1981. KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Edição 1969. MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. R.J, Zahar, 1965. MARX, Karl. **Textos Filosóficos**. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1975. **O apoio de Silva foi marcante para a formulação destes procedimentos todos os créditos vão para ela.**

<sup>23</sup> Heráclito disse: jamais a mesma pessoa entra nas águas do mesmo rio. Aliás, análise significa separar dividir.

o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. (1995, p.49). Defende que: “o método dialético se constitui nesta descoberta do caráter mediato do fenômeno, de seu movimento interno e oculto como produto da práxis humana, onde a realidade é a própria unidade dialética entre essência e fenômeno.” (Kosik, 1995, p.20-21). Os movimentos que constituem o fenômeno ao serem apreendidos no campo das mediações permitem a apreensão das determinações reais dos processos sociais, como também a reconstrução histórica do fenômeno. Permitem ao investigador realizar o movimento do abstrato ao concreto como (...) *maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado.* (Marx, 1974, p. 123).

A história como ciência da produção da vida humana, segundo Marx e Engels, trata da atividade consciente dos indivíduos reais no processo de criação de suas condições materiais de existência social. Conforme esta concepção, a história humana compreende a totalidade das ações dos homens a partir das relações sociais que estabelecem com a natureza, com a sua produção, com a forma de sua atividade, com a forma como exprimem sua atividade e com o resultado de sua atividade. (1984, p.15). A reprodução da vida implica num intercâmbio material e espiritual que atravessa universalmente todos os indivíduos, como base da própria sociabilidade humana. A história como produção da vida também se anuncia como trabalho e como práxis. A história como movimento dialético do trabalho gerador de práxis emancipatórias e de estruturas alienantes, materialmente e subjetivamente construtoras da vida social, política e cultural dos homens.

Antônio Gramsci segue de perto estas orientações e as acrescenta em muito para o marxismo atual, nos pontos em que os fundadores do Marxismo não se aprofundaram, mas que deixaram pistas indeléveis que colaboram com vários conceitos e categoria de Gramsci para esta pesquisa seguimos de perto seu cabedal teórico metodológico que será exposto. Em nossas pesquisas exploratórias observamos que vários são os rótulos dados às várias perspectivas que buscam entender a economia política global das relações internacionais partindo de Gramsci. “Marxismo Aberto”, “Historicismo Coxiano”, “Neogramscismo”, “Materialismo Histórico Transnacional”, “Transnacionalismo Gramsciano”, “Escola Italiana das Relações Internacionais” e “Escola Neogramsciana” são exemplos. O ponto comum de tais perspectivas é a aplicação do método materialista histórico ao estudo das relações sociais transnacionais, o que compreenderia: 1) uma filosofia materialista da história que levaria ao

primado ontológico das relações sociais de produção; 2) uma rejeição da separação entre sujeito e objeto e a adoção de um entendimento dialético da realidade como uma totalidade dinâmica e como uma unidade de opostos; 3) o método de abstração de Marx, conforme explicitado nos Grundrisse. Todavia, há diferenças de enfoque entre tais perspectivas. Assim, buscar-se-á apresentar as perspectivas de três autores particulares: Robert W. Cox, Stephen R. Gill e Mark Rupert. Adam David Morton. Callinicos (2007) postula a existência de três posicionamentos teóricos. Há, segundo esse autor, um grupo de "transnacionalistas" (Michael Hardt e Antonio Negri, William Robinson), "hegemonistas" (Leo Panitch e Sam Ginden) e "neo-imperialistas" (David Harvey, Peter Gowan). Escreve Gramsci:

O papel do intelectual e a autonomia do intelectual - O intelectual é considerado por Gramsci “força autônoma”, independente da “camada social em que gravita”. Mesmo quando lança idéias que são aproveitadas pelo proletariado, este o mantém “organicamente” afastado. A origem intelectual, ou o privilégio intelectual criaria certa desconfiança entre as bases operárias. Gramsci teria mostrado que a autonomia do intelectual, diante das classes dominantes é impossível, e se tornaria mais difícil à medida que o intelectual criasse “nome”. Assim sendo, o intelectual é colocado como o “representante da hegemonia do grupo dominante”, que faria a ligação indissociável e simultânea entre a superestrutura e a infraestrutura. No partido um intelectual tradicional que passa a fazer parte do grupo confunde-se com os intelectuais orgânicos mais efetivos no Estado. O partido é o intelectual coletivo de uma classe, tem função diretiva e organizativa, educativa, intelectual; é nele que os intelectuais superam os localismos e as parcialidades de classe para assumir papel nacional e internacional de um projeto único de nação, vencidas as disputas internas e externas para a eleição do projeto vencedor. Para Gramsci, os intelectuais tradicionais se detêm às suas bases acadêmicas sem de fato conhecer as massas e sua cultura, por isso, são incapazes de apreender as reais necessidades da população. Desta forma, se fundam de vez a relação nova e revolucionária, que liga os intelectuais aos proletários dentro do “bloco histórico”. Os intelectuais só poderão cumprir a sua “função de agentes da hegemonia” fazendo-se a unidade entre ação e idéia, o que torna imprescindível a relação entre teoria e prática, que é o único caminho de se articular o proletariado e o intelectual dentro da classe. Assim, Gramsci conclui: todos os homens são filósofos, porque pensar é próprio do homem como tal, a não ser uma personalidade patológica. O que separa um grupo do outro (intelectual e o não intelectual) não é a forma de conhecimento em si mesmo, mas um tipo de logicidade do pensamento, a coerência sistemática, a possibilidade de usar a história do pensamento, o seu

sentido nas ações e tentativas de explicações do mundo. Assim, nestes termos, Gramsci define duas categorias de intelectuais: o orgânico, advindo da classe social que o gerou, tornando-se homogeneizador e o tradicional que acredita estar desatrelado destas, a pairar no ar.

Gramsci defende a Centralidade da Cultura de uma associação cultural que fixe objetivos de classe da ação econômica e política. A organização da cultura sistematiza as instituições da sociedade civil cuja função é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade. Tendo em vista a luta de classes que é o Conflito das idéias pela Hegemonia e pelo Consenso, perpassa a Sociedade Civil e o sistema de organização da cultura. As Classes exercem sua Hegemonia pela Cultura, ganham aliados mediante a Direção Política e o Consenso. Os seus portadores materiais são os "Aparelhos Privados de Hegemonia" organismos sociais coletivos relativamente autônomos. Diferencia Classe Dirigente e de Direção, uma classe para ser dominante precisa ser Dirigente. Também superou a dicotomia Base e Superestrutura elas se determinam por uma complexidade de relações sociais indissociáveis e simultâneas. A base não determina nenhum reflexo na superestrutura e vice versa menos a superestrutura cultural determina a base infraestrutural muito mais porque cultura não faz parte da superestrutura ela se constrói na base, ela é material construída pelas relações de produção. Criou o conceito Bloco Histórico que depende da união das correlações de força inseridas na Totalidade das Relações Sociais unidas em favor de um objetivo. Gramsci relaciona conceitos da Revolução Passiva, "Guerra de Movimento" e "Revolução Permanente" entre "Guerra de Posição" e a conquista da "Hegemonia Civil" como uma via para o socialismo nos países capitalistas centrais visto que não havia meios para a tomada do poder pela força. A revolução passiva se verifica no fato de transformar a estrutura econômica "de maneira reformista", de individualista em economia segundo um plano e o aparecimento de uma "economia média" entre a individualista pura e aquela segundo um plano em sentido integral, permitindo a passagem a formas políticas e culturais mais avançadas sem cataclismos radicais e destrutivos em sua forma final. O corporativismo pode ser, portanto, o caminho de passagem para uma "economia média", que substitui o velho mecanismo autorregulado através do mercado e da livre-concorrência por "elementos de plano", isto é, com instrumentos de controle do ciclo e das contradições. Nesse quadro, as classes produtoras de poupança podem continuar a existir como tais e desempenhar o seu papel, porém, no interior de uma modificação substancial em sua relação com a acumulação e o processo produtivo que é agora mediado pelo Estado; o próprio processo da crise leva a massa de poupadores a desfazer-sedas ações e encaminhar-se para os títulos de Estado.

A Teoria Ampliada do Estado: O Estado é assim investido de uma função essencial no sistema capitalista, torna-se uma empresa que concentra a poupança para colocá-la à disposição da atividade privada, isto é, torna-se “investidor a médio e longo prazo”. Mas, uma vez assumida esta função, por necessidade econômica imprescindível, o Estado pode desinteressar-se da organização da produção e do comércio? O Estado é, assim, conduzido necessariamente a intervir para controlar se os investimentos feitos por seu intermédio são bem administrados. Através dessas referências, fica mais claro o papel determinante confiado à dimensão política e ao Estado nos processos de “revolução passiva”. O Estado para Gramsci é proposto não apenas como uma totalidade, um comitê que gerencia os negócios da classe dominante como está no manifesto comunista ele acentua as relações sociais recíprocas dentro deste estado, como Marx e Engels falaram, mas não aprofundaram, mas este comitê busca nutrir quem o mantém no poder, a sociedade civil. O Estado não é somente a “sociedade política”, no sentido mais amplo, mas também a “sociedade civil”. “o Estado é a sociedade política somada à sociedade civil: o que é igual a uma hegemonia protegida pela coerção. o Estado é dividido em: Sociedade política que compreende os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar e Sociedade civil formado pelos organismos privados, (que é o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias e compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, etc.).

A sociedade civil é onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, é o lugar de disputa pelo poder e a dominação. A Hegemonia do estado é concebida enquanto direção e domínio, isto é, como conquista, através da persuasão e do consenso por meio da cultura, não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas no modo de pensar, nas orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer o mundo. A hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social, não se restringindo ao aspecto político, mas compreendendo um fato cultural, moral, de concepção do mundo. Gramsci acompanha Marx na concepção do espaço das relações de produção e trabalho sustentado pela Cultura. A Cultura Hegemônica imponente gera o Consenso apoiada pela Coação/Coerção. Política e Estado em Gramsci são inseparáveis da Cultura até as Forças Armadas vulgarizam visões de mundo. A transformação social - e do Estado - nas sociedades ocidentais só pode ser obtida mediante a proliferação de multiplicação das vontades coletivas organizadas disputando a imposição aparelhos de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil de



um único projeto hegemônico.

Thompson, seguindo a concepção marxista da história, seguiu de perto os conceitos e categorias de Gramsci, sobretudo as fontes relacionadas a materialidade dos costumes em comum e das relações culturais na formação das classes, a qual compreende a classe a partir da dinâmica própria das relações sociais dentro de processos históricos e de realidades particulares, ou seja, como um (...) fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência (...) (1987, p.9). Portanto, a questão da classe social deve ser definida em termos históricos, emergindo de processos que materializam uma formação social (relações e práticas sociais) e cultural (tradições, valores, instituições, etc.). Por isso, deve ser compreendida dentro de um contexto histórico real: (...) A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (ibid. p.12). Classe, enquanto fenômeno social surge desta contradição que acaba por subordinar a formação dos indivíduos. Segundo Marx, (...) Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe, de resto contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se face aos indivíduos pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida. Como esta subordinação dos indivíduos à classe se desenvolve numa subordinação a toda a série de representações (...). (1984, p.83). Se a raiz da compreensão da questão da classe social está na história, no processo histórico enquanto método de conhecimento da realidade (Marx, 1974), as experiências humanas devem ser analisadas como elementos fundamentais do processo de formação da classe social. As tensões da realidade pressionada pela luta social acabam por criar experiências com densidade social, política e afetiva que dinamizam e materializam a formação da consciência de classe. Nesse sentido, a questão da experiência apresentada por Thompson (1981, p.16), avançando na questão de como a experiência pode ser alcançada ou mesmo produzida. Thompson: (...) a experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (id.) Está clara nesta colocação de Thompson a recuperação da antiga tese de Marx: (...) Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (1984, p.23). Thompson afirma que a prática do conhecimento histórico deve partir da suposição de que (...) a evidência de que está utilizando tem uma existência real (determinante), independente de sua existência nas formas de

pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou alguma compreensão aproximada dele) é o objeto do conhecimento histórico. (1981, p.37-38). Ou seja, ao mudarem sua realidade através da experiência concreta os homens mudam seu pensamento, assim como os produtos do seu pensamento. Neste sentido, a consciência é uma mediação do ser social, tendo em vista que se modifica no todo processual da mudança da própria realidade do ser social. Como mediação concreta, a consciência possui um poder significativo na totalidade do ser social, interferindo dialeticamente nas experiências humanas. (Lukács, 1978, p.5-6). Conceber a experiência como elemento de referência significa buscar um conhecimento capaz de dar conta dos processos formativos reais da classe social. Daí a importância de compreender, em Thompson, o (...) diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem á experiência. (1981, p.42).

Hobsbawm a respeito da questão das classes sociais e da consciência de classe afirma que: A classe é uma realidade histórica vivenciada diretamente no capitalismo, embora possa ser percebida em outras realidades históricas (sociedades pré-capitalistas) combinada com outras estratificações sociais como, por exemplo, as relações de parentesco (2000, p.37). Sendo a consciência de classe um fenômeno da sociedade industrial, ele aponta para as complexidades sociais intrínsecas às classes, bem como para a influência do caráter nacional na formação da consciência de classe (id, p.41). Hobsbawm nos chama a atenção para duas complexidades no processo de formação da consciência de classe. A primeira diz respeito às relações que se estabelecem entre as formas de consciência de classe, e as ideologias nelas baseadas, e o próprio desenvolvimento histórico. Segundo Hobsbawm, estas formas de consciência de classe podem estar ou não em harmonia com o desenvolvimento histórico, ou mesmo, podem em determinados momentos estar e em outros não, ele aponta para a existência de uma dinâmica própria entre consciência de classe e processo histórico (p. 44).

Jameson (2001)<sup>24</sup> compreende a atualidade do capital como um movimento dialético entre as dimensões da cultura e da economia, que constrói formas pós-modernistas de imperialismo. Toma como exemplo os tratados econômicos impostos pelas grandes corporações multinacionais. Estes tratados apresentam cláusulas de políticas culturais, como a OMC e o NAFTA, onde as mercadorias produzidas pela cultura de massas americana são consumo obrigatório para os Estados-Nação que representa a parte fraca do contrato. O multiculturalismo torna-se parte imprescindível tanto de um controle de mercado quanto da

---

<sup>24</sup> JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. RJ:Editora da UFRJ, 1994. \_\_\_\_\_. A cultura do dinheiro. Ensaio sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. apud Silva (2005).

dominação política, tornando-se determinante inclusive de uma “colonização” das formas sociais tradicionais, visto que interfere diretamente no modo de vida das populações. Para além da questão da cultura de massas ou do mercado global, da associação com o espírito da “pós-modernidade”, da revolução das tecnologias de informação e do hibridismo das culturas locais, a globalização implica no acirramento das contradições entre capital e trabalho. A geopolítica mundial reorganiza-se ora aprofundando, ora alargando as relações centro-periferia, através de (...) uma rápida assimilação de mercados nacionais até então autônomos e de zonas produtivas a uma só esfera, o desaparecimento da autosuficiência nacional (por exemplo, alimentos), a integração forçada de nações do mundo inteiro à nova divisão global do trabalho (...) (ibid. p. 46). Sendo uma face da atualidade do capital, a globalização possui como marca a aceleração de sua reprodução, a concentração de riqueza e poder e a intensificação da negação da vida humana. Não há como falar no mundo das redes virtuais, onde a forma capital controla e circunda o globo na velocidade da luz, sem considerar a materialidade de um mundo onde os homens ficam sem forma social, sem trabalho, sem atividade prática, sem identidades sociais, culturais ou políticas que os reconheçam no futuro. Afirma que a coletividade social é o ponto crucial da elaboração de uma resposta política verdadeiramente inovadora e progressista à globalização. (Jameson 2001, p.41)

Raymond Williams também colabora para a construção deste referencial. Ele reviu a relação do Economicismo e a Culturalismo (dois reducionismos de polos opostos na elaboração do Materialismo Cultural e criticou as relações entre Marxismo e Literatura, isso se fez do seu contato com Brecht e Lukács, sob os Estudos Culturais, Escola de Frankfurt, e a Hegemonia de Gramsci tomando-o como noção central na descrição do processo de produção da cultura. Apropriou-se de Bakhtin “a linguagem como uma atividade social prática numa relação social”. A linguagem é consciência prática na atividade social e produtiva, é a articulação da experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica. Em Williams, a consciência é social e dialética na transformação subjetiva é uma atividade material prática e é um meio de produção material assim, superou as concepções reducionistas que colocavam a cultura como superestrutura determinada pela infraestrutura ou vice-versa. Para ele a Determinação está na Totalidade do Processo das Relações Sociais: Cultura é um dos meios de produção e reprodução da vida real. A cultura é força produtiva, essencial na produção de sociedades. Criticou a teoria do reflexo, que via na consciência social e individual um reflexo da realidade, em resumo, não aceitava a mediação entre base e superestrutura nas obras literárias. Williams resgatou a concepção de hegemonia de Gramsci,

que sugere que determinada classe domine e subordine significados, valores e crenças a outras classes. Willians verifica que cultura no contexto da experiência humana é sempre social e material. Cultura é história! Cultura é material! Cultura é comum! Cultura é ordinária! Seu sentido e função variam segundo as transformações nas relações sociais.<sup>25</sup>

Quanto à separação entre o “econômico” e o “político” das relações sociais, Ellen Wood, defende o arcabouço clássico do materialismo histórico e dialético, salienta que sua intenção é oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo, a fim de mudá-lo. Lembra a 11ª tese sobre Feurbach ressalta que isto era mais que um simples *slogan* panfletário. Explica que o marxismo procurava um tipo de conhecimento capaz de esclarecer os princípios do movimento histórico e os pontos nos quais a ação política poderia intervir com mais eficácia. Wood observa que após Marx, o *marxismo* perdeu esta orientação. O problema não é só teórico, mas também prático, pois as lutas operárias foram impregnadas de *reducionismo e economicismo* (p. 27).

Para Woods a separação entre o político, o econômico e o cultural é uma estratégia do Capital para enfraquecer a interpretação da *realidade concreta*, diminuir a força das lutas operárias e aumentar a capacidade de acumulação. Os *marxismos positivistas* não observaram Marx e condicionaram a base determinante à superestrutura determinada como um reflexo da base infraestrutural. Segundo Woods, estes *marxismos* afirmam o que Marx nunca disse! Ele apenas criou metáforas para explicar a totalidade das relações sociais em mudança constante e ininterrupta; os defensores da *base determinante e a superestrutura determinada* municiam as teorias liberais e positivistas que reforçam esta separação entre o econômico e o político.

Wood explica que as metáforas de Marx não querem dizer que a “base” econômica se reflita em instituições “superestruturais” e por elas sejam mantidas, mas que a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas e jurídicas em particular: formas de propriedade e de dominação específicas no tempo e no espaço. Ao separar o sistema de seus atributos sociais específicos, os economistas burgueses e marxistas desavisados demonstram “a eternidade e a harmonia das relações sociais”; recusam a luta de classes e o conflito como motor da história. Ainda segundo Wood, os “*marxistas vulgares*” colocam duas instâncias separadas e herméticas, impõem o reducionismo em que a base é determinante das relações sociais e as superestruturas são determinadas por esta base. Ressalta que não há duas instâncias separadas nas relações sociais capitalistas, mas uma única, ao contrário dos “*marxistas políticos*” que afirmam haver duas esferas que interagem ao mesmo tempo, mas,

---

<sup>25</sup> WILLIANS R. *Marxismo e literatura*, civilização brasileira. 1977

para Wood só existe uma, com vários momentos e aproximações simultâneas que dinamizam o funcionamento do modo de produção.<sup>26</sup>

Harvey Trata do poder político do Estado, mostrando a relação entre o mesmo e a acumulação de capital, por espoliação”, ou da natureza permanente do capitalismo de demandar “acumulação primitiva. O papel do Estado na acumulação por espoliação para Harvey vai identificar essa base material no dinheiro, na capacidade produtiva e na força militar. A ênfase na hegemonia norte-americana sobre o bloco capitalista e no exercício do poder político. Segundo Harvey, os Estados Unidos puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando as Nações Unidas e a OTAN a fim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influência da União Soviética e da China. Além de apoiar a derrubada de governos democraticamente eleitos os Estados Unidos buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como uma rápida expansão da acumulação capitalista. Os Estados Unidos constituíram-se como o bastião dos direitos individuais e projetaram no exterior o pró-americanismo, com ataque multicultural aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade dos “valores americanos”. Os Estados Unidos passaram a ser vistos como o principal motor da acumulação de capital, capaz de liderar e arrastar o resto do mundo. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos brandos e/ou violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros” (Harvey, 2003, p. 129). Para Harvey (2003), a acumulação por espoliação “está no cerne das práticas imperialistas” (p. 144). Trata-se de um novo-imperialismo, que é a releitura do imperialismo original: O novo-imperialismo, trata-se do velho imperialismo em um tempo e um lugar diferentes. Seu traço constituinte é a acumulação por espoliação, ou, simplesmente, a acumulação primitiva. A partir destes pré-requisitos, a incorporação nas cadeias imperialistas surge como resultado de pressões econômicas, geopolíticas e militares, de um Estado sobre outro.

Finalmente, após a exposição das abordagens conceituais teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético, bem como os procedimentos de investigação próprios da História, acredito dispor de um instrumental que me permita desenvolver o projeto. O esforço concentra-se na utilização de categorias e noções específicas para análise de discursos

---

<sup>26</sup> WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003. Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster. **In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda**, ed. with John Bellamy Foster (Monthly Review Press, p.199

políticos de natureza diversa, associando-os a processos conjunturais específicos. Quanto á compilação da documentação seguiu-se o ensinamento de Marc Bloch, “O verdadeiro historiador não é o que sabe, mas o que procura”.<sup>27</sup> e Lucien Febvre (1997) afirma que o pesquisador deve escolher o arcabouço teórico com que quer trabalhar, deve selecionar os mais pertinentes e descartar os inúteis, para com ele sustentar sua visão científica, comprometido ético-moralmente em expor a verdade que as fontes apresentarem e a realidade concreta do fenômeno abordado mesmo que vá contra suas expectativas. “O cientista, qualquer que seja, escolhe sempre e, aliás, toda a história já é escolha, devido ao simples acaso, que destruiu aquele testemunho, aquele vestígio do passado, aquele conjunto de documentos e salvaguardou aquele outro”.

Após estas devidas explanações teóricas e metodológicas para a compreensão desta dissertação apresentamos o primeiro capítulo subdividido em três pontos: O primeiro tópico apresenta uma historiografia dos principais autores sobre a questão agrária em todos os seus temas mais importantes como: a história dos movimentos sociais, história dos sindicatos, história dos partidos políticos, será uma a exposição de obras e autores e seus resultados de pesquisa. A importância deste levantamento historiográfico se fez necessário para saber o que se escreveu sobre o assunto e para levantar dados bibliográficos e documentais para a pesquisa do tema.<sup>28</sup> O segundo tópico será apresentado uma contextualização, a respeito dos conflitos agrários e seu desenrolar até a chegada oficial do MST ao cenário nacional, sob o corte cronológico e historiográfico de 1928 – 1984 o qual perpassa pela criação do BOC/PCB até o fim do governo ditatorial civil-militar de 1964 em 1985. O terceiro momento tratará dos aspectos históricos da oficialização do MST pelos seus integrantes como movimento dos trabalhadores rurais organizados. Serão abordadas as alianças do MST com organizações de diversos matizes, a luta por territorialidade e espacialidade e as influências incorporadas ao seu ideário no decorrer da sua história. Este momento será balizado pelos trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes, com a sua história socioterritorial do MST, tendo como perspectiva as categorias território e espaço. Com este esforço será possível vislumbrar o MST com suas dificuldades atuais. No segundo capítulo, haverá uma discussão sobre a construção teórica dos princípios orgânicos à luz dos marxistas históricos ensinados no

---

<sup>27</sup> Bloch Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>28</sup> A bibliografia desta seção está contida na historiografia compilada nos trabalhos de: WELCH, Clifford A. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006. MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. Dal Moro, Maristela: *MST – Significados e Antecedentes Históricos do MST O Significado da Luta Pela Terra Hoje*. Anais do VII Encontro em Serviço Social, Brasília, p. 193-198, 2000.

processo formativo da base, serão verificadas as antinomias e dicotomias teórico-conceituais do MST, destaca-se entre tantas: autonomia x submissão; espontaneísmo x organicidade; centralização x descentralização. Será verificada a coerência destes pares dicotômicos componentes do processo orgânico-formativo referentes à construção da militância nos moldes e padrões estabelecidos pela ENFF para a formação militante da base. O terceiro capítulo se expõe e discute, também à luz do marxismo, os princípios orgânico-formativos do MST ensinados na ENFF para militância da base. Nele serão avaliados os princípios: filosóficos, organizativos e pedagógicos, e será apresentada a estrutura orgânica do MST e da ENFF. Será ainda abordada a pedagogia do movimento, a ação direta do MST, suas especificidades relativas ao processo formativo, o acompanhamento político e o processo de escolha dos militantes.

No quarto capítulo, após a reconstrução histórica do MST e dos princípios de sua pedagogia, apresentamos as linhas políticas da formação do MST, bem como sua relação orgânica com a estrutura organizativa. Apresenta-se a construção da ENFF, exporemos o início da construção do espaço físico com suas dificuldades, lutas, resistências, perseveranças, as discussões internas no cotidiano, o apoio logístico, intelectual e financeiro para a formação militante<sup>29</sup> Num segundo momento apresentamos a particularidade da construção da nova sede da ENFF, com seus objetivos e métodos de construção bem como, as particularidades e especificidades da ENFF, seus objetivos e metodologia de ensino formativo, sua constituição orgânica, seu organograma de funcionários permanentes, cursos realizados, etc.

O quinto capítulo será feita uma breve compilação das pesquisas sociológicas e jornalísticas que tem a relação social: Mídia, ação direta e as instâncias do MST na qual procuraremos observar nas pesquisas realizadas por especialistas e nas falas dos entrevistados e entrevistadores a repercussão na mídia sobre as linhas políticas da formação do MST e, sobretudo a construção da ENFF. Será observado a falta de objetividade da Grande Imprensa em satanizar os movimentos sociais de maneira leviana e a defesa na íntegra de alguns simpatizantes do MST a estas hostilidades.

---

<sup>29</sup> Serão utilizados os trabalhos de: **Silva, Roberta Maria Lobo Da. A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes** Tese de doutorado em Educação da UFF. Orientadora: Prof. Dra. Maria Ciavatta Franco. Niterói Março de 2005. **Princeswal Marcelo. MST e a proposta de formação humana da escola nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica.** UERJ. Rio de Janeiro Julho 2007. **Lerrer. Débora Franco trajetória de militantes sulistas nacionalização e modernidade do MST.** orientação da prof. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros. Tese de doutorado CPDA /UFRRJ- RJ maio de 2008.

## 1 - HISTORIOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO.

“A mudança social mais impressionante e de maior alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato [...] na década de 1930, a recusa dos camponeses a desaparecer ainda era usada correntemente como um argumento contra a previsão de Karl Marx de que eles se extinguiriam”. (HOBSBAWM, 1996: 284).

O objetivo desta contextualização historiográfica é apresentar, ainda que brevemente, a produção histórica sobre o tema dos movimentos rurais no campo em seus mais diferentes aspectos. Verifica-se aqui, as diversas abordagens e as trajetórias dos intelectuais que se debruçaram sobre o amplo e complexo problema da questão agrária no Brasil. Esta apresentação da historiografia dos movimentos sociais visa a partir dos livros, artigos, teses e dissertações apresentados nos maiores centros acadêmicos contribuir para o entendimento e a apontar novas direções para a pesquisa no que tange a formulação de problemas e novas questões que culminarão com a aprovação ou rejeição das hipóteses. Portanto, realizou-se uma exposição das principais pesquisas realizadas, os principais livros e as mais notórias autoridades sobre a questão agrária no Brasil e também um histórico sobre a evolução dos movimentos sociais do campo, suas lutas por organização e sindicalização no decorrer do processo histórico.



## 1.1 As Lutas e Resistências

A partir da primeira década do século XX, foram publicados estudos jornalísticos e/ou sociológicos sobre a questão de terras e a modernização da agricultura, as publicações consistiam em artigos da revista “*A lavoura*” da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) compostas por agricultores progressistas sediados no Rio de Janeiro os quais lutavam contra a SRB, Sociedade Ruralista Brasileira, sediada em São Paulo. Ambas queriam a proeminência dentro das agências estatais, sobretudo, no recém-reimplantado Ministério da Agricultura. Disputavam à época a direção dos assuntos agrários a nível nacional numa luta intraclasse dominante, lutavam para imposição e nacionalização de seus projetos de nação.<sup>30</sup>

No artigo “*O problema da sindicalização rural*” (1943), na “*A Lavoura*” abordou o debate sobre a organização dos trabalhadores rurais. Os estudos sobre o tema tiveram uma dinamização no governo Vargas, pois, não poderia ser diferente, o Brasil era um país agrário-exportador com a maior parte da população e das divisas relacionado à agricultura era necessário que houvesse o controle dos trabalhadores rurais pelo Estado Novo. De 1930 em diante, surgiram sínteses regionais de importância com mais intensidade. Surgem os grandes autores sobre os movimentos nas diversas regiões do país. Como se sabe, havia uma incipiente coleção de obras relacionadas ao tema, todas tendenciosas atreladas a órgãos privados de classe na luta pela imposição de seu projeto de nação a nível nacional ou vinculado as ideologias partidárias caríssimas aos seus proponentes, como foi o caso do PCB e do ISEB, por exemplo, insistentes na destruição dos tais restos feudais do Brasil-colônia os quais custou muito cara insistência do tal feudalismo brasileiro a N. W. Sodré, Alberto Passos Guimarães entre outros intelectuais ligados ao PCB.

Inicia-se a exposição bibliográfica com o livro: *O trabalhador rural brasileiro*, publicado pelo Ministério de Trabalho em 1937, o qual buscava entender a maneira pela qual o Estado com suas agências poderiam aumentar a produtividade das lavouras. A preocupação com a dominação sobre os trabalhadores rurais apareceu em livro após 1939, Pericles Madureira de Pinho, o qual apoiou os latifundiários em defesa dos planos corporativistas do Estado Novo em *O problema da sindicalização rural*. O Estado Novo aproveitou os estudos do ensaio e organizou a Comissão Especial de Estudos da Sindicalização Rural para redigir a sua legislação arbitrária sobre a questão. As discussões pela regulamentação jurídica do

---

<sup>30</sup> Sobre essa questão. MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

espaço agrário continuaram na década de 40 via Congresso Nacional. Trata-se de livros que tem por objetivo enaltecer nas ações de seus deputados interessados no tema. Eles transmitiam a versão da Câmara sobre a história rural em *Escravos da terra* do deputado federal Fernando Ferrari (1963) documentou com indignação a resistência da oligarquia rural. Segadas Vianna em *O Estatuto do Trabalhador Rural e sua aplicação*, (1965) revela a evolução legislativa das leis trabalhistas para o campo (Linhares; da Silva, 1999, p. 91-107, apud Welch, 2006, p.62). Cita-se para a década de 1960 como trabalhos relevantes o estudo do problema agrário brasileiro os ensaios contidos na *Revista Brasiliense* com Nestor Vera (1962), Araguaya Feitosa Martins (1962), Frei Celso Maria em *Os cristãos e o sindicato na cidade e o campo* (1963) e Caio Prado Júnior com o livro *A Revolução Brasileira* (1966). Com o golpe civil-militar de 1964 a produção acadêmica diminuiu, mas não deixou de existir, vários textos foram produzidos, relacionados aos movimentos sociais do pré-64. Clodomir de Moraes, ex-PCB das Ligas Camponesas organizou guerrilhas apresentou discussões sobre a ação dos *camponeses* e operários no ensaio “*Peasant Leagues in Brazil*”. Welch afirma que a transformação das Ligas Camponesas em ícone das lutas agrárias cabe a Cynthia Hewitt (1969), Joseph Page (1972) e Florência Mallon (1978). Por outro lado, as Ligas, não passaram de um movimento reformador sustentado sob bases legalistas, mas com estes trabalhos apologéticos, conseguiu-se transformá-lo em mais do que verdadeiramente havia sido, segundo as versões de Benno Galjart, 1964; e do próprio Francisco Julião, 1968.

As Fundações Ford, Rockefeller, Fullbright, entre outras, realizaram vários trabalhos relacionados à agricultura, financiaram grupos de pesquisa, enviaram os chamados *brasilianistas*, os quais abordaram a relação capital/trabalho, ressaltaram a força do sistema econômico sobre os trabalhadores e seus sindicatos. Mas, antes de tudo, queriam provar que as mazelas sofridas pelo povo brasileiro não era por causa da dependência econômica e pelos opressão imperialista, mas: pelo atraso do país; por ter tido uma mão de obra desqualificada de baixo nível cultural; por ter sido colonizado por uma potência pobre, sem condições de superar suas insuficiências de desenvolvimento e que tinha *o arcaísmo como projeto*.<sup>31</sup>

Outro ponto em que os brasilianistas trabalharam no seu revisionismo exarcebado foi sob o sofisticado pretexto da *desvitimação do trabalhador para humanizá-lo*. Para a implantação deste ridículo sofisma, recusam categorias e conceitos como: modo de produção, imperialismo, classes e luta de classes, massa, populismo entre outras e criaram noções e categorias como a economia dos privilégios, teoria do dom, a noção de pacto, trabalhismo em

---

<sup>31</sup> Alusão irônica à Fragoso e Florentino e a escola revisionista do Rio.

oposição ao populismo. Seus trabalhos, geralmente são estudos de caso, trabalham com amostragens mínimas, e as generalizam anacronicamente para todo o país, criam várias idealizações das populações abordadas, enaltecem exageradamente diversos momentos isolados da história local (microhistória) das administrações imperiais e republicanas, apresentam a construção romântica do trabalhador que confia na Justiça implantada pelos dominantes, é consciente de seus direitos e deveres, e que luta com ímpeto por eles judicialmente e vence. Segundo eles as administrações coloniais não eram tão ruins como afirma a tradição historiográfica, havia o diálogo, a conversa, o acordo mútuo, a negociação. Em outras pesquisas do *tipo*, o trabalhador consciente se senta a negociar com o governo e empresários pelas vias legislativas democráticas burguesas e se associam a eles, pois, observam que houve avanços na jurisprudência trabalhista e na qualidade assistencialista dos governos. As falácias são evidentes. Contudo, na ênfase para *desvitar para humanizar* os brasilianistas e autores brasileiros patrocinados por aquelas fundações, os quais se tornaram seus adeptos em maioria, não conseguiram nem *desvitar* nem *humanizar* o trabalhador, apenas geraram *cúmplices*, ou seja, uma parcela de urbanos e rurais que se venderam aos representantes do Capital, direta e indiretamente tornaram-se lacaios do imperialismo. Afinal, absolveram as classes dominantes de suas culpas e acusações.

Caio Prado Júnior (1966) em seus estudos agrários, por sinal a principal vítima dos ataques revisionistas das fundações americanas citadas, verificou certo avanço para os trabalhadores, com o Estatuto da Terra. Contrariamente, Maria Conceição D’Incao em *O “boia-fria”: acumulação e miséria* (1976) e Lygia Sigaud em *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979) verificaram que as leis trabalhistas instituídas para os homens do campo estimularam a expulsão dos trabalhadores residentes das fazendas, visto que eles se utilizavam precariamente da lei do inquilinato para evitar a expulsão das terras, por consequência, consolidou um exército de mão de obra de reserva, constituídos por subempregados, clandestinos e bóias-frias. Em contrapartida, Verena Stolcke, em *Cafecultura: homens, mulheres e capital* (1986), concordou parcialmente com Caio Prado Júnior. Produziu uma obra de caráter antropológico que discorda das autoras, afirma que as leis não interferiram no processo de expulsão dos trabalhadores rurais, pois, foi o avanço das relações sociais capitalistas no campo, da técnica e da racionalidade científica na produção agropecuária quem promoveu a expropriação dos trabalhadores. Ela afirma que de uma maneira ou outra haveria um excedente de trabalhadores desocupados e com isso, baixos

salários, superexploração e êxodo rural, assim não foi a legislação quem promoveu a expulsão dos colonos residentes, mas o avanço agroindustrial capitalista no campo.

Francisco de Oliveira em *A Crise da Dependência Imperfeita* (1975) ao aludir a não existência de camponeses no Brasil, cunhou o termo *quase campesinato*<sup>32</sup>. Ciro Flamarion Cardoso criou o conceito de *proto-campesinato* e a *Brecha Camponesa* afirma que os escravos são a *gênese* do campesinato brasileiro em oposição a Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira* (1966) e *A Questão Agrária* (1979), o qual afirma que não existiu modo de produção *camponês* ou *feudal* e que nunca houve *camponês* ou *campesinato* no Brasil. Estas são construções pseudocientíficas para Prado Jr, é o mesmo que admitir o feudalismo no Brasil, semelhante aos camponeses europeus que foram assim chamados após o fim das relações feudais deixaram de ser servos plebeus para serem cidadãos camponeses. O termo camponês indica um *Status Social*, uma classe ou estamento, não é profissão ou modo de vida, não varia de acordo com a renda do indivíduo, sentido deturpado inclusive pelos movimentos sociais em estudo<sup>33</sup>.

*A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964)* de Bernardete Aued (1986) estuda os líderes do PCB, a ênfase foi trabalhar com relatos orais e escritos dos militantes do Partido para descobrir os contextos relacionados às diretivas decididas pelo *Partidão*. Elide Rugai Bastos (1984) *As ligas camponesas* e com o mesmo título, Fernando Azevedo (1982), avaliaram a atuação dos militantes do PCB na organização e conscientização dos trabalhadores. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará* de Maria Glória W. Ochoa (1989); Mario Grynszpan baseado em depoimentos de lideranças que escreveram suas “memórias” e as publicaram resultou em: *O campesinato fluminense: mobilização e controle político* (1986) é relevante citar *A revolta camponesa de Formoso e Trombas* de Maria Esperança Carneiro Fernandes (1988). Estas obras foram publicadas após entrevistas aos militantes nos métodos da História oral e da Memória, uma inovação para a época: a militância de Manuel da Conceição do Maranhão (1980), José Pureza, que atuou no Rio de Janeiro (1982) e José Leandro da Costa, sindicalista rural do Ceará (1988). As memórias do líder comunista Gregório Bezerra merecem destaque.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Francisco de - **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Seleções CEBRAP 1, São Paulo: Brasiliense, 1975. \_\_\_\_\_ **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984. \_\_\_\_\_ **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>33</sup> O próprio Bernardo Fernandes admite que o termo camponês e campesinato só ganhou “força” no MST quando este se filiou a Caritas e a Via Campesina, em 1992. Movimentos sociais europeus os quais podem utilizar o conceito legitimamente na Europa, mas não aqui no Brasil. Os movimentos sociais com intuítos ideológicos estão inventando uma classe profissional artificialmente. Paolo Nosella Armando Boito Junior e Álvaro Bianchi e Caio Navarro de Toledo do grupo CEMARX da UNICAMP se preocupam com o problema do desaparecimento das profissões e *meios de vida* com o avanço do capitalismo e uma das profissões em extinção está a de agricultor e o tal pescador artesanal assemelhado abstratamente ao camponês, se apóiam na sociologia das profissões de Duval bastante coerente com esta pesquisa.

José Graziano da Silva Em *A questão agrária* (1980) e *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* (1982) viu o processo de lumpenização e proletarização do “camponês” como uma tendência brutal, mas inevitável do avanço capitalista e de seu parque agroindustrial, viu a criação de um proletariado rural e o iminente desaparecimento do campesinato. Graziano da Silva nasceu no estado de Illinois nos Estados Unidos. Agrônomo formado pela USP, em Piracicaba, em 1972. Em 1974, concluiu o mestrado em ciências sociais estudou a distribuição de renda no Brasil. Em 1980, com a tese “*Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*”, estudou a distribuição de renda no Brasil e os custos de produção. As leituras de Marx e Lênin foram fundamentais para determinar em seu trabalho a figura do bóia-fria (empregado volante sazonal) como um assalariado proletário disfarçado. Seu objetivo foi confirmar os fenômenos de desaparecimento do campesinato e a sua recriação em proletário com empregos urbano-rurais da área de serviços, (caseiros, jardineiros, domésticas, motoristas, professores primários etc...), verificou aspectos referentes da modernização da agricultura e a instalação do capitalismo no Brasil. Graziano da Silva abordou em seus livros temas como: a modernização parcial, a questão agrária e o progresso industrial técnico-tecnológico.

Estruturou políticas públicas como os Programas de Crédito Rural, Assentamentos Rurais e Alimentação Popular quando trabalhou para o governo de São Paulo, intensificou seus estudos pelo incremento das políticas públicas do setor agroindustrial. Nestes livros desenvolveu estudos para mostrar os efeitos perversos das transformações ocorridas nos anos 70: aumento da pobreza rural, do desemprego e da concentração de renda e da posse da terra. Percebeu a falta de organização dos trabalhadores e a falta de representatividade do sindicato rural. Seus temas são: sindicalismo rural, a reforma agrária, acidentes de trabalho e a modernização agrícola. Estudou as políticas públicas relacionadas aos complexos agroindustriais e as alternativas tecnológicas da superação das mazelas capitalistas. Com essas temáticas pretendia apresentar a desestruturação do Estado nas políticas públicas para o campo, como solução apontava para a organização dos trabalhadores para conseguir os benefícios da modernização do campo. Em *Os Atores Sociais e O Estado* defendeu a idéia de que os complexos agroindustriais estão inseridos numa articulação de interesses organizada mundialmente, no interior dos Estados, para elaborar as políticas públicas que dinamize a produtividade e aumente as taxas de lucros do capitalismo globalizado. Salienta que os trabalhadores, por desorganização, têm pouca influência na definição dessas políticas. Hoje é presidente da FAO organização da ONU para a alimentação mundial.

Não existem estudos com maior reconhecimento do que as importantes pesquisas produzidas pelo sociólogo José de Souza Martins, citados por todos que desejam um caráter sociológico científico em suas obras. No Brasil, sobre o tema da “Questão Agrária”, ele se interessa pelo problema do desaparecimento do campesinato e a sua recriação, a importância econômica da pequena produção para o capitalismo avançado e os mecanismos de reprodução e de subordinação dos pequenos produtores. Martins estuda as relações entre a industrialização e a constituição da economia nacional e a sua repercussão na sociedade e na economia rural, observou que a inserção do meio rural na economia e na sociedade foi pensada a partir dos valores urbanos, os elementos culturais rurais foram desprezados. Apesar de sua produção científica referir-se a temas *campestres*, a abordagem analítica dele para explicar o “*mundo rural*” ultrapassa os limites da “sociologia rural”. O objeto central da sua análise não são apenas os “fenômenos sociais rurais”, mas sim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Interessante é a dicotomia criada por ele: *sociólogo militante e militante sociólogo* é uma crítica a trabalhos de encomenda propagados por apologistas panfletários dos movimentos sociais. Em *Os camponeses e a política no Brasil (1981)*, *Capitalismo e tradicionalismo (1975)* e *O Cativo da terra (1977)*, José de Souza Martins trata da questão agrária com zelo científico, porém exagera no ecletismo, pois, em seus estudos não se pode verificar um referencial metodológico único, ele aproveita tudo que pode de todos eles, seja marxista, positivista, weberiano, aproveita até mesmo as dissensões entre os referenciais como discussões agrárias entre Rosa Luxemburgo, Chayanov e Lênin; ora os aprova, ora os rejeita. Martins em suas pesquisas acadêmicas tem a influência de sua vinculação com a Igreja Católica, e a CPT, onde atuou nos anos 1970 e 1980. Desaprovou as atitudes do PCB na sindicalização dos trabalhadores rurais e na condução dos sindicatos. Martins afirma que o PCB depreciou a capacidade política dos camponeses, tentou fazer com que eles apenas cumprissem as determinações do partido. O erro na estratégia do PCB, consoante Martins, foi querer incorporar os camponeses ao proletariado urbano.

Leonilde Sérvolo de Medeiros, da UFRRJ, *A História dos movimentos sociais no campo* (1989), muito utilizada por esta pesquisa, valoriza os movimentos no campo sem desvalorizar o movimento sindical rural. Critica a historiografia, bem ao estilo Martins, por retratar o campo e seus fenômenos sob a óptica urbana e proletária. Procurou descrever os movimentos sociais do campo sob princípios campestres, para este afã contextualizou as fontes primárias, como: romances, filmes, fotografias, cenários da luta, e capas de jornais e

resoluções de congressos. Apontou o enfraquecimento do sindicalismo rural devido às divergências e oposição à CONTAG.

Luiz Flávio Costa e Raimundo Santos da UFRRJ dedicaram-se ao PCB e sua interpretação da questão agrária. Em *Política e reforma agrária* (1998), apontaram sucessos e insucessos criados pelo acordo do partido com a “frente única”. Avaliam o quadro de alianças do PCB e a associação exagerada aos setores da burguesia nacional na luta pela revolução democrático-burguesa, a qual o PCB considerava, em sua perspectiva etapista, essencial para a revolução socialista. Raimundo Santos classifica a visão de Martins de “agrarista”, para o estudioso do PCB, o trabalho de Martins contribuiu para desmantelar a luta dos trabalhadores rurais com um viés de desprezo para com a luta pelos direitos trabalhistas junto aos sindicatos e da organização de movimentos sociais camponeses na luta pela terra (Santos. 1999).

Em *The Seed Was Planted*, Welch parceiro de Fernandes em trabalhos da UNESP, documenta que a Igreja era dividida, em clero baixo e o clero alto, a segunda era uma ala conservadora reacionária e a outra reformista progressista. O trabalho apresenta as dificuldades da luta do PCB contra a Igreja por causa da religiosidade dos homens do campo. Assim o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e das Ligas Camponesas. Esta era uma grande vantagem da Igreja, pois, os integrantes podiam militar sem agredir os dogmas católicos e tinham a permissividade do Estado.

Regina Reyes Novaes, *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo* (1997), colabora no entendimento do jogo de forças pelo poder, a luta pela direção dos movimentos sociais rurais entre o PCB, as Ligas e a Igreja. Para ela foi este item que determinou a vitória da Igreja nas disputas contra as Ligas e o PCB. “As disputas pela liderança do campesinato organizado dentro das Ligas e sindicatos permitiu à Igreja ganhar “a corrida da fundação e reconhecimento dos sindicatos dos padres” (Novaes, 1997, p. 64)”. Benno Galjart concluiu em “*Class and Following in Rural Brasil*” que as Ligas e sindicatos rurais encontraram legitimidade na cultura brasileira através de sua capacidade de deslocalizar o coronel na relação clientelista típica no Brasil. Em “*Mudança e continuidades na política rural brasileira*” (1988), Elisa Reis chegou à mesma conclusão.

Claudinei Coletti estudou o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, ele afirma que o “sindicalismo oficial rural” foi organizado para controlar as “organizações autônomas”, ou seja, tudo não passou de cooptação dos movimentos autônomos dos trabalhadores, que já estavam por construir um caminho independente de cidadania para os camponeses. Os representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) se aliaram e

fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (CONTAG) e Lyndolpho Silva foi eleito como presidente, militante comunista do PCB, ex-ULTAB (Welch, 1999, 2004; Cunha, 2004). “Os sindicatos oficiais chegaram para abortar e substituir, servirem como limitador da cidadania das massas rurais e colocou um poderoso instrumento de controle político social nas mãos do Estado”. (Coletti, 1998, p. 61). Coletti crítica os sindicatos pós-golpe que serviram de agências assistencialistas do governo militar, para atender às necessidades primárias dos trabalhadores, como clínicas e serviços de assistência social postadas na *falsa consciência* dos camponeses.

Ruda Ricci escreveu sobre as tensões que existiam antes do golpe de 64 em seu livro *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil (1999)*. Na sua visão o PCB colaborou na CONTAG com as táticas de mobilização política dos associados e apresentava um *Carisma* para percorrer os meandros do poder burocrático. Ricci destacou também a ênfase das lideranças na história da fundação da CONTAG, que envolveu somente debates entre dirigentes de facções, sem nenhuma preocupação com a participação das bases. Para Ricci o processo de cooptação do período pré-64 é essencial para entender o caminhar do sindicalismo rural posteriores a 1964.

## 1.2- Histórico das Lutas Sociais no Campo

A reforma agrária já não é um tema maldito: os políticos aprenderam que a melhor maneira de não fazê-la consiste em invocá-la continuamente. Eduardo Galeano.<sup>34</sup>

À medida que novas pesquisas são dinamizadas (não por acaso, pelos mesmos autores citados nesta breve exposição, os quais nos servem de referências imediatas, seja em seus grupos de pesquisa e nas orientações de mestrado e doutorado de suas respectivas universidades) a produção acadêmica sobre o tema vem a multiplicar o conhecimento do progresso e evolução da organização dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil. O que torna o tema cada vez mais interessante e abrangente.

<sup>34</sup> GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



Acredito que esta exposição panorâmica seja suficiente para direcionar o aprendizado sobre a pesquisa, apresentar em que espírito será abordada a formação dos militantes do MST e as várias situações em que a Questão Agrária de modo geral determina a sua formação da base, a qual nos propomos a conhecer mais, apesar de sabermos que somente inseridos no espaço de luta teríamos êxito completo, a ênfase na leitura crítica da produção acadêmica sobre o MST e sua formação pode-se alcançar as respostas almejadas.

Na história do Brasil registram-se várias oportunidades em que trabalhadores rurais revoltaram-se contra a exploração de sua força de trabalho pelas parcelas de classe mais abastadas e dominantes. Camponeses e escravos, no período colonial, imperial e na chamada “república velha” se levantaram contra a opressão estatal e latifundiária em Palmares com os quilombos, na guerra dos maribondos contra a reescravização, ainda ocorreram movimentos *organizados* pela população rural envolveu diversas regiões do País, chamadas didaticamente de Guerras Regenciais. Canudos no final do século XIX e o Contestado de 1912-16 no século XX. Nestes eventos a arregimentação do homem do campo e o caráter messiânico demonstrava alguma força dos subalternos, tendo diante de si toda a brutalidade do poder dos seus principais inimigos: O Estado e latifundiários.

No final do XIX, com a intensificação das migrações, anarquistas e socialistas lideravam os movimentos no campo, com greves e motins nas fazendas de café e açúcar. Todavia, somente a partir dos anos 1920 é que os trabalhadores iniciaram sua luta sindical organizadamente quando foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) em 1932, que é considerado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais<sup>35</sup>. Estes movimentos espontâneos (des) organizados baseavam-se no voluntarismo e espontaneísmo dos remanescentes anarquistas, não havia uma doutrina ideológica bem disseminada que os sustentasse cientificamente. Mesmo com deficiências estratégicas gritantes contra os opressores, se tornaram motins emblemáticos, pois, dificultaram a vida dos dominantes com suas efêmeras e incipientes revoltas. São estas vitórias e derrotas das revoltas antigas, que os movimentos sociais atuais, urbanos e rurais, se apoiam. Apropriam-se historicamente e anacronicamente no passado de lutas dos povos subalternos, declaram-se presunçosamente, herdeiros seculares dos oprimidos na luta contra o Latifúndio e o Estado. Com a clara intenção propagandística de utilizar-se da História para legitimar a sua liderança do suposto Bloco Histórico dos movimentos sociais e a conquista de espaço e território.

---

<sup>35</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro FASE. 1989, p. 27

O processo de organização das lutas camponesas no período compreendido entre 1920 e 1964 ocorreu através de diversos conflitos no país, liderados por foreiros, posseiros e parceiros contra os latifundiários e seus representantes políticos o que resultou na lenta e dificultosa organização do campesinato como classe social em processo. Estes conflitos ainda carecem de análises atuais mais aprofundadas. Mas em linhas gerais, destacam-se no Brasil os eventos em Governador Valadares, MG; em Porecatu, PR; no sul de São Paulo; e no Bico de Papagaio, no Maranhão. Conflitos motivados pela valorização dos terrenos devido à construção de rodovias, hidrelétricas, açudes e barragens. Em Trombas e Formoso, Goiás, o PCB ajudou diretamente na organização armada e na politização dos lavradores, fundando a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas, com a finalidade da conquista da terra e conscientização dos envolvidos. Neste evento, os trabalhadores rurais, migrantes de Minas Gerais, resistiam aos ataques latifundiários, iniciados após a construção da rodovia Transbrasiliana, a Belém-Brasília, a qual valorizou os terrenos em disputa. Com a colaboração dos comunistas a assessorá-los nas táticas de resistência e de organização político-jurídica, os ocupantes das terras não se retiraram, não fizeram acordo algum de arrendamento, então, os grileiros partiram para a violência. Entretanto, com a resistência organizada, os camponeses conseguiram a titulação das terras.

Em Porecatu (PR), visto que não havia projeto de colonização na área as terras griladas eram vendidas mais de uma vez por grileiros, por sua vez, a população rural também se apossou de terras devolutas. A luta seguiu os trâmites da lei no início. Porém, os grileiros assassinaram vários agricultores. Em resposta, os posseiros ocuparam Pato Branco, obrigou o governo a negociar. Em 1951, o governo declarou as terras em conflito eram de interesse social, um avanço para época, mesmo assim, ainda havia camponeses e grileiros armados. Por fim, o título definitivo da terra só começou a ser concedido em 1962, depois que foi criado o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste Paranaense, o GETSOP, com o objetivo amenizar tensões e regularizar títulos de terras.<sup>36</sup> A alteração na estrutura agrária na década de 50 com o crescimento do capitalismo no campo acarretaram na quebra de acordos e contratos tácitos entre os lavradores e latifundiários, resultou na liberação das relações de dominação e dependência pessoal dos lavradores aos latifundiários, demonstra-se neste momento, o início da evolução das organizações dos trabalhadores rurais. Os proprietários também queriam a liberação, lucrariam com ela, mas não queriam perder o controle *afetivo* dos agricultores. Estas insubordinações resultaram na reação dos proprietários e a resistência dos trabalhadores

---

<sup>36</sup> MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981, p, 74. Adaptado de Lerrer (2009)

por seus direitos. Segundo Colletti (1998), É no bojo desse processo de resistência que as formas brutais de exploração, a que estavam submetidos, explicitaram-se, desenvolvendo entre os trabalhadores uma consciência dos antagonismos que os opunham aos proprietários rurais. Teve início o rompimento da subordinação política e ideológica dos trabalhadores ao poder privado dos senhores.

Com o avanço das relações sociais capitalistas no campo, aumentavam as mazelas aos trabalhadores rurais, em contrapartida, verificou-se o lento, mas gradual, aumento da politização e conscientização dos trabalhadores rurais, qualitativamente. Os laços fraternos vigentes enfraqueceram-se com o rompimento das relações de apadrinhamento, entre os protagonistas rivais, logo, a classe trabalhadora pôde libertar-se dos vínculos *comunitários* que os prendia aos patrimonialistas. A partir daí, os trabalhadores iniciaram organizadamente seu caráter de classe, isto é, este foi o instante histórico que estabeleceram um conjunto de interesses pertinentes somente aos camponeses e reconheceram os latifundiários como um inimigo comum a todos: camponeses *versus* fazendeiros. Em outras palavras foi iniciada a homogeneização do projeto de nação dos camponeses. Em outras palavras, foi o confronto direto pela terra que trouxe o *fazer-se da classe campesina*. No entanto, para Martins, as lutas entre posseiros e fazendeiros acentuaram-se, exatamente quando o fundamento da exploração do modo de produção deixou de ser o escravo e passa a ser a terra e o trabalho semi-assalariado, ele evidentemente remonta a lei de terras de 1850, como aparato jurídico legal agravador da Questão Agrária no Brasil.

"A mediação do escravismo disfarçara esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses" (MARTINS, 1999: 10).<sup>37</sup>

### 1.2.1- O MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

A associação dos trabalhadores rurais até 1964 foi marcada pela radicalização violenta, com incremento dos conflitos no campo. O movimento camponês em construção se organizou e formulou juridicamente a exigência de uma reforma agrária radical a nível nacional. Os conflitos se deram por causa do fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e as dificuldades de ampliação das unidades de produção familiar. Agricultores, posseiros e assalariados expropriados fundaram o MASTER – Movimento dos Agricultores

<sup>37</sup> MARTINS J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Sem-Terra, com o apoio do PCB e do PTB-RS de Leonel Brizola. O governador do RS na época apoiou a reforma agrária dos agricultores ao mediar os conflitos com a clara tendência a apoiar os lavradores mediante a vinculação dos mesmos ao governo. O MASTER, com 300 famílias de colonos em Encruzilhada do Sul, organizou vinte e seis acampamentos nas estradas. Brizola desapropriou a Fazenda Sarandi, de 24 mil hectares para assentar cinco mil famílias vinculadas ao MASTER. Não havia legislação sobre desapropriação de terras para reforma agrária, Brizola se utilizou da lei estadual sobre utilidade pública. Porém o projeto brizolista para aquela área não foi cumprido, seu mandato terminou antes que todos os terrenos fossem distribuídos e para completar o malogro, não elegeu seu sucessor. As parcelas não distribuídas da Fazenda Sarandi foram arrendadas pelos irmãos Dalmolin, que presidiam a Fecotriço. Desde 1973 o Estado movia uma ação de reintegração de posse contra os irmãos, que não pagavam o arrendamento, permaneciam na área com subsídios do Banco do Brasil. O judiciário local permitia seus empreendimentos, mesmo, a despeito das dívidas e casos recorrentes de suborno a autoridades judiciárias e governamentais e atos de violência aos camponeses. No alto Uruguai, região de maior tensão no RS, os posseiros desalojados do Master se limitavam a avançar a fronteira agrícola, invadir reservas indígenas, com isso trouxe a baila da questão agrária, outro protagonista rival dos camponeses há muito prejudicado pelo avanço capitalista: os indígenas. Eis o desfecho: Dos 24 mil hectares, 13 mil foram vendidos, oito mil foram loteados e três mil hectares arrendados. O processo foi fechado pelo golpe militar, Em Nonoai havia a reserva indígena Kaigangue de 15 mil hectares, reconhecida desde 1847 pelo governo, os sem-terra *entraram* na área como posseiros e arrendatários da FUNAI. No final da década de 70 havia 1.200 famílias vivendo nestas terras.<sup>38</sup>

### 1.2.2 A Luta pela Interlocação, Controle e Sindicalização dos Trabalhadores

Várias instituições de classe e agremiações partidárias viam o trabalhador rural como uma vanguarda revolucionária em potência latente. Seu controle se fazia necessário para a existência de seus partidos e movimentos. Estas frações de classe compreendiam o processo de sindicalização do trabalhador rural como uma luta revolucionária contra a classe dominante exploradora, conservadora e reacionária. A organização do trabalhador era uma exigência para a tomada do poder na luta contra a classe dominante, da dominação do Estado e na luta imperialista. Neste sentido, diversos grupos políticos e religiosos, auxiliaram os

---

<sup>38</sup> LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas nacionalização e modernidade do MST**. Orientação da prof. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros. Tese de doutorado. CPDA /UFRRJ- RJ, maio de 2008.

camponeses na sindicalização e sua organização em classe, queriam a conscientização política dos camponeses, para que dinamizassem seus projetos de nação e o seu ideário próprio para competir com a classe dos latifundiários. No entanto, os grupos que pleiteavam a liderança dos agricultores queriam trazê-los para sua esfera de dominação ideológica, na verdade, pretendiam inculcar os seus projetos de Brasil e seus programas político-partidários e religiosos ao imaginário camponês. A falsa consciência significava sempre adotar as doutrinas do grupo rival. A Igreja, as Ligas Camponesas, o PTB e PCB, e os governos, entraram na concorrência para serem identificados como representantes legítimos dos trabalhadores. Nisto tentavam fixar nas mentes dos camponeses, os seus projetos de nação como se fossem dos próprios trabalhadores rurais, os quais não eram segundo estudiosos do tema, o problema geral em todos os projetos oferecidos em disputa era que para as frações de classe, em confronto, as lutas camponesas estavam ligadas aos valores urbanos, em detrimento dos reais interesses dos camponeses (Martins, 1981, p,74).<sup>39</sup>

#### 1.2.2.1 As Ligas Camponesas

No Engenho da Galiléia, em Pernambuco, a princípio os “foreiros”, arrendatários da terra, que pagavam aluguéis aos latifundiários formaram uma associação assistencialista: “A Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco” a qual consistia numa cooperativa funerária, até o filho do fazendeiro foi convidado. Com o desenrolar dos conflitos e o aumento dos aluguéis, ameaçados de expulsão, os foreiros, contrataram Francisco Julião, deputado do PSB, para defendê-los. A denominação mudou de nome e de objetivos tornou-se então: As Ligas Camponesas, com o slogan “reforma agrária na lei ou na marra. Os argumentos de Julião eram legalistas, sua defesa afirmava que os foreiros não poderiam ser expulsos, pois, eram moradores nas fazendas, a lei do inquilinato assegurava seus direitos. Com esse tenso quadro político, foi alicerçado um movimento com repercussões maiores do que era realmente, adquiriu exagerada notoriedade nacional.( Medeiros 1995, p.148).<sup>40</sup>

Segundo Martins, o surgimento das Ligas deve-se, além da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usinas, também à instauração de uma crise política regional. A burguesia urbana e agrária local reivindicava do governo federal uma efetiva política de desenvolvimento do Nordeste. “Uma política regional de desenvolvimento

<sup>39</sup> MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981, p, 74.

<sup>40</sup> MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 1995. p.148.

baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária”. (MARTINS, 1989, p.77).<sup>41</sup>

A associação fundada passou a lutar pela desapropriação do engenho e a divisão entre os moradores associados, além de exigirem recursos governamentais aos trabalhadores. Nesta luta de classes, Julião queria tirar o poder territorial dos latifundiários pelas desapropriações e adquirir a titulação em favor dos camponeses, neste afã, conseguiu estabelecer uma extensa rede de apoio na sociedade civil e política a favor das minorias, mas, também adquiriu inimigos de peso, segundo Medeiros:

Essa luta marcou a emergência de nova forma de pressão, não se tratava mais da resistência dos posseiros que resistiam ao despejo ou dos foreiros que se negavam a pagar o foro ou sair das terras, "era a ofensiva dos trabalhadores já expropriados ou semi-expropriados demandando terras ainda não cultivadas, através da pressão direta sobre o Estado" (MEDEIROS, 1989: 68).

#### 1.2.2.2 O Partido Comunista Brasileiro (PCB)

O PCB, criado em 1922 propôs a efetiva aliança entre trabalhadores urbanos e rurais como forma de viabilizar “A Revolução Brasileira”. Em 1928, com o Bloco Operário e Camponês os delegados exigiram a ampliação da liberdade de associação e a organização de sindicatos de assalariados agrícolas e o direito dos sócios elegerem representantes para agências estatais de fiscalização das condições de trabalho, como o Patronato Agrícola, que foi estabelecido em São Paulo (1913), depois de uma greve de colonos de café.<sup>42</sup> Para o PCB, o camponês deveria ser organizado e mobilizado junto ao proletariado urbano para construir e fortalecer o caminho para o comunismo no mundo, pois, tinham como premissa básica a iminente destruição do campesinato pelas forças capitalistas, segundo as formulações de Lênin e Kautsky. Por isso, o sindicalismo rural era alvo das constantes atenções do PCB em atrelar a eles os futuros proletários.<sup>43</sup>

O partido publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – “Terra Livre” – o qual identificava os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizava-os na reivindicação de soluções. Em 1954, o PCB organizou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) a qual militou na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos no Brasil. Lutaram pela extensão das leis trabalhistas urbanas aos camponeses e conseguiram o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. A ULTAB pecebista funcionou até ter seu papel superado pela CONTAG, atrelada ao Estado com funções

<sup>41</sup> MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec. 1989. p. 77.

<sup>42</sup> ZAIDAN, F. M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985. p.139.

<sup>43</sup> Paradigmas do fim do campesinato apropriados e difundidos por José Graziano da Silva.

extremamente assistencialistas. Para o PCB, a revolução comunista no Brasil deveria dar-se em duas etapas: a primeira, democrático-popular, de caráter anti-imperialista e antifeudal e, na segunda, seria a revolução socialista propriamente dita, com a tomada do poder do Estado. Com estas diretivas etapistas o PCB envolveu-se nos em conflitos no campo, mas, diante das diferenças internas na concepção de formas de luta, entrou em acirradas disputas intestinas que resultou em expurgos ideológicos e acentuou as rivalidades com as Ligas Camponesas e a Igreja. Para o PCB a reforma agrária seria uma contraposição direta ao imperialismo e a maneira correta de eliminar *restos feudais* e as formas *impuras* de capitalismo persistentes no campo brasileiro, cujo emblema era o latifúndio e trabalho não assalariado. Assim, para o PCB, a organização do camponês, visto que ele estava em vias de desaparecimento, logo seria lumpenizado. Sua única saída estava condicionada a sua associação ao proletariado urbano como parte da revolução democrático-burguesa, essencial, para a revolução socialista no Brasil. O PCB para dinamizar a sua concepção de revolução democrático-popular formou a Frente Única: nacionalista, progressista, anti-imperialista que consistiu na união de forças interclasses: operária, camponesa, a pequena burguesia, frações nacionalistas da alta burguesia e latifundiários anti-imperialistas. Esta aliança tão *ampla* foi o estopim para a crise do PCB, vários intelectuais não concordavam com a interpretação Etapista do partido, muito menos com a amplitude das alianças com a burguesia. Vencida e expurgada a oposição o processo revolucionário do PCB passou a ser pacífico e legalista, a luta armada descartada. A reforma agrária radical foi substituída por paliativos assistencialistas, consoante o modelo burguês dominante, as atenções passaram a ser: a eliminação das formas impuras de pagamento, proletarização dos assalariados e semi-assalariados.<sup>44</sup>

### 1.2.2.3 As Ligas Camponesas *versus* PCB

As Ligas Camponesas contavam, inicialmente, com o apoio do Partido Comunista. As divergências do PCB com as ligas começaram a partir da insistência da imposição das novas diretrizes da direção do PCB em 1958. As contraposições se acentuaram entre PCB e Ligas no I Congresso Nacional da ULTAB, em Belo Horizonte em 1961. As Ligas defendiam uma reforma agrária com o fim do monopólio da terra, e o PCB, defendia a realização da aliança entre camponeses e burguesia como parte da sua “revolução democrático-burguesa” acima comentada. As Ligas defendiam que o campesinato era a principal força revolucionária

---

<sup>44</sup> COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

socialista, e opunham-se a aliança formada pela Frente Única com a alta burguesia e o latifúndio nacionalista. Resistiam ao assalariamento do camponês, gerado pela expropriação e expulsão da terra, queriam a autonomização parcelária das terras e a formação de uma classe camponesa independente, pois entendia que o campesinato não seria destruído, mas recriado com novas formas independentes não capitalistas.

O PCB, por sua vez, queria proletarizar o campo, extinguir as relações sociais atrasadas os chamados “restos feudais”: parceria, foro, cambão, barracão, queriam tornar os camponeses assalariados e semi-assalariados agrícolas, futuros proletários da indústria de transformação, pois, sabe-se que o assalariamento em espécie é quesito importantíssimo para a concretização dos avanços capitalistas no campo e cidade.

As Ligas discordavam da regularização do arrendamento e da parceria, posição defendida pelo Partido Comunista, estas proposições foram consideradas como reformas parciais pelas Ligas que queriam a desapropriação das terras e a distribuição de insumos e subsídios do Estado para a produção agrícola dos trabalhadores rurais.

Para as Ligas as diretrizes do XX Congresso do PCB eram insensatas, pois, desejava a homogeneização do camponês em classe social autônoma. Contudo a vitória da Frente Única foi esmagadora também sobre as minorias do PCB a qual foram sumariamente expurgadas. O PCB colaborou também na promulgação do Estatuto do trabalhador rural por Goulart, em 1963, documento que legitimou a criação dos sindicatos rurais, que eram proibidos. Daí em diante, sem o apoio do PCB, somados ao avanço dos setores católicos no campo, o enfraquecimento representativo das Ligas com o campesinato foi completo, enquanto as contraposições internas do PCB provocaram o expurgo de intelectuais importantes do PCB. (MEDEIROS, 1989, p.58)<sup>45</sup>.

Pode-se afirmar que após a exposição deste panorama que o MST é herdeiro das proposições das Ligas Camponesas em detrimento do ideário pecebista, a semelhança e influência do ideário das Ligas são evidentes, fica clara a incorporação das formulações no ideário contido no projeto de nação do MST para o camponês.

#### 1.2.2.4 A Igreja Católica

Outro agente de importância na luta para organizar o campesinato e a sua maneira de ver o mundo, foi a Igreja Católica, que disputou a hegemonia interlocutora do processo com o

---

<sup>45</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989. p.58.



PCB e as Ligas Camponesas. O embate entre os antagonistas se deu até na Contag que reuniria os sindicatos dos trabalhadores no campo.<sup>46</sup> Martins (2000). "A Igreja passava a pensar alternativas no sentido de preservação da unidade familiar de produção, do trabalho familiar e da família, trabalho familiar que incluía o trabalho não autônomo dos colonos das fazendas de café no Sudeste e dos moradores das fazendas de açúcar no Nordeste, cuja continuidade era comprometida pelas migrações para o meio urbano." A Igreja direcionou as forças na disputa pela liderança dos trabalhadores. Atuou na formação dos sindicatos cristãos no campo em expansão, justo nas áreas de maior prestígio das Ligas Camponesas e do PCB. Numa clara disputa pelo controle ideológico dos trabalhadores, vários católicos foram treinados para preparar líderes sindicais e para a formação de novos sindicatos, através das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB) e sob os pressupostos da Teologia da Libertação. Nos anos 70 teve o seu auge. Estes núcleos católicos das CEBs tinham em seu ideário a luta contra: a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão (FERNANDES, 2000 p.135).<sup>47</sup>

Os governos militares ao destruir a *esquerda* atuante no campo com o aparato repressivo facilitou a atuação dos católicos e luteranos com os rurais. Impedidos de atuarem livremente no campo, o PCB e Ligas mesmo na clandestinidade procuravam inserir-se na luta, mesmo precariamente, então, o campo ficou aberto para a Igreja que reforçou o apoio às Comunidades Eclesiais de Base. O Estado reprimia somente os adversários das CEBs e o trabalhador só podia contar com esta segurança: A Igreja. Só ela tinha permissão para mediar camponeses, além da Contag impregnada de católicos anticomunistas. A Igreja se propôs a tarefa de mediação aos camponeses, os quais na sua óptica estariam *seguros* dentro dos dogmas e assistência social, apoio técnico-intelectual e a repressão incomodava muito menos. Portanto, estes fatores contribuíram para o avanço do controle Católico na mediação camponesa com Estado.<sup>48</sup>

Segundo Martins, ideologicamente, a Igreja, faz a opção preferencial pelos pobres e assume papel de intercessora na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Essa mudança de opção no discurso da Igreja em relação aos conflitos no campo foi resultado de todo um processo histórico complexo de lutas intestinas no seio da Igreja. Porém, ele não concorda

---

<sup>46</sup> MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: USP, 2000.

<sup>47</sup> FERNANDES, B. M. 1996. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec. , p. 135.

<sup>48</sup> A Igreja Luterana se aliou aos projetos Católicos apesar de suas divergências teológicas.

com a explicação dada pelos estudiosos, quando afirmam que a conversão era o principal fator de adesão as CEBs. Ele questiona essas explicações sumárias, sobre o êxito dos religiosos contra o PCB e as Ligas Camponesas na arrematamento dos trabalhadores rurais em favor do ideário católico e luterano.<sup>49</sup>

“Entretanto, a interpretação ganha em perspectiva e riqueza de compreensão quando se considera que o trabalho pastoral, numa sociedade convulsionada como esta, incide diretamente sobre contradições sociais, sobre desencontros históricos, rupturas profundas, realidades sociais cujos ritmos não convergem. Numa situação assim, a coerência ética e religiosa é que pode mobilizar a denúncia, e não mais a convivência; pode mobilizar a solidariedade com a vítima, e não com o opressor. É ela que impõe a necessidade de uma redefinição da ação pastoral, o resgate do sentido profundo e profético permanentemente contido, como possibilidade objetiva e necessidade de trabalho pastoral, com os excluídos, com as vítimas” (MARTINS, 1999: p.98,99).

Foi no Concílio Vaticano II, em 1965, na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia, em 1968 e na III Conferência em Puebla, México, em 1979, que se estabeleceram as diretrizes da Igreja Católica pelo domínio ideológico dos trabalhadores pobres do campo. Em suma, as proposições destes Concílios exigiam uma presença maior da Igreja na transformação da realidade social rural. A formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi instituída neste afã, dado que, se tornavam espaços de articulação dos trabalhadores, contra as Ligas camponesas e o PCB. As CEBs ganharam legitimidade entre os camponeses e assumiram a incumbência de organizar os trabalhadores segundo o ideário católico. Assim, cresceram exponencialmente, enquanto seus adversários declinavam. O êxito das estratégias católicas infere-se à sua volatilidade e simplicidade orgânica. Ela enfatizava as relações humanas primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros na comunidade e no acolhimento das formas de religiosidade popular.

A prática das CEBs estava baseada na metodologia: ver, que seria conhecer a realidade; julgar, a compreensão desta realidade a partir de uma visão teológica e agir, através da prática pastoral. O Êxodo Bíblico é transposto para a realidade atual do camponês, comparando-o com o sofrimento dos hebreus de Moisés, aliás, a analogia anacrônica da terra prometida permanece e é difundida na Mística do MST atualmente. Porém, o que vale aqui é que as CEBs como instituição consagrada e legitimada pela Igreja desempenhou seu papel com sucesso na organização dos trabalhadores sem-terra, dado que com as suas práticas formativas os rurais entenderiam sua subalternidade e organicamente lutariam por Justiça

---

<sup>49</sup> MARTINS, José de Souza; **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Social dentro da ordem estabelecida.<sup>50</sup> A Igreja também se utilizou dos trabalhos da CPT, A Comissão Pastoral da Terra - CPT, a qual também estava representada por todo país. Em 1975 foi criada pela CNBB em Goiânia ela teve mais êxitos depois que se somou a consolidação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em 1972, no interesse de defender os interesses dos índios contra a expansão protestante e latifundiários. A missão da CPT e CIMI era discutir os problemas do campo e elaborar estratégias em defesa dos camponeses e índios.<sup>51</sup>

A CPT se propôs a ser o canal de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizassem nos sindicatos, exigissem respeito por seus direitos reconhecidos em lei e avançassem na direção do reconhecimento legal de seus costumes relativos à concepção do direito de propriedade. A ação pastoral da CPT somou-se à do sindicato, no sentido de transformar numa disputa legal, a violência que os proprietários de terras impunham aos camponeses (MARTINS. 1999. p.140).<sup>52</sup>

A atuação da CPT e CIMI também colocou a Contag em dificuldades, dado que sua proeminência se fazia perceber claramente, logo, ofuscava o trabalho da Contag. A doutrinação da CPT adquire eficiência a partir da criação do Movimento de Educação de Base – MEB, também sob controle da CNBB. Através das escolas radiofônicas, orientava a construção de sindicatos rurais. O objetivo do Sindicalismo Cristão, em ascensão, era a defesa da reforma agrária baseada na propriedade autônoma familiar, negava a luta de classes e o comunismo, contrapondo-se, ao assalariamento, assim eram contrárias às orientações do PCB:

“Esse envolvimento da Igreja no processo de sindicalização no campo não se resumia ao medo da propagação do comunismo e de perder os fiéis, mas da necessidade de defesa de uma concepção moral de desenvolvimento, segundo o qual era necessário promover a entrada dos trabalhadores rurais no mundo capitalista que se daria através da conquista da igualdade jurídica e dos direitos civis e cujo fundamento não tem apenas uma justificativa política, mas também por necessidade de ordem religiosa” (MARTINS 1989: 45).

Entretanto, a despeito da ótima atuação das CEBs e da CPT contra seus adversários, os métodos e objetivos da sindicalização do trabalhador rural sob os auspícios da Igreja tiveram seus questionamentos internos e externos. A crítica interna se deu através da Ação Católica constituída pela Juventude Universitária Católica – JUC e pela Juventude Estudantil Católica – JEC. Por serem formadas por leigos, semi- desvinculadas da hierarquia eclesiástica, essas organizações tinham maior autonomia discursiva que as CEBs, permitiam o ecletismo com orientações distintas, até mesmo divergentes, de caráter político-filosófico vinculados com as lutas sociais até mesmo marxistas e marxianas. A Reação de parcelas progressistas da Igreja à oposição conservadora interna levou setores da Ação Católica a organizar a Ação Popular,

<sup>50</sup> SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004. , p.81; SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988: 156. Citado por Dal Moro, Maristela op. cit.

<sup>51</sup> MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec. 1989. p.45.

<sup>52</sup> MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª. ed. SP: Hucitec, 1999. p.140.

que adquiriu legitimidade nacional e trabalhou na organização de camponeses por meio da sindicalização. Estas dissensões provam que a Igreja não possui apenas um projeto de nação, não tem uma só visão de mundo, mas é heterogênea, com divisões internas e que a visão que prevalece é sempre a do Alto Clero em detrimento dos esforços humanistas moderados do Baixo Clero. Quanto ao MST, evidencia-se a influência destes organismos católicos em seu imaginário, sobretudo, o messianismo da Mística.<sup>53</sup>

#### 1.2.2.5 Governo João Goulart

Com João Goulart na presidência da república, em 1961, e sua estratégia de expansão do seu governo no campo, além da pressão dos movimentos e nos setores da classe média urbana pelas Reformas de Base. Em 1962, favoreceu a criação da SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária – com o objetivo de realizar a reforma agrária; incumbida de distribuir terras e ajudar os trabalhadores e seus representantes a regulamentação dos sindicatos rurais. A criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em sua gestão, tornou-se uma forma de conter a ação dos mediadores no campo em luta, ao tornar o sindicalismo fortemente controlado pelo Estado. O Estatuto seguia os moldes do sindicalismo urbano, exigia carta de reconhecimento assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, instituía a contribuição sindical, determinava os deveres dos sindicatos, exigia a colaboração com o governo e a assistência social para seus associados. Em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), as Ligas foram excluídas das conversações. O PCB e a Igreja passaram a disputar o controle do movimento sindical dentro da própria Contag. O presidente da Ultab, Lyndolpho Silva, comunista do PCB foi empossado primeiro presidente da Contag (COLLETI, 1998: 53).<sup>54</sup>

Algumas interpretações afirmam que a estratégia de Jango para se aproximar dos rurais serviu para enfraquecer ainda mais as Ligas e comprometeu a reforma agrária, na medida em que esse sindicalismo governamental levou para o interior do Estado a luta e organização dos trabalhadores, segundo seus interesses, ou seja, impediu a sua organização política autônoma, mas subsidiada pelo Estado. Entretanto, há divergências sobre os resultados na implantação da estrutura sindical de Jango. Mesmo rodeado de críticas, observa-

<sup>53</sup> Sobre a atuação da Igreja em diferentes contextos, Gelsom Rozentino de Almeida periodiza a diversidade de interpretação interna desta forma: Anos 1950 - D. Eugênio X D. Helder - anos 50, organizações católicas juntas aos trabalhadores rurais, organização de sindicatos e associações no campo (mas com caráter divergente do PCB) - anos 60, divisão entre conservadores que apoiaram ativamente o golpe, os legalistas e os que participaram dos grupos de resistência- anos 1970, conservadores x teologia da libertação, CEBs, movimento sociais autônomos (crescimento até anos 1980).

<sup>54</sup> COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados**. Campinas, 1998.

se os esforços dele em levar os trabalhadores rurais para o seio do governo contra o tempo e contra as forças sociais em luta, visto a gravidade do momento político. Em seus últimos dias como presidente, João Goulart, anunciou um projeto de reforma agrária que não chegou a ser enviado ao Congresso Nacional. Nele, propunha limitar o tamanho máximo para as propriedades de terra, além de sua desapropriação dos cem quilômetros ao longo das rodovias federais. Seu principal objetivo seria aumentar a produção de alimentos, expandir o mercado interno e incrementar o fluxo de renda no campo. Isso propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional, além da criação de mais empregos na cidade (MARTINS, 1981, p.93).

O caráter corporativista da estrutura sindical de Jango surtiu efeito desejado, apesar da efemeridade, fragmentou antigos blocos e criou novas alianças. Para o governo, o sindicato rural oferecia uma maneira de controlar a classe trabalhadora e diminuir a força do PCB e Igreja no campo, ao atrelá-los ao Governo. Jango necessitava de apoio dos trabalhadores rurais, pois, quase não o tinha das elites, apenas algumas frações nacionalistas da oligarquia rural concordavam com poucas idéias contidas em seu projeto de governo, mas somente o apoiavam mediante alto preço político e econômico, os quais causavam problemas internos no PTB com a oposição liderada por Brizola e sua esquerda revolucionária nacionalista (o grupo de onze companheiros).

A variada burguesia pró-Jango estava confiante de que o sindicato corporativista estatal seria mais forte e hábil que o dos trabalhadores autônomos. Na verdade, parcelas dos latifundiários, não queriam a mediação total dos católicos e não queriam de jeito nenhum a comunista, desejava a priori, a intervenção do Governo Jango o qual poderia pressionar pelas câmaras legislativas e pelo jogo partidário fisiológico, a tal governabilidade necessária do regime presidencialista. A politização dos trabalhadores pelo Estado, então, foi valorizada por várias forças políticas, dos nacionalistas, até alguns remanescentes *coronéis* reacionários ou progressistas. Assim, a sindicalização, a reforma agrária, e outras iniciativas entraram com força total na agenda nacional de Goulart, criou-se uma dinâmica sociopolítica que trouxe novas oportunidades para os trabalhadores rurais e acentuou a crise política interna no PTB e externa com os conservadores e reacionários, que culminou com sua deposição.

#### 1.2.2.6 O Golpe Civil-Militar de Abril de 64

Para completar o quadro de protagonistas em luta pelo controle dos trabalhadores rurais os militares entraram na disputa com o golpe de abril de 1964, o quadro agrário ficou

ainda mais crítico, pois houve uma ruptura violenta no processo de organização dos trabalhadores rurais. A intervenção do Estado ditatorial inaugurou o esvaziamento político no campo por mais de vinte anos. Ocorreu um total desmantelamento dos incipientes, mas, graduais, trabalhos conscientizadores realizados pelo PCB e pelas Ligas Camponesas. A ditadura civil-militar e seus aliados católicos do alto clero e da Mídia incrementaram a sua repressão ao sindicalismo rurais, dos quais 80% dos sindicatos recém-formados tiveram seus registros cancelados, foram preservados somente os vinculados à perseguição aos comunistas e petebistas da esquerda-revolucionária de Brizola (Os grupos de onze companheiros).

O sindicalismo corporativista dos civis-militares foi útil à classe dominante e ao imperialismo o qual estavam submetidos, os civis-militares trataram de diminuir também a força das oligarquias rurais e dos latifundiários regionais, colocando-os em sua órbita, pela força, assim como os remanescentes dos coronéis que os pressionavam a organizar a produção do país segundo seus interesses particulares em retribuição ao apoio dado ao golpe. O golpe civil-militar freou o processo de organização dos camponeses que vinha sendo construído satisfatoriamente, no ponto de vista de mobilização e conscientização das forças subalternas, em se preocuparem com a questão agrária e procurar segundo os meios disponíveis e possíveis o protagonismo das lutas de classes. Porém, em sua maioria, sob repressão os movimentos foram extintos, postos na ilegalidade, ou cooptados. O terror de Estado e o uso da violência foram sistemáticos. As lideranças trabalhistas e comunistas foram liquidadas física e politicamente, sofreram dura derrota, e o processo de conscientização acumulado foi abortado. Liquidada a oposição, foi imposto pelos militares, o Estatuto da Terra, documento elaborado pela óptica burguesa e de grupos econômicos estrangeiros. Os novos dirigentes para regulamentar as relações de trabalho e conter as manifestações dos trabalhadores do campo, possibilitou mudanças nas relações entre os camponeses e os proprietários rurais. A legislação criada pelo regime civil-militar eliminou qualquer possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores através de sua repressão, e impôs a única alternativa aos trabalhadores: filiar-se ao movimento sindical oficial, a Contag, que comandou as ações dos trabalhadores rurais e tinha como lema a reforma agrária nos trâmites da legislação. A Contag foi mantida, mas sofreu forte intervenção ditatorial, os interventores designados eram dirigentes ligados ao Sindicalismo Cristão, ou seja, a Igreja dirigiu quase absoluta a Contag na ditadura civil-militar. Mas, adverte Medeiros, que mesmo sob repressão e ausência de liberdades civis houve resistências isoladas por reivindicações, organizaram-se greves pela manutenção de direitos já conquistados antes do golpe de 64. Porém, a resistência dos sindicatos se resumia a

garantir a permanência dos trabalhadores nas áreas de desapropriação de terras, utilizava-se o Estatuto da Terra, como instrumento legal para alcançar seus objetivos, dentro da ordem vigente, mas havia problemas paradoxais e contraditórios em seu uso.

"se o recurso da lei representou um importante suporte para as suas demandas, na medida em que significava um respaldo legal num contexto autoritário, também implicou numa progressiva redefinição do conteúdo da reforma agrária, vinculando-a a aplicação do texto legal e privilegiando a mediação estatal. No entanto, esse fato não implicou num deslocamento da oposição ao 'latifúndio', uma vez que esse se definia para a Contag, não a partir da estrita ótica legal, mas como base nas concepções cristalizadas nos anos 60, quando esse termo se constituiu em um símbolo da dominação e sinônimo de concentração fundiária" (MEDEIROS, 1993: 12)<sup>55</sup>.

Sob a ditadura a violência no campo contra os trabalhadores sem-terra aumentou. Populações rurais sofreram agressões de latifundiários, jagunços expulsavam agricultores, queimavam plantações, matavam pessoas e animais. Os indígenas foram banidos de suas aldeias, foram contaminados por doenças, dizimados pelo avanço da Frente de Expansão e Frente Pioneira, ou seja, agravou-se A Questão Indígena.

O principal artigo do Estatuto da Terra, utilizado pelos sindicatos, determinava que toda terra improdutiva deveria ser desapropriada para interesse social e fosse realizada com pagamentos com títulos especiais da dívida pública e não somente com a prévia e justa indenização em dinheiro. A princípio parece interessante para os camponeses, mas, segundo Martins, este texto legal poucas vezes foi posto na prática, raras vezes este expediente foi utilizado. Os militares concentraram terras no capital transnacional, restava-se pouco das piores terras para alguns trabalhadores. O Estatuto estabeleceu medidas migratórias em regiões abertas à colonização, direcionava colonos para o Norte e Centro-Oeste “mediante a remoção e assentamento dos lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos das áreas de tensão”. Na opinião de Martins (1981), o próprio governo militar inviabilizou seu programa de assentamento e colonização do Centro-Oeste ao beneficiar com incentivos fiscais, subsídios e creditícios à instalação de empresas transnacionais, em detrimento da liberação de incentivos aos rurais, nas mesmas terras designadas aos programas de colonização dos emigrados de suas regiões, estes com recursos escassíssimos resistiam como podiam. Simplesmente, a perspectiva da burguesia agrária apoiada na incipiência do Estatuto da terra e o latifundiarismo em expansão definiram a Questão Agrária e a Reforma Agrária como acessória do desenvolvimento econômico ao enfatizar só o assistencialismo rural. (MARTINS. 1981, p.96-98)<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções presentes no debate**. 1993.p.12.

<sup>56</sup> MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981. p.96 e 98.

Os trabalhadores rurais eram destinados à região apenas para atender as demandas sazonais de mão-obra informal dos proprietários e movidos pelo desespero agilizariam novas aberturas das fronteiras agrícolas da frente de expansão e da frente pioneira. No entanto, se as políticas do Estado foram péssimas para os trabalhadores ao lumpenizá-los. Em contrapartida, as políticas governamentais de subsídios e créditos mais isenções fiscais aos latifundiários, facilitaram o processo de transformação das propriedades, antes improdutivas em grandes empresas capitalistas, com alto grau tecnológico para os níveis da época: Estas agroindústrias passaram a fornecer com maior produtividade/área plantada para o exterior entre outros produtos para exportação: grãos, principalmente soja e milho, carne, laranja, açúcar, café.

Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária. Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo. Corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio. Esse conjunto reúne de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico. (FERNANDES, 2008, p.78)<sup>57</sup>

Nos 70 e 80 a mecanização do campo e alta tecnologia agrícola importada levaram a ruína os pequenos proprietários que não tinham recursos governamentais para subsidiar a produção, o sistema imposto, proletarizou-os, urbanizou-os, favelizou-os. Na medida em que se intensificava o êxodo rural trazia sérias consequências socioeconômicas às metrópoles devido à urbanização desordenada. Na proporção em que a fronteira agrícola avançava, aumentavam-se também os conflitos de terras entre índios, quilombolas, sem terras e Atingidos por Barragens. Enquanto isso, os latifundiários sem oposição efetiva à implantação de seus paradigmas agrários proporcionavam a mecanização do campo com a instalação de complexos agroindustriais. Com o fim da intervenção direta dos militares no Estado, os conflitos sindicais intraclasse camponesa acentuou-se. Com o enfraquecimento da base de sustentação dos militares, o processo de redemocratização realizado a partir de 1974, “lento, gradual e seguro” de Geisel, iniciou-se uma fase para o processo de sindicalização rural com novos agentes interessados na luta de classes e na reforma agrária.

Este período que delimitamos de 1928-1984 referentes à história dos movimentos sociais do campo se encerra. Cremos que com a síntese apresentada dos principais protagonistas em conflito pelo poder territorial no decorrer de seis décadas é suficiente para conhecermos as origens e influências do MST, e todo processo histórico de construção das

<sup>57</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL 73 Año IX N° 24 - 2008.



mentalidades. Observou-se que as derrotas e vitórias do período sofridas pelos movimentos, partidos e sindicatos deixaram como herança e legado a conscientização dos trabalhadores rurais construída, mas, antes, confirmou a necessidade do aprendizado constante, como mais um momento dentro do processo de consolidação da classe subalterna contra a dominação burguesa. Abordaremos a seguir pontos específicos de 1984 até 2011 para contextualizar os conflitos da Questão Agrária do Brasil e compreender o próprio MST atual como um dos agentes protagonistas históricos em evolução. Pôde-se verificar que várias características específicas dos interlocutores em luta no período cronológico demarcado anteriormente, foram incorporadas ao MST e outras rejeitadas. Isto será mais bem observado no item que trata das influências e alianças do MST, fica clara também a vinculação do MST com um tipo pequeno burguês de reformismo em ascensão social, a qual consta de uma coligação de cúpula de padres, sindicalistas e professores elevados às altas esferas dirigentes do Estado nos dias atuais.

#### 1.2.2.7 A organização do MST -A questão sindical: PT/CUT/MST *versus* CONTAG

As insatisfações da união PT/CUT/MST eram muitas ao trabalho da Contag. Os motivos da oposição a Contag eram evidentes. As dissidências internas se deram porque foram poucos os resultados concretos conseguidos pela Confederação de sindicatos rural oficial surgiam várias queixas veladas e assumidas ao seu trabalho. A Contag segundo Medeiros (1989): “estabelecia prioridade para uma política de ação que se propusesse a estimular a participação dos sindicatos dando maior peso na política social e objetivo de assistência social e assistência sindical”<sup>58</sup>. As leis criadas na década de 60 tornaram-se empecilhos ao movimento sindical com aparência de avanços sociais ao trabalhador. A previdência social rural, por exemplo, instituída através do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, tornou-se obstáculo à manutenção das lutas do movimento sindical, o Estatuto determinava que as desapropriações de terras fossem feitas nas próprias áreas de tensão social, o governo não cumpria a lei e remanejava para áreas distantes dos conflitos, procurava-se impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1981. p.96)<sup>59</sup>.

A Lei de Valorização da Ação Sindical (1970) era o único canal de defesa dos direitos dos trabalhadores, e tornou as sedes dos sindicatos agências assistencialistas, de clientelismo,

<sup>58</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 1989. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: FASE.

<sup>59</sup> MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981. p. 96.

um curral de votos<sup>60</sup>. Mesmo contra a organização dos trabalhadores, O Estado, propôs políticas públicas e estratégias distintas de ação, sob sua órbita a Contag passou a comandar as ações dos trabalhadores rurais. Embora o protagonismo da Contag na luta pela reforma agrária nessa fase, talvez, fosse o possível, visto a conjuntura desfavorável, a Contag, como já falado, sofreu forte intervenção por parte do governo ditatorial. Na verdade nunca houve autonomia da Contag e dos sindicatos a ela confederados, a intervenção militar era constante, o trabalho pedagógico da Contag era bem discutível, pois, só se propunha a lutar dentro da lei e a reivindicar paliativos assistencialistas, foram nomeados para serem interventores, apenas dirigentes já envolvidos no movimento sindical no pré-64, a maioria ligada ao sindicalismo cristão. Houve por parte dos generais uma permissividade, uma resistência *consentida* exercida pela Contag e isso permitiu que algumas reivindicações já existentes anteriormente fossem mantidas, organizaram-se greves, pleiteavam a manutenção de direitos já conquistados no período anterior ao golpe, mas nada que ameaçasse o *Status Quo* dos golpistas e dos interesses imperialistas. A Contag, por ser uma confederação de sindicatos atrelados ao Estado, sem cultivar bons resultados, recebeu questionamentos de todas as ordens surgidos quase em uníssono, em suma, os adversários da confederação, esperavam o momento adequado para criar novos canais de interlocução dos camponeses em contraposição a Contag.

"Primeiro, porque a prática sindical privilegiava as categorias sociais reconhecidas - ainda que formalmente - legalmente. Segundo porque esses novos movimentos sociais criavam uma pluralidade de formas organizativas e questionavam todo arcabouço institucional (...), fugindo dos parâmetros do sistema sindical Contaguiano" (RICCI, 1994: 9)<sup>61</sup>.

Segundo Ricci a limitação organizativa imposta pelo enquadramento sindical emperrava a Contag, não havia espaço para reivindicações e formas de luta que não fosse à determinada na lei do Estatuto Rural. Eram muitas as categorias sob a órbita da Contag somadas à sua vinculação ao Estado e com trabalhos incomensuráveis a realizar, sem meios para cumpri-las que a tornava ineficaz. Em outras palavras, era a sua estrutura petrificada vinculada ao estado assistencialista a causa de sua ineficiência e críticas generalizadas. Pois, "Ao se enrijecer a estrutura organizativa fundada no sindicato único, acabou representando, de fato, os segmentos políticos que dirigiam os aparelhos sindicais, transformando-se num sistema de representação de diretores sindicais" (RICCI. 1994 p.195)

O atrelamento ao Estado conduziu a Contag à centralização e a burocratização de seus diretores e um papel secundário aos trabalhadores rurais que só eram convocados para

<sup>60</sup> Dal Moro, Maristela: **MST – Significados e Antecedentes Históricos do MST O Significado da Luta Pela Terra Hoje**. Anais do VII Encontro em Serviço Social, Brasília, v. IV, 2000. p. 193-198,

<sup>61</sup> RICCI, Rudá. **Movimentos Sociais Rurais nos anos 90-** 1994: p. 9.

assuntos de pouca monta. Os dirigentes deliberavam grandes causas, reuniam-se com o patronato e as autoridades estatais, enquanto que as bases militantes só eram chamadas para as eleições de diretoria, para definição pautas de reivindicações, para referendar o que os diretores decidiam do alto para baixo e fazer número nas reivindicações<sup>62</sup>. A Contag tentou remediar sua delicada situação, organizou, em 1973, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, formulou para si uma branda autocrítica sobre a estrutura sindical atrelada ao Estado, neste sentido, na pauta de discussões exigiam a supressão do Título V da CLT e adoção da Convenção 87 da OIT no sentido de adquirir a autonomia sindical, visto que o texto do primeiro título impedia a sua autonomização. A Contag passou a investir de forma bastante intensa no trabalho educacional, mas não foi suficiente para romper com os princípios anteriores. Com essa atuação dos sindicatos, nos anos do regime militar, o espaço de luta dos trabalhadores rurais ficou mais estreito e as contradições no campo tornaram-se mais agudas. Em relação à reforma agrária, bandeiras defendidas pela Contag foram poucos os resultados concretos conseguidos por essa entidade até início dos anos 80.<sup>63</sup>

Alheio às críticas, a Contag buscou recolocar a necessidade de reforma agrária, nos termos do Estatuto da Terra, o qual foi excluído pela oposição, que queria dinamizar as ocupações, sendo este sim, para os novos interlocutores em ascensão, o principal instrumento de luta: a ocupação. A Contag considerava a reforma agrária já garantida por lei, era preciso somente fazê-la cumprir, as bases opositoras não concordavam com esta proposição. Para o grupo dissidente, que gerou inclusive o MST, a reforma agrária só seria feita com ocupações territoriais e com o fim do latifúndio pelas desapropriações, “política de assentamentos sem desapropriação do Latifúndio, não é reforma agrária” “ Eles exigiam outro sindicalismo, que fosse vinculado à questão agrária, a luta pela terra e Justiça Social. Sobretudo, um sindicalismo que priorizasse a luta socioterritorial através das ocupações e desapropriações de terras dos latifundiários.” afirma (Fernandes, 2008, p.78).

### **1.3 A Territorialização e Espacialização do MST.**

#### **1.3.1 A formação do MST e suas alianças**

---

<sup>62</sup> Idem, Ricci op.cit. Esta é exatamente a crítica que Zander Navarro e os dissidentes do MST fazem hoje sobre a monopolização do processo decisório pela cúpula de coordenadores do MST que já causou divisões importantes no MST. Conferir os virulentos trabalhos de Zander Navarro.

<sup>63</sup> DAL MORO, Maristela: **MST – Significados e Antecedentes Históricos do MST O Significado da Luta Pela Terra Hoje**. Anais do VII Encontro em Serviço Social, Brasília, v. IV, 2000.p.197.

O antigo Master, formado no Alto Uruguai-RS, área de alta tensão agrária até hoje, é conhecido mundialmente hoje como: O Movimento dos Sem-Terra (MST). “Pode-se afirmar que o MST, enquanto movimento de massas e organização social que luta pela reforma agrária, é produto das contradições sociais do capitalismo agrário brasileiro e da política nacional antidemocrática que se mantém pós-ditadura militar. A conservação do latifúndio e sua aliança com o capital impedem a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que permita eliminar a fome, o subemprego, a migração, a exploração e a expropriação dos trabalhadores.” (SILVA. 2005, p. 93).

O renascimento do MST sob esta nova nomenclatura é, segundo seus teóricos, a síntese histórica de todo o processo de lutas sofridas pelos povos do campo, bem como o emblema máximo da resistência do campesinato na totalidade atual, no afã de sintetizar novas formas de luta pela terra contra o ruralismo. Nesta fase de reconstrução, novas táticas e estratégias foram adotadas e assimiladas, a ocupação foi acentuada como instrumento máximo de conquista e destruição do latifundiarismo dominante. O MST é parte constitutiva da própria dinâmica da sociedade brasileira, produto das relações históricas que se estabelecem entre as classes no decorrer de décadas de organização dos trabalhadores rurais, torna-se imprescindível compreendê-lo como parte das lutas travadas historicamente em nosso país. A elucidação do Movimento hoje não se pode dar sem um resgate do acúmulo das lutas passadas, **observa-se influências de todas as cores no MST**, a retomada da luta pela terra nos finais dos anos 70, culminou na constituição do MST, só foi possível porque já havia intensa mobilização anterior, que permanecera no imaginário social dos trabalhadores rurais. (FERNANDES, 2000, p.37).<sup>64</sup>

Atenuada a repressão, notou-se a reorganização de um tipo singular de esquerda na criação do Partido dos Trabalhadores, a CUT e o MST (SADER, 2004, p. 81). Somou-se a tão discutida autonomização do MST em 1984, a composição de uma ampla aliança de todas as cores<sup>65</sup>, em oposição a Contag entre as camadas insatisfeitas da pequena-burguesia em ascensão, constava de representantes da chamada *elite* dos professores universitários, sindicalistas e padres formaram: o PT (1980), composto por dissidências do PMDB, a Central Única dos Trabalhadores – CUT (1983) e a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), em 1989, órgão mediador para os trabalhadores do campo, aliança que fortaleceu a oposição a Contag.

---

<sup>64</sup> FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição. 2000.

<sup>65</sup> Alianças mais amplas de todas as cores exaltadas por Fernandes na citação acima, lamentadas por este dissertador.

Fernandes (2008) ressalta que Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições. O MST desde sua fundação manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições. Essa relação de contrapartida nas formações dessas instituições pode ser melhor compreendida na construção de políticas para a transformação das realidades do país, cujos avanços são limitados pela correlação desproporcional de forças. Esta compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (Oliveira, 2005, apud Fernandes 2008, p.73) e que o apoio da Igreja foi primordial para esta fusão tão eclética. Os trabalhadores seriam organizados pelos novos mediadores, estes com incumbências bem definidas para cada organização, porém, insiste que cada uma tinha autonomia interna, não havia interferências de uma Sigla sobre a outra. Ponto discordante de Martins em que afirma que naquela aliança não havia espaço para autonomia do MST.

“No que se refere ao conteúdo da reforma agrária, ela aparecia como tendo caráter estratégico para a tomada do poder”. Daí a importância da construção de **alianças mais amplas** que a viabilizassem, em especial dos trabalhadores urbanos. A vanguarda da luta pela terra seria o MST, mas caberia à CUT a globalização dessa luta para dar-lhe o necessário alcance político.

“A reforma agrária seria compreendida como eixo de mudança do modelo de desenvolvimento, baseando-o na produção familiar e visando à distribuição de renda, à democratização política e dos recursos tecnológicos, assim como a mudança da estrutura fundiária e de mercado” (MEDEIROS 1993: 16).

As atribuições dos movimentos aliados em ascensão era denunciar abusos, demandar processos judiciais, exigir o Estatuto da Terra, realizar ocupações, garantir a posse por desapropriação de latifúndios, nunca por assentamentos em terras devolutas, pois dispersavam os protagonistas da luta agrária. Esta nova interlocução de sindicalismo de base estava fundada na ampliação da participação dos associados nas tomadas de decisão, formação de novas lideranças, nuclearização do poder decisório e sua democratização. Tinha o objetivo de ampliar o envolvimento dos militantes na organização de ocupações de terras e acampamentos e integrá-lo com experiências diversas, que culminaria com o seu real entendimento da conjuntura nacional e internacional e sua conscientização.

O MST adquiriu um parceiro de grande envergadura internacional: A Via Campesina que foi criada em 1992 e é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de

desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul-FetraF-Sul/CUT. Essa organização dos trabalhadores cresceu de modo extraordinário, constitui um expressivo movimento socioterritorial e caminha para a construção de uma confederação segundo Fernandes (2008). A ascensão deste *possível* Novo Bloco Histórico dos movimentos sociais em contraposição a Contag em descenso apresentou variedades estratégicas diferenciadas, mas também, utilizava-se do aparato legal do Estado. Contudo, de modo geral, com o sucesso das mobilizações e ocupações de terras proporcionou repercussão positiva junto aos trabalhadores rurais se comparado ao imobilismo da Contag. (Medeiros 1989. p.151).<sup>66</sup> Após esta união de forças entre PT/CUT & MST & IGREJA e mais 63 dos 89 movimentos sociais do campo vinculados ao MST, segundo Fernandes, até então no Brasil, instalou-se um clima de euforia. As atividades de formação política baseadas nos trabalhos da CPT nos anos 70 e 80 foram aumentadas com treinamento de novos militantes, formação de quadros e novos dirigentes. O trabalhador sem-terra, segundo ideólogos do MST, tornou-se pela primeira vez o protagonista na questão agrária, transformou-se no Sem Terra não eram mais simples expropriados sem terra grafado com letras minúsculas, mas, Sem Terra.<sup>67</sup> A pífia atuação da Contag no período militar proporcionou esta fusão contrária ao seu tipo de sindicalismo, os movimentos sociais atuantes e *em gestação* no período de 1960 até 1980, desenvolveram estudos para uma nova forma de luta. Vitórias e derrotas foram estudadas, na procura de metodologias de ação, muitas foram abandonadas, mas não renegadas do aprendizado prático de conscientização e consolidação dos camponeses como classe autônoma. Nas suspeitosas palavras do maior crítico do MST:

Esse Movimento. "é uma das mais fascinantes trajetórias sociopolíticas que a história brasileira já produziu nos últimos vinte anos tem conseguido manter-se ativo para influenciar a agenda pública sobre o mundo rural e empreender ações coletivas de grande repercussão, tornando-se o ator de referência obrigatória em todos os assuntos ligados à questão agrária brasileira" (NAVARRO, 2001: 4).

Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo, preocupa-se em seus trabalhos com a Questão do Espaço e Território, ele quer verificar se o MST adquire ou não poder nos

<sup>66</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989, p.151.

<sup>67</sup> Segundo Caldart (2004) há diferenças entre os termos a explicação será verificada mais adiante.

critérios científicos da luta de classes sob a óptica científica da Geografia Agrária contra seus adversários latifundiários e na disputa intraclasse contra os outros movimentos rurais que não estão na esfera de influência do MST. Aliás, disputam palmo a palmo; cabeça por cabeça, contra ele a liderança do Bloco histórico dos camponeses.

“No centro dessas conflitualidades há a disputa territorial que se manifesta no controle do processo de criação e destruição do campesinato. A questão agrária é então uma questão territorial e a reforma agrária é a face dessa dimensão. As conflitualidades expressam os embates dos processos estruturais e suas características conjunturais.” (...) E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005, p.132).

Foi nesta perspectiva socioterritorial que ele escreveu a História do MST, assumidamente, prevalece a luta de classes e as categorias referentes ao conflito territorial em suas pesquisas. Quando cita seus eventos, encontros, mobilizações, ocupações, o sistema educacional do MST, a mística ou o aparelho de propaganda e comunicação do MST, ele quer apresentar aos integrantes e adversários com dados estatísticos e propagandísticos, slogans e palavras de ordem, que o MST é um oponente de valor ao capitalismo. Em suas narrativas históricas ressalta que o MST adquire mais prestígio e legitimidade científica nas Universidades, que possui mais poder territorial que os outros movimentos para dinamizar as reformas necessárias, que é a escolha correta dos agricultores expropriados se unirem a Ele na luta coletiva. Em sua história socioterritorial do MST, Fernandes, ressalta os eventos acontecidos nos anos de mobilização dos expropriados para elevar a luta organizada dos trabalhadores rurais ao âmbito nacional a partir de 1979, quando diversas ocupações foram realizadas em estados distintos. Com o apoio das Igrejas Católicas e Luteranas, sob influência direta da CPT, e de dissidentes insatisfeitos da Contag reuniram 110 famílias, assessoradas por estes agentes pastorais e intelectuais, ocuparam a Granja Macali e Brilhante em Ronda Alta-RS, exatamente a fazenda Sarandi, palco dos conflitos que envolveram o governo Brizola e iniciou os trabalhos do Master. Seguiram-se diversas ocupações quase simultaneamente: Em 1980, na Encruzilhada Natalino (RS); a fazenda Burro Branco, em SC; em Itaipu, PR, em Nova Independência – SP.<sup>68</sup>

Fernandes confirma que o MST emergiu a partir das insatisfações ocorridas com a implantação, pelo governo ditatorial civil-militar, da péssima atuação dos sindicatos rurais liderados pela Contag e de um modelo econômico imperialista que visava o crescimento agropecuário para favorecer as potências ocidentais em detrimento dos subalternos

<sup>68</sup> FERNANDES, B M. **A Formação do MST**. RJ: Vozes, 2000. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. SP: Cortez, 2001.

trabalhadores do Brasil. Consoante Fernandes, em sua historicização, no sentido de ampliar as conversações para a nacionalização da luta, no ano de 1982, foi realizado Encontro Nacional organizado pela CPT em Goiânia com o objetivo de organizar os interessados na luta pela terra no Brasil. As lideranças de vários estados apoiaram o evento, criaram organizações regionais e a Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 1983, foi criada a Coordenação Regional do MST a qual propôs em 1984 o I Encontro Nacional em Cascavel - PR, onde ocorreu a oficialização do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesta oportunidade foram elaborados os princípios, os objetivos, as formas de organização e de luta, reivindicações.<sup>69</sup>

O MST foi oficializado em 1984, sob o lema “*terra para quem nela trabalha*”, foram discutidos o seu caráter de classe e a autonomia, diante da Igreja, da CUT e do Partido dos Trabalhadores, principais apoiadores da oficialização do MST. (STÉDILE, 1999. p.35). Quanto à denominação do movimento social, Stédile, por sua vez, lembra que apesar do termo sem-terra ter sido dado pejorativamente pela imprensa do Rio Grande do Sul, nos eventos da década de 60, no Alto Uruguai, este seria o mais apropriado, e foi confirmado neste Encontro. Caldart sugeriu o nome *Movimento pé-no-chão*, mas, não foi à frente a sugestão, mesmo com grande apoio de outros integrantes.

Nas três décadas de existência o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária. Essas mudanças trouxeram novos desafios e um deles está no próprio nome. Quando foi fundado, o MST se denominou Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (STÉDILE E FERNANDES, 1999).

Todavia, a expressão “trabalhadores rurais” não sobreviveu na própria sigla, que desde o final da década de 1980 passou a ser MST. Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão “camponês” era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta. Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. (FERNANDES. 2008.p.79).<sup>70</sup>

Os Trabalhadores rurais, os quais, sem saída para sustentar suas famílias se limitavam a: avançar a fronteira agrícola apossar-se de terras devolutas e resistir diante da frente pioneira capitalista. Desde então, acrescentaram à posse da terra, a luta pelos Direitos Humanos e Justiça Social e pela Reforma Agrária. Esta compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (OLIVEIRA, 2005 apud Fernandes, 2008, p.80). As ocupações seriam a ponta de lança para a conquista do território e crescimento do MST. Isto é o instrumento didático-formativo para a

<sup>69</sup> STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra**. SP: 1999.

<sup>70</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL, 73 Año IX, N° 24 - 2008.



conscientização do militante Fernandes (2000)<sup>71</sup>. A inserção do MST no processo político se justifica pelas: (...) mudanças conjunturais da questão agrária geraram diferentes conflitualidades. Os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios. Esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. A crise alimentar demonstrou o mito de que o agronegócio seria o grande produtor de alimentos, destaca a participação do campesinato e a necessidade de políticas de soberania alimentar. O MST e mais de noventa movimentos camponeses estão no centro destas conflitualidades da atual questão agrária (...) (FERNANDES 2008.p.83).

### 1.3.2 O MST e os governos pós-ditadura civil-militar

O I Congresso Nacional do MST foi realizado em Curitiba- PR em 1985 e resolveu não apoiar Sarney, disseminar a estratégia das ocupações em massa como instrumento de pressão ao poder público, através da mídia nos horários nobres alertaria a opinião pública as tensões no campo, denunciaria o descaso dos governos e do Estado sobre a urgência da reforma agrária plena para o desenvolvimento do país. Sob o Slogan: “*Ocupação é a única solução*”. O período de 85 a 90 verifica-se a territorialização e consolidação do MST em âmbito nacional, seu raio de ação foi expandido e influência sob outros movimentos sociais tanto nacionais como internacionais se fez realizar. No contexto dos anos 90, no processo de *redemocratização* do país, e instalação de governos neoliberais verifica-se a ascensão de movimentos sociais rurais e urbanos, o novo sindicalismo paulista e o aumento constante do conflito por terras no contexto do neoliberalismo agrário. Fernandes considera que este foi o período da consolidação da autonomia, do reconhecimento político como líder de um futuro Bloco histórico dos movimentos sociais liderados pelo MST. Neste contexto, o MST intensifica as lutas no espaço agrário, com diversas ocupações, por parte de sua estratégia de ação consolidada, desafiam a ordem dominante consolida-se a sua institucionalização orgânica com modificações na representatividade do movimento. A consolidação [territorial] do MST aconteceu por meio do estabelecimento de sua estrutura organizativa, dimensionada em formas de organização das atividades em instâncias de representação (FERNANDES,

---

<sup>71</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. RJ: Vozes, 2000.

2000.p.23)<sup>72</sup>. Em 1985, no Governo Sarney, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pretendia instalar 1.400.000 famílias, em 43 milhões de hectares, em quatro anos. Mas, apenas 89.945 foram contempladas. Menos de 10% das metas foram atingidas. Apesar dos fatores do fracasso acima serem justificáveis, foi exatamente devido à violenta oposição ao I PNRA da União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985, inimigos de classe diretos do MST, que acarretou no fracasso do I PNRA. (Fernandes 2008) observa os fracos resultados o MST a fim de acelerar o processo de desapropriação das terras, dinamizou diversas ocupações. Os Latifundiários responderam com vitórias sobre os movimentos sociais também na Constituição de 1988, sobretudo, com a não aprovação da lei que regulamentaria a desapropriação de terras. Em 1993 esta mesma lei foi aprovada, mas, os ruralistas no Congresso não permitiram efeitos práticos positivos (FERNANDES, 1996, p.78).<sup>73</sup>

O governo Collor prendeu lideranças do MST, forçando-o a reduzir suas ações. Com as diminuições das ocupações a Questão Agrária saiu da Mídia. Foram reduzidas verbas para a reforma agrária, crédito rural, a Embrater foi extinta. O MST seguindo o slogan: “*Ocupar, Resistir e Produzir*”, limitou-se somente ao *produzir*. Após Collor, Itamar Franco, (1992-1994) reconheceu oficialmente o MST como representante dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais. Foi um governo de transição a espera do sucessor. Em 1995, com Fernando Henrique Cardoso o governo apesar de ser o que mais assentou em todos os tempos, foi o que mais quebrou pequenos produtores com suas medidas neoliberais de abertura das importações de máquinas e insumos agrícolas ao agronegócio: a denominada “reforma agrária de mercado” instituída pelo modelo neoliberal imperialista de reforma agrária foi alvo da crítica de Fernandes (2008):

A reforma agrária de mercado, representa uma forma de controle territorial por meio da comoditização (Pereira, 2004), a mercantilização da terra, retirando a reforma agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista (Ramos Filho, 2008). A reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos” (Bruno, 2008). (FERNANDES, 2008. p. 87).<sup>74</sup>

Fernandes critica esta “nova reforma agrária de mercado”, pois, sobretudo, esta tática do governo tira a luta do campo político e a transfere para a economia, transforma-a em mercadoria. Enfraquece a luta de classes, harmoniza as relações sociais, perpétua e reproduz as desigualdades, exclui o conflito socioterritorial pelas regras de mercado, e incentiva a especulação imobiliária. Portanto, para Fernandes, por não ocorrerem desapropriações e a não

<sup>72</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. RJ: Vozes, 2000.p.23.

<sup>73</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec. 1996. p.78

<sup>74</sup> As citações são de FERNANDES B. Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL 73 N° 24 – 2008.

transformação dos latifúndios produtivos e improdutivos em assentamentos do MST, esta política do governo não é reforma agrária. Em seus trabalhos histórico-geográficos, de alta qualidade por sinal, ressalta a luta de classes na perspectiva conceitual das categorias Território e Espaço numa perspectiva socioterritorial. Quer demonstrar a força do MST ao camponês, como já falado, apresenta-o como um movimento confiável, que traz bons resultados, e então o agricultor expropriado venha a filiar-se sob sua órbita e levantar-se sob a orientação da coordenação do MST, contra a degradante situação que o capitalismo proporciona; bem como o agricultor contemplado com um lote de terras permaneça em suas fileiras que continue a luta por justiça social, não apenas por um naco de terra. Lendo a obra de Fernandes em conjunto, sob esta perspectiva conflitual da: Luta de Classes, Soberania; Poder; Território; Espaço, e a formação da identidade cultural puramente camponesa recriada pela expropriação capitalista, pode-se ter a compreensão exata do autor e do MST com todas as especificidades. Fernandes salienta e amplia a categoria território do MST enfatiza a reforma agrária na luta pela terra, por meio das ocupações, para ele a ocupação é o motor do MST, sua territorialização depende da quantidade e qualidade das investidas ocupatórias. Credita toda a formação do militante ao aprendizado cotidiano nesta experiência prática educativa, constitutiva da sua conscientização em classe camponesa. Condiciona todo o crescimento da organização e da conscientização militante à dependência das conjunturas favoráveis ou não às ocupações; A possibilidade de ocupar, ora mais ora menos, é o que garante o avanço ou recuo do movimento contra seus adversários. Criou uma lógica específica, própria para a análise da relação proporcional entre ocupação e assentamento e assim verificar o êxito ou fracasso do período quanto à territorialização e espacialização do MST; aliás, na década de 80 e de 90, Fernandes garante que houve a territorialização do MST em níveis nacionais, enquanto se verifica queda da atuação do MST na segunda gestão FHC.

As medidas políticas do FHC atingiram as ações dos movimentos camponeses, como pode ser observado na diminuição do número de famílias ocupantes na segunda gestão do governo FHC. Como as ocupações determinam a criação de assentamentos, a diminuição do número de famílias ocupantes representou a diminuição do número de famílias assentadas (FERNANDES, 2008. p.78).

Neste sentido, define a sua visão de “reforma agrária necessária” baseadas nos pressupostos do paradigma da recriação do campesinato expropriado, defendidos pelo modelo explicativo: *fim do fim do campesinato*, organizado, a priori, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira para o MST, divulgados com todas as forças pelo coletivo de intelectuais orgânicos do MST, como preponderante para a reprodução da formação do militante da base social, para

a renovação de seus quadros e dirigentes profissionais. Para a realização deste afã é necessário que os integrantes do MST entendam que:

A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária. Para este estudo, tomamos como referência a definição de questão agrária compreendida como um problema estrutural do capitalismo (Fernandes, 2001), sendo parte de sua própria lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato. Por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra (FERNANDES, 2008, p. 89).

Fernandes observa se o MST com as mobilizações e ocupações destrói o poder ruralista através das desapropriações de terra, se enfraquece a soberania do agronegócio representada no Latifúndio e se avança como representação identitária máxima camponesa, ou seja, se o MST é o líder do bloco histórico camponês contra o Capital.

Fernandes ressalta sua ampla interpretação de reforma agrária e luta por Justiça Social constata com sua lógica, o enfraquecimento do poder territorial do MST no segundo período FHC, devido à diminuição de famílias ocupantes, afirma que a territorialização do MST se deu mais intensa por todo país no primeiro governo FHC, que apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de ampla política de assentamentos em áreas remotas, Fernandes afirma que a questão agrária piorou porque seu caráter estrutural não ter sido resolvido. Lembra que foi no 1º período FHC que mais se assentou famílias, e que mais as quebrou e mais se expropriou. Contrário a estas políticas públicas, o MST ocupou vários latifúndios e aumentou seu território, porém, no segundo período de governo, FHC respondeu com a criminalização das ocupações de terra, criou medidas provisórias punitivas para os ocupantes. O texto da MPs impedia a regularização de assentamentos das famílias ocupantes de terra e não permitia a desapropriação das terras ocupadas. As MPs fizeram as ocupações diminuírem, proporcionalmente ao número de assentados e por consequência, diminuição do poder territorial do MST o qual obteve um péssimo resultado para este período, segundo avaliação de seus intelectuais. “Sem luta pela terra não há reforma agrária.” (idem).

### 1.3.3 O Governo Lula e a Reforma Agrária Paradoxal

São os fortes inimigos dos movimentos sociais: os declarados como a UDR e PFL, agora Democratas, o PSDB e os ocultos que fingem apoiar a reforma agrária do MST, mas apenas a protelam em favor dos ruralistas: PT, aliado incondicional dos ruralistas. Dado que,

o que mais importa para Fernandes em suas análises e narrativa histórica é o avanço do domínio territorial do MST nas áreas em conflito, em contraposição a dominação dos latifundiários e do agronegócio, ele aponta diferenças entre os proprietários de terras e suas divergências intraclasse nos seus *modus operandi*, então, Fernandes tratou de definir distinções conceituais de seus inimigos de classe, aliados do PT, em busca da territorialidade.

As diferenças e semelhanças entre ruralistas e agronegócio podem ser melhor compreendidas pelas relações que estes mantêm [entre si]. Os ruralistas integraram-se ao agronegócio por meio da produção ou pelo arrendamento da terra para as corporações. Os ruralistas são formados por pecuaristas, produtores de soja e de cana de açúcar. Os Latifundiários encontraram no agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de *alta* produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária. Essa nova conjuntura redefine as correlações de forças e impede a realização de uma reforma agrária que atinja o território do agronegócio. A reforma agrária será feita, principalmente pela incorporação de terras públicas na Amazônia. (FERNANDES, 2008, p.92).

A eleição de Lula, em 2002, aumentou as expectativas quanto à reforma agrária, muitos intelectuais do MST se iludiram com o fraco, mas eficiente golpe de Marketing político. MST e CPT conseguiram cargos para o INCRA, mas, devido à reação ruralista da UDR e de setores conservadores do PT foram exonerados.<sup>75</sup> Superada a euforia com sua posse, Lula seguiu o continuísmo da financeirização e entrega das riquezas do país, seguiu a cartilha do novo imperialismo neoliberal que seus colegas, Collor e FHC implantaram, a ponto de superá-los. Lula consolidou um tipo de neoliberalismo de esquerda no Brasil, com atenuantes nas políticas sociais assistencialistas e cooptativas: a ajuda ínfima do Programa Fome Zero e Bolsa Família, distribuição fisiológica de recursos públicos a alta burguesia, dinamização do mercado interno de produtos de primeira necessidade e a melhoria da distribuição de renda per capita.

O agronegócio é uma das forças do arco de alianças que apóia Lula. Lula tem feito claras declarações de admiração pelo agronegócio. A junção de políticas do governo Lula atingiu o MST. A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse (FERNANDES, 2008, p.81).

---

75 FERNANDES B. M. **20 Anos do MST e a Perspectiva a Reforma Agrária no Governo Lula**, 2004, pg 1- 21. Disponível em: < [www2.Prudente.UNESP.br/.../Produção%20NERA](http://www2.Prudente.UNESP.br/.../Produção%20NERA) > acesso em outubro de 2010.

Os lamentos de Fernandes se referem aos resultados do governo que conseguiu: desterritorializar o MST, amortecer conflitos, dar governabilidade ao PT, proporcionar um curral de votos a Lula, mediado por: Igrejas, Partidos, imprensa e ONGs que muito lucram com a intermediação e destinar alto índice de popularidade ao presidente, o qual sempre foi encoberto pela mídia nos escândalos do PT. Fernandes admite exagero nas expectativas dos movimentos sociais com Lula: Tendo a perspectiva do discurso falacioso do PT, promessas de campanha não cumpridas, reformas administrativas realizadas e dinheiro público doado ao sistema financeiro internacional: O Governo Lula Foi Um Fracasso. “A eleição da primeira gestão do governo Lula teve o apoio do MST havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula”.

O governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos realizaram o maior número de ocupações de terras e famílias assentadas da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário de FHC, que criminalizou as ocupações, Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. Esta tem sido uma característica marcante. Contudo, também criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra e a reforma agrária. De forma velada, Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. (FERNANDES, 2008, p.83).

Fernandes não quer só o diálogo para ocupar e crescer em poder territorial. Mas, também pretende que as políticas públicas do governo, desterritorialize, enfraqueçam os ruralistas ao mesmo tempo. Para isso é preciso que as propriedades sejam desapropriadas e transformem-se em assentamentos, concedidos na mesma região para aqueles que eram outrora explorados pelo agronegócio, mas que estes assentamentos estejam vinculados ao MST. Fernandes não concorda que os novos assentamentos sejam realizados fora das áreas de conflito territorial da luta de classes, e longe da esfera de influência do MST, na Amazônia, por exemplo. A estratégia dos dominantes é isolar os trabalhadores em pequenos núcleos, em lugares ermos, longe dos palcos de conflito e não toca nas propriedades dos latifundiários, pelo contrário, o governo dinamiza todas as condições para que haja o aumento das falências dos pequenos proprietários e de suas cooperativas, visto os escassos recursos, enquanto o agronegócio tem uma expansão avassaladora, devido aos recursos financeiros, tecnológicos de alto nível, tratam apenas de arrematar as terras dos camponeses e empregá-los

sazonalmente se necessário, a maioria dos expropriados vão para as cidades trabalhar precariamente submetidos à pluriatividade econômica imposta aos camponeses atuais.<sup>76</sup>

No governo Lula, a ampliação do território camponês ocorreu pela apropriação das terras públicas por meio da regularização fundiária, bem como pela compra de terras por meio de políticas de créditos fundiários. Por ampliação do território camponês estamos nos referindo ao aumento do número de unidades camponesas e pelo reconhecimento oficial de posses, quando o INCRA incorpora em seu cadastro os números de famílias e as respectivas áreas ocupadas, registrando-os como resultados da reforma agrária. (FERNANDES, 2008, p.73)

O governo envia os trabalhadores para as áreas distantes, concede de terras devolutas, em vez de desapropriações das fazendas improdutivas. As probabilidades de desistência da terra e da agricultura são enormes. Fernandes quer dizer que em vez de aumentar a força dos movimentos sociais, estas políticas públicas enfraquecem, pois, torna o latifúndio ruralista mais absoluto na região em conflito, dispersa para terras longínquas os principais oponentes do agronegócio de suas áreas de atuação. Na verdade o que o MST quer é destruir o aparato que fornece poder territorial aos ruralistas, o latifúndio. Para ele a reforma agrária só faz sentido e tem seu significado realizado, se tirar poder do grande proprietário ruralista emblemático no latifúndio. Por isso as políticas do governo são *paradoxais*. Suponha-se que o bloco histórico camponês exista e o MST já é seu líder, mas devido às políticas do Governo para atender os ditames ruralistas e ao imperialismo e a globalização, trouxe problemas para a Coordenação do MST na manutenção desta liderança no bloco. Pois, o MST quer ocupar e desapropriar o latifúndio. Qualquer assentamento sem desapropriação de terras significa: a desterritorialização do MST, e o fortalecimento do poder territorial ruralista já existente. As políticas públicas neoliberais de Lula acarretaram no abandono da luta pelos trabalhadores que tiveram as concessões de terras homologadas, Os trabalhadores que antes eram mediados pelo MST passaram para outros movimentos sociais, menos expressivos, ou aderiram ao governo mediado por alguma empresa de filantropia para não perderem alguns benefícios sociais já adquiridos. Ressalta seus números a favor da liderança do Bloco:

Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas no MST (DATALUTA, 2008). “O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil”. O crescimento do número de movimentos intensifica a disputa territorial que tem à frente o MST, que é responsável por 63 por cento das famílias que lutaram por terra nos últimos sete anos. (FERNANDES, 2008, p. 74).<sup>77</sup>

<sup>76</sup> O termo pluriatividade econômica é um eufemismo para biscateiro.

<sup>77</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano, “**Entrando nos territórios do Território**” em PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson ( coords). **Campesinato e territórios em disputa**, São Paulo: Expressão Popular. FERNANDES, B. M. “**Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**” em BUAINAIN, Antônio (coord.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP. Todos citados por Fernandes (2008).

A crítica de Fernandes só tem pertinência quando avaliada a luz dos conceitos de luta de classes e pela liderança do bloco histórico. De certa forma, visto que de uma maneira ou de outra a intermediação do governo favorece minimamente o trabalhador rural individual, com seu pacote assistencialista de bolsas. A luta da organicidade do MST é para que o camponês contemplado com estas bolsas e benefícios continuem na luta por justiça social. Vale lembrar que o Estado, frações de classes, partidos políticos, continuam a luta pela proeminência da interlocução dos trabalhadores rurais, a exemplo dos anos 1950 a 1990, visam ser os seus canais midiáticos através de agências estatais, ONGs e movimentos sociais privados. Para Fernandes o paradoxo da reforma agrária no Brasil só é compreendido quando se observa a diversidade de movimentos camponeses sob a liderança do MST em queda, e enquanto outros surgem em sua contraposição. Fernandes salienta em sua defesa que se devem verificar os territórios camponeses que se formou nos últimos anos através das lutas do MST. Fernandes (2008) indica que um exemplo [da queda da militância] é a não execução de uma política de reforma agrária ofensiva que intensificasse o processo de territorialização dos movimentos camponeses, com a criação de mais assentamentos por desapropriação do que por regularização fundiária. Em outras palavras, o MST está enfraquecido, perdeu território, a formação de militantes está em baixa, mas quer aparentar sucesso em suas investidas para defender sua liderança do suposto Bloco Camponês. Quer mostrar-se ainda forte o suficiente, pelo menos nos setores de Educação e da Produção Agrícola, o qual verifica êxitos apreciáveis, segundo seus dados estatísticos. “Os avanços [do MST] estão na expansão do território camponês e nas experiências dos setores de educação e produção. Mas ainda precisam superar muitos desafios para aumentar a participação do campesinato nessas políticas”. Quer com isso garantir que, a despeito da perda territorial, ainda é o movimento adequado para representar o campesinato. Visto a sua preponderância em relação aos outros movimentos e a forte hostilidade aos ruralistas emblematicada na ocupação de latifúndios.

Fernandes está preocupado com a propaganda do MST, o problema da perda territorial afeta sua interlocução aos camponeses. Ou seja, o MST pretende consolidar-se perante os trabalhadores rurais como o único movimento social com a capacidade de mediação soberana de seus interesses sem percalços, quer direcionar os rumos dos trabalhadores do campo legitimamente nas diversas instâncias da sociedade civil e política, inclusive nos ministérios, secretarias e agências estatais, mas os governos atrapalham com políticas públicas *paradoxais* interligadas em todos os âmbitos da sociedade burguesa organizada.



O MST e a Via Campesina Brasil estão enfraquecidos, porque na correlação de forças não conseguiram ocupar espaços políticos importantes do Estado e fazer pressão suficiente no governo Lula a aplicar uma política agrária que atendesse os interesses do campesinato. Ao contrário dos ruralistas que tem influência em todos os poderes constitucionais seja no executivo, legislativo e no judiciário e por que não acrescentar, o quarto poder: a Imprensa. Verdadeiramente o desequilíbrio de forças é descomunal (Fernandes 2008, p. 78). Especificamente na luta pela liderança territorial contra outros movimentos sociais dos trabalhadores rurais, para o geógrafo, a principal prejuízo para o MST, ocasionadas pela política de FHC e Lula, foi a perda de militantes e da territorialidade dentro do próprio MST, simplesmente as famílias assentadas pela *política paradoxal do governo*, não se animam mais a mobilizar-se por causa das medidas paliativas dos governos. O MST na sua luta intraclasses camponesa também perdeu espaço e território devido a dissidências constantes no seu quadro de funcionários permanentes, os quais observaram depois de muito tempo, que há falhas gritantes no ideário do MST: principalmente nas suas alianças pragmáticas ocultas; no seu sistema decisório e no projeto de nação.

Sem conquistas, as famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória da Bolsa Família um auxílio financeiro mensal irrisório – também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados. Embora haja pesquisas em desenvolvimento sobre esta questão, ainda não tem os resultados numéricos. Fazemos esta afirmação a partir do trabalho de campo em conversas com lideranças camponesas. (FERNANDES. 2008. p.78).

O MST tem enfrentado o desafio das dissidências, busca sustentar sua posição no bloco histórico da classe trabalhadora brasileira como legítimo representante do campesinato. Dessa forma, compõe o conjunto de forças contra-hegemônicas que visam disputar com as classes dominantes o projeto de nação. Apesar do enfraquecimento do MST com as medidas do governo, Fernandes, mesmo em dificuldades, exalta o poder territorial do MST em relação aos outros movimentos. Informa o geógrafo, que dezenas de outros movimentos surgiram em 2008, o número de movimentos camponeses na luta pela terra era noventa e três vários se associaram ao MST. Por isso tenta trazê-los e mantê-los na sua esfera orgânica de atuação. Salienta a necessidade premente do setor de formação conscientizar o Sem Terra contemplado por um lote de terra que sua luta não é só por terra, mas por Justiça Social plena.

Fernandes (2008) é bastante Realista, acredita que será realizada uma ampla política de assentamentos rurais em áreas ermas com terras devolutas. Se não houver a territorialização pelos menos haverá a espacialização do MST na região, minimiza, para isto é preciso que o recebedor do lote de terra continue simpático e atrelado ao MST, reconheça que

mesmo distante pode precisar do seu apoio contra o capital, que avança sobre a frente de expansão. Neste caso, a conscientização da organicidade do MST faz-se mais que necessária nestas famílias contempladas e emigradas. Como se sabe a luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais tendem a avançar e recuar com fluxos e refluxos, de acordo com as correlações de forças das ações dos movimentos socioterritoriais. Para encerrar esta seção, no governo Dilma Rouseff as políticas públicas realizadas correspondem ao relativo continuísmo e continuidade dos antecessores com especificidades próprias. Acentuou medidas paliativas assistenciais para trabalhadores do campo e recursos inesgotáveis para o *Agribusiness*. Remessas de lucros da dívida dobraram no curto período de governo. Devido a esses fatores, na óptica do MST, apesar de sua branda oposição ao PT sabem que a Reforma Agrária não será efetivada. Em sua visão, o aumento dos territórios do agronegócio aponta para uma acirrada disputa territorial para a produção de biocombustíveis, no futuro próximo com o começo do fechamento da fronteira agrícola brasileira. Vaticina Fernandes, esta condição vai intensificar os conflitos agrários (FERNANDES, 2003. p.24.)<sup>78</sup>.

## 2 - FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS DOS PRINCÍPIOS FORMATIVOS DO MST

Não se trata de justificar os erros, mas de impedir que eles se repitam. Che Guevara

A criação e evolução das normas gerais orgânicas do MST para a organização dos trabalhadores em instâncias estruturadas aconteceu durante os Encontros Nacionais realizados a partir de 1989 foram estabelecidos e melhorados com o passar das décadas de luta. Os resultados obtidos da práxis diária desenvolvida, desde o momento da oficialização do MST em 1984, influíram no estabelecimento da nova organicidade, ou seja, os princípios orgânico-formativos da base são o resultado da própria atuação das instâncias que se desenvolveram *espontaneamente e organizadamente* na ação direta.

A construção da estrutura orgânica do MST se deu de acordo com as necessidades que foram aparecendo no processo de luta e de organização dos sem-terra. No processo de luta foram se consolidando os princípios e as instâncias. A estrutura organizativa do MST pode ser compreendida como *forma em movimento*, modificando-se conforme as transformações da realidade do movimento social. A formação das instâncias do MST foi fruto do processo de construção do MST enquanto organização social dentro do movimento de massas, situação complexa que vai se delineando no final da década de 80. (FERNANDES, 2000, p.171).<sup>79</sup>

<sup>78</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, jan/jun 2003 p.24.

<sup>79</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. RJ: Vozes, 2000. p.171.

Após 2003, novos eixos passaram a ser explorados dentro da metodologia de princípios orgânico-formativos do MST, incluindo setores de gênero e diferenças identitárias particulares, mas manteve a preponderância dos eixos: trabalho educativo, produtivo e de base, estudo científico e pesquisa, história e cultura. Os princípios organizativos, segundo a coordenação da ENFF, são imperiosos na manutenção do próprio movimento quanto a sua funcionalidade orgânica. (SILVA, 2005, 141).

O duplo caráter da formação permanente no MST está em formar as pessoas e a própria organização, ou seja, a própria estrutura organizativa está em constante processo [de sistematização da] formação, sendo flexível diante das transformações da própria realidade do movimento social de massas. No entanto, como forma de materializar uma unidade na ação deste movimento social de massas de caráter nacional e fortalecer sua expressão política tornou-se necessário a construção de instâncias e a elaboração de princípios organizativos com a função de garantir a existência do movimento social para além das mobilizações massivas. Sendo assim, os princípios organizativos vão dando corpo aos métodos de luta e de organização e densidade à formação, no sentido de materializar um trabalho político organizativo que de fato transforme as relações sociais vigentes, produzindo sujeitos sociais participativos e conscientes, críticos e éticos. (SILVA, 2005, p.285) grifo meu.

Para os teóricos do MST/ENFF, a defesa da estrutura orgânica do MST tem o objetivo da manutenção da autonomia do Movimento por meio da combinação entre movimento social e organização de massas. Pretende-se criar profissionais revolucionários e eliminar gradualmente o amadorismo na ação direta. A organicidade é instituída para que a personificação individual dos seus representantes não venha a tomar força maior que as decisões coletivas. A proposta da ENFF de formação tem como **finalidade** a formação de quadros para a organicidade do movimento e, seu principal desafio, o “desenvolvimento desse processo de formação de quadros de maneira dinâmica, criativa, aberta, mas com uma unidade do ponto de vista político, filosófico, organizativo, místico, metodológico, etc.” (MST, 2007, p.164).<sup>80</sup>

Uma questão a ser pensada é justamente a dialética existente entre princípios e método de trabalho. Existem situações concretas onde os métodos de trabalho não correspondem aos princípios? Que situações permitem contradições deste tipo? No entanto, o que vale a pena ressaltar é a **intencionalidade** pedagógica dos princípios orgânicos de projetar a mudança da realidade concreta, da organização do trabalho político-organizativo, do comportamento e da ética dos militantes no sentido de materializar um processo de ruptura com as relações sociais fundadas na centralidade do capital. (SILVA, 2005, p.124).

Os princípios orgânicos do MST foram elaborados com a missão de compor e manter seus quadros permanentes deve dimensionar a consciência política dos militantes, orientá-los de maneira positiva, ou seja, evitar que haja os indesejáveis *desvios de conduta* no processo

---

<sup>80</sup> MST. Programa de Cursos a serem Abertos pela Escola Nacional Florestan Fernandes. Mimeo, 2007.

de construção do movimento. Bem como, controlar a espontaneidade apaixonada e amadora do movimento social quando esta ameaçar a organicidade racional-profissional da organização social. Bogo (1999) explica que o espontaneísmo e o personalismo devem ser contidos em favor da Direção Coletiva consciente: “Em um movimento de massas é a partir do primeiro [espontaneidade] que se possibilita o avanço no andamento da luta para além das questões imediatas”. Da mesma maneira, há uma relação inversa entre elas, pois à medida que o movimento de massas passa a “investir” no desenvolvimento da sua estrutura, diminui-se a fragilidade interna evitando que ocorra a sua “desintegração gratuita”.<sup>81</sup> Silva (2005) enaltece a organicidade do MST, no mesmo espírito, acrescenta outros objetivos:

(...) o trabalho político-organizativo do MST é um dos elementos centrais de sua concepção de formação que tem como **finalidade** a transformação dos mecanismos de reprodução social centralizada no capital como relação social dominante, inserindo-se numa luta política pelo poder em função da realização do projeto de emancipação humana. Neste sentido, podemos afirmar que a práxis organizativa do MST constitui uma escolha de impulsionar uma tendência regressiva da barbárie, potencializando a luta social, o trabalho, a práxis das relações sociais e a cultura do coletivo. E sendo tal escolha uma escolha de muitos, modificam-se as circunstâncias, são produzidas novas necessidades, dilatando assim a práxis da liberdade humana. (SILVA, 2005, p.286).

Os princípios orgânicos ensinados na ENFF visam atingir sistematicamente os três níveis organizativos do movimento: a base, a militância e os dirigentes, e têm o objetivo final de aumentar a consciência militante.

O MST/ENFF em seus ensinamentos à base diferencia a conscientização do militante e a distingue em três graus. Primeiro, a consciência ingênua, ou fatalista, quando o militante observa que sofre mazelas, mas não consegue localizar seu verdadeiro inimigo, este grau está condicionado ao senso comum supersticioso dos dogmas religiosos e ao fetichismo das forças da natureza. A consciência crítica é o grau um pouco mais elevado, eles encontram e denominam seus algozes facilmente, porém, por suas dificuldades a que estão sujeitos são obrigados a se submeterem aos desmandos de seus dominadores, identificam o problema, mas assumem que não tem força, nem poder para lutar. O grau superior e almejado é a consciência organizativa, este grau caracteriza-se primordialmente quando os dois tipos anteriores evoluem eficazmente, através do aparato formativo-organizativo ensinado, é eficiente ou eficaz ao criar uma contraposição orgânica aos seus algozes, de maneira que haja uma contra hegemonia racional organizada responsável pela imposição de um novo projeto que corresponda as reais exigências do coletivo de cidadãos explorados (MST, 2004, p. 31).<sup>82</sup>

<sup>81</sup> BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

<sup>82</sup> Adaptado do Caderno de cooperação agrícola nº 11.

É uma demanda concreta atacar um problema nosso que é o baixo nível de consciência político-organizativos do nosso povo que é facilmente cooptado pela idéia de que conquistada a terra, conquistado crédito pare-se de lutar, então: o meu alcance, a minha luta é enquanto não resolvo o meu problema econômico. Nosso problema na verdade é um problema político, maior é um problema da classe como um todo. É elevar o nível da consciência, passar do primeiro estágio da consciência meramente reivindicatório para uma consciência política. É o desafio dos movimentos ou não, ou retroceder como algumas organizações que achavam que avançavam. (Gasparim, 2007, s/p)

O MST determina que o militante do MST, neste construto, seja o elemento orgânico consciente em processo (*fazer-se*) da contra hegemonia. Entende-se que a estrutura orgânica do MST foi arquitetada para que o militante alcance o terceiro tipo de conscientização, proporcionado pelas exigências diárias da luta.

No histórico do setor de formação de militante verifica-se exatamente isto. Todos aprendem com a luta desde o mais comum até o dirigente mais conhecido. Justifica-se este fato pela exposição sistemática do militante do MST, neste caso visto como sujeito individual e coletivo. A mentalidade do militante é construída pelos três graus explicados acima e que evoluem no decorrer de sua história. A exposição ao aprendizado diário proporcionou ao militante uma elevação a um quadro de dirigentes profissionais vistos o alto teor de conscientização da realidade concreta.

Um quadro é um indivíduo [coletivo] que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, torná-las suas e transmiti-las como orientação às massas, percebendo, além disso, as manifestações dessa massa com relação aos seus desejos, motivações. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa, que conhece a prática do centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; quem sabe praticar, na produção, o princípio da discussão coletiva e responsabilidades únicas; de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar, sempre, qualquer debate, e responder até com sua vida pela boa marcha da revolução. “É, além disso, um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa”. Criadora de modo a não chocar com a disciplina. O quadro é, pois, um criador, um dirigente de alta estatura, um técnico de bom nível político que pode, raciocinando dialeticamente, levar adiante seu setor de produção ou desenvolver a massa, desde o seu posto político de direção (GUEVARA apud Floresta citado por Princeswal, 2007 p.).<sup>83</sup> Grifo meu.

## 2.1 A relação entre teoria e a prática na práxis organizativa do MST

<sup>83</sup> FLORESTA, Leila. *Escolas dos Acampamentos/Assentamentos do MST: uma Pedagogia para revolução?* Campinas: UNICAMP, 2006, 217 p. Tese (doutorado) – Unicamp, Campinas, 2006.

A defesa da práxis ensinada na ENFF à militância da base fundamenta-se no arcabouço materialista histórico e dialético dos marxistas clássicos é o referencial teórico basilar da construção orgânica do MST, interpretado pelos intelectuais de maior relevo. Silva (2005) em sua tese de doutorado observou que a divulgação da totalidade da práxis organizativa do MST é pressuposto básico da formação política do militante da base social. A construção de princípios orgânicos do MST é fundamentada principalmente na obra de W. Lênin, em *Que Fazer* (1978), nesta obra, encontra-se os fundamentos que os teóricos do MST se avalizaram para construir sua organicidade, sem dúvida a percepção referente à formação de dirigentes e militantes do MST é inspirada no dirigente russo, segundo Silva a formação está composta de elementos indissociáveis e simultâneos que interrelaciona tarefas de teorização da realidade, políticas concretas e de organizatividades. Silva também verifica que o MST se apropriou do conceito de práxis organizativa elaborado por Lênin o qual segundo o revolucionário soviético “se constitui como um processo em busca da unidade entre a teoria e a prática”. O que Lênin (1971) procura realizar é a união orgânica da formulação teórica do materialismo histórico e a prática diária político-organizativa do partido, mesmo com todas as dificuldades metodológicas, contradições intransponíveis, determinações e poucas probabilidades concretas de transformação. Para Lênin (1971) se faz necessária a construção dialética da realidade que envolva a construção teórico-metodológica entre as atividades do movimento social de massas na ação direta e a sua conseqüente construção teórica, seus esforços pretendiam dinamizar as circunstâncias reais de transformação social tanto do militante, quanto aos dirigentes profissionais e da própria realidade contextual. Esta foi a sua resposta aos teóricos marxistas revisionistas que desprezavam a teoria. A importância da relação teoria-prática é evidenciada na máxima “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”, baseada em Marx, o qual afirma “(...) façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem a ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam concessões teóricas.” (MARX, 1978, p.18. Apud Silva p.155)

Conclui-se pelo exposto que a práxis organizativa ensinada por Lênin utilizada no MST e ensinada nos seus cursos é um processo concreto e real, a teoria é uma atitude crítica da realidade capaz de projetar-se através da indissociabilidade da prática concreta. Segundo Lênin deve-se abordar a transformação da sociedade e da luta política, deve-se vislumbrar a realidade a partir da determinação histórica e da concretude. Este procedimento evita o anacronismo, relativismo e as abstrações idealistas. O que vale para Lênin na organicidade do

partido é a apreensão do movimento da realidade concreta e refazer constantemente à atividade teórica. A práxis dialética como método de conhecimento é enaltecido.

Para Lênin, a práxis faz parte do processo teórico, é condição para a construção do conhecimento, como também é a própria objetivação da teoria. O fundamental desta compreensão da práxis é a recuperação do que Marx já havia apontado, ou seja, seu caráter subjetivo, consciente e seu caráter objetivo, como ação direta sobre a materialidade histórica. A compreensão da práxis em Lênin possibilita perceber o processo de união entre os elementos objetivos e subjetivos, ou seja, as condições concretas da realidade russa e a inserção consciente dos trabalhadores, como também o processo de união entre a estratégia e a tática no sentido de conceber o próprio movimento das ações a partir das mudanças que ocorrem na vida desde situações particulares, e por fim da união entre a prática e a teoria, desde a prioridade do movimento da vida.

Esta compreensão não está fechada em si mesma, visto que carrega consigo contradições e problemas que só vão ser apreendidos em momentos posteriores, existindo, limites concretos impostos pela própria realidade histórica e pela compreensão teórica que dela deriva. (SILVA, 2005 p.155)

## 2.2 - Formação, Centralização/Descentralização e Práxis Organizativa.

A percepção desenvolvida pelo MST para a formação de quadros permanentes de políticos profissionais é introjetada racionalmente e inspiradas nas teorias de Lênin sobre a criação de uma *intelligentsia* e Gramsci, a “direção consciente”, sobretudo, nas suas concepções de intelectuais orgânicos *versus* intelectuais tradicionais. Também foi verificada a influência de Che Guevara e de Mao Tse Tung na formação militante e de quadros.<sup>84</sup>

Outro par dicotômico conflituoso e polêmico que se refere à implantação direta da organicidade é a centralização ou descentralização do processo decisório. Neste momento, o que se pode inferir que mesmo com problemas conhecidos sobre centralização ou descentralização o MST, pela documentação pesquisada, se esforça para não reproduzir o sistema representativo do centralismo burguês, representativo monolítico de cúpula (Câmaras). Neste caso, o povo só é chamado para votar nos seus candidatos e está consumada sua *parte* na democracia burguesa, só voltará nas próximas eleições. A partir daí, os eleitos só são retirados com muita dificuldade, podem fazer e/ou não fazer como bem entendem durante seus mandatos. Enquanto no MST as lideranças são avaliadas constantemente e podem ser retiradas a qualquer instante por personalismo ou mesmo incompetência. Entretanto, apesar de amplo e descentralizado o processo decisório da democracia socialista, é ensinado nos cursos de formação política dos militantes na ENFF que o militante tem a obrigação de acatar os

<sup>84</sup> Silva (2005) afirma que a noção de quadros do MST mantém estreita relação com a idéia desenvolvida pelos revolucionários socialistas. As obras mais difundidas no MST: GUEVARA, Ernesto Che. **O Socialismo e o Homem em Cuba**. In: O Socialismo Humanista. RJ: Vozes, 1990. \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. 1957-1967. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991; TSE-TUNG, MAO. **Sobre a prática e a contradição**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2000. \_\_\_\_\_. **Ensenanza y revolucion en China**. Barcelona: Anagrana, 1977. Ver a bibliografia de Lênin toda ela é utilizada.

princípios organizativos do MST e suas deliberações, característica maior do centralismo burocrático. O MST entende que mesmo com a descentralização que promove, os impasses devem ser resolvidos de uma vez por todas, para não se ficar em intermináveis pendências. Muitas vezes os líderes necessitam agir rápido, sem oportunidades para o amadurecimento de suas propostas e os argumentos e queixas são muitos a serem estudados. Ao buscar respostas imediatas, no que diz respeito às táticas e estratégias de luta mesmo sob extremas dificuldades que a luta lhe impõe, obriga-o a agir depressa e remediar seus possíveis desacertos. Mas também se recomenda que não se deva utilizar sempre deste expediente como pretexto para determinações arbitrárias verticais a todo tempo. Enfim, o princípio orgânico oficial do MST é a participação de todos de maneira descentralizada no processo decisório. Mesmo com estes cuidados, Guterrez em sua pesquisa encontrou outros problemas internos:

Nas linhas gerais da organicidade do MST é possível encontrar contradições entre ele e a realidade, o que pode ocorrer tanto pela necessidade de constantes alterações de elementos da organicidade, como pela pouca idade desta desde que atingiu este patamar, ou por ela nem sempre ser a melhor solução para determinadas situações, bem como por causa de falhas humanas o que inclui desde erros de análise, planejamento e execução, até egocentrismos e disputas por “poder”, dos quais, por óbvio, o MST não está isento.<sup>85</sup> (GUTERREZ, 2008, p.165)<sup>86</sup>.

Lênin (1978) tendo como objetivo a agilização rápida da formação e da ação direta e o estabelecimento de diretivas e diretrizes de ação sugeriu e realizou a formação de uma cúpula de políticos profissionais em desfavor da participação efetiva dos trabalhadores na formulação de diretrizes de maneira descentralizada do poder decisório, visto que os revolucionários estavam diante das pressões das situações adversas devida a repressão política czarista motivo que impedia a demorada discussão das diretivas. Também verificou no processo organizativo-revolucionário russo, a incapacidade das massas de compreender na íntegra as particularidades orgânicas da luta diária, o que dificultava a tomada de decisões. Então, a atitude de Lênin para solucionar provisoriamente o problema foi implantar a simplificação do processo decisório revolucionário. Ele propôs a formação de uma intelligentsia, um corpo político de revolucionários profissionais experimentados para a tomada imediata das decisões, assim ele centraliza o poder decisório em detrimento da gestão democrática descentralizada, desta forma as massas foram minimizadas, ou quase excluídas do processo. A justificativa

<sup>85</sup> Guterrez, José Augusto. **A questão agrária brasileira e a atuação do MST para efetivação de direitos à luz do conceito de hegemonia em Gramsci**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2008. tese de doutorado.

<sup>86</sup> Zander Navarro critica o processo decisório da gestão democrática do MST. Ele afirma que a descentralização não existe, a cúpula organizativa é quem decide e passa para as camadas subalternas da hierarquia do MST, nos moldes leninistas de João Pedro Stédile. Navarro é um seguidor de Martins, mas a crítica dele é virulenta é carregada de preconceitos neoliberais da democracia burguesa vale a pena estudá-lo por ser um dissidente antipatizante dos primórdios do MST. Na UFRGS é professor de sociologia é extremamente bajulado por seus alunos e orientandos burgueses. Para a crítica ao MST é referência básica, mas não se deve confiar em seus estudos e de seus sicofantas relacionados.



plausível encontrada afirmava que não havia tempo hábil para sua educação revolucionária progredir ao mesmo passo que a luta diária. Entretanto, consciente de seus atos, Lênin propôs à base participações diferenciadas dos menos experientes na luta revolucionária e o aceleramento de seus aprendizados para que viessem a se tornar quadros profissionais de dirigentes. Lênin impôs aos componentes da intelligentsia a obrigação de tornar a educação massiva, incentivava a participação descentralizada no partido pelos menos aptos e exigiu que fossem dinamizados estudos políticos aos militantes da base com a prática diária da experiência revolucionária.

A centralização das funções clandestinas da organização não significa absolutamente a centralização de todas as funções do movimento. (Lênin 1978, p.97). Ao modificar as condições de luta, se exige modificações da própria teoria da organização, visto que existe um salto qualitativo na participação de um conjunto de pessoas. Não se trata de um aspecto quantitativo que deixa para trás a organização restringida de revolucionários profissionais são também uma nova relação entre direção e base em que ao fomentar-se a participação de todos firmam uma nova relação fica para trás o centralismo sem democracia. (LÊNIN, 1978, apud Vazquez, 2003, p.219.)

Lênin preocupado com o problema da centralização afirma que a própria construção do socialismo e o materialismo histórico e dialético são resultados de estudos teóricos de um grupo pequeno de estudiosos e que a participação do operariado e campesinato foram mínimas na formação dos sistemas científicos de contestação social. O socialismo é o resultado do desenvolvimento do pensamento de intelectuais de distinta origem de classe que se vincularam ao movimento, principalmente pequeno-burgueses. Apesar de não negar a participação de operários na construção de tais teorias, porém afirma que ao participarem da elaboração teórica participam não na qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo. (LÊNIN, 1978, p.31)

Outra das absorções do MST para seu processo orgânico-formativo realizado na ENFF extraídas dos trabalhos de Lênin em face do problema da centralização é reproduzir em sua organicidade a obrigação do partido ser um novo educador das massas, nas linhas da III tese sobre Feurbach de Marx, mas para isto ocorrer o revolucionário profissional também deve ser reeducado junto com o partido, ou seja, deve haver o constante melhoramento da capacidade pedagógico-formativa de *revolucionários profissionais*, da intelligentsia. Em outras palavras o partido deve padronizar seus ensinamentos por meio de tarefas diárias relacionadas com a ação direta capazes de estabelecer um aprendizado diário e uma crítica ao próprio processo de formação orgânica do militante que culmina com a eliminação do senso comum, deve modificar a alienação do militante em conscientização sincera.

A intencionalidade científica proposta pela ENFF é que os elementos pertinentes da teoria, prática organizativa e consciência de classe sejam reproduzidos organicamente pelo militante comum (...) **sem a menor tolerância para com as deformações voluntárias ou não do marxismo.** (...). (LÊNIN, 1978, p.70).

Na visão de Silva (2005) não há problemas com a imposição do centralismo do poder decisório determinado por Lênin naqueles tempos difíceis, pois foram as contingências concretas da revolução que levava Lênin a agir daquela forma.

Daí que, apesar das contradições antagônicas produzidas pelo desenvolvimento da Revolução Russa, onde os trabalhadores passam a ser objetos e o partido o único sujeito histórico legítimo, os princípios organizativos elaborados pela teoria da práxis de Lênin seguem tendo validade histórica. No entanto, há que considerar com bastante vivacidade, o que tanto Marx, Lênin e Gramsci nos afirmam em seus escritos: devem-se levar em conta as condições históricas vivenciadas por cada realidade social concreta, ou seja, não pode haver um modelo abstrato, mecânico de organização ou de partido, ou mesmo uma teoria universal do socialismo. Portanto, cada momento histórico participa do processo de construção da teoria da práxis, marcando uma particularidade quanto ao movimento dialético existente entre os princípios organizativos e a realidade social. (SILVA, 2005, p.160.)

Diante de problema tão grave que põe em risco o próprio sentido libertário do marxismo, pois segundo as hostilidades burguesas mais difundidas o principal problema do socialismo seria justamente a falta de liberdades democráticas e a centralização do poder decisório por uma *intelligentsia* burocrática hermeticamente fechada. A ditadura democrático-burguesa se pressupõe sofisticadamente como baluarte da liberdade e de defesa dos direitos civis acusa o socialismo de ter sido tão autocrático quanto czarismo, aliás, muitos defendem que Lênin se aproveitou das características da autocracia para fundamentar seus paradigmas ditatoriais de Estado e governo visto que os russos já estavam acostumados com aquele tipo de governo, portanto não estranharam tanto em somente cumprir ordens vindas de cima para baixo de uma nova classe no poder central, ou seja, apenas trocaram uma dominação por outra. No entanto o que vale para Silva (2005) são as relações de poder entre dirigentes e militantes da base social na práxis organizativa diária, se havia submissão cega incontinente a hierarquia do partido ou uma branda doutrinação, ela ressalta a função pedagógica do partido, da *intelligentsia* ter a obrigação ético-moral de educar as massas para aumentar seu grau de participação do poder decisório, por consequência de seu aprendizado na praxis coletiva da luta diária. Ainda em defesa do revolucionário russo e do próprio método que foi absorvido de seu autor pelo MST,

Partindo destas considerações a respeito da práxis organizativa, nos interessa aprofundar sua complexidade no que tange as relações sociais internas desenvolvidas entre dirigentes, militantes e base social. Aqui nos situamos em um dos terrenos mais difíceis da práxis organizativa, visto que é o lugar onde se identifica a superação (ou não) de relações de domínio e de poder. É o lugar onde se

consolida a participação da militância e da base social no desenvolvimento da estratégia da organização, ou o lugar onde se consolida a submissão. A questão é justamente a relação entre os dirigentes e a base social, no sentido de romper uma hierarquia de poder capaz de imobilizar a própria organização, visto que reproduz os valores da sociedade que se deseja transformar. Segundo a concepção de Lênin, o dirigente, devido ao desenvolvimento de uma consciência filosófica, tem o dever de se comportar como um educador da militância e da base social, sem correr o risco de eliminar a dimensão dialética desta relação. (SILVA, 2005, p.161).

Silva salienta a necessidade de se observar os fenômenos por uma óptica racional política e pedagógica a qual está contida dialeticamente entre a luta prática cotidiana e a constante revisão da teoria revolucionária neste sentido enaltece mais ainda a praxis organizativa, sobretudo por que foi adotada em todos os termos pelo MST e difundida para a militância da base nos cursos e ensinamentos da ENFF:

(...) A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (...). A práxis compreende além do momento laborativo, também o momento existencial; ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc, não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta por reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana. (...) (GRAMSCI, 1995, p.222- 224).

Explica-se esta passagem pela necessidade do MST e a sua intellingsia através da práxis cotidiana organizativa justificarem seu processo decisório. Os dirigentes não podem ser vistos como dono da verdade absoluta e incontestes, a recíproca educativa também serve para o movimento. Da mesma forma que deve educar as massas deve ser educado por ela. Pois as massas são a linha de frente do partido, as práticas cotidianas são o objeto empírico das lideranças que devem reavaliar constantemente o quadro histórico e realizar a crítica e autocrítica pela teorização da realidade concreta. Ou seja, o MST ensina aos seus militantes e dirigentes que ao adotar o pensamento da práxis organizativa de Lênin compreende que também deve ser reeducado diariamente pela teorização da prática organizativa, tendo como objeto empírico sua prática diária na luta coletiva. Principalmente no que diz respeito à qualificação da consciência de classe e da organização que alcançaram a partir do desenvolvimento da luta concreta. Tal relação nem sempre é compreendida, provocando consequências terríveis no desenvolvimento dos movimentos sociais e das organizações políticas como o personalismo, a burocratização e a divisão social entre dirigentes e dirigidos. A consequência direta é a reprodução de uma relação de poder, onde os militantes e a base social não possuem espaços de participação efetiva, se comportando de forma submissa frente às decisões tomadas pelos dirigentes. Este tipo relação culmina na desqualificação da base

social como sujeitos históricos, sendo reconhecidos apenas como instrumentos passivos de uma determinada direção política. (SILVA, 2005, p.161).

O MST neste sentido cria as condições concretas para que este propósito se realize ele criou instrumentos e ferramentas em seu ideário de princípios orgânico-formativos que perpassem o processo decisório por todos os setores, visto que não estamos no mesmo processo revolucionário da Rússia, o movimento não tem justificativas para centralizar seu processo decisório. Portanto:

Com a finalidade de se concretizar a participação descentralizada dos integrantes no cotidiano da organização, e que tal democracia se consolide como um direito conquistado pela própria base social e pelos militantes a partir da condição de sujeitos históricos e do lugar que ocupam na luta de classes. Portanto, este processo não resulta de um princípio abstrato e sim da vida real dos trabalhadores que na luta diária pela sobrevivência vão desenvolvendo uma prática consciente, projetando uma organização política sem negar os conflitos próprios da realidade concreta em que se inserem. (SILVA, 2005, p. 164.)

Após estas explicações pertinentes das influências teóricas da prática organizativa e da compreensão da práxis revolucionária leninista no cotidiano do MST, conclui-se a partir do exposto que através dos princípios do trabalho político-organizativo rotineiro proposto por suas diretrizes, o principal objetivo do trabalho formativo do MST é a transformação objetiva da realidade concreta. Portanto, o trabalho político-organizativo modifica o social, ou seja, as relações sociais e humanas, a partir de uma nova configuração concreta de reprodução social. Assim, o objeto ou a matéria da práxis organizativa do MST é a realidade social e o homem.

Silva (2005) afirma que não se devem pensar os princípios orgânicos e as instâncias do MST separadamente e sim numa interação permanente com o movimento da totalidade concreta, expressa na relação existente entre movimento social de massas e organização política: A Unidade Dialética. Ressalta que os princípios organizativos constituem a metodologia específica de formação do MST, são instituídos, praticados para que se consolidem como exemplo a ser seguido, pelos companheiros e interferirem favoravelmente nos diferentes processos de formação da consciência política dos militantes em ação.

Para além das linhas políticas da formação do MST tratamos de sua relação com os métodos de organização, ou seja, com os princípios organizativos. Na verdade, buscamos mostrar como os princípios e as instâncias organizativas dão densidade [unidade dialética] à formação de militantes e dirigentes desde uma perspectiva teórica, prática e ética. Trabalhamos o significado pedagógico de cada princípio organizativo, entendendo-os como mediações sociais que compõem a totalidade do MST. Portanto, os princípios devem ser compreendidos em seu conjunto e em sua complexidade, visto que representa o acúmulo histórico das organizações socialistas, como também o intenso movimento dialético da história, se adequando às contradições da realidade social. (SILVA, 2005, p.130.)

Observa-se que a permanente unidade organizativa e dialética é indissociável dos princípios e instâncias do MST, ela é intrínseca a todos os setores na construção formação política do militante e é evidenciada pela maioria de intelectuais do MST. Caldart (1997) e Bogo (1999), Fernandes (2000) e Stédile (1999)<sup>87</sup> confirmam que as instâncias são unidades organizativas complementares umas as outras. Porque cada uma das instâncias organizativas, bem como seus princípios basilares não está posto ao sistema de representatividade eletiva burguesa, mas, através das decisões coletivas de todos integrantes, não só dos eleitos a cargos e funções diretivas. A unidade das instâncias em sua totalidade cresce como um todo homogêneo pela inclusão do militante comum nas decisões. Fortaleceu-se esta prática através da participação permanente dos setores e instâncias que integram o MST na gestão democrática e que até então tinham sua participação política negada na sociedade burguesa, sem direito de expressar sua voz ou vontade. Portanto, a unidade dialética orgânica é baseada em princípios socialistas da representação descentralizada, tem o papel de manter a própria unidade nacional do movimento e organização de massas, atinge não só dirigentes, mas, principalmente as pessoas mais simples e desconhecidas, aliás, é a participação delas no processo decisório que permite esta unidade organizativa.

### 2.3 - Espontaneidade em favor da organicidade?

O MST inspirado também no conjunto da obra de Lênin ensina aos seus militantes e dirigentes que a relação espontaneidade e consciência não podem ser entendidas abstratamente, mas deve escapar das generalidades descontextualizadas através do estudo cotidiano da práxis organizativa. O que deve ser observado são as premências e demandas imediatas que estão na realidade da conjuntura histórica da práxis organizativa.

“Os princípios organizativos do partido têm que levar em conta as condições históricas concretas, ou seja, a validade da teoria de seus princípios organizativos se comprovam com a prática a mesma que se desenvolve em um período histórico determinado” (Lênin, 1978, apud Vasquez, 2003, p.221). (...) Para Lênin, la teoría como conocimiento científico de la realidad histórico-social, que se aspira transformar de acuerdo con fines revolucionários, de clase, es pues no solo reflexión sobre la praxis sino ante todo teoría de la praxis, teoría que surge de la practica, la sirve y, a la vez, está en la practica misma como parte necesaria e indisoluble de ella. (VASQUEZ, 2003, p.260 apud Silva, 2005, p.157).

---

<sup>87</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, B. M. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** SP: Perseu Abramo, 1999. FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** RJ: Vozes, 2000.\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** SP: Cortez, 2001. CALDART, Roseli. **Educação em Movimento. Formação de educadores e educadoras no MST.** RJ: Vozes, 1997.\_\_\_\_\_. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** RJ: Vozes, 2000. BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra.** Salvador, Memorial das Letras, 1999.

O MST ao combater a espontaneísmo típico do movimento social, não suprime a criatividade particular do militante com a imposição de uma estrutura de comando central, extremamente burocrática que paralise o movimento dialético entre as instâncias. A ENFF compreende o controle da espontaneidade, não sua supressão imediata, em favor da organicidade, favorece a integração dos seus integrantes, promove a evolução salutar das consciências, escapa-se da indesejada e temida fragmentação do movimento.

(...) é fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social, que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação. (...). (BOGO, 1999, p.131)

A estrutura organizativa do MST aparece, então, com o propósito de enfraquecer o senso comum, Isto é, a volitividade pessoal do militante, em favor da coesão da unidade organizativa, o bom senso racional. O grande problema a ser resolvido pelo MST é que ao instituir sua organicidade, para frear o espontaneísmo, precisa ao mesmo tempo: Impor suas resoluções, adquirir o consenso relativo a uma unidade do processo decisório em âmbito nacional, respeitar as particularidades individuais e diferenças regionais da coletividade. Assim, a ENFF apresenta a importância da participação organizativa descentralizada, da vinculação das tarefas cotidianas do MST como única saída para a dificuldade.

Gilmar Mauro (2007) Considera que é papel do movimento social, organizar a espontaneidade dos militantes para que não haja redução destas lutas ao espontaneísmo. “Portanto, nosso desafio atual é instrumentalizar a resistência para viabilizar a luta no reconhecimento da formação como estratégia fundamental para as lutas anticapitalistas. Fazer isto requer pesquisadores e militantes empenhados no desvendamento do real e das ideologias que o falseiam. Para tanto, a própria educação não pode ser tomada como ensino a serviço das ideologias, mas como ensino e aprendizagem a serviço dos homens na produção material da vida, mais do que de assumi-la compulsoriamente.”

Observa-se ainda que a relação entre espontaneidade e a organicidade é um problema sem solução imediata. A consciente obediência à organicidade é trabalho de anos de amadurecimento, tanto do indivíduo, quanto do coletivo. Silva relaciona as proposições Lênin e Gramsci para tentar resolver esta dificuldade. Ela explica que Lênin (1978) tendo em volta de si o mesmo problema, escreveu em sua brochura “Que fazer?” (1902) as possíveis respostas. Compreende-se que Lênin distingue a espontaneidade derivada do individualismo contaminado pelo egoísmo da ideologia burguesa, da espontaneidade altruísta consciente do

socialismo. Enquanto o fator espontâneo socialista, bem dirigido pode levar o militante ao profissionalismo da direção consciente, por sua vez a espontaneidade burguesa é egocêntrica e individualista favorece a negação dos anseios da coletividade.<sup>88</sup>

Este tema da espontaneidade e do método consciente possui uma complexidade para além do que imaginamos quando se trata de manter a dialética entre movimento de massas e organização política. Podemos aqui fazer uma relação com o pensamento de Lênin e de Gramsci. Lênin (1978) em uma longa discussão no *Que Fazer?* Apesar de afirmar que o (...) elemento espontâneo é a forma embrionária do consciente (...) (id, p.24), desenvolve um forte argumento mostrando como o culto da espontaneidade está impregnado de ideologia burguesa, influenciando no desenvolvimento de um método artesanal de trabalho, na negação da elaboração teórica e na subordinação da luta política à luta econômica, resultando no (...) aniquilamento da consciência pela espontaneidade. (ibid.p.29). (SILVA, 2005, p.142)

Confirma-se pelos ensinamentos de Lênin que a espontaneidade não pode ser excluída da ação direta, já que é característica marcante da história dos movimentos sociais das classes subalternas e fator psicológico inicial que leva o militante a filiar-se nas fileiras do movimento ou partido.

Gramsci acompanha o raciocínio de Lênin, afirma que mesmo que haja alguns poucos elementos de direção consciente dentro do movimento espontaneista amador, estes são insuficientes, pois, não ultrapassam a condição de senso comum. Determina que o método científico de conscientização deva ser bem incutido nos membros de partidos políticos e movimentos sociais, por uma nova educação, por um novo educador, já que permite um trabalho planejado sistemático de eliminação dos erros pessoais e coletivos, tanto na formação militante quanto na ação direta do partido.

Gramsci (1999) visualiza a possibilidade de se superar a dimensão imediata da luta pela terra e de avançar para um processo de humanização e politização mais elevadas, através da formação política que permita ao sujeito amador espontâneo venha a se tornar um quadro dirigente com capacidade de: Refletir a respeito dos problemas atuais racionalmente, extrair bom aprendizado da experiência histórica e reorganizar constantemente seu projeto político da organização social em construção permanente. E mais: obedecer às diretrizes orgânicas estipuladas pela Direção Consciente, nunca agir por conta própria. Entretanto, as palavras favoráveis de Gramsci para a convivência dos dois fenômenos têm limitações. Adverte que é preciso conduzir a coletividade, inclusive, a própria Direção Consciente para pensamentos

---

<sup>88</sup> LÊNIN, V. *Que Fazer?* SP: Hucitec, 1978. Outros livros utilizados para a formação de quadros e militantes no MST/ENFF: LÊNIN, V. *El desarrollo del capitalismo en Rússia*. México: Ediciones de Cultura Popular S.A, 1971.\_\_\_\_\_. *Cuadernos Filosóficos*. Buenos Aires: Ediciones estudio, 1974.\_\_\_\_\_. *A formação de quadros*. Lisboa: seara nova, 1977.\_\_\_\_\_. *Uma Grande Iniciativa*. In: Obras escolhidas. Vol.3. SP: Ômega, 1980.

mais *atuais*, separar o que é ideológico do que é relevante à ação, sobretudo quando a espontaneidade se torna o principal método de contestação. Também considera que a espontaneidade do indivíduo não deve ser liquidada pela subserviência cega aos ditames da cúpula dirigente, a espontaneidade só pode ser valiosa se for associada à direção consciente do partido. Segundo ele, somente somados à disciplina tática, à organicidade, através de uma prática educadora sistemática é que a espontaneidade pode servir de atributo favorável à manutenção da organização/movimento/partido/sindicato.<sup>89</sup> Não se trata de castrar a capacidade criativo-improvisativa dos elementos, a Direção Consciente deve saber também que não é apenas através de sua racionalidade que a unidade organizativa se sustém, existem outros elementos (irracionais ou não racionais) que são fundamentais, para a efetiva realização da organizatividade, por exemplo, as particularidades culturais como: (...) os símbolos, as festas, datas comemorativas, o respeito à religião e cultura alheia, e os costumes, a solidariedade, a participação, as informações, etc. (GRAMSCI 1999, p. 151; p.309-312 apud Silva 2005, p. 143).<sup>90</sup> Segundo Gramsci, a espontaneidade é característica da história das classes subalternas, onde mesmo que haja alguns elementos de direção consciente dentro do movimento estes não ultrapassam a condição de senso comum ou de ciência popular, não atingindo assim a consciência de classe para si. No entanto, Gramsci alerta para duas coisas: primeiro a necessidade de educar os movimentos para uma mentalidade moderna, distinguindo os elementos ideológicos e os elementos da ação prática, principalmente quando compreendem a espontaneidade como método e objetivo do devir histórico. Segundo, este elemento da espontaneidade não deve ser eliminado de todo e sim combinado com elementos de direção consciente e de disciplina através de uma prática educadora sistemática. Em Gramsci, espontaneidade e direção consciente não podem estar em oposição, pois existem entre os dois diferenças de quantidade e não de qualidade. (SILVA. 2005, 143).

Compreende-se consoante as explicações de Lênin e Gramsci que espontaneísmo e direção orgânica devem estar em combinação, mas, não existem entre as duas diferenças de qualidade, ambas são ótimas para a luta de classes. Por ser um forte elemento agregador da classe que sofre os efeitos da dominação capitalista. Por fim, sobre a prática política dos movimentos sociais, após estas declarações fica claro que os elementos espontâneos, volitivos, organizativos, diretivos conscientes devem ser interligados com a imposição de uma organicidade racional, e esta é, no MST, criada e ensinada aos seus militantes segundo

<sup>89</sup> Tradução livre do texto de Gramsci, 1999, p.309-312.

<sup>90</sup> GRAMSCI, A. **Espontaneidad y dirección consciente**. In: Antología. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.309-312. **Disciplina y libertad**. In: Antología. Selección, traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.23-24. Citado por Silva 2005.



parâmetros próximos à realidade concreta de cada situação específica de cada acampamento, assentamento, marcha ou ocupação de terras. Nunca prescrito por paradigmas idealistas e modelos explicativos abstratos. (...) A realidade abunda em combinações do mais raro e é o teórico o que deve identificar nessas rarezas a confirmação de sua teoria, traduzir a linguagem teórica dos elementos da vida histórica e não ao inverso exigir que a realidade se apresente segundo o esquema abstrato. (GRAMSCI. 1999. p. 23-24. citado por Silva 2005).

Por esta razão que o MST trabalha na elaboração de princípios filosóficos, pedagógicos e organizativos, nunca manuais de regra e prática diária. O MST acredita que o ensinamento aos seus militantes da base, dos seus princípios formativos interpretados a luz dos revolucionários marxistas, conseguirá diminuir a volição particular, controlará a espontaneidade, consolidará a organizatividade da Direção Consciente das táticas e estratégias do movimento/organização/partido na questão agrária.

Atuar segundo um movimento/organização implica a tarefa contínua de formar quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura tem razão ao afirmar que “os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico [direção consciente] e pessoas das camadas populares [espontaneismo] onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzem organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, [partidos] expressão de movimentos sociais populares.” Grifos meus. (GOHN, 2000, p. 107)<sup>91</sup>

#### 2.4 A combinação entre movimento social e organização de massas.

Sobre a relação entre organicidade e formação, Bogo (1999) comenta que mesmo sendo fundamental a mobilização espontânea das massas na luta, é preciso que o movimento, internamente, desenvolva uma estrutura orgânica capaz de “aglutinar pessoas, distribuir poder, exercitar e praticar democracia, procurando satisfazer todas as necessidades dos seres humanos que dela participa”. (BOGO, 1999, p. 47). Neste sentido, notamos que a construção da estrutura orgânica do MST que representa, de acordo com Caldart (2004), o momento em que o Movimento constitui-se com um perfil de “organização de massa dentro de um movimento de massa”. A combinação entre movimento de massas e organização de massas é abordada por outros autores (Silva 2005, Bogo, 1999, Fernandes 1996) como um aspecto em que a estrutura organizativa do MST é considerada como “forma em movimento” (Fernandes, 2000), moldando-se de acordo com as condições objetivas impostas pela realidade. De acordo com Silva, esta combinação – característica do MST – não é uma discussão nova, pois

---

91 GOHN. Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. SP: Cortez, 1997. \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e educação**. 3ª. ed. SP: Cortez, 1999.

Lênin, em 1902, já frisava a importância de se ter um contingente cada vez maior de “revolucionários profissionais” que despontariam a partir do movimento de massas. (LÊNIN 1978 *apud* Silva, 2005, p. 143)

José de Souza Martins salienta a estruturação do MST como principal mudança em relação aos movimentos antecessores, fatores novos foram adquiridos que são preponderantes para sua permanência no processo histórico conflituoso. Martins refere-se à organicidade interna de partido político no MST, sem declarar-se como tal, pois, está vinculada à própria evolução da sociedade brasileira com o advento dos partidos socialdemocratas e nova organicidade sindical, sobretudo a ascensão do PT e da CUT/DNTR.<sup>92</sup> O sociólogo diferencia o MST dos movimentos sociais clássicos. Ele afirma que na medida em que a espontaneidade característica dos grupos sociais relacionados aos movimentos sociais é sobreposta por uma hermética classe de políticos e acadêmicos profissionais, uma *intelligentsia*, com quadro fechados de funcionários permanentes, o MST não pode ser relacionado como um movimento social, mas como uma organização política, com vínculos e objetivos ocultos. Martins comenta a mudanças estratégicas do MST com nova configuração orgânica reunidas para desenvolver a luta pela Justiça Social, contra o latifúndio:

“O MST constitui-se com um perfil de Organização de massa dentro de um movimento de massa com adversários de peso” os sem terra foram forçados a desenvolver sua luta num terreno desfavorável – o terreno do adversário. Isso porque a ocupação de terras não se deu com base no mesmo argumento moral de precedência do posseiro, com seu trabalho, em relação ao grileiro, mero especulador fundiário. Mas se deu com base no argumento econômico da propriedade improdutivo. Se a luta dos posseiros criou aliados importantes, a luta dos sem-terra criou inimigos importantes. E nem poderia ser de outro modo”. (MARTINS, 1999. p 151,153).

Consoante Martins, os atributos do MST não o enquadram como um movimento social característico. Sua existência exata mediante a composição estrutural organizativa do MST assemelha-o ao conceito sociológico de organização social de massas<sup>93</sup>. “Os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida. Se o problema se resolve, a tendência é de que o movimento se institucionalize se transforme numa organização, como é o caso do MST.”

“Mas tratá-lo como um movimento social requer alguns comentários, pois sua estruturação distingue-o das organizações clássicas de movimentos sociais. Na medida em que a espontaneidade que caracteriza esse movimento é substituída por uma forte estrutura, um quadro de funcionários, este pode ser tratado como uma organização poderosa, não se caracterizando como um movimento social. (Martins, 1997: 62), Eu diria que ele é o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidários (MARTINS, 1997: 62).

<sup>92</sup> em 1980, a CUT organizou departamentos da estrutura sindical oficial. destacou-se o DNTR.

<sup>93</sup> MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. S Paulo: Paulus. 1997. p.62.

Ademar Bogo defende a necessidade efetuar essa combinação entre movimento e organização para evitar sua decomposição. O MST tem de conciliar o voluntarismo, espontaneísmo com o pragmatismo político e religioso. A organização exige recursos materiais e imateriais, estrutura rígida formal, sistema educacional próprio, uma pragmática e eclética rede de alianças. Estes seriam os princípios básicos da estrutura organizativa para a conquista de seus interesses e colocar-se como vanguarda do bloco histórico.

"O Movimento que, embora mobilize, articule e agite as massas, não poderá sobreviver se estiver estruturado sobre a espontaneidade das mobilizações. Deverá criar e desenvolver uma estrutura [de organização] própria que esteja voltada para suas necessidades, aglutinando-se em torno de tarefas específicas, todos os esforços empreendidos pelas mobilizações, que conseguem manter-se por muito tempo" (BOGO, 1999: 131). Grifo meu.

A formação política do militante do MST está vinculada às diversas conjunturas a que está exposto o MST, enquanto organização e movimento social, com mais esforço, partido político e sindicato não oficiais. A estrutura orgânica do MST representa na visão de Caldart (2004)<sup>94</sup>, "o momento em que o movimento constitui-se com um perfil de "organização de massa dentro de um movimento de massa". Porém, a interferência de fluxos e refluxos da economia nos movimentos sociais é constante, a militância do MST é atingida por estes fatos históricos conjunturais. O problema do controle da espontaneidade *versus* organizatividade tem a ver diretamente com a própria identidade representativa coletiva do MST quanto à combinação entre movimento social e organização de massas, são duas dicotomias afins entre os quatro elementos da discussão dicotômica. O movimento social tem sua característica maior a paixão, a volição o desejo, o sonho, a religião e superstição. Enquanto a organização deixa de lado tais emoções passionais e age dentro de uma lógica científica e racional. Esta problemática é abordada por (Silva 2005, Bogo 1999, Fernandes, 1996) Gilmar Mauro (2007) e Stédile (1999) e Martins (2007). A estrutura organizativa do MST é considerada como "*forma em movimento*" por Fernandes (2000)<sup>95</sup>, molda-se de acordo com a as condições objetivas impostas pela realidade concreta ou seja pela práxis organizativa.

A estrutura organizativa do MST pode ser compreendida como *forma em movimento*, modificando-se conforme as transformações da própria realidade do movimento social. A formação das instâncias do MST foi fruto do processo de construção do MST enquanto uma organização social dentro do movimento de massas, situação complexa que vai se delineando a partir do final da década de 80. (FERNANDES, 2000, p.171).

<sup>94</sup> CALDART, R. S. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

<sup>95</sup> FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. RJ: Vozes, 2000. p.171. Nota repetida propositalmente.

Como já exposto, de acordo com Silva (2005) esta combinação entre organização e movimento ao mesmo tempo já era abordada por Lênin, o qual já frisava a importância de se ter um contingente cada vez maior de “revolucionários profissionais” que despontariam a partir do espontaneísmo do movimento de massas. (Lênin 1978, apud Silva, 2005, p. 143)<sup>96</sup>. Verifica-se que MST realizou a fusão das quatro modalidades de contestação coletiva, tanto é movimento social pelos seus atributos do socialismo utópico e do irracionalismo quanto também é organização social devido sua organicidade racional ser baseada no socialismo científico e do materialismo histórico e dialético. Para os teóricos do MST, não há problema, pois esta dificuldade ocorre em todos os agrupamentos de pessoas reunidas em atos de contestação social:

Ainda que esta combinação entre movimento de massas e organização política caracterize uma das principais particularidades do MST, o que constitui em muitos casos a força de sua referência nos movimentos latino americanos, tal combinação não é algo extraordinariamente novo na história. Lênin (1978, p.85-86) já apontava em 1902 a necessidade do movimento de massa [apresentar] não apenas reivindicações concretas, mas (...) um número cada vez maior de revolucionários profissionais. (...) a massa, que desperta espontaneamente para a ação fará surgir igualmente do seu seio um número cada vez maior de revolucionários de profissão. (SILVA, 2005. p. 143).

O problema das formulações do MST é que diferentemente de Lênin e Gramsci seus inspiradores da sua práxis organizativa, ele faz apologia e incentiva seus integrantes a praticar formas embrionárias de contestação social, típicas do senso comum de seus prosélitos e neófitos, herança principal das superstições da teologia da libertação e das CEBs. Mas ao mesmo tempo exigem o cumprimento da organicidade racional. Parece um contrasenso. Enquanto Lênin via a combinação destas práticas apaixonadas como temporárias que culminariam com a evolução do militante amador e espontâneo ao profissionalismo revolucionário. No MST a espontaneidade tem de conviver com a organicidade eternamente, eles não pretendem suprimi-la, é o seu *modus operandi*, faz parte de seus princípios orgânico-formativos. Isto é, o indivíduo pode ser espontâneo e volitivo o quanto quiser desde que não ameace a organicidade do MST. Enquanto em Lênin, Gramsci e Guevara, e todos os outros teóricos do marxismo, o militante deveria ser orientado a abandonar o senso comum das práticas espontâneas, com respeito e cautela para não ofendê-lo e desanimá-lo da luta. Não se trata aqui de coibir ou proibir práticas não racionais, ou impor o socialismo científico, também não interferir nas liberdades pessoais, torná-lo ateu ou irreligioso. Mas pelo menos,

---

<sup>96</sup>: LÊNIN, V. **Que Fazer?** SP: Hucitec, 1978. \_\_\_\_\_ **A formação de quadros.** Lisboa: Seara nova, 1977.

não deve haver o incentivo, a apologia aos fatalismos religiosos e superstições típicas. Era incumbência pedagógica dos setores de formação dos partidos e sindicatos mostrar a incoerência dos atos espontâneos para o próprio militante e para a organização, tornando-o com o tempo um profissional revolucionário sem superstições com o nível mais elevado de consciência revolucionária. A defesa da Autonomia do MST e a divulgação da organicidade também são ensinadas nos cursos de formação militante, segundo coordenadores, as duas categorias estão inter-relacionadas com a combinação entre organização, movimento, partido, sindicato. Bogo (1999), afirma que os movimentos sociais devem ter sua organicidade autônoma própria e muitos movimentos foram castrados de sua força social em produzir o *novo* ao serem subservientes e se deixarem prender a alianças centralizadoras. A obediência subalterna à organicidade dos representantes de frações de classe consagrados que tratavam a reforma agrária por um viés oportunista, com o único propósito de “arrebanhar gente para fortalecer a entidade ou partido político, ou canalizar recursos financeiros para se manterem”. (Bogo, 1999, p. 35). A fala de Bogo, na citação anterior, serve para o próprio MST e seus teóricos repensarem seu ideário e suas alianças.

As organizações tradicionais entraram em crise justamente porque não souberam acompanhar o movimento interno das contradições emergentes em suas organizações. Por isso não é adotando algumas novas táticas que resolverão o problema da estagnação política. Não formaram lideranças, não fortaleceram as organizações de base, deixaram de fazer mobilizações de massa e se estabilizaram no tempo (...) deverão repensar seus objetivos, reformular os métodos de trabalho e formar um novo tipo de militante. (BOGO, 1999, p. 36).

A gravidade do problema da acusação feita pelos intelectuais opositores ao MST da sua possível não autonomia reside no fato do MST ainda utilizar-se para a formulação de seus Princípios Formativos Gerais contidos no seu projeto de formação política e humana oferecido pela ENFF: do ideário de importantes movimentos sociais, organizações de classe, partidos e sindicatos oportunistas da pequena burguesia agora em ascensão, que por sinal foram fundamentais para a criação do MST. As influências destas alianças estão permeadas por todo o seu sistema educacional e formativo de militantes. O ideário pequeno-burguês dos padres, professores e sindicalistas dos anos 70 e 80 ainda são utilizados, as terminologias, práticas usuais de alianças do passado recente que são bastante resistentes e resilientes, pois, estão muito bem consolidadas no pensamento e imaginário de seus teóricos e são tidas como basilares para a sua existência. A semelhança com a pequena burguesia oportunista atual é tanta, que se pode afirmar que a autonomia do MST ocorreu somente pró-forma, visto seu ideário, linguajar, práticas científicas, culturais e religiosas ainda serem idênticas aos aliados que tanto o influenciaram. O MST para ter autonomia verdadeira deve se livrar destas

influências pequeno-burguesas nocivas para o socialismo dos anos 70 e 80 como: PT, CUT/DNTR, das CEBs, teologia da libertação e das suas atuais alianças com ONGs nacionais e internacionais a que está profundamente acorrentado. A vinculação teórica com os grupos e frações de classe referidas, na perspectiva revolucionária marxista, são hediondas, mas perfeitamente permissíveis para partidinhos pequeno-burgueses em ascensão. Ora, não se pode misturar o pensamento socialista do materialismo histórico e dialético com o ideário da burguesia *social democrata* oportunista. É o que o MST tem feito com seu pragmatismo. Portanto, confirma-se que sem uma ruptura total com as influências do passado, reformulação de seu ideário, abolição do ecletismo pragmático, o MST nunca será autêntico, nunca será autônomo e a própria existência do MST está ameaçada, no mínimo de incoerência.<sup>97</sup>

K. Marx afirma que: “*Toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem*”. Quanto a esta temática, entretanto, não é o que se observa no ideário filosófico e na práxis cotidiana do MST.

### 3 - PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE MILITANTES DO MST

#### 3.1 Princípios Educativos da formação política militante do MST.

“É a tomada de consciência política – das populações primitivas – que tornou nosso século (XX) o mais revolucionário da história”. Eric Hobsbawn.

Serão problematizados nesta seção os princípios orgânicos e os valores ético-morais que são ensinados pela ENFF e que se reproduz para todas as instâncias do MST no país. Destarte, é ensinada aos militantes a estrutura organizativa do MST com o sentido claro de coibir desvios orgânicos da organização de massas, tem o atributo de conscientizar a base social a elaborar novas estratégias de intervenção na realidade.

Estudou-se ainda nesta seção a Escola Nacional Florestan Fernandes, sua organização interna, seus objetivos, metas e desafios, cursos, sucessos e fracassos. Neste capítulo buscamos a reconstrução histórica do MST a partir de sua *práxis organizativa*, ou seja, buscamos os elementos da categoria práxis a fim de aproximar a concepção de formação e de organização do MST. Deste modo, apontamos os principais momentos da formação do MST.

<sup>97</sup> Cito entrevista de Francisco de Oliveira ao programa Roda Viva 02-07-12. Para horror da banca de jornalistas da alta burguesia, inclusive: Veja Estadão, Globo e Folha de São Paulo, Isto é, ele afirmou que o PT, nunca foi Partido de esquerda, nunca foi social democrata e que seu presidente de honra Lula nunca teve caráter. Referia-se ao pragmatismo e oportunismo do PT e falta de identidade ideológica dos seus integrantes. Oliveira simplesmente confirmou o que esta pesquisa já sabia há vinte anos. O PT não mudou como afirmam os especialistas, mas apenas sua máscara caiu e revelou quem realmente é. Quanto ao PSOL ele afirmou que apesar de sua honestidade não possui a capacidade de alterar o quadro conjuntural. Francisco de Oliveira colaborou na formação dos dois partidos. A entrevista está disponível no site do programa Roda Viva.

Vale a pena ressaltar que as necessidades da formação política-ideológica no MST estão vinculadas organicamente às respostas organizativas formuladas pelo Movimento a partir dos problemas concretos e das mudanças qualitativas da conjuntura política de nosso país.

Caldart (2005) define a ENFF e o seu Setor de Formação, como espaço privilegiado no que concerne à formação política militante com a missão de conscientizar o máximo de integrantes possíveis. A mediação feita pelo Setor de Formação Política é auxiliada pelos trabalhos do Setor de Educação, apesar de serem bem semelhantes, todavia, entre ambos os setores existem diferenciações internas e certas autonomias que os tornam independentes, mas somente pró-forma, pois, em muitos instantes da formação política são extremamente compatíveis entre si, dado que, ambos pretendem a elevação do potencial de militantes da base numa ação conjunta. por sua vez a influência do Setor de Formação também se faz aparecer nas atividades do Setor de Educação pela necessidade conscientização política, além de escolarização e capacidade técnica do militante, a qual é responsabilidade direta da Educação, integradamente. Em suma, existe uma transversalidade nas atuações dos setores. As atividades de escolarização formal e a operacionalização da formação política são simultâneas, intrínsecas, indissociáveis. Na concepção do MST, as duas dimensões estão interligadas. A formação política dos integrantes do MST não se restringe à educação formal e que a luta social configura-se como princípio educativo.

A primeira dimensão [a formação] centra-se na transmissão das concepções e valores do movimento e na capacitação para atuação política. A ação é realizada através de cursos, treinamentos, encontros. A Educação realiza-se pela escolarização e capacitação técnica de seus militantes, através de cursos que, quando necessitam de reconhecimento legal, são realizados em convênio com instituições de ensino. Parece ser esta uma das práticas mais inovadora dada à ênfase e realizações que o Movimento tem feito com a construção de uma proposta de escolarização, em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior. (PAIVA, 2007. p. 69)<sup>98</sup> Grifos meus.

Não obstante, a extrema vinculação, já afirmada, entre os setores será tratada apenas o setor da formação política. O setor de educação só será verificado quando se referir à formação de militantes da base. A ENFF em sua atribuição maior que é a formação política de militantes tem como material didático principal o caderno de educação nº 8, o seu conteúdo será utilizado para comprovar os princípios do MST, já que apresentam noções inspiradas no pedagogo soviético Anton Makarenko, o idealizador das colônias Gorki de recuperação de jovens, o qual segundo a sua pedagogia, é impossível um processo educador formativo, sem

---

<sup>98</sup> PAIVA, Irene Alves de. **A dimensão educativa do fazer militante no MST**; Libertas, Juiz de Fora, p.68 - 81, fev / 2007

que haja um setor específico de professores preocupados com a dinamização de planejamento pedagógico, planos curriculares, debates sobre Projetos Políticos Pedagógicos.

A ENFF incorporou também as ideias do pedagogo soviético Pistrak (1981) para dimensionar a formação do militante nas proposições expostas por ele com relação ao trabalho e a educação. Neste sentido, O MST, confeccionou seus cadernos orientadores da formação, neles são apresentadas as dimensões prioritárias para o processo de construção do militante: a formação político-ideológica; formação organizativa; formação técnico-profissional; formação de caráter moral: valores, comportamentos; formação cultural e estética; formação afetiva; formação religiosa.<sup>99</sup> Silva, (2005) por sua vez, compreende que a formação política militante da base social deve ser:

(...) para além das linhas políticas da formação, construídas como resposta à conjuntura histórica, necessitamos compreender que a formação no MST se desenvolve organicamente junto com os métodos de organização. Primeiramente através da integração de três condições: ser massiva, permanente e completa, buscando sempre (...) a articulação de três elementos pedagógicos: estudo, trabalho produtivo e trabalho de base. (...) (MST, 2001, p.109-110).<sup>100</sup>

a) **Massiva:** Esta proposição visa alcançar o maior número de militantes em menor espaço de tempo o militante deve estar exposto a um ou vários cursos em diferentes níveis, o intuito é acelerar com este processo a formação teórica dos militantes. Ser massiva significa agrupar muitos indivíduos acampados, assentados, militantes e dirigentes, mulheres, jovens, crianças e idosos e até mesmo urbanos, dentro dos diferentes processos de formação da consciência social e política, com o objetivo de multiplicar-se e difundir a visão de mundo do projeto de nação do MST.

b) **Completa:** este termo não significa que o militante vai ser formado totalmente na ENFF, na verdade ela será sempre incompleta, mas quer dizer que não é só a teoria que importa, mas toda a organicidade deve ser apresentada em aspectos solidários do trabalho cooperativo, a camaradagem etc., seja com a vida e o crescimento do quadro individualmente. Ser completa significa atingir todas as esferas da vida social, política, afetiva, religiosa, ética, isto é fornecer qualidades omnilaterais ao militante:

(...) [devemos] não apenas nos preocupar com a teoria, mas com todos os aspectos da organização, seja disciplina, trabalho produtivo, companheirismo, com a vida e o crescimento do militante, individualmente. Nosso movimento necessita de militantes que tenham condições de enfrentar e resolver os desafios que a realidade atual nos impõe. Por isso, é preciso empenharmo-nos para formar e capacitar dentro dos princípios organizativos e revolucionários que formam um militante de “novo tipo”. (SILVA. 2005.p.141.)

<sup>99</sup> MST. **Princípios da Educação no MST – Cadernos de Educação nº8. In: Dossiê MST Escola.** SP: Editora Expressão Popular, 2005, p.159-179.

<sup>100</sup> MST. **Construindo o Caminho.** SP: MST, 2001, p.109-110.



c) **Permanente:** a formação deve ser permanente para que ela produza efeitos. A mente é igual ao físico, se não exercita, atrofia. Ser permanente é entender todos os momentos da organização como momentos de formação como as assembleias, reuniões, marchas, encontros, ocupações de terras e de prédios públicos, etc. “nosso movimento necessita de quadros de ‘novo tipo’, por isso é preciso empenhar-nos para formar e capacitar dentro dos princípios organizativos e revolucionários.”<sup>101</sup>

A coesão do movimento está relacionada aos métodos organizativos da formação política militante, ela permite que seja construído um integrante capacitado para a luta diária, bem como proporciona o estabelecimento de um novo modo de vida, baseado em valores éticos, morais e espirituais diferentes do oferecido pela sociedade burguesa. Sendo assim, conclui-se que formação humana e formação militante são fenômenos intrínsecos um ao outro. Simultaneamente por meio da organicidade a ENFF atinge dois objetivos ao mesmo tempo. Os cursos de formação política da ENFF devem formar holisticamente o militante com atividades teóricas e práticas diárias.

O momento das mobilizações massivas até o momento de uma análise de conjuntura política, de uma intervenção técnica mais pontual no local em que desenvolve o seu trabalho político-organizativo ou mesmo de um conselho amigo em um dia de festa. Neste sentido, a formação permanente deve ser pensada como um processo de caráter duplo: a formação das pessoas e da própria organização. (SILVA, 2005, p141.)

Neste espírito, o MST apresenta os princípios educativos na formação da base social.<sup>102</sup>

#### ***A) O Princípio Educativo da Formação para a Transformação Social.***

Para a ENFF, o sistema educacional seja qual for é direcionado para a formação de um cidadão responsável pela construção ou manutenção de uma civilização específica. No caso do MST, seus esforços educacionais através dos valores humanistas e coletivistas são voltados para a construção do socialismo e de uma classe camponesa autônoma a qual visa à transformação social do homem do campo. Enquanto a educação urbano-burguesa visa à acumulação de mais valia, lucro e uma classe de dirigidos. Para isso educa para a dinamização do mercado, cria produtores e consumidores de mercadorias que serão explorados por uma classe dominante, a burguesia. Enquanto a educação do MST, pelo contrário, pretende a

101 MST. *A Constituição e o Desenvolvimento de Formas Coletivas de Organização e Gestão do Trabalho em Assentamentos de Reforma Agrária. Caderno de Cooperação Agrícola nº 11*, 2004.

102 Foram utilizados nesta sistematização: caderno de educação nº 8, a estruturação de Silva (2005), Princeswal (2007).

elevação da coletividade às formas mais conscientes de civilidade; a burguesa torna o indivíduo alienado um invejoso de seu modo de vida, um repetidor descuidado de seus sofismas e falácias, reproduzidor inconsciente das desigualdades sociais que o sujeito alheado de si mesmo não percebe. O MST/ENFF luta contra este estado de coisas, oferece ao militante o conhecimento necessário dos pormenores das pedagogias alienantes burguesas no sentido de capacitar a identificação e descarte daquilo que não é de seu interesse de classe.

### ***B) O Princípio Educativo da Formação de Classe.***

A educação no Brasil é visivelmente sistematizada para que haja a reprodução inequívoca das desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, sua principal função é realizar a duplicidade de objetivos: manter uma classe trabalhadora distraída e explorada, ao mesmo tempo criar uma classe de dirigentes para a elite exploradora que é bajulada pelos próprios subalternos explorados. Assim, a educação urbano-burguesa tem como objetivo atender as exigências do mercado de trabalho, e construir uma classe dirigente, enquanto o MST busca construir uma classe, formar um novo cidadão para a vida não para o mercado, mas, um cidadão ligado a luta da classe trabalhadora contra a burguesia, sua inimiga direta.

A ENFF objetiva através de seus paradigmas pedagógicos se contrapor às doutrinas burguesas, em detrimento delas, intensifica a sua extinção ou adaptação aos interesses da classe trabalhadora. De fato, os construtos teóricos da formação política de uma classe autônoma do MST têm a finalidade de realizar uma luta contra-hegemônica através dos preceitos educacionais, pois, oferece aos trabalhadores um projeto de nação independente, exatamente o inverso-oposto ao promovido pelo Estado e rede privada de educação, o qual favorece a classe burguesa em desfavor da *classe que vive do trabalho*. Sendo assim, os documentos verificados apontam na direção de um projeto de nação, específico de conscientização de classe do trabalhador, apesar de ainda estar em construção, mas com suas diretrizes bem determinadas baseadas em princípios formulados pelos intelectuais orgânicos do MST, para inculcar no Movimento individual e coletivamente os elementos necessários para a luta revolucionária.

A fundamentação teórica do MST para a construção deste projeto de nação é construído exclusivamente dentro da perspectiva de ascensão das classes subalternas no contexto da luta de classes, a qual se encontra em parte no conjunto da obra de Antônio

Gramsci<sup>103</sup>. O qual afirma, categoricamente, baseado nas doutrinas marxistas, que o sistema educacional burguês é um aparelho privado da hegemonia, que luta pela automanutenção da classe dominante em detrimento das subalternas dominadas. A função deste sistema ideológico de subjugação é construir classes dirigentes e dirigidas, através da codificação de uma cultura urbano-burguesa específica que culminará no Consenso. Isto é, os valores do projeto de nação burguês são divulgados incessantemente pelos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil a nível nacional. Faz aparentar que os interesses da burguesia são os mesmos da classe subalterna, vice versa. Adquirido o consenso, não é necessária a utilização do aparato violento do Estado ou sociedade política para impor seu projeto de nação pela Coação/coerção. O MST, apoiado nestas formulações, ensina aos militantes que a classe subalterna deve se apropriar dos métodos e do aparelho estatal para lançar a luta contra-hegemônica, a qual deve ser construída segundo os valores culturais dos próprios trabalhadores e é a única maneira racional de ação conjunta, a qual permite a contraposição dos trabalhadores contra seus dominantes.

Por sua vez, Pistrak (1981), contemporâneo de Gramsci, concorda que o sistema educacional é o principal instrumento de dominação da classe burguesa sobre os trabalhadores, uma de suas revelações é aquela que diz que a classe burguesa sempre pretendeu esconder a luta de classes. Pistrak acompanha os ensinamentos de Lênin, as palavras do revolucionário russo, proferidas no I Congresso do Ensino na Rússia Pós-Revolucionária, em 25/8/1918: “nosso trabalho no domínio escolar consiste em derrubar a burguesia, e declaramos abertamente que a escola fora da vida, fora da política, é uma mentira e uma hipocrisia”. (LÊNIN apud PISTRÁK, 1981, p. 28. citado por SILVA, 2005. p.128)<sup>104</sup>. A ideologia burguesa promove os sofismas e falácias que Lênin se refere, ela tem o papel de mascarar a realidade com romantismos idealistas ao apresentar as classes em harmonia. Apoiado na sua experiência revolucionária, Pistrak condiciona a educação proletário-camponesa como responsáveis pelo desmascaramento da ideologia burguesa de dominação. A revolução deve ser feita pelos seus principais agentes, o povo dominado que sofre as mazelas do capitalismo. Os revolucionários têm como obrigação revelar aos seus integrantes sua exploração, a sua real condição na luta de classes. O pensamento de Pistrak é contundente ao afirmar que somente com a interligação de objetivos, a classe subalterna pode superar o quadro conjuntural “a revolução e a escola devem agir *paralelamente*, porque a escola é a

---

<sup>103</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. \_\_\_\_\_  
Cadernos do Cárcere, 6 volumes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>104</sup> Pistrak, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

arma ideológica da revolução”. (PISTRAK, 1981, p. 31). Pistrak revela seus princípios e objetivos na mesma passagem:

A essência destes objetivos é a formação do homem que se considere como membro da coletividade internacional constituída pela classe operária em luta contra o regime agonizante e por uma vida nova, por um novo regime social em que as classes sociais não existem mais (...) é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual a natureza da luta travada atualmente pela humanidade, em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado pelo adolescente, e finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício. (PISTRAK, 1981, p. 31).

O MST incorporou os raciocínios da pedagogia soviética de modo substancial para a formação de seus militantes de base. Para o MST/ENFF não se trata de realizar longas conferências pedagógicas indefinidamente, o que pretendem é incorporar o espírito revolucionário nos integrantes da base social, desaliená-los. Transformá-los em militantes conscientes por intermédio das doutrinas oferecidas pela ENFF contidas em seu projeto de nação, tendo em vista a luta de classes mediante o enfrentamento contra hegemônico, em suma pretende-se a destruição da dominação burguesa.

### ***C) O Princípio Educativo da Formação das Massas.***

Para a ENFF/MST a implantação de um sistema educacional próprio deve direcionar-se para a massificação e vulgarização dos conhecimentos oferecidos ao militante de forma que venha a atingir toda a massa de trabalhadores subalternos. A ENFF enxerga, acertadamente, que somente com a total massificação de suas doutrinas ao maior número de integrantes, é possível que haja uma conscientização de seu militante contra as forças burguesas de dominação. Neste afã, a ENFF/MST utiliza-se também da escolarização oficial estatal para seus militantes, os quais, mesmo submetidos às mazelas e dificuldades que o sistema educacional oficial impõe para o integrante. O Setor de Formação aconselha-os que se capacitem e qualifiquem-se a todo tempo, e a qualquer custo no sistema oficial e no seu *alternativo*. Neste sentido, condiciona o maior número de militante a se instruírem de maneira autodidata, nas duas modalidades simultâneas, ou seja: pela escolarização das massas, enquanto cidadãos e aprimorar conhecimentos para a luta de classes enquanto revolucionários.

### ***D) O Princípio da Vinculação Orgânica entre Formação e Movimento Social.***

A ENFF salienta a premência de se aprimorar constantemente o seu projeto de nação *alternativo* ao militante em formação, para isto ocorrer todas as instâncias orgânicas devem

interligar-se na luta social promovida pelo MST, ou seja, todos devem estar articulados no projeto de construção do militante, as premissas são dinamizadas pelos setores e tem como base os desafios que o MST se propõe a atravessar.

***E) O Princípio Educativo da Formação Aberta para o Mundo.***

Este princípio se relaciona com a expansão da visão de mundo do militante do MST. A ENFF entende que nada é estático ou inerte, tudo muda, tudo está em movimento dialético. A ENFF se refere a sua proposta de formação a qual afirma a importância de se estar sempre na busca de novos projetos fundados em novas perspectivas. Compreende que somente com uma formação que condicione as reflexões do militante para a superação deste estado de coisas será alcançado o êxito. Assim, a ENFF investe na formação do militante em projeções externas a sua vivência cotidiana, no objetivo de aumentar e expandir a mentalidade do militante para não torná-lo sectário e monolítico.

***F) O Princípio Educativo da Formação para a Ação.***

A ENFF não está interessada em apenas formar livres pensadores, todo seu aparato formativo está relacionado com a luta de classes para a conquista de territórios e espacialidade para isto, todo o conhecimento oferecido deve se voltar para a luta prática-teórica material e imaterial. Essa premissa garante ao movimento não somente sujeitos críticos, mas também, militantes aptos para a intervenção direta na realidade concreta, neste caso, o incremento da consciência orgânica do movimento se faz mais que necessária. A obediência aos processos decisórios da *cúpula* só podem ser desenvolvidos se houver a “consciência organizativa” do militante individual. Neste afã, é a tarefa maior da ENFF: sistematizar e homogeneizar métodos que façam com que o militante adquira esta capacidade: de compreender conscientemente as razões e motivos que levaram a *cúpula* a tomar aquela decisão. A ENFF é seguramente o centro dinamizador desta premissa, sua coordenação ressalta que a realidade concreta dos eventos políticos deve ser respaldada pela teoria e esta será sempre reformulada em face das novas situações concretas da prática, no intuito claro de escapar ao personalismo carismático e espontaneísmo. (MST, caderno nº 8, 2005).

***G) O Princípio Educativo da Formação Aberta para o Novo.***

A ENFF compreende que para haver mudança no contexto desfavorável dos trabalhadores é necessário que suas estratégias de formação venham a culminar com a

superação do estado retrógrado ou estático do militante. Entende que a formação não é fechada e eterna. Ela deve se adaptar às novas condições determinadas pelo cotidiano concreto, desde que atendam aos seus interesses e que as *novas doutrinas* das relações sociais, valores, metodologias sejam suficientes para a superação da subalternidade dos militantes e não fira os princípios formativos (MST, caderno nº 8, 2005.p.165).

#### ***H) O Princípio Educativo da Formação para o Trabalho e a Cooperação.***

NA ENFF o princípio educativo do trabalho na formação política tem a função de se superar a visão burguesa de associar o trabalho somente ao mercado de mão-de-obra. No MST, o trabalho tem a função de colaborar para que o trabalhador se emancipe que venha a tornar o trabalho uma mediação para sua libertação, ao contrário da lógica de enriquecimento burguesa, que utiliza o trabalho para alienar o trabalhador, embrutecê-lo na medida em que o explora. Na contramão das mentiras burguesas, na ENFF é ensinado aos militantes que o trabalho colabora para a formação de um novo homem. Não intenciona a acumulação de mais-valia e a reprodução inequívoca da força de trabalho, (o exército de mão-de-obra-reserva), que culmina com o barateamento de salários, e favorece a lógica perversa de acumulação do capitalismo. A ENFF busca através do trabalho como princípio formativo, a construção onisciente do sujeito, procura fazer com que o militante se reconheça naquilo que produz, seja produção material ou imaterial, quer que o próprio militante verifique por sua conta, mas baseado nos princípios do marxismo, a maneira pela qual o mesmo está sujeito à *sociedade* que vive que ele se reconheça naquilo produz e nos seus atributos culturais, pelo trabalho individual ou coletivo. O MST quer que o militante seja um produtor de conhecimento, não um mero repetidor ou consumidor de mercadorias; o quer com novos valores éticos, com nova lógica de vida, pela determinação exata do que o trabalho representa para o socialismo, em contraposição a visão de trabalho da lógica de reprodução do capital. O MST acredita que somente a contraposição radical à lógica burguesa do trabalho é que pode torná-los sujeitos livres, autônomos produtores culturais. Por conseguinte, o Setor de Formação traz para si a tarefa de formar os sujeitos contrários à ordem estabelecida, mas para isto acontecer, os antagonismos da lógica capitalista burguesa e a Socialista dos trabalhadores urbano-rurais devem ser discutidos pelos militantes. Na verdade, as afirmações verificadas são exaustivamente veiculadas por todos os setores do Movimento, visto a necessidade do MST relacionar as mazelas de seus integrantes à lógica de exploração do trabalho, defendidas

pelos capitalistas. A relevância das imbricações entre trabalho e formação política do militante é ressaltada em documentos específicos que propõem o cooperativismo, o mutualismo (mutirão), em contraposição a lógica do lucro a qualquer custo do capitalismo. O MST oferece a realização das necessidades básicas de subsistência do integrante, neste caso, a cooperação produtiva deve ser dinamizada ao extremo como fio condutor que irá gerar novas relações sociais por meio do trabalho cooperado, por fim, este princípio tornará o militante mais emancipado” (MST, boletim de educação nº 4, 2005, p.92). Desta forma a ENFF/MST ao se apropriar do princípio educativo do trabalho do socialismo soviético, reafirma em suas estratégias de construção política de seu militante, a necessidade de “vincular a educação com o trabalho, é uma condição para realizar os objetivos políticos e pedagógicos”<sup>105</sup>.

A categoria Trabalho por ser uma atividade primordial para a sobrevivência humana adquire a importância fundamental para o desalheamento do militante do MST, pois, a ENFF seguindo os ensinamentos de Marx compreende que o trabalho *emancipado* pode vir a trazer uma nova concepção de mundo ao militante. Se ele compreender as premissas básicas da dominação do capital sobre a massa trabalhadora pode vir a superar a alienação produzida pela lógica capitalista, ou seja, no marxismo o trabalho vai para além do caráter alienante que assume no capitalismo na produção de mais-valia – sendo ele [trabalhador e sua força de trabalho] também uma mercadoria –, é atividade vital do ser humano, ou “o momento fundante da realização do ser social para a sua existência; é o ponto de partida e o motor decisivo do processo de humanização do homem.” (LUKACS apud ANTUNES citado por Silva, 2005, p.54).

“A liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza, primitiva, limitada; isto não altera o fato de que também a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do trabalho mais primitivo, e que o seu resultado, não importa o grau de consciência tem, em última análise, o mesmo conteúdo: o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, puramente natural. Julgamos que nesse sentido o trabalho pode ser entendido como modelo de toda a liberdade”. (LUKÁCS, *apud* SILVA, 2005, p. 54).

A ENFF elaborou as seguintes proposições, inspiradas e sustentadas nestes princípios, as quais visam à supressão do caráter alienante do trabalho e explorador do capital, a qual visa a emancipação do seu militante da base social: Educação ligada ao mundo do trabalho [...] selecionando conteúdos vinculados ao mundo do trabalho e da produção, como também proporcionando e/ ou acompanhando experiências de trabalho educativo com seus estudantes. O trabalho como método pedagógico. Quer dizer, combinação entre estudo e trabalho como um instrumento fundamental para desenvolvermos várias das dimensões da nossa proposta de educação. (MST, 2005, p.169). A partir do que foi exposto entende-se então que:

1 – A formação deve ser ligada ao mundo do trabalho - A ENFF escolhe seus currículos de acordo com suas metas de conscientização selecionando conteúdos vinculados ao mundo do

<sup>105</sup> MST. Caderno de educação nº 8. 2005.

trabalho e da produção, como também proporciona e/ou acompanha experiências de trabalho educativo à formação militante.

2 – O trabalho é a mediação, o mecanismo basilar para incrementar a compreensão da realidade concreta do militante, para que isto venha a se realizar, implanta em seus currículos o cooperativismo, visto que, sempre após uma ocupação, acampamento ou assentamento, os recursos são ínfimos, as dificuldades inimagináveis e somente com o trabalho conjunto, sem visar lucro, mas, a supressão das necessidades mais prementes é que se pode resistir em condições tão adversas e ainda aprender com a realidade.

3- A disciplina e a obediência nos trabalhos coletivos da Cooperação Solidária devem ser cultivadas, estes valores são fundamentais para que venham a ter êxito em sua resistência, pois, as tarefas coletivas escolhidas como prioritárias são determinadas pelos setores, coletivos e núcleos base de maneira descentralizada. Por conseguinte, o respeito dos militantes à organicidade se faz primordial, neste caso, sabe-se que nada é unânime, mas depois de decidido todos tem que acatar a decisão mesmo contra vontade.

Vale à pena ressaltar que as características individuais ao contrário de serem renegadas ou despercebidas se sobressaem neste espaço social do coletivo, ou seja, se tornam bem mais visíveis. Sendo assim, o trabalhador da brigada permanente assume algumas tarefas da militância de base, inserindo-se de forma mais consciente na organicidade do MST. (SILVA, 2005, p.234).

A ENFF se esforça para ressaltar em sua base a importância da esfera econômica na luta contra o latifúndio. Não descarta de seus ensinamentos que o trabalho adverso, tanto quanto suas dificuldades a serem resolvidas têm valor empírico-didático<sup>106</sup>, principalmente por criar nos intelectos militantes a confirmação de que suas desgraças são oriundas dos paradigmas da produção capitalista, não de fatalismos religiosos e supersticiosos. O princípio do trabalho bem incutido provou ser capaz de construir militantes e seres humanos mais civilizados por meio da solidariedade socialista<sup>107</sup>.

4- Através da mediação do trabalho cooperado é possível incrementar os vínculos de pertencimento identitário à representação social do MST dos seus militantes quantitativa e qualitativamente. O MST compreende que a produção material e imaterial e a formulação de nova ética perpassam pela construção de relações sociais íntimas entre os envolvidos no processo social a que estão sujeitos, sendo assim a ENFF promove em sua formação da base social um paradigma renovado de desenvolvimento econômico, político, cultural mediado pelo princípio educativo do trabalho.

<sup>106</sup> Alusão às doutrinas da experiência de E.P.Thompson. Não me refiro ao empirismo de Hume e Locke.

<sup>107</sup> Roberta Lobo (2005) distinguiu a solidariedade socialista do MST da solidariedade burguesa.



### ***I) O Princípio da Formação simultânea das Dimensões Humanas- A Omnilateralidade.***

Uma das formulações do materialismo histórico e dialético defendida pelos teóricos da ENFF é a omnilateralidade do militante. Esta proposição refere-se à possibilidade de se construir indivíduos completos e emancipados, porém, para que isto venha ocorrer às pedagogias devem relacionar o processo formativo holisticamente com toda a capacidade de desenvolver todas as dimensões humanas, simultaneamente. Sabe-se que esta capacidade/possibilidade do indivíduo é castrada pelas doutrinas da unilateralidade burguesa. Então, contrária a esta violência, a ENFF reúne seus esforços em entregar ao seu militante elementos que o faça compreender sua situação com o entendimento da totalidade das relações sociais a que está sujeito. Relaciona o princípio do trabalho cooperado/solidário com esta proposta de emancipação onisciente do militante, pois, segundo as doutrinas ensinadas por Marx e esquematizadas por Gramsci, a omnilateralidade é possível ao homem. A persistência do MST para desenvolver estas capacidades holísticas do ser humano objetiva intencionalmente a supressão da alienação ocasionada pela unilateralidade burguesa, pois, esta tem a prerrogativa de somente adequar a força de trabalho às exigências da reprodução ilimitada do Capital e dinamizar o consumismo. Sem se importar com questões distributivas e humanistas, apenas fazem com que o trabalhador embrutecido e alienado permaneça preso às suas relações sociais desiguais geradas na reprodução do modo capitalista de produção. As doutrinas unilaterais burguesas negam a luta de classes, afirmam que as relações sociais são harmônicas, o que existe, em sua versão, são desacertos que serão corrigidos com o tempo e o desenvolvimento das sociedades. Na Contracorrente destes sofismas e falácias, a ENFF se apropriou dos conhecimentos pedagógicos difundidos por Marx e Gramsci e de toda Pedagogia Soviética para suprimir qualquer tipo de exploração burguesa ao trabalhador, o conduz a níveis mais elevados de humanidade, através de sua emancipação omnilateral, mediante a associação do ensino manual, técnico e intelectual para as classes subalternas.<sup>108</sup>

### ***J) O Princípio Educativo da Formação Ética Humanista Socialista.***

A ENFF em sua luta anticapitalista investe na formação de seus militantes com valores éticos e morais que contrapõem diretamente ao que é ensinado no mundo capitalista pela ideologia burguesa. É notório que os valores socialistas são *mais* humanistas que os burgueses, apesar da burguesia deturpá-los a todo tempo, suas formulações visam o ser

---

<sup>108</sup> Alusão a Marx, Terceira tese sobre Feuerbach, a escola unitária Gramsci, e Pistrak (1981). Adaptado do caderno de educação nº 8. MST, 2005.

humano, enquanto a sociedade burguesa coloca como superior à dignidade humana, o “sacramento” da inviolabilidade da propriedade privada dos meios de produção, e do lucro, por exemplo. Silva (2005) preocupou-se com o problema ético nos quadros do MST: Que dimensão deve ter a ética, entendida como práxis e como mediação necessária entre os indivíduos e o gênero humano, no conjunto da práxis organizativa do MST? Talvez este seja um dos grandes desafios da ENFF, que a partir da materialidade histórica que carrega, projeta a formação de quadros políticos em busca do poder real da práxis emancipatória.

Em linhas gerais, é evidente a contratendência da Ética e da Moral do MST ensinadas aos seus militantes, pois, prevê o oposto de tudo que a ciência burguesa prescreve. A Ética da ENFF ensinada aos seus militantes de formação política salienta sempre, que devem ter uma postura de indignação diante das mazelas do capitalismo e da dominação burguesa; ensina a repudiar injustiças sociais, a fome, a miséria, a desigualdade. É ensinado aos militantes que haja critérios da camaradagem, busque a igualdade jurídica, o respeito às diferenças particulares e individuais de seus integrantes. Deve-se acatar a organicidade, a direção coletiva; a divisão de tarefas; o planejamento; a disciplina no trabalho, no estudo e na militância; o espírito de sacrifício e exemplo dos que tombaram pela transformação e bem-estar do coletivo deve ser lembrado e seguido. (MST, caderno nº 8, 2005, p.164).

### ***K) O Princípio da Formação Permanente de Transformação Humana.***

A ENFF entende que o ensino deste princípio se deve a necessidade de ressaltar para o militante que a formação política não termina quando acabam os cursos, pelo contrário, a formação do militante começa naquele momento e se dá a todo tempo em toda e qualquer situação, o aprendizado é constante e ininterrupto para todos envolvidos na militância da base até os quadros de dirigentes. A compreensão e leitura da realidade concreta se fazem mais que necessárias, a todo tempo enquanto existir o MST, a Questão Agrária e o próprio Capitalismo. Devido ao movimento histórico das relações sociais a ENFF aconselha aos seus militantes a estarem sempre dispostos a estudar sempre mais, tanto no ensino formal e informal, quanto na prática diária dos acampamentos e assentamentos. O intuito é aprofundar o discernimento diário do militante na interpretação das vitórias e derrotas; nos fluxos e refluxos dos movimentos sociais, mas também saber avaliar as táticas de confrontação estipuladas pela direção do MST. A ENFF ultravaloriza o poder transformador do potencial militante, mas, somente um militante experiente e estudioso é capaz de transformar erros em acertos. Enfim,

A ENFF recomenda ao militante e dirigentes que tenham uma postura estudiosa e criativa permanente para transformar a realidade. (MST, caderno nº 8, 2005, p.164-165).

### **3.2 Princípios Pedagógicos da Formação na ENFF/MST**

Na ENFF foram convencionados princípios pedagógicos suplementares uns aos outros que norteiam as atividades diárias de ensino e aprendizagem do currículo proposto aos militantes em formação política. Este aparato teórico diz respeito à maneira pela qual o MST compreende e realiza os princípios filosóficos na formação dos seus militantes na ENFF apresentados anteriormente. É consenso que A ENFF em sua intencionalidade formativa do militante se apropriou da produção pedagógica construída para o setor de educação do MST, com o intuito de interpretar e sistematizar o conteúdo da documentação referente a este tema ficou claro que a ENFF estabeleceu uma indissociabilidade/simultaneidade interna entre todos os setores e todos os princípios, a vinculação entre os tópicos é visível e demonstra a complexidade das práticas formativas são elas: relação permanente entre a prática e a teoria; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras; atitude e habilidades de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, caderno nº 8, 2005, 165).

#### **A- Relação Permanente entre a Prática e a Teoria.**

A compreensão de formação estipulada pela ENFF aos seus militantes afirma que o indivíduo tenha sua formação relacionada com a apresentação de estudos teóricos formais das academias científicas e a sua vinculação a realidade concreta do militante, ou seja, existe a junção da teoria e da prática na formação militante. A ENFF acredita que somente desta forma o militante pode adquirir o potencial para discernir a realidade e tomar as melhores atitudes em prol do MST e de si próprio. A ENFF evita a prática burguesa de uma formação

militante fincada somente na sedimentação de conhecimento livresco e erudito, não descarta esta prática, mas a mesma só tem valor, se houver um conhecimento oriundo da experiência prática concreta no enfrentamento das dificuldades. Segundo a documentação do MST verificada, a ENFF investe na formação militante com a premissa de confeccionar seus materiais didáticos próprios, assim como seu Projeto Político Pedagógico, de maneira que o conteúdo curricular oferecido capacite o militante na pesquisa, mesmo os prosélitos e neófitos, na intervenção direta de seu cotidiano individual ou coletivo. Ou seja, o desafio metodológico que os princípios trazem é como aprender a articular o maior número de saberes diante das situações da realidade para cumprir os objetivos estipulados (idem).

### **B - Combinação Metodológica entre Processos de Ensino e de Capacitação.**

Os processos de ensino e a capacitação condicionam indissociavelmente do processo formativo geral do militante que são potencializados de acordo com que se almeja conquistar. Segundo a ENFF, a diferença que há na dicotomia ensino/capacitação reside somente no fato de que os processos de ensino vinculam-se a absorção teórica do conhecimento em um momento que antecede a ação direta, por sua vez a capacitação do militante acontece, quando a ação se antecipa ao ensino teórico sobre ela. Neste sentido, o ensino resulta do saber (teórico) e a capacitação do saber-fazer e do saber-ser, já que está relacionada tanto com as habilidades quanto com os comportamentos diante do confronto. (ibidem).

A opção pela capacitação é na busca de aproveitar o potencial pedagógico da prática como espaço de formação humana. A prática põe em xeque o conhecimento anterior da pessoa e abre espaços para novas descobertas; parafusa o profissional em seu fazer e o obriga a buscar novos elementos. Existe, na prática, por causa das condições objetivas, um diálogo entre o novo e o antigo que leva, em mais ou menos tempo, a síntese, uma nova orientação à prática. (ITERRA, 2004, p. 71)

### **C- A Realidade concreta: Base da Produção do Conhecimento.**

A distinção Ensino/Capacitação explicada acima tem vinculação direta com este outro princípio ensinado na ENFF, o qual afirma a direta e importante conexão entre a vivência concreta e a cotidianidade dos militantes, neste sentido, o conhecimento produzido é concretizado na rotina do MST, com o objetivo declarado de suportar a luta diária, visto que, conduz a criar novos métodos pessoais de confronto. A ENFF compreende que teorizar sobre a *concretude* (Kosic) do militante não reduz o conhecimento ao seu entorno, mas, a partir desta realidade entendê-la como histórica e coletiva. O modo de *fazer-se* do militante leva em consideração a forma de organização coletiva. (MST, 2005, caderno n.8. p. 165).

#### **D- Conteúdos Formativos Socialmente Úteis.**

Para que a formação possa proporcionar aos militantes ferramentas para a transformação individual e social, este princípio aponta para a seleção dos conteúdos imprescindíveis na organização dos currículos para atingir tal objetivo. Ao se determinar a seleção dos conteúdos socialmente úteis não há neutralidade, apoiados em Pistrak (1981) o MST assume que elege somente aqueles que estejam em consonância com os seus princípios e objetivos, destaca-se para a existência desta postura a necessidade de consolidar constantemente sua organicidade de acordo com seus interesses em detrimento dos burgueses. A escolha dos conteúdos devem ser referentes à relação da escola com a realidade, Pistrak ressalta a necessidade de se excluir do currículo aquilo que não corresponde com a realidade concreta do militante, propõe uma discussão séria sobre a eleição de elementos que colabore com melhores resultados na construção do socialismo.

Devemos oferecer na escola apenas conhecimentos científicos que não sejam esquecidos e que se gravem profundamente, cuja necessidade seja incontestável aos olhos das crianças, conhecimentos que correspondam aos objetivos principais da escola, concorrendo para a realização de seus objetivos. (PISTRAK, 1981, p. 120).

#### **E) Formação/Educação *Para e Pelo Trabalho.***

O MST em sua absorção dos conhecimentos da Pedagogia Soviética apreende os ensinamentos de Pistrak, Makarenko, Krupskaja, Luria, Leontief, Lunacharky, entre outros. A ENFF esquematiza seus princípios sobre a escola do trabalho da URSS pós-revolucionária. Sobretudo, o princípio da relação da escola com a realidade concreta e o princípio da auto-organização dos alunos. Bastante semelhante a Gramsci da escola unitária com certeza ambos se inspiraram em Lênin. Pistrak revoluciona quando defende debates sobre os melhores métodos de trabalho vinculados a realidade própria dos alunos sobre sua auto-organização,

A relação trabalho e o sistema escolar devem estar condicionados umbilicalmente a concepção marxista de: trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim o trabalho se tornaria anêmico, perderia a sua base ideológica. (PISTRAK, 1981, p. 38).

Apropriando-se das doutrinas pedagógicas de Pistrak referente à escola e trabalho a ENFF pretende com seu sistema de formação militante enfatizar a categoria trabalho destaca-se todo seu poder de formação da consciência de classe do militante do MST, neste sentido pretende: a) chamar a atenção para o sentido social da escola num acampamento ou assentamento; b) educar para a cooperação agrícola; c) preparar para o trabalho; d)

desenvolver o amor pelo trabalho no meio rural; e) provocar a necessidade de aprender e de criar; f) preparar as novas gerações para as mudanças sociais. (MST, 2005, cad. nº8, p.169.)

#### **F- Vínculos orgânicos entre processos formativo-educativos e processos políticos.**

A ENFF com sua sistematização dos processos de formação militante destaca as suas finalidades e estratégias para a formação política do militante. Enfatiza as dimensões que devem ser potencializadas por este princípio pedagógico, tais como: a transformação social e individual a partir da consciência sobre as injustiças; a formação político-ideológica para o desenvolvimento da organicidade do movimento e para o conjunto da classe trabalhadora; o incentivo à organização dos militantes para a luta pelos seus direitos; o desenvolvimento da crítica e da autocrítica coletiva e individual; além da formação de militantes que estejam em consonância com os objetivos e princípios da organização. (MST, caderno nº 8, 2005. p.168).

#### **G- Vínculo Orgânico entre Processos Educativos e Processos Econômicos.**

A ENFF ressalta a necessidade de estabelecer sempre que possível a interligação dos fatos econômicos, sobretudo os paradigmas do campesinato aos orgânico-formativos. A ENFF ensina que a lógica do lucro deve ser repudiada pelos seus militantes, o militante deve se pautar pelos valores do cooperativismo e associativismo, a lógica do MST é a supressão das necessidades mais prementes sem acumulação ou luxo. Neste afã, a coordenação pedagógica da ENFF estipulou mecanismos que levem o militante a incutir estes princípios. Para isso ajuda aos militantes a criar novas formas de relações produtivas, o mutirão, por exemplo, é comum, visto que além de proporcionar a absorção do conhecimento, aumenta os laços de solidariedade entre militantes.

#### **H- Vínculo Orgânico entre Formação, Educação e Cultura.**

A ENFF em seu objetivo de formar novos militantes culturais utiliza o aparato teórico próprio para realizar esta tarefa, sabe-se que a luta dos trabalhadores está condicionada a todas as esferas das relações sociais de produção e de circulação capitalista, por isso, promove o confronto direto de projetos de nação antagônicos. Para isto procura não entregar uma explicação parcial da luta, mas, ensinam seus imbricamentos, isto se dá quando a Coordenação da ENFF ratifica sua luta, não somente na *esfera* econômica, mas em todas elas, simultaneamente, em prol da dissolução da hegemonia dominante.

A ENFF disponibiliza-se de um aparato cultural baseado em seus valores e naquilo que compreende como cultura camponesa, em outras palavras, a ENFF proporciona a seus formandos a necessidade de um novo projeto de classe, bem como a instituição de uma cultura propriamente campesina, baseada neste aparato próprio. Para construir esta *nova* cultura, que represente o homem do campo, tem como suporte as teorias pedagógicas de Gramsci, sobretudo sua contribuição a Escola Unitária. Gramsci defende em seus princípios pedagógicos a importância da associação escola e cultura para a construção do projeto de classe, tendo em vista, a luta contra-hegemônica. A necessidade de formar intelectuais orgânicos, quadros e militantes da base social é que movimenta todo o processo formativo, tanto para a construção do projeto quanto para a divulgação/massificação do mesmo. Pois, é justamente neste ponto que a ENFF acredita estar à associação orgânica entre formação militante e cultura, por estarem extremamente imbricados. O MST entende que somente com a *reconstrução* da identidade dos camponeses com elementos particulares da *cultura camponesa*, poderá oferecer um projeto autônomo de nação aos trabalhadores: Mediado pela Mística, o MST poderá se consolidar como o líder do bloco histórico contra hegemônico camponês em oposição ao capital. (MST, 2005, p.169, caderno nº8).

### **I- Gestão Democrática.**

A ENFF com seu trabalho de conscientização pretende construir em seu militante um novo modo de ver o mundo sob uma nova ética, baseada em novos valores solidários contra o Capital. Este é um dos pontos mais difíceis de aplicar, pois, o processo decisório envolve diversos temperamentos pessoais e visões de mundo diferenciadas, o polissêmico conceito de democracia colabora para a polêmica. Muito mais, o de gestão democrática descentralizada, a ENFF reconhece a dificuldade:

Temos um grande dilema para as organizações que persistem em manter vivo o projeto do socialismo: como produzir mediações entre a classe trabalhadora (levando em conta sua heterogeneidade intrínseca) e a organização de classe que efetivem uma democracia socialista? Como não reproduzir relações de poder autoritárias entre a classe e a organização? Como produzir no seu interior um trabalho que se realize de fato como objetivação consciente, como cultura fincada na práxis da liberdade? (SILVA, 2005, p.281.)

Em linhas gerais, sabedora das dificuldades, a ENFF compreende que a gestão democrática tem a ver com a própria organicidade que é apresentada aos seus militantes, ou melhor, a ENFF, ensina que o processo decisório deve ter a participação efetiva/eficiente/eficaz de todos os seus integrantes na formação através das diversas

instâncias, sobretudo na Direção Coletiva, visto que esta condiciona o envolvimento de todas as outras instâncias, não só os indivíduos isolados, mas, toda localidade participante do conflito histórico. A ENFF lembra que a Gestão Democrática apesar da dificuldade de compreensão e aplicação, não deve ser estudado por abstrações metafísicas idealistas, mas, discutida, vivenciada na prática do coletivo em busca de melhores resultados participativos dos militantes no processo decisório.

### **J- Auto-Organização dos Integrantes.**

Este princípio pedagógico tem a ver com o princípio filosófico do trabalho de Pistrak. Segundo o pedagogo soviético, o aprimoramento qualitativo do formando é aumentado nas seguintes possibilidades: se houver por parte do mesmo a propensão ao trabalho coletivo; se o mesmo não for um repetidor incontestado de fórmulas abstratas burguesas; se tiver vocação para discernir problemas e soluções; se for apto para o papel de organizador e criador cultural; se tiver a inteligência organizativa eficaz e eficiente na identificação solução de problemas mais imediatos. Segundo Pistrak, (1981) o militante será um elemento imprescindível para o avanço das lutas contra o Capital, mas, somente se as reuniões das qualidades relacionadas acima forem dinamizadas para a maioria dos indivíduos. Os resultados tenderiam a ser aumentados exponencialmente, desde que os militantes fossem orientados desde a infância a ser um arquiteto, um organizador, e não um mero repetidor de normas estabelecidas em manuais e almanaques. Mas para que isto venha a ocorrer deve antes aprender a auto-organizar-se diante de sua própria realidade. Pistrak acreditava que a auto-organização do indivíduo, devia ser ensinada a todos, somente assim, em longo prazo a sociedade teria um novo tipo de cidadão, um *resolvedor* criativo de problemas imediatos. Neste espírito, a ENFF ensina que a auto-organização favorece ao final do processo à realização consciente da divisão de tarefas para o melhor funcionamento do coletivo, onde os envolvidos cumprem suas responsabilidades conscientemente perante os demais.

### **K- Criação de Coletivos Pedagógicos e Formação Permanente na ENFF.**

O coletivo de formadores é a soma de todas as individualidades participantes (...) um educador que a tenha como referência jamais poderá trabalhar sozinho (...) somente coletivos



de educadores, em diálogo com coletivos de educandos podem planejar e realizar práticas educativas coerentes com o projeto de formação [política] humana do MST. (Caldart, 2005, p. 113).<sup>109</sup> A teórica do MST, na mesma linha de pensamento de Pistrak (1981), defende que existe a necessidade de se capacitar e impregnar no formador a inspiração para arquitetar coletivamente novas estratégias que culmine com o desenvolvimento do formando. Ressalta que não se pode abandonar o professor ao seu carisma de maneira individual, mas induzi-lo a ser criativo e a partir daí verificar conjuntamente com todo o Coletivo de professores e instrutores, a pertinência, a validade ou não da implantação de seu projeto. Assim, todo o processo de formação é dinamizado. A criação individual do professor e o coletivo são valorizados, pois, toda sua criação será socializada aceita ou rejeitada, ou na menor das hipóteses, mas não menos importante, pode inspirar outras criações a partir de seus erros e acertos. Pistrak compreende que a transformação do indivíduo mediante esta teoria, só poderá acontecer quando o integrante responsável pelo ensinar e instruir “assumir os valores de um militante social ativo.” (Pistrak, 1981, p. 31). Desta forma, a ENFF promove através da sua mediação formativa a preparação tanto formandos quanto formadores. Os últimos têm em suas principais prerrogativas a todo instante arquitetar metodologias que venham a atender às demandas que surgem recorrentemente pelo dia-a-dia da militância, associando-as aos princípios organizativos do MST e suas pretensões mais imediatas. (MST, 2005, p.169, caderno nº8).

#### **L- Combinação entre Processos Pedagógicos Coletivos e Individuais.**

Na ENFF deve haver uma comunhão entre as práticas coletivas e as relacionadas ao indivíduo, em particular, na formação política do militante do MST, mesmo que sua pedagogia esteja declaradamente contra a construção de lideranças carismáticas, fíncadas em pressupostos personalistas, relacionados exclusivamente no sujeito particular. Assim, lança seu princípio pedagógico, o qual afirma que não se pode descartar o engrandecimento individual na construção coletiva. Ou seja, os valores coletivistas, mesmo contrários ao individualismo não pode ser castrador de desenvolvimentos pessoais do militante. A questão é complexa e de difícil resolução: como incrementar a ética da coletividade sem castrar vocações particulares? A ENFF assume este desafio ao criar mecanismos e instrumentos

---

<sup>109</sup> CALDART, 2005, p. 113. *A Escola do Campo Em Movimento*. In ARROYO, Miguel. Gonzalez; CALDART, Roseli. Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Por uma Educação Básica do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2005, p 87-132. BEZERRA NETO, Luiz, *Sem Terra aprende e ensina: um estudo sobre as praticas educativas e formativas do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –1979-1998*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp. 1998.

filosóficos pedagógicos que promovam baseados nos seus princípios, a formação individual e coletiva dos militantes e que seja dinamizada em alto nível conjuntamente. A preocupação imediata é coibir o personalismo, consequência direta do individualismo burguês, a Coordenação entende que se deve dinamizar tanto a força do coletivo quanto incrementar as individualidades, mas, qualquer ato ou processo que seja direcionado ao militante ou dirigente deve ser uma obra coletiva. Igualmente, a ENFF demonstra sua aversão ao personalismo ao instituir no seu programa, a prática de acompanhantes políticos aos militantes dos cursos que oferece. (MST, 2005, cad. n°8, p.169)

### **M- Atitude e Habilidades de Pesquisa.**

Outra prática diária muito recomendada pela ENFF é incentivar o formando na pesquisa científica. As atividades curriculares propostas aos militantes oferecem os recursos mínimos que podem vir a serem expandidos por ele com seu empenho próprio. Estes recursos procuram inculcar neles a necessidade de espírito científico e crítico, com o objetivo de questionar sempre os pressupostos do próprio movimento e elaborar novas táticas de ação. Parte-se do pressuposto que o espírito científico condiciona a concretização de outras explicações do real ao facilitar a elaboração de novas sínteses e ensina como pelo cotidiano a interferir de maneira racional e científica na sua realidade.

O MST se deu conta que a pesquisa é algo estratégico na formação. A própria pesquisa forma esse militante, esse dirigente com uma autonomia do ensinamento (...) então, o que é que a gente está discutindo nesse curso? Como a pesquisa ela é um princípio educativo, que inclusive pode ficar nas séries iniciais, quebrando esse parâmetro da pesquisa, só no mestrado e doutorado, mas como pesquisa ela é estratégica para a formação, no sentido da autonomia do indivíduo, da autonomia do pensamento do indivíduo, mas também para de fato você conhecer aquela realidade a ser transformada. (ROBERTA LOBO, 2007 apud PRINCESWAL, 2007, p.101 )

A ênfase da ENFF em capacitar seu formando na pesquisa consiste na exigência da elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC) como se sabe, este momento do curso compreende na confecção e defesa de uma monografia, mas, esta deve ser relacionada à realidade do formando na ação direta ou nas atividades corriqueiras do acampamento e assentamento nos quais os formandos estejam vinculados. Esta exigência faz com que a coordenação e o coletivo de professores tomem conhecimento de algum fato peculiar à comunidade assentada ou acampada do militante em seus locais de origem. Esta estratégia da ENFF também permite que os militantes formandos se dediquem a verificar no contexto real em que vive fatos e fenômenos específicos de sua realidade local de maneira científica e

tentem solucionar a questão. Para que isto venha a ocorrer à Coordenação da ENFF ensina técnicas básicas da pesquisa com o intuito de fazer com que o formando extraia da teoria ensinada sua experiência prática diária teoricamente pela consulta as fontes bibliográficas e documentais disponíveis em bibliotecas tradicionais ou virtuais. (MST, cad. nº8 p.169-170.)

### 3.3 A Pedagogia do Movimento

A Pedagogia do Movimento foi estabelecida principalmente pelos estudos de Roseli Salette Caldart. Somada a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e a obra dos pedagogos e filósofos socialistas soviéticos, juntas compõem as Matrizes Teóricas da Formação Política do Militante. Reunidas as três matrizes citadas, percebe-se a forte imbricação entre os Setores de Formação e de Educação a qual já foi ressaltada

O MST não define sua proposta pedagógica nos marcos de nenhum modelo pedagógico tradicional, mas, pelo contrário, procura conjugar várias posturas, unindo a atuação de existencialistas cristãos como Paulo Freire, construtivistas como Piaget e marxistas como Makarenko, passando ainda por propostas nacionalistas como as de Jose Marti. É nesse eclético projeto pedagógico, iniciado no seio do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, que se pretende discutir as concepções educacionais do MST, mesmo sabendo das diferenças teórico-metodológicas que estão na origem dessas concepções pedagógicas, já que, a exemplo de Salm (1980:34), o MST entende a "... educação como [uma] arma na luta contra a opressão, como instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida como base de organização do movimento socialista atual para o futuro socialista". (BEZERRA NETO, 2010, p.211).<sup>110</sup>

Pelos documentos analisados na Pedagogia do Movimento os setores, são separados somente por fio de seda, quando o objetivo é a formação militante de base.

Caldart (2005),<sup>111</sup> principal teórica e intelectual orgânica do MST, influencia todos os setores, inclusive na Direção Geral do MST. A pedagoga esquematiza sua teoria a qual foi construída de acordo com suas impressões teóricas da ação direta no MST, neste sentido, identifica e interrelaciona várias pedagogias, as quais têm a capacidade de orientar para a maneira da classe camponesa *fazer-se* tanto na perspectiva do formando quanto a do formador do militante, já que ambos aprendem no processo. Somadas as oito pedagogias estabelecidas, formariam, holisticamente, um universo pedagógico caracterizado pela transversalidade omnilateral, chamado pelo MST de Pedagogia do Movimento. Segundo seu pressuposto

<sup>110</sup> BEZERRA Neto Luis. **Práxis. Pedagogia socialista: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes.** Revista Histedbr on-line Campinas, n.39, p. 211-224, set.2010. - (UFC) P.211.

<sup>111</sup> CALDART R. S. **A Escola do Campo Em Movimento.** In ARROYO, Miguel. Gonzalez; CALDART, Roseli. Salette e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação Básica do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2005, p 87-132. p. 113.

principal colaboraria de maneira sistemática a construir no militante a identidade do sujeito Sem Terra, essencial para o MST no contexto da luta de classes. Cada uma das pedagogias sistematizada por Caldart (2005) para a construção da Pedagogia do Movimento tem uma especificidade própria, mas, são indissociáveis, devido à extrema integração entre elas, ou melhor, uma não existe sem as outras. Com a análise das pedagogias separadas somente por critérios metodológicos do materialismo histórico e depois reunidas em sua totalidade é possível compreender a obra teórica de grande pertinência para a construção racional de militantes políticos do MST na ENFF. Assim, nesta seção serão verificadas quais foram às incorporações da ENFF retiradas da construção pedagógico-filosófica da Pedagogia do Movimento que pode ser definida como a síntese eclética e pragmática de todas as formulações pedagógicas já criadas tanto para a construção do militante como para a manutenção do próprio MST, entretanto nas palavras de Caldart ainda verifica-se que:

O MST tem uma pedagogia, tem uma práxis (prática e teoria combinadas) de como se educam as pessoas, de como se faz a formação humana. A Pedagogia do Movimento Sem Terra é o jeito através do qual o movimento vem, historicamente, formando o sujeito social de nome sem terra, e educando no dia-a-dia as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto. (pois) Sem terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história. (CALDART, 2003, p. 51).<sup>112</sup>

Portanto, a Pedagogia do Movimento é o total acumulado das pedagogias do MST, ela é baseada em parte pela teoria pedagógica soviética, em Paulo Freire e na experiência cotidiana do MST em ação; tem a função de proporcionar aos militantes, elementos mínimos racionais que colaborem para a formulação de respostas plausíveis às demandas que o MST se coloca em realizar. Segundo suas formulações a Pedagogia do Movimento fornece os elementos culturais próprios do/ao homem que vive do trabalho no campo, oferece a ele a possibilidade de recriar sua vivência baseada no socialismo. Como matriz filosófico-pedagógica ao lado da Pedagogia Socialista e a obra de Paulo Freire condicionam a formação militante de um sujeito diferente. Estas três matrizes da formação militante é vista pela ENFF como basilares na formação política, pois, assumem a incumbência de produzir uma nova mentalidade nos militantes. Tem como finalidade moldar politicamente o integrante comum para a luta de classes. Sendo assim, na ENFF, a exposição cautelosa e sistemática da Pedagogia do Movimento, (e também das outras matrizes) é tida como primordial na

---

<sup>112</sup> CALDART R. S. **Movimento Sem Terra: Lições da Pedagogia**. In: Currículo Sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 50-59, p. 51 Jan/Jun 2003, disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>> Acesso: 14/04/2009.

formação política do militante. Exatamente por causa da exigência maior de atender com conhecimentos pertinentes a formação política da base e de quadro de dirigentes. O conhecimento acumulado do MST é colocado em movimento dialético pelo próprio Setor de Formação, para questionar os princípios pedagógicos e filosóficos que orientam a formação política do militante. A ENFF consegue mediada pela Pedagogia do Movimento transmitir aos militantes, novos horizontes de visão de mundo, sobretudo, para os que se propõem a aprender cada vez mais. Para a melhor assimilação pelo militante, a Pedagogia do Movimento é didaticamente dividida: pedagogia da luta, da organização coletiva, da terra, do trabalho e da produção, da cultura, da escolha, da história e da alternância.

#### a) A Pedagogia da Luta Coletiva.

Caldart (2005, p. 113.)<sup>113</sup> incentiva a prática da luta diária do militante do MST em todas as suas dimensões. Entende que o que torna o MST um sujeito pedagógico de identidade própria, diferente, *melhor* é a Pedagogia da Luta Coletiva, a qual é inspirada na confrontação vivenciada pelo sujeito em enfrentamento real. Esta pedagogia constrói um novo homem ao entrar em ação, em sofrer suas mazelas e tentar resolvê-las.

Segundo Caldart, graças à luta diária coletiva o termo sem terra obteve uma diferenciação linguística. Nas palavras da autora: “um sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra”. (CALDART, 2001. p.125)<sup>114</sup>. Afirma que a terminologia semântica foi alterada de seu significado usual anterior pela própria ascensão do MST a líder da resistência camponesa aos ditames do Capital. Ela explica que o termo sem-terra(s) (minúsculo com hífen e variável em número) alude aos trabalhadores expropriados pelo latifúndio que não possuem terra para trabalhar, enquanto Sem Terra (sem hífen, maiúsculo e invariável) é uma evolução no *Status* daquele simples expropriado, é evidente que para Caldart, o novo significado é qualitativamente melhor, já que: (...) Sem terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história. (CALDART, 2003, p. 51).<sup>115</sup> E ainda:

[...] é um nome que revela a identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com a memória histórica, e uma cultura de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história de formação do sem-terra brasileiro, em um recorte político e cultural

<sup>113</sup> CALDART. Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento**. In ARROYO ; CALDART, Roseli. Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2005, p 87-132.p.113

<sup>114</sup> CALDART. Roseli Salete. **O MST e a formação dos Sem Terra. O Movimento social como princípio educativo**. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, g. (orgs). **A Cidadania negada**:. São Paulo: Cortez, 2001, p. 125-144.

<sup>115</sup> CALDART R. S. **Movimento Sem Terra: Lições da Pedagogia**. In: Revista eletrônica Currículo Sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 50-59, p. 51 2003, em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>> Acesso: 14/04/2009.

diferenciado [...] ser Sem Terra é também mais que lutar pela terra; ser Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST (CALDART, 2001, p. 130).

Esta evolução semântica conquistada pelo nome Sem Terra ocorreu justamente devido à exposição do MST a luta social coletiva diária, segundo a teórica do MST. Desta forma, a construção teórica da Pedagogia da Luta Coletiva elaborada por Caldart, tem o poder transformador, construtor e mantenedor da identidade camponesa essencial para a construção da classe camponesa independente. Devido os sujeitos em ação estarem sempre submetidos ao movimento dialético da História. Para Caldart (2001), a Pedagogia da Luta Coletiva refere-se à exposição do militante no conflito social, na ação direta e indireta da luta diária, por isso o militante que mais participa das ações mais se expõe aprende mais que o militante mais inerte que participa menos. Segundo Caldart, as atividades cotidianas do MST são os principais materiais didáticos: as ocupações, marchas, acampamentos, assentamentos, a obediência à organicidade, a resistência, as retiradas, até mesmo ficar parado, esperar pacientemente ou ansiosamente possui grande poder pedagógico prático-empírico no intelecto do militante. A Pedagogia da Luta Coletiva também facilita a tomada de decisões na adversidade e no cumprimento das diretivas determinadas na formação militante de base. Desta forma percebe-se o motivo pelo qual as táticas e estratégias dos militantes em ação são modificadas caso a caso, não existe um manual de luta, simplesmente, princípios elementares que devem ser vistos como fonte de inspiração e de direcionamento das ações, mas o objetivo é sempre o mesmo: aprender com a realidade da luta coletiva. Igualmente, o cabedal acumulado da experiência cotidiana do MST na luta coletiva também é apreendido pela Coordenação da MST/ENFF para a confecção de novas maneiras de instruir seus formandos, por meio da recriação da luta diária, os ensinamentos na formação do militante são modificados constantemente:

A luta [coletiva] social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de quem conquista algo com a luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor. Que em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão como ordem estabelecida, e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeiros e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade. (MST, 2005, p. 4) grifo meu<sup>116</sup>.

## **b) A Pedagogia da Organização Coletiva.**

<sup>116</sup> MST. **Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação nº 9.** In: Dossiê MST Escola. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 199-231. Grifo meu.

Esta proposição tem a ver com a realização das tarefas dos integrantes individuais em prol da coletividade, esta pedagogia torna o militante unitário um sujeito coletivo. Pretende inculcar nas mentalidades, o espírito solidário e cooperativo, este princípio permite que se combatam as vaidades do personalismo e aumenta os laços de pertencimento ao grupo, além de reforçar a representatividade social coletiva do MST.

Segundo Silva (2005) esta pedagogia tem como idéia central a cooperação, e acredita que ao repensar as relações sociais estabelecidas pela lógica do capital, pode-se construir um novo modo de produção, com também um novo modo de ser e estar no mundo. Neste sentido, “quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a co-responsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo.” (MST, p. 202-203).<sup>117</sup>

Vale à pena ressaltar que as características individuais ao contrário de serem renegadas ou despercebidas se sobressaem neste espaço social do coletivo, ou seja, se tornam bem mais visíveis. Sendo assim, o trabalhador da brigada permanente assume algumas tarefas da militância de base, inserindo-se de forma mais consciente na organicidade do MST. (SILVA, 2005, p.172)

### **c) A Pedagogia da Terra.**

Relaciona-se com o principal desejo do militante: o fim do latifúndio agroexportador como instrumento capitalista de dominação social, criador de desigualdades e de suas desgraças. A posse e defesa da terra devem ser vista como lugar de retirada do sustento, de fixação ao local de origem e a criação de raízes identitárias com a comunidade, e ao MST na terra, aí está a essência do movimento camponês e toda sua significância social. Esta pedagogia ensina que a terra precisa ser cuidada, não se pode explorá-la até o esgotamento, não deve ser mecanismo de opressão social, mas, deve ser conquistada racionalmente em prol da coletividade, pois, é por meio da natureza, numa relação harmônica que o homem pode vir a se desenvolver, sem esmagar sua fonte de vida e o que dela pode retirar e cultivar.

### **d) A Pedagogia do Trabalho e Produção.**

Está associada às anteriores, principalmente ao princípio do trabalho, mas como pedagogia acrescenta-se que é preciso extrair ensinamentos relevantes da relação exercida entre terra, produção e trabalho, contrapondo-se a concepção burguesa destas categorias, a percepção da ENFF entende que:

O educando produz conhecimento cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com

<sup>117</sup> MST. **Caderno de educação nº 9**, 2005. p. 202, 203.

as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas (MST, cad. de educação nº 9, 2005; p. 203).

Conforme já comentado em outras passagens desta dissertação, a ENFF dedica grande atenção às relações sociais mediadas pelo trabalho como fundamental para a desalienação e emancipação humana, desde que seja repudiada a noção de trabalho elaborada pela ciência burguesa. Esta preocupação, já exposta várias vezes nesta pesquisa, é visível nas esquematizações e documentações direcionadas ao Setor de Formação na construção de materiais didáticos, currículos e projetos políticos pedagógicos. A importância nas referências sistematizadas pela coordenação relativas a projetos formativos de militantes relacionados com a categoria trabalho e sua conexão com o setor escolar pode colaborar na formação militante, segundo o MST:

Pelo seu aspecto de produção e socialização de conhecimentos necessários, tanto aos sujeitos como a sociedade, conhecimento este parte das práticas concretas do educando; extraindo do mundo do trabalho temas geradores relevantes ao aprendizado; promovendo ou acompanhando experiências de trabalho; propiciando formas de trabalho e convívio coletivo, experienciando formas de cooperação; conjugando cooperação e democracia; é preciso que : Trabalho, Formação e Educação se atravessem e não seja apenas uma tarefa mecânica dentro da escola; ao realizar essa junção a escola poderá estar proporcionando uma nova forma de relações coletivas. (MST, 2005, p.93).<sup>118</sup>

#### **e) Pedagogia da Cultura.**

Promove a construção de uma maneira própria de entender a realidade, constrói uma nova visão de mundo, e conseqüentemente conduz a um projeto próprio de nação a ser divulgado e defendido em âmbito nacional. Neste caso o construto ideológico do MST direciona-se para a formulação de uma identidade camponesa a qual é extremamente problemática, as questões relevantes ao tema geram polêmicas há décadas, por exemplo, remete a existência ou não do campesinato no Brasil, até discussões conceituais intermináveis do que é ser urbano e/ou rural. Alheio às discussões, o MST através de todos os seus setores dissemina, fatos culturais que *determinam* a vida do homem que vive do trabalho no campo “ao modo de vida, produzido e cultivado pelo movimento, do jeito de ser e de viver dos sem terra do jeito de produzir e reproduzir a vida, a Mística dos símbolos, da religiosidade, da arte” (Caldart, 2005, p. 1021)<sup>119</sup>. As proposições axiomáticas do MST neste principio são basilares para gerar a identidade camponesa do Sem Terra, através de uma cultura própria, sua disseminação deve: fortalecer a representação social do MST, construir uma classe social camponesa, aumentar o sentimento de pertencimento. Neste sentido, é realizada pela direção a

<sup>118</sup> MST. *Boletim de educação nº 4, escola, trabalho e cooperação*. Boletim maio de 1994. In: *Dossiê MST Escola*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 89-103.

<sup>119</sup> CALDART, Roseli. Salette. *A Escola do Campo em Movimento*. In ARROYO, Miguel. Gonzalez; CALDART, Roseli. Salette e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Por uma Educação Básica do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2005, p 87-132.



elaboração antropológica e etnológica da Mística, em sua dimensão orgânico-formativo na formação do militante.

#### **F) A Pedagogia da História.**

De acordo com Caldart (2005) ela é vinculada a pedagogia da cultura e da mística, as três constituem a essência do aparato cultural para a construção da classe camponesa, sua pertinência envolve a construção da identidade do militante Sem Terra com ênfase à memória individual particular e coletiva. A história oral e local (micro-história) é valorizada na construção da identidade do militante. A dinâmica proporcionada na formação militante o faz perceber-se como um construtor de sua própria história, que sua realidade só pode ser feita e modificada por ele mesmo com atos coletivos e que só pode ser desenvolvido no processo de lutas de classes nas fileiras da militância do MST.

#### **G) A Pedagogia da Escolha.**

Refere-se à capacidade do militante de discernir qual a melhor decisão a ser tomada na luta diária. Todo o intelecto do militante é acionado na Pedagogia da Escolha. Saber exatamente o que fazer, principalmente em momentos adversos, reflete todo conhecimento acumulado do militante e capacidade resiliente de resignação. Utilizando-se do bom senso, às vezes indo contra a própria racionalidade e seus interesses próprios, é obrigado a todo tempo testar sua capacidade decisória. Sabe-se que o mundo não é como se quer, nunca a cartela de escolhas é adequada as nossas pretensões, somos limitados pelas contingências, as decisões devem ser escolhidas pela interpretação dos fatos, do concreto real. A subjetividade e objetividade está presente a todo tempo, na pedagogia da escolha, por isso a necessidade de inculcar no militante a premência de uma ética baseada na organicidade coletiva que funciona como a soma de todas as individualidades. Isto é, o meio termo que irá dissipar toda a discórdia. Para este problema a ENFF insiste que o indivíduo manifeste sua Escolha, principalmente associado ao princípio de gestão democrática e exponha a sua opinião e apresente suas razões ao grupo. Após a socialização da explanação individual proporciona-se uma crítica coletiva, desta forma uma escolha individual pode transforma-se em ato coletivo. Por fim, a Pedagogia da Escolha induz a todo tempo ao militante pensar sobre a sua própria opção pessoal em ser ou não ser participante do Movimento Sem Terra.

#### **h) A Pedagogia da Alternância.**

É uma adaptação curricular realizada nas escolas do MST para atender as exigências de permanência dos formandos em seus locais de origem de plantio, colheita, atenção as suas

famílias e ao mesmo tempo cumprir as cargas horárias mínimas exigidas pelos currículos oferecidos, visto que em escolas regulares a disponibilidade do formando deve ser quase total ao curso pretendido. O regime de alternância tem sua vantagem na manutenção de laços familiares, proporciona aproximação entre o Centro Formador e Local de Moradia e de Trabalho. Oportuniza que o formando avalie na prática algo que massificou em sua mente nas aulas teóricas. A partir do Encontro Nacional em Brasília de 2000, o sistema de alternância foi dinamizado para resolver problemas e dificuldades presenciais do militante nos cursos. Em regime de alternância, ou seja, instantes diferenciados, mas com os mesmos valores pedagógicos chamados pelos educadores do MST de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), são entendidos de maneira que um tempo favoreça o outro como tempos continuados do mesmo processo formativo. Esta metodologia refere-se diretamente ao princípio educativo do MST da teoria-prática-teoria, o sujeito ativo tem ligação tanto com a escola como também em seu local de moradia e trabalho. Esta interpretação do regime de alternância realizada pelo MST é uma resposta dos teóricos da formação militante ao problema de absenteísmo e evasão escolar comum nos cursos do MST.

A ENFF entende que a melhor construção do integrante nos moldes previstos para os interesses do MST é que a formação não se restrinja a escola e as metodologias formais e informais da sala de aula, mas que o militante também consiga estudar e trabalhar nos locais de moradia. A Pedagogia da Alternância determina em suas grades curriculares: O Tempo Escola e o Tempo Comunidade. Caldart (2005). O Tempo Escola envolve as aulas tradicionais formais e informais, os formandos estudam e organizam coletivamente a escola. O Tempo Comunidade é a oportunidade do formando voltar-se para a pesquisa empírica, ele vai verificar em sua localidade a pertinência dos estudos realizados no Tempo Escola em atos concretos do cotidiano local. Os dois tempos reunidos oportunizam a confirmação da prática e da teoria na construção militante, pois, condiciona ao militante a observar categoricamente a identificação e resolução das suas dificuldades mais prementes.

O TEMPO-ESCOLA São as atividades dinamizadas no local da escola são realizadas as tarefas em sala de aula, está vinculada a escolarização ou a formação de militantes. Divide-se em: “Tempo Leitura”, dedicado à leitura e estudos dirigidos individuais que devem ser socializados; o “Tempo Trabalho”, destinado para o desenvolvimento de habilidades técnicas, bem como atendimento às demandas da escola ou centro de formação no qual se realiza o curso; “tempo oficina e seminário”, voltado para o debate, à reflexão, palestras; “Tempo Reflexão e Escrita”, no qual os estudantes se dedicam ao registro e reflexão de suas

experiências no curso; “Tempo Cultura e Lazer”, para planejamento coletivo e realização de atividades culturais e esportivas; “Tempo Núcleo de Base”, destinado para a auto-organização dos estudantes e do processo organizativo do centro de formação, através de discussões e encaminhamentos gerais dos estudantes; “Tempo Notícia”, momento de informação e reflexão acerca das notícias veiculadas pelos meios de comunicação; “Tempo Estudo Independente”, desenvolve-se atividades ligadas a auto-organização pessoal e aos estudos individuais; “Tempo de Pesquisa e Investigação em Agroecologia”, contribui para desenvolver-se habilidades de pesquisa científica (MST, 2008, p.10-12)<sup>120</sup>

### 3.3 Os Princípios Organizativos

Os princípios organizativos do MST surgem em 1989, concomitante a sistematização das normas gerais do MST. Estes princípios foram codificados a partir das necessidades e premências da direção do movimento em tornar o movimento social mais profissional, estes princípios são tidos pelos intelectuais do MST como uma evolução que resultou da ação direta das instâncias que se desenvolveram na práxis organizativa. Por isso devem ser postos em prática permanente com a interação entre movimento social e organização de massas, interpretados diariamente quanto a sua funcionalidade no *movimento* da totalidade concreta.

“Os princípios organizativos são princípios sociológicos e políticos e constituem a metodologia específica de formação (humana e política) do MST, visto que quando praticados se consolidam como exemplo a ser seguido, interferindo nos diferentes processos de formação da consciência social e política dos militantes e dos trabalhadores acampados e assentados.”(SILVA, 2005, 146).

#### 1- O Princípio orgânico da Direção Coletiva.

É instituído para que a personificação individual dos seus representantes não venha a tomar força maior que as decisões coletivas. Para cumprir este objetivo são exigidas que a direção coletiva permaneça vinculada à base militante, somando-se a atribuição de coibir a criação de uma falsa descentralização. Neste sentido, o MST ensina que quanto maior for à participação nas diversas instâncias pelo individuo unitário, maior será o êxito no combate ao personalismo. A ENFF aconselha aos seus militantes que incentivem a participação de todos envolvidos, com o objetivo claro de descentralizar o processo decisório interno do MST. Bogo (1999) contrapõe-se a prática recorrente de

<sup>120</sup> MST, 2008, p.10-12. Setor de Educação. O MST e a escola. Brasília, DF: mimeo, 2008 a. p.1-17.

personificação de líderes, em sua opinião, não é interessante investir em lideranças carismáticas cooptáveis em potencial e que sofrem o desgaste psicológico, político e físico natural de todo ser humano. “entende-se por direção coletiva a participação de centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isso, é preciso que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente” (BOGO, 1999, p. 39).<sup>121</sup>

O princípio da Direção Coletiva configura uma nova relação de poder, onde se nega a constituição de uma representatividade burocratizada. Os setores, os coletivos e as próprias direções regionais e estaduais devem encarnar este princípio como forma de desenvolver a prática participativa, onde o poder de decisão não está centralizado em poucas pessoas, ao contrário, o poder de decisão é responsabilidade da maioria. (MST, 1989, p.17).<sup>122</sup>

Isto é observado no *fazer militante*, quando as decisões coletivas e demandas do movimento estão acima de qualquer posição individual. Nas ações formativas, o objetivo é que este nexos seja estabelecido e para isso se cria instrumentos e um conjunto de conhecimentos, supostamente, necessário à constituição de um ideal de sujeito, engajado, valorizado enquanto indivíduo e defensor do ideário transformador. Para os sujeitos, as várias estratégias de acesso ao conjunto de informações e bens culturais propiciadas pelo MST lhes garantem uma auto-realização. Ser militante significa estar sempre pronto atender aos chamados do Movimento. O coletivo do MST deve estar acima das suas atividades pessoais. (PAIVA, 2010, p.15).<sup>123</sup>

A partir da reflexão de Rosa Luxemburgo, oferecida por Vazquez, podemos fazer relação com um dito muito comum dentro do MST: *É melhor errar no coletivo do que acertar sozinho*. É claro que a práxis organizativa do MST possui contradições próprias da cultura política brasileira (SILVA, 2005, p.165)

## 2- O Princípio Orgânico da Divisão de Tarefas do Trabalho.

O trabalho numa organização sempre vai exigir a divisão de tarefas numa atividade produtiva, seja no cotidiano, seja como atividade complementar de um curso, que ao final do processo contribui para a formação da consciência social. (MST, 2006)<sup>124</sup>. Tem como objetivo o andamento da organicidade, incentiva a participação de todos na manutenção do espaço físico e na ação direta, tem a vantagem de conscientização do militante para a execução das tarefas que lhe foram atribuídas individual ou coletivamente. Além de ser o perfeito material didático do MST. Segundo Silva (2005) a complexidade do princípio da divisão de tarefas

<sup>121</sup> BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador, Memorial das Letras, 1999. p. 39

<sup>122</sup> MST. *Normas Gerais do MST*. SP: MST, 1989.

<sup>123</sup> PAIVA, Irene Alves de. *A dimensão do Fazer Militante no MST*. \_\_\_\_\_ *Os aprendizes da prática coletiva: assentados e militantes do MST*. São Paulo, 2003. Tese (dout) Faculdade de Educação. USP.

<sup>124</sup> MST. *Caminhos da educação básica de nível médio para a juventude das áreas de reforma agrária*. Luziânia, 2006.

posta na sua condição estratégica para o funcionamento das instâncias como um todo e que diz respeito às mudanças nos métodos do trabalho político-organizativo, aponta para a seguinte questão: é possível estimular a compreensão da unidade do trabalho material e intelectual no fazer do trabalho político-organizativo? Ela acredita que sim, apoiada em Bogo (1999) que por sua vez, afirma:

O princípio da *divisão de tarefas* tem como objetivo estimular a participação, de forma a integrar todos os membros das instâncias através de tarefas específicas. Este princípio é fundamental para a constituição da organicidade interna, visto que, além de ser um importante instrumento para a formação de militantes, estão vinculados de forma permanente aos demais princípios (BOGO, 1999, p.45)<sup>125</sup>.

Portanto, segundo a coordenação do movimento, o princípio organizativo de divisão de tarefas consolida o princípio da direção coletiva, entende-se que é a própria divisão do que fazer e como fazer na divisão de tarefas que o poder e as responsabilidades podem impedir a disseminação do personalismo e da centralização das decisões. A autora afirma que somente com o desenvolvimento de uma práxis diária o militante pode aprimorar seus conhecimentos e habilidades, assim como desenvolver suas potencialidades, e solidificar a própria organização com os resultados concretos do seu trabalho político-organizativo.

Somente com a distribuição das tarefas é que o militante poderá se formar, se preparando continuamente para realizar as ações, como também para avaliá-las e ser avaliado coletivamente. Este é um rico processo de aprendizagem, permeado de acertos e erros que impulsionam o tempo toda a reflexão sobre a prática mais uma vez ressaltando a dimensão humana deste processo de formação, a divisão de tarefas contribui para o desenvolvimento do respeito e da confiança entre os militantes. (PIZZETA, 2007, p.62).<sup>126</sup>

O princípio orgânico da divisão de tarefas ao associar-se ao princípio educativo do trabalho, tem a capacidade de dimensionar favoravelmente na construção do militante por existir uma esfera coletiva e individual da realização dos trabalhos. Observa-se também que, simultaneamente à divisão de tarefas, permite também o desenvolvimento da individualidade do militante ao assumir a responsabilidade pela execução daquilo que lhe foi proposto e aceito por ele voluntariamente. Para este caso, existe neste princípio, a exigência de observação permanente das tarefas realizadas no qual consiste em uma supervisão de todos para identificar as capacidades e dificuldades que uma tarefa pode trazer para o militante, neste sentido, com a finalidade de apreender qual membro é o mais adequado para realizar determinado trabalho. Eficácia e eficiência são observadas neste momento, sobretudo é avaliada a maneira pela qual o membro chegou a seus resultados, se são satisfatórios ou não.

<sup>125</sup> BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

<sup>126</sup> PIZZETA, Ana Maria Justo. *Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório*. In Libertas. Fev.2007.p.62. Disponível em: <www.revistalibertas.ufjf.br/edicao\_especial Acesso mar. 2009.

Ou seja, não se trata apenas de verificar resultados, consiste em aprender com todas as atividades propostas na totalidade. A avaliação assume também um caráter de acompanhamento do militante, conhecer suas habilidades, e identificar as atividades que correspondem mais diretamente ao seu perfil. O espírito de sacrifício, na realização das tarefas, é sempre lembrado nas assembléias “as lideranças, os formadores são referências numa organização e devem ser os primeiros a dar o exemplo do espírito de sacrifício, devem tomar a iniciativa de realizar as piores e mais difíceis tarefas, as que exigem maior dedicação e serem os últimos a se beneficiar das mais fáceis”.

A tarefa dentro da organização assume uma dimensão individual e coletiva. Coletiva porque compõe um conjunto de atividades de responsabilidade de um setor, coletivo ou instância que está articulado a outras instâncias da organização. Individual porque o militante que recebeu a tarefa terá que apresentar um resultado concreto. Diferente do que ocorre com a divisão do trabalho no regime de assalariamento, onde o tempo do trabalho se define por um número determinado de horas, na *divisão de tarefas*, o que vale é o resultado obtido independente do tempo utilizado. É claro que existem prazos para a avaliação das facilidades e dificuldades encontradas na realização ou não da tarefa. (Pizetta 2000, p.59).<sup>127</sup>

### 3- O Princípio orgânico do Profissionalismo.

Refere-se à busca da perfeição nas tarefas realizadas. Há o esforço para que tudo seja realizado de maneira não amadora<sup>128</sup>. Os militantes mais adequados a certas tarefas são lembrados pelos membros da organização os quais sempre ressaltam a necessidade de se aceitar as responsabilidades nas atividades de maneira profissional. Para a defesa da própria organicidade a que estão sujeitos. O princípio do profissionalismo também colabora para a diminuição do espontaneísmo, além de reforçar a dinâmica da organicidade. Este princípio remete à concepção de Lênin do profissional da ação revolucionária que “deve desaparecer por completo toda a distinção entre operários e intelectuais, e ainda com maiores razões entre as diversas profissões de uns e de outros”. (Lênin, 1978, p.87 apud Silva, 2005,p.142).

Lênin (1978, p.85-86) já apontava em 1902 a necessidade do movimento de massa [apresentar] não apenas reivindicações concretas, mas (...) um número cada vez maior de revolucionários profissionais. (...) a massa, que desperta espontaneamente para a ação fará surgir igualmente do seu seio um número cada vez maior de revolucionários de profissão. (SILVA, 2005, p.142)<sup>129</sup>

O princípio do profissionalismo exige que as tarefas devam ser assumidas com a responsabilidade de um profissional. O militante deve-se tornar um especialista, um profissional, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas. Existe também uma intencionalidade de formar o

<sup>127</sup> PIZZETA, Adelar. **A delegação de tarefas e poderes e formar militantes. Caderno de Formação nº 35.** SP: 2000.

<sup>128</sup> Existe um provérbio popular que diz: “Antes um bom amador do que um péssimo profissional”. Profissionalismo não significa que é um trabalho melhor que o amador. O que conta é a seriedade na execução e os resultados eficientes e eficazes.

<sup>129</sup> Repeti a nota tem a ver com o controle a espontaneidade e o espírito do profissionalismo revolucionário.

militante polivalente, ou seja, o militante capaz de atuar em qualquer setor de atividades do MST, conhecendo assim o todo da organização, sem cair na prática do setorismo. (MST, 1989, p.17-18).<sup>130</sup>

#### **4- O Princípio orgânico do Planejamento.**

Prescreve que as atividades devam ser raciocinadas, calculadas em pormenores, nada se faz sem pensar em sequelas, boas ou más. A interpretação da conjuntura pelo militante é essencial no que diz respeito a fontes de abastecimento, subsistência, apoio jurídico etc. Para que haja êxito nas ações deve-se atentar para a divisão de tarefas com planejamento e profissionalismo. Estes são os elementos que podem levar uma ação ao sucesso e ao fracasso. Para Bogo o princípio do planejamento é a base para a eliminação das ações espontâneas, consolida os métodos de trabalho, qualifica a intervenção na realidade e fortalece a estrutura orgânica do MST. (BOGO, 2000, p.38)<sup>131</sup>

As instâncias devem fundamentar seus métodos de trabalho no planejamento, de forma a criar condições concretas para a realização da ação prevista. O planejamento permite que o militante desenvolva coletivamente uma análise da realidade ou do problema a ser superado, participando da definição do caráter e dos objetivos da ação, processos de divisão de tarefas e de avaliação. (BOGO, 1999, p.43-45).

#### **5- O Princípio Orgânico do Estudo Permanente.**

É estimulado pela ENFF ao militante, eles entendem acertadamente que somente com o estudo ininterrupto na prática diária do militante, é possível que o militante incuta em seu intelecto os princípios orgânicos do MST, a ENFF sugere aos integrantes que sempre realizem a prática-teoria-prática, visa a produção acadêmica e a socialização do conhecimento adquirido no sentido de enrijecer sua organicidade.

O princípio do *estudo* é estimulado em todas as esferas da organização: base, militância e direção. A herança de uma escolarização negada marca a pouca relação do militante com o estudo. O princípio do estudo é desenvolvido nas reuniões dos setores e das instâncias, nas mobilizações massivas e principalmente nos cursos de formação. O militante deve acumular conhecimento para discernir os problemas atuais da realidade social brasileira, por isso deve desenvolver o hábito da leitura, recebendo sempre indicações de livros com orientações de perguntas de modo a forçar o exercício da reflexão teórica. (SILVA, 2005, p.147.)

O MST/ENFF estimula em seu militante a percepção de que todo militante, todo dirigente deva ser um formador pela experiência (estudo) “cada um, por mais humilde que seja, por menores atividades que desempenha, forma uma experiência de vida, que ensina”. “não basta ter prática, ter experiência é preciso ter conhecimentos científicos. Ter acesso à

<sup>130</sup> MST. *Normas Gerais do MST*. SP: 1989.

<sup>131</sup> Bogo A. *Método de planejamento*. In: *Método de organização. Caderno de Formação nº35*. SP: MST, 2000.

teoria, à ciência”. A questão do estudo é primordial para o reconhecimento dos dirigentes, é uma qualidade que marca a atuação política e organizativa.<sup>132</sup> O dirigente e militante precisa ser também autodidata. (PAIVA, 2010, p. 17)<sup>133</sup>.

O entendimento é que estudar é uma das necessidades dos militantes da base para compreender a realidade social na sua totalidade concreta e as mediações que influenciam e determinam as relações sociais na produção do campo, para que esses integrantes se coloquem na condição de sujeitos históricos eficientes na construção de um projeto popular de campo. O hábito de estudar é um dos princípios políticos organizativos do MST, e tem sido assumido como uma das dimensões da formação humana do MST, na perspectiva de elevar o processo de conscientização do homem do campo. (LIMA, 2011, p. 59)

Existe no MST uma máxima que incentiva o estudo ininterrupto, entretanto, é bastante perigosa, pois, se mal compreendida pode induzir a preconceitos burgueses e a juízos de valores que contradigam o espírito do princípio, os quais o próprio MST trata de combater, por exemplo, a meritocracia das diplomações: *dirigente que não estuda não deve estar na direção do MST*. (MST, 1989, 2001).<sup>134</sup>

#### **6- O Princípio Orgânico da Disciplina.**

É o mais problemático. Em qualquer movimento, entidade ou organização que pretende manter-se em ação é preciso que haja respeito e obediência ao que for decidido de forma consciente, mesmo contra vontade pessoal, mas que foi decidido pela maioria. A ENFF dissemina nos seus cursos esta norma política para a base, compreende que só é possível êxito em suas ações se agir coletivamente e ainda mais se esta for à soma das individualidades de cada um. A disciplina baseia-se no respeito às decisões do coletivo, quanto aos horários, às tarefas e quanto aos valores e aos objetivos políticos da organização. (MST, 1989, p.10). (Lima, 2011) acrescenta que “aprender pela disciplina compreende dois aspectos. o primeiro compreende a disciplina individual de querer aprender sempre e de ter uma metodologia que organize para o aprendizado, seja nos cursos, nos seminários, nas atividades da organização ou nos hábitos cotidianos. e o segundo é o respeito às deliberações coletivas da organização”.

A compreensão da noção de disciplina no MST tem um aspecto semântico ampliado à noção de comportamento dado pela tradição. No MST a disciplina envolve valores éticos e morais, os formadores do MST/ENFF conscientizam o indivíduo que o movimento só pode subsistir se os princípios da organização forem postos em evidência, trata-se da própria sobrevivência do MST na luta social. Então, a significação de disciplina deve ser internalizada no militante do MST a qual é respaldada pelo respeito mútuo e na responsabilidade pessoal do

132 LIMA, Aparecida do Carmo. **Práticas educativas em Agroecologia no MST/PR**. Maringá 2011.

133 PAIVA, Irene Alves de. **A dimensão do Fazer Militante no MST**. UFSC – Florianópolis – SC. 2011.

134 . MST. **Normas Gerais do MST**. SP: MST, 1989.



integrante, não como cega submissão aos ditames centralizadores. Portanto, a disciplina é exteriorizada como um dever consciente a ser cumprido para o bem do próprio militante:

Manter a disciplina interna significa garantir a realização dos objetivos políticos da organização, não se restringindo, portanto apenas à dimensão cotidiana (horários, comportamentos, etc). Significa também garantir a prática dos valores que fundamentam a construção de uma ética da organização (solidariedade, companheirismo, respeito, amor, etc). Somente a disciplina praticada pelos militantes e dirigentes pode garantir a unidade da organização, visto que garante a segurança das ações, a defesa do patrimônio físico e humano da organização e o próprio enfrentamento na luta de classes. (MST, 1989, p.220-223).<sup>135</sup>

Para resolver o problema da relação entre disciplina e liberdade Silva (2005) propõe: Um método de trabalho que represente a efetiva contribuição para o alcance dos objetivos pessoais de transformação da sociedade; (...) resultado da adesão voluntária e consciente do militante, que busca na sua prática o alcance de seus ideais revolucionários. Apoiar-se em Gramsci (1999): (...) *Adherir se a un movimiento quiere decir asumir parte de la responsabilidad de los(...) acontecimientos mismos. Un joven que se inscribe en el movimiento socialista realiza un acto de independencia y liberación. Disciplinar se es hacer se independiente y libre (...).*(Gramsci. p.201) (Gramsci, 1999, p.23 citado por Silva 2005).

Lima (2011) verificou que a prática do exemplo disciplinador tem a capacidade didática de reforçar a disciplina “o exemplo prático, da vida, forma mais quem dá o exemplo.” “As lideranças são referências na organização, precisam sempre dar bom exemplo e o exemplo forma a quem se procura dar exemplo, pois o disciplina para os objetivos maiores da organização a que pertence”.

## **7- O Princípio Orgânico da Vinculação com a Base.**

A ENFF exige que se deva atentar constantemente para o princípio da vinculação com a base. Este fundamento proporciona ao movimento a possibilidade de ver suas demandas decididas pelo coletivo e sejam respeitadas conscientemente pelo militante, bem como a execução dos trabalhos determinados. Desta forma este princípio está vinculado ao contato diário que deve haver entre núcleos base, suas respectivas famílias e os dirigentes dos acampamentos e assentamentos. Este princípio proporciona que os dirigentes estejam cientes das reais demandas dos militantes, assim como as reais possibilidades de supressão de problemas a serem resolvidos com os meios escassos existentes.

O princípio da vinculação com as massas garante a vitalidade da força histórica do MST. Os militantes no convívio direto com as famílias acampadas e assentadas devem apreender suas aspirações e seus anseios. A partir de sua experiência

<sup>135</sup> MST. **Normas Gerais do MST**. (Aprovadas no 10º Encontro Nacional). Belo Horizonte, 2001 a. p. 1-9.

cotidiana deve encaminhar propostas que condizem com as linhas políticas da organização e com a necessidade dos trabalhadores sem-terra. Tal princípio permite o desenvolvimento de instâncias mais orgânicas à base social, como também o desenvolvimento de fato de uma democracia interna, de uma democracia de massas. (MST, 1989, p.10).<sup>136</sup>

A vinculação com a base tem como pressuposto a convivência, a partilha dos mesmos problemas, sucessos e fracassos “não basta ser líder, ser referência; é necessário compartilhar com os demais companheiros todos os momentos, em especial, os de maior dificuldade e também os de celebração para em conjunto, aprender a ensinar. a convivência cotidiana entre os vários membros de uma organização social são momentos importantíssimos como processos de formação coletiva”. (MST, 2001, p. 9.).<sup>137</sup>

8- O Princípio orgânico da Crítica e Autocrítica - Relaciona-se com todos os outros princípios do MST, mas, talvez o princípio da avaliação das atitudes individuais e coletivas do MST esteja mais adequado a colaborar com o de crítica e autocrítica das ações as quais tem como premissa básica o movimento dialético, ou seja, nunca uma situação é igual à outra, sempre haverá diferenças e semelhanças a serem estudadas, quanto à avaliação constante das práticas do movimento. A ENFF institui este princípio para que o MST esteja sempre sendo repensado de acordo com as exigências que as conjunturas adversas determinam para o funcionamento de suas atividades sociais.

O princípio da crítica e autocrítica é um elemento fundamental para a avaliação das instâncias da organização como um todo e do indivíduo em particular. Este princípio tem o objetivo de fortalecer o trabalho político-organizativo, de forma a corrigir os erros e encaminhar soluções. Neste processo a organização cresce politicamente, tendo em vista a necessidade de uma maturidade do coletivo e do indivíduo para fazer e aceitar a crítica de modo a reformular a própria prática organizativa. (MST, 2001, p.121).

Este princípio condiciona ao militante e dirigente um momento de reflexão e pensamento, não como um mecanismo de disputas pessoais, egoístas e vaidosas, mas como instrumento para o aprimoramento das ações e dos próprios agentes. “a prática do exercício da crítica, em relação ao desempenho dos companheiros, dos colegas, e da autocrítica em relação ao seu próprio desempenho, é um instrumento fundamentado de avaliação que nos permite refletir sobre a nossa prática. sobre a base dessa reflexão, compreender os erros, os acertos, corrigir nossa prática, melhorar, crescer política e socialmente”. (MST, 2001, p.121). A partir do momento em que se compreende que uma ação nunca é igual à outra, não se pode ter um almanaque de ação, o militante experiente deve avaliar constantemente todas as suas atitudes o que requer profundo entendimento do material humano físico logístico que assentamento ou

<sup>136</sup> MST. **Normas Gerais do MST**. SP: MST, 1989.

<sup>137</sup> MST. **Normas Gerais do MST**. 10º (Documento final do Encontro Nacional). Belo Horizonte, 2001. p. 1-9.

acampamento possui além da avaliação crítica e autocrítica permanente dos resultados e a permanente reelaboração das táticas tendo em vista o aprimoramento do militante:

“As ações concretas do ato de agir, de intervir, de transformar que se desenvolvem para cumprir a tarefa e o resultado obtido pela execução das ações. Por isso, a avaliação é importante e necessária para medir o resultado das ações e, reordená-las se necessário for.” (Silva, 2005,146).

## 9- O princípio orgânico da Mística.

Ademar Bogo (1999), intelectual orgânico do MST, estudioso da Mística, defende que este elemento orgânico é importante para a construção do militante em formação e que está sempre presente dentro do contexto da formação política oferecida pelo MST. Bogo (2005: p. 38)<sup>138</sup>. Indica em seus textos a necessidade premente de se compreender a cultura camponesa sem estereótipos e preconceitos urbano-burgueses. Visto que, o campesinato tem hábitos, valores éticos e morais diferenciados dos impostos pela cultura urbano-burguesa, que devem ser codificados mediante princípios e valores dos próprios camponeses pela Mística, ele assim define o fenômeno: A Mística é “mais que uma palavra ou um conceito. é uma condição de vida que se estrutura através das relações entre as pessoas e as coisas do mundo material. entre idéia e utopia no mundo ideal” (...) “não é somente a pauta de reivindicações que é levada à luta, mas também as preocupações, sentimentos, dores, alegrias, sonhos e esperanças” e que tanto os elementos quanto os meios desenvolvidos para dar continuidade à luta fazem parte da cultura do povo. (BOGO, 1999, p. 38).<sup>139</sup>

Medeiros (2002) constatou que a Mística é tida como um instrumento pedagógico capaz de proporcionar aprendizagem da formação política aos militantes, por meio da celebração coletiva, em que se relembram fatos históricos ligados às lutas dos Sem Terra e ao cotidiano. É um momento em que se estimulam, reafirmam e difundem os valores e as utopias defendidos pelo MST. A mística é vista como uma forma de diálogo entre os homens e mulheres do MST e a realidade que os circunda, permitindo-lhes a reflexão sobre o mundo.<sup>140</sup>

Stédile e Fernandes (1999), no mesmo espírito, entendem que a Mística não pode ser descartada da formação militante, pelo contrário, deve ser cultivada, como parte fundamental da formação e manutenção do MST. Visto que o sentimento de agregação e de pertença é elevado sobremaneira. A renovação das forças espirituais proporcionada pela Mística favorece que o militante não abaixe seu moral, desista da luta e abandone o MST. As

<sup>138</sup> BOGO, Ademar, A Mística, Razão da Persistência. IN: A Luta pela Reforma Agrária... São Paulo: MST, 2005.

<sup>139</sup> BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999. \_\_\_\_\_ **A Educação Escolar e a Formação Política**. In Desafios da Formação, Setor de Formação, 2003. p. 17-38.

<sup>140</sup> RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **Trabalhos que analisaram a formação de quadros do MST**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.5, n.1, Dez 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso 2011.

solenidades da Mística devem ser realizadas em todos os Encontros desde a base até a cúpula. Os objetivos do MST, segundo seus teóricos, só serão realizados se a Mística for praticada diariamente por todo Movimento. Assim, o fenômeno religioso herdado da teologia da libertação designado como Mística, adquire novas conotações e denotações. Tornou-se o componente primordial no cotidiano da ENFF para a construção política da identidade do militante, tanto nas marchas, ocupações, encontros e na rotina curricular dos cursos desenvolvidos pela ENFF.

A Mística se realiza no MST como um princípio orgânico de fundamental importância para a unidade da organização e do conjunto das ações desenvolvidas pelo MST (1998)<sup>141</sup>. Sua origem vem da Igreja Católica e da exigência da utilização de uma simbologia para o trabalho social com o povo: a cultura “a cultura é a raiz do povo. é conhecimento acumulado não sistematizado de um povo. por isso, deve-se compreender as manifestações culturais que estão no dia-a-dia do povo, em seus hábitos, costumes, tradições. e, através dele, apreender e depois superá-los”. (MST, 2006). Segundo MST (2006) a mística deve ser compreendida dentro de um projeto revolucionário, sendo atitudes e manifestações vinculadas a um projeto de transformação social, política e econômica. Assim, a mística faz parte de todas as relações humanas inseridas dentro do projeto político da organização. Sem ser racional alcança o campo da sensibilidade, da consciência de um dever por parte do indivíduo, que por escolha própria estabelece uma relação de transformação do seu próprio eu com o meio em que vive, determinando assim sua função dentro do projeto revolucionário. Em síntese pode-se afirmar que (...) a mística em sua essência não é teórica, se compõe de atitudes e manifestações simbólicas onde existir homens, existirá a mística. (BOGO, mimeo, 1997, p. 7).<sup>142</sup>

Compreende-se após o exposto que os princípios orgânicos, são mediações que compõem à totalidade diretiva consciente do MST, são implantados para a ação direta do Militante. Suas peculiaridades só podem ser avaliadas se for sob a perspectiva de sua complexidade coletiva e individual, pois cada princípio está interligado a todos os outros concomitantemente. Apresenta em seu teor o amadurecimento das organizações sociais que lutam contra o Capital, tendo com fundamento os erros e acertos do socialismo, desde seu aparecimento como doutrina filosófica e científica. A adequação Dialética do Movimento apoiado em seus princípios, diante da realidade concreta é a sua principal vantagem, no sentido de não estar presa a dogmas monolíticos. Por outro lado, apesar de ser justamente a vantagem da flexibilidade ponto forte para a ascensão do movimento. Pode ser que esta

---

<sup>141</sup> MST. **Mística, uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. Caderno de Formação nº27. SP: MST, 1998.

<sup>142</sup> Bogo A. **A organicidade necessária**. Mimeo, 1997.

mesma *vantagem* venha a ser prejudicial. Pois, a *flexibilidade* de ações e pensamentos da Pedagogia do Movimento e o seu Ecletismo peculiar, permitirem certos pragmatismos na ação direta. Aí reside o perigo de se sem perceber aderir a táticas e estratégias novas ainda pouco praticadas e estudadas que são hostis ao materialismo histórico e ao próprio MST. Pode ocorrer até mesmo à própria degenerescência do Movimento, devido às teorias sociais pós-modernas fragmentárias também se apoiarem-se no ecletismo pragmático da ciência burguesa.

## **4 - A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES**

### **4.1 Primórdios da Formação Política Militante**

Segundo a documentação estudada pode-se verificar várias influências extraídas das organizações que antecederam o MST como movimento oficial e autônomo em 1984. No que se refere à formação política dos trabalhadores rurais é consenso que o sindicalismo rural o PCB e o catolicismo da teologia da libertação tentavam organizar as vítimas afetadas pela questão agrária. As CEBs – Comunidades Eclesiais de Base - e a CPT – Comissão Pastoral da Terra - foi à principal articuladora de formas de luta visava unificar a luta sob sua órbita, para isso promoveu vários congressos, reuniões e encontros, na tentativa de consolidar uma frente organizada de luta contra o latifúndio. Sabe-se que esta liderança dos trabalhadores rurais era disputada por vários setores da sociedade: governos, estado, igreja, sindicatos, partidos políticos, todos queriam ser o porta-voz oficial dos trabalhadores para isso realizavam intensas atividades no campo, no sentido de arregimentar as famílias para o seu universo ideológico. Todas as frações de classe utilizavam-se dos precários acampamentos de famílias para discutir as estratégias necessárias para a solução de seus problemas mais imediatos. Estes grupos, partidos e frações de classe que atuavam no campo promoviam debates acalorados sobre a situação do campo no Brasil. Apesar das grandes e intermináveis celeumas daquele momento, é notório que de maneira positiva ou negativa, no ponto de vista da ascensão dos trabalhadores havia uma evolução na consciência política individual e coletiva daqueles que estavam envolvidos no processo de luta pela reforma agrária.

O *novo MST* atuante desde 1979 decide adquirir sua autonomia política diante de seus aliados nos anos 80. Com sua independência a direção do movimento realiza os debates para favorecer a criação de novos quadros de dirigentes e militantes primordiais para sua existência. Nesta época, o MST determinou internamente, a ocupação de terras como principal tática de ação, o seu principal desafio, nesta fase de autoafirmação, foi incutir no seu militante a coragem para ocupar, pois, o medo era recorrente na base, devido à repressão ditatorial e a criminalização dos movimentos sociais dos anos 90.

Inicialmente, os teóricos do Setor de Formação utilizavam como material didático o Estatuto da Terra e textos bíblicos os quais visavam à agitação e propaganda. (Pizetta).<sup>143</sup> Com o aumento de suas *responsabilidades* sociais o MST exigia a formação continuada de militantes, neste propósito, o MST em 1987, ofereceu a juventude militante cursos de monitores/formadores de dois anos de duração. Mas somente em 1988 a direção do MST oficializa o Setor de Formação Nacional. Pizetta (2005) informa que este período foi extremamente difícil para o Setor de Formação, devido às derrotas políticas da *esquerda* com eleição de Collor e a consolidação do neoliberalismo com FHC. Mas, a despeito de todos os pontos desfavoráveis da conjuntura, o MST incrementou a formação militante sistemática nos assentamentos e acampamentos, também atentou para a concretização de uma nova estruturação organizativa, sobretudo, direcionou os esforços para que se aumentasse a produção nos assentamentos como tática de luta econômica, visava o aumento da produção e da conscientização da organicidade do movimento foram criados os Laboratórios Organizacionais do Campo,

“O Laboratório é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada.” Seu principal objetivo consiste em: “formar quadros organizadores de empresas e, ao mesmo tempo, formar ‘laboratoristas’, ou seja, técnicos na montagem e desenvolvimento de laboratórios experimentais.” (MST, 2004, p. 43-44).<sup>144</sup>

O MST compreendeu que em face de um período tão adverso seria pertinente o investimento no seu material humano, neste sentido, dimensionou todas suas energias para a sistematização da formação militante *omnilateral*, visto que, neste período de política agrária neoliberal, a tática da ocupação foi coibida criminalmente e atrasava as regularizações. A ocupação é substituída pelas marchas pela Direção Geral em busca de alguma visibilidade, mesmo precária, da mídia para a questão agrária.

---

143 PIZETTA, Adelar. **O Imperialismo e o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2005. <Disponível em: < <http://www.sedes.org.br/Centros/Cepis/O%20imperialismo> > Acesso em fev. 11 de fev. 2009.

<sup>144</sup> MST. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 11**, 2004, p. 43-44.

Fernandes (2008)<sup>145</sup> aponta para um decréscimo da territorialidade do MST naquele contexto, porém, observa que foi dinamizada de forma mais intensa a formação dos seus militantes. O MST utilizou-se do sistema oficial de ensino a partir de diversos cursos formais e informais de formação política de militantes em universidades.

O principal curso de formação política de militantes da época denominado de “Realidade Brasileira” foi oferecido em convênio da ENFF com universidades do Brasil. Além de aprofundar o debate sobre a realidade brasileira buscava-se abordar “os diversos aspectos da realidade brasileira, com base em autores clássicos, numa perspectiva histórica e contemporânea, analisando-a a partir dos grandes pensadores brasileiros, permitindo, assim, refletir sobre o destino e os rumos do país.” (BEZERRA; PIZETTA, 2006, p. 9).<sup>146</sup>

A constatação da coordenação da ENFF quanto à viabilidade desta sistematização da formação militante associada ao ensino médio e superior formal consolidou-se a exigência premente de agilizar os esforços para a construção da ENFF em Guararema-SP.

## 4.2 O Setor de Formação Política de Militantes da ENFF

### A história da Formação

João Pedro Stédile, intelectual orgânico do MST, integrante da direção nacional do MST e um de seus fundadores, busca a transformação social aliada ao estudo crítico da realidade com uma atuação emancipadora realizada pelos próprios sujeitos envolvidos no conflito de classes, o dirigente ressalta o fato de que a luta de classes exige uma tomada de posição da sociedade a respeito, já que, por sua contundência, obriga todos os setores a se manifestarem a favor ou contra uma determinada situação. Além disso, em sua opinião, a forma mais coerente e eficaz de aglutinar organizadamente os pobres do campo para que alcancem sua autonomia é organizarem-se coletivamente ao invés de isoladamente pedirem aos seus algozes alguma benesse, além de humilhante para os pedintes é extremamente conveniente aos detentores do poder. Em suma, Stédile propõe métodos de ação para que os subalternos exijam seus direitos de cidadãos.<sup>147</sup> No entanto, em seu modo de ver, a formação de militantes não estava no seu melhor momento. Na avaliação de Stédile (2004), aquele era um período histórico de refluxo do movimento de massas. “O povo se movimenta por ciclos.

<sup>145</sup>FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL73 Año IX Nº 24 - 2008.

<sup>146</sup> BEZERRA, Cristina Simões, RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi, PIZETTA, Adelar João. **A Parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e produção de conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos**. In: Revista Eletrônica Libertas Fev. 2007 p.1-22. Disponível em: <[www.revistalibertas.ufjf.br/edicao\\_especial](http://www.revistalibertas.ufjf.br/edicao_especial)> Acesso em 08/03/2009

<sup>147</sup> STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória...** p. 113-114.

Temos ciclos de Ascenso, e ciclos de Refluxo” afirma categórico. Promovendo uma análise histórica, destaca que os movimentos sociais viveram um grande período de Ascenso entre 1979 e 1989, e, desde então, permaneceram em refluxo.

Declara que “Ninguém mais faz trabalho de base, ninguém mais faz formação de militantes” As autocríticas dos envolvidos nas primeiras experiências da ENFF foram verificadas em diversas pesquisas, discrepâncias entre a teoria e a prática nos assentamentos e acampamentos diretamente vinculados ao que é ensinado na ENFF e a realidade dos militantes: Nos movimentos sociais da cidade, há muito mais desafios [...] até pela derrota histórica que sofreu o movimento operário, pela falta de perspectiva diante de tanto desemprego, e a necessidade de descobrir algum tipo de movimento social, que consiga organizar os jovens, pobres das periferias. (STÉDILLE, 2004, s/p.).

Apesar do momento adverso Gilmar Mauro ressalta:

A formação política é o componente fundamental para a militância. Não só para agregar novos simpatizantes, mas para qualificar a luta daqueles integrantes do movimento que já estão em suas organizações. Ela é imprescindível para que a gente não caia em uma leitura particularista da realidade que nos leve a acreditar que “tudo é saúde”, que “tudo é meio-ambiente” ou, até mesmo, que “tudo é educação”. Este tipo de visão nos leva a um reducionismo que não nos deixa compreender a totalidade social, e, portanto, a complexidade social que exige que os homens conduzam uma luta cada vez mais integrada, unificada e internacional para resgatar se o caráter da revolução. (GILMAR MAURO, 2007, p.8).

Verifica-se nesta exposição que a pouca renovação dos quadros, tão falada nos espaços de formação para os movimentos sociais, também é uma questão que preocupava as lideranças do MST e instiga a criar estratégias cada vez mais eficazes na mobilização e na formação. Gilmar Mauro (2007) afirma em sua defesa ao setor de formação que: “da mesma forma, dentro da urgência da organização, a pressão do Movimento não terá eficácia se todas as instâncias do *poder e saber* não se agregarem para a construção do sujeito político” (Gilmar Mauro, 2007). Com o desenrolar da luta pela reforma agrária e a própria expansão/ascensão do MST como principal movimento social, foi verificado que estas reuniões adquiriram uma formalidade cerimonial e ritualística, isto se deve à importância para as lideranças do MST dedicam a este momento de reflexão e entendimento, de crítica e autocrítica entre todos envolvidos nas ações do movimento. Com isso os teóricos do MST perceberam que era preciso a criação de um setor específico para tratar da formação dos militantes da base social. Então, os procedimentos de arregimentação foram sistematizados com a criação do Setor de Formação Política, o qual veio a se tornar basilar para os outros setores do MST no que tange a formação de quadros e militantes.



Já nos primeiros acampamentos, os trabalhadores se reuniam para discutir seus problemas e buscar soluções, e nessas assembléias, normalmente, as “lideranças” religiosas, políticas e sindicais discutiam as questões relativas à reforma agrária no Brasil com os trabalhadores e comparavam com outras formas de lutas por terra, por liberdade e igualdade efetivadas em contextos nacional e internacional. Essas discussões foram aos poucos adquirindo um caráter mais “formal”, passando a ser estruturadas em cursos de formação política. Desse modo, surgiu o Setor de Formação, dedicado a organizar a formação política de seus militantes e simpatizantes (PIZETTA, 2004: p. 01).

Pizetta define a formação política do militante do MST como: “uma atividade pedagógica e educacional, os quais visam uma identidade camponesa e a construção de um novo homem nos princípios do coletivismo, através de novas relações sociais baseadas no socialismo em detrimento das relações sociais capitalistas.” (PIZETTA, 2004: p. 01)<sup>148</sup>. Lembra que a formação política é realizada com seriedade, visa defender os quadros de erros táticos e teóricos na ação direta cotidiana do MST, tanto quanto lembrar aos integrantes a hierarquia do movimento, a organicidade deve proteger a base social do movimento de crises de cooptação, abandono e absenteísmo de seus integrantes. Todas estas precauções são realizadas sistematicamente apoiadas pelas técnicas pedagógicas nos cursos de formação política para militantes de base.

O Setor de Formação do MST organiza, portanto, diversos cursos: locais (nas reuniões de base, nos acampamentos e assentamentos, nos núcleos familiares, etc); regionais (nas brigadas, nas regiões, etc); estaduais (nos espaços de formação estaduais); e nacionais (destacando a Escola Nacional Florestan Fernandes). A formação política no MST é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, por isso visa uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade. Um dos elementos mais importantes desses ambientes de formação é a mística que é vista pelo MST, como uma força impulsionadora. (idem)

Como já foi dito, o Setor de Formação do MST é o responsável pela organicidade das tarefas a que o MST se propõe a realizar na luta social. Este trabalho acontece a todo tempo a nível local, nos assentamentos/acampamentos, marchas, nos núcleos base a nível regional, estadual e nacional nos Congressos e Encontros. Confirma-se que não é somente na ENFF que ocorre a sistematização da formação militante, mas em todo MST, são dinamizados esforços que visam à sistematização da militância. Em outras palavras, a formação política do militante no MST é vista como: o momento especial que envolve todos os sujeitos em ação, com atitudes práticas e teóricas, com o intuito de modificar as mentalidades e amalgamar os princípios básicos do MST: a Reforma Agrária e Justiça Social.

Podemos sintetizar a Formação no MST através de quatro elementos: a organização direta das ações pelos trabalhadores, a valorização da cultura do coletivo e do

<sup>148</sup> PIZETTA, Adelar J. **A formação no/do MST: Trajetória e Desafios de um Processo Coletivo**. São Paulo: 2004: p. 01

trabalho político-organizativo, a valorização da teoria e a construção de uma ética baseada nos valores humanistas e socialistas. Portanto, não é apenas a teoria, mas fundamentalmente a vida centrada na práxis organizativa que alicerça o processo de formação no MST, abarcando as ocupações de terra, as mobilizações de massa, os cursos, as marchas, além de todos os aspectos da convivência social, incluindo a afetividade, o amor pela luta e o sonho de construir uma sociedade justa. (SILVA, 2005, p.171).

Sendo assim, uma das preocupações do movimento dos Sem Terra é identificar nas suas reuniões e assembléias, problemas, dificuldades, desafios, mas, sobretudo, discutir e criar novas maneiras de consolidar no militante os princípios organizativos do MST. Neste afã, realiza atividades relacionadas à integração de novos militantes nos espaço decisório do MST, desde suas resoluções mais simples quanto as mais complexas, pois, o MST entende que é na luta do próprio movimento que está a verdadeira pedagogia que elevará os integrantes a maior vinculação com o movimento e a compreensão pelos membros novatos das determinações realizadas por seus teóricos nos Encontros Nacionais.

Visando superar essa dificuldade, [o engajamento] o MST defragou a partir de 1999 uma série de ações objetivando sensibilizar/ Conquistar os jovens para permanecerem e atuarem juntos ao movimento. (...) As iniciativas mais ousadas foram dois cursos de capacitação destinados a jovens do MST, realizados em parcerias com a UNICAMP, em julho de 1999 e fevereiro de 2000. (GOHN, 2000, p. 118) <sup>149</sup> grifo meu.

No Setor de Formação Política da ENFF, percebem-se claramente os esforços para o engajamento do integrante na luta diária pela reforma agrária, sob sua orientação, mas para isto venha a ocorrer é necessário todo um *doloroso e demorado* processo de formação política o qual acontece à duras penas, sobretudo, devido às diversas conjunturas adversas a que o movimento e seus integrantes estão sujeitos o que dificulta o trabalho de formação de base. <sup>150</sup>

Neste sentido, Lima (2011) verifica que o MST através do Setor de Formação reúne os esforços para a concretização deste afã, sob dificuldades tremendas a ENFF resiste com seu projeto de construção identitária de seu militante, utiliza-se de fatos concretos diários do indivíduo somados com novas metodologias de ensino concordantes com seus ideais objetivos e princípios. lembramos que a ENFF ao implantar cursos sistematizados de formação com fortes vínculos as teorias pedagógicas de construção identitárias, tem sido coerente com sua proposta de formação. Com aproximações com a luta de classes na intencionalidade visível de construir sua base com uma nova visão de mundo, tendo em face,

<sup>149</sup> GOHN, MG. *Mídia, Terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Vozes, 2000. p. 118

<sup>150</sup> Lima, Aparecida do Carmo. *Práticas educativas em Agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana*. Universidade Estadual de Maringá. orientadora: Prof.ª. Amélia Kimiko Noma Maringá. 2011.

a construção de um novo homem e um novo educador. [...] o processo de formação de um militante é complexo e abrangente” (MST, 2002, p. 54).

O principal atributo do Setor de Formação é inculcar no integrante a organicidade do MST, sem sombra de dúvida, visa à disciplina e obediência às decisões das instâncias superiores (nacionais), apesar de todos os grandes dirigentes e intelectuais orgânicos do MST afirmarem que no MST todos tem voz e vontade, que não existe nem primeiro nem o último, entretanto, sabemos que na realidade, os militantes mais estudados e antigos de maior projeção são os que decidem, devida sua proeminência, pois, mesmo nas representações sociais mais descentralizadas, existe uma hierarquia *horizontal*, mesmo tácita, não declarada, é o caso do MST.

Assim comprova-se que o MST tem se esforçado na qualificação política de seus militantes, concretiza a formação da base de maneira totalizante que se inicia nos primórdios da base social dos militantes e quadros do movimento. Qualificação que é consolidada pelos princípios pedagógicos de uma teoria e metodologia específica para a classe trabalhadora do campo. A ENFF em sua sistematização do método de ensinar e aprender através da luta cotidiana oferece aos integrantes ensinamentos práticos, ou seja, através de cursos vinculados ou não com o sistema oficial segundo seus teóricos esta estratégia permite melhorar qualitativamente o integrante. (LIMA, 2011, p.102)

Em relação à política de formação de militantes e quadros no MST, constam, em fontes documentais sistematizadas pelo MST, as linhas principais que integram e que devem fazer parte da intencionalidade dos processos formativos. As orientações são também para os coletivos responsáveis pela coordenação que elaboram e organizam o trabalho pedagógico, no sentido de incorporar e ampliar a compreensão que o processo de formação do militante, de um quadro, não se restringe na participação e na realização de cursos teóricos, mas em um movimento social popular e de organização política. (LIMA, 2011, p.103).

Segundo o Setor de Formação da ENFF, a metodologia de aproveitamento tanto da prática diária como do sistema educacional oficial permitem que haja um incremento na formação militante. Sabendo-se que a inserção da base em todas as instâncias sociais favorecerá ao aumento da percepção do formando nas diversas esferas sociais, pois entre outras coisas mais, permite que haja uma comparação relevante dos cursos oferecidos pela ENFF para processos de formação política e os cursos da rede oficial.

Esta estratégia é baseada no pressuposto de que existe a maior chance dos indivíduos se apropriarem mais rapidamente das partes relevantes para o Movimento, necessariamente sobre a conjuntura geral a qual está submetido se o mesmo tiver vários modelos de comparação, tanto o oficial quanto o *alternativo* do MST. Através desta sistematização dos

cursos da ENFF, o Setor de Formação colabora para a disciplina e obediência consciente aos órgãos deliberativos do movimento, na elaboração de estratégias, metodologias referentes à prática e teoria e a renovação de sua visão de mundo, promove também o equacionamento de um discurso relevante contido em seu projeto de nação, adequado aos pressupostos basilares do Movimento.

No MST definiu-se priorizar o processo de formação da sua base social de militantes, como uma das tarefas necessárias na construção da estratégia política para a manutenção de sua organicidade e funcionamento pleno. De acordo com o material do MST (2004b), foram estabelecidas metas de trabalho para garantir a formação política do militante, inserindo-a num plano de ação mais amplo. Os processos de formação de militantes foram definidos como uma das possibilidades de combinar a escolarização e formação de técnicas interligadas com as demandas da organização da produção nos assentamentos e do próprio MST. (LIMA, 2011, p.126)

A sistematização da formação militante foi definida no 4º Congresso Nacional do MST, Brasília em 2000. Segundo o documento confeccionado ao fim do Encontro, a formação de militantes deveria dimensionar capacitação técnica e científica e tecnológica, mas principalmente deveria garantir a disciplina da organicidade do movimento e organização política. Este documento permitiu a elaboração de várias sugestões de Projetos Políticos Pedagógicos, mas favoreceu ao entendimento geral e quase unânime da necessidade da construção de um centro específico para a formação militante. Visto que as discussões nas reuniões e encontros sobre a construção da ENFF já vinham sendo realizadas desde 1998. (Silva, 2005, p.174-175).

Outra realização oferecida após este Encontro de maneira sistematizada é a incorporação definitiva da práxis marxista interpretada pelos socialistas, os quais enfatizam a necessidade de incremento dos laços de afetividade e organicidade com a comunidade de origem, somadas ao trabalho coletivo, tendo em vista, a associação direta da formação do militante com seu local e as atribuições sociais a que o MST se propôs a realizar na luta por justiça social. Desta forma, O Setor de Formação do MST viabiliza o processo de construção de militantes consoante à sua organicidade, visa incutir nas mentalidades valores humanistas coletivistas, construir a identidade camponesa nos moldes da luta de classes.

Os teóricos do MST pretendem equacionar favoravelmente ao movimento às teorias soviéticas aos chamados *camponeses*, quanto à realidade social concreta a que estão sujeitos, além de concretizar o espírito militante, através da metodologia dos valores socialistas em detrimento da lógica da globalização. Supostamente de maneira alternativa o MST associa à práxis diária com as teorias científicas mais atuais, esta matriz socialista permite que o

militante em formação pense sobre sua condição social de maneira coerente, sem romantismos e fatalismos. Vista a interligação entre os fundamentos teóricos e metodológicos do MST aos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia do movimento. Sendo assim, a matriz socialista nos cursos de formação militante do MST se torna o fundamento principal da socialização de conhecimento e de transformação social do integrante do MST.

#### 4.3 - Histórico da ENFF

A primeira Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi criada em 1990 em Santa Catarina, no Centro de Formação e Pesquisa do Contestado (CEPATEC) e sua atribuição maior era a formação política do militante através do curso básico de formação de militantes. Segundo Medeiros (2002) este curso ao longo de sua trajetória formou até o ano de 2001 dois mil militantes *Sem Terra*. A duração do curso era de três meses, a turma tinha no máximo 90 militantes e estava à época submetido à proposta político pedagógica do Setor de Educação da ENFF, a qual já enfatizava os eixos de abordagem da Educação, Trabalho e Organicidade do movimento em seus estudos. (Medeiros p.5 apud Rodrigues 2010).<sup>151</sup> Ou seja, o curso básico de militantes visava preparar a base social para tempos de dificuldade na ação direta e que tivesse, a mesma capacidade de submeter-se a organizatividades coletivas do movimento social.

O curso básico de militantes nestes moldes tornou-se itinerante a partir de 2001 por vários estados até a construção definitiva em Guararema da nova sede em 2005.<sup>152</sup>

O MST no final da década de 1980 vê mais claramente a necessidade de autonomia diante dos atores sociais que estiveram presentes na sua gênese e, por isso, enseja a formação de seus integrantes em diferentes níveis. Então, em 1990, nasce na cidade de Caçador, no estado de Santa Catarina, o centro de capacitação e pesquisa, onde era desenvolvido o curso básico de formação de militantes, o qual tinha como foco central à formação militante a partir do estudo sistemático e de uma prática organizativa. (SILVA, 2005, p.172).

Bezerra Neto (2009) salienta que o MST enfatiza a formação militante e especializa intelectuais orgânicos construídos numa postura anticapitalista. Na opinião do autor,

<sup>151</sup> MEDEIROS, E. C. de. *A dimensão educativa da mística sem terra: a experiência da ENFF*. 2002. UFC

<sup>152</sup> Lucena Carlos e Borges Mário. *A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes e a formação dos trabalhadores rurais sem terra: atribuições do movimento frente à sua base* - UFU

“A ENFF tem como incumbência “dar aos seus quadros uma formação político-ideológica que pode ser definida como a materialização de uma agenda político-educacional do movimento, cujo objetivo seja a busca pela emancipação político-ideológica dos trabalhadores rurais que se encontram organizados em torno dele”. (BEZERRA NETO, 2009, p. 525-537).<sup>153</sup>

Para o autor a formação política de militantes são elementos necessários para o MST no que se refere à sua organização, mobilização, reivindicação e intervenção no jogo político, no processo de disputa pela hegemonia, tanto por criar e divulgar mecanismos de resistência e de contra ideologia, quanto para propiciar a formação político-ideológica dos dirigentes e da base. Assim sendo, a formação ganha centralidade na organização do movimento, com a finalidade de formar o homem integralmente – político, intelectual e produtivo – a partir da orientação de um projeto educacional e societário que emerge da classe trabalhadora para a classe trabalhadora. Por isso ressalta a necessidade de uma escola de formação política que viabilize a atuação do MST na construção de uma “consciência de classe” assentada em ideais coletivos e em princípios que desmascarem a lógica brutal do capitalismo.

A ENFF se configura em um instrumento pelo qual o MST difunde seu ideário; dá o tom, a direção, aos seus militantes, às proposições e às estratégias políticas que serão adotadas; forma politicamente e profissionalmente seu militante de acordo com princípios políticos-pedagógicos próprios, conforme as exigências das estratégias políticas adotadas frente a um contexto político econômico. (DUTRA, 2008 p.211)

Enfatiza-se com os depoimentos que a construção da sociedade socialista almejada pelo MST, não acontecerá, se não houver forte investimento na formação de seus militantes, para que estes se tornem aptos a conduzir, por conta própria, o processo de transformação social rumo à nova sociedade sem classes. Na verdade a ENFF sempre teve por finalidade materializar um projeto de formação humana pensado pelos próprios trabalhadores rurais que estão organizados no MST, de acordo com seus próprios interesses e necessidades. A seriedade desta tarefa para a coordenação do Setor de Formação é identificada nas práticas atuais da ENFF, quanto às diversas sistematizações dos ensinamentos políticos considerados pertinentes aos militantes do MST. Os investimentos formadores e conscientizadores do Setor de Formação Política de Militantes consistem na (re) elaboração constante das práticas pedagógicas da formação militante de acordo com a situação dada pela realidade.

Não há como avançar em uma luta social complexa como é no Brasil a luta pela reforma agrária, sem que seus sujeitos diretos se dediquem à própria formação, sem que se disponha a aprender em profundidade e com rigor a realidade do país que gera os sem-terra e faz da questão agrária uma das questões responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade social no país. (CALDART, 2004, p.112-113)<sup>154</sup>

<sup>153</sup> NETO, Luís Bezerra. **A Prática Educativa do MST**. Anais do IV Seminário Nacional. 2009. p. 525-537.

<sup>154</sup> CALDART, R. S. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.112-113

No MST, a sistemática formação de quadros se dá a partir de elementos filosóficos e pedagógicos da pedagogia socialista, da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e da Pedagogia do Movimento, a última, já comentada, é a síntese eclética e pragmática de todas as outras teorias construídas e que são incorporadas pelo Setor de Formação de Militantes, contudo, a ENFF utiliza-se de imensos esforços na forma de cursos formais e informais bem como dissemina a fundação de novos centros de formação de militantes.

A criação da ENFF é um marco na história das lutas e resistências da classe trabalhadora e, ainda da educação brasileira: uma iniciativa de grande envergadura edificada por um movimento para viabilizar a sua autoformação. Trata-se da materialização dos esforços em torno da formação de seus militantes que o movimento vem criando ao longo de sua história. Iniciativas diversas foram encaminhadas nesse sentido através de parcerias, ora com as comunidades eclesiais de base (CEBs), marcada pela influência teórica da teologia da libertação, ora com o sindicalismo rural, até o momento em que o movimento consolidou.

[...] uma formação política autônoma que atinge seu ápice no final dos anos 90 e no início do século XXI com a construção de escolas nacionais como o ITERRA (instituto de capacitação e pesquisa da reforma agrária) e a Escola Nacional Florestan Fernandes e a realização de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação em parceria com as principais universidades federais do Brasil (SILVA, 2005, p.130).

Geraldo Gasparin, intelectual orgânico e coordenador da ENFF, por sua vez, afirma que,

[...] “uma organização que tem um caráter popular e autônomo, também tem que ter uma autonomia político-ideológica em que a luta de classes coloca para nós [o movimento] a necessidade de aprofundar esta formação política, preparar os quadros considerando as exigências que o momento político coloca. A ENFF é fruto de um momento histórico muito preciso de um amadurecimento do MST, e também da leitura da necessidade de que as organizações políticas que não responderam aos desafios da formação política e não prepararam seus quadros tiveram enormes dificuldades e muitas não sobreviveram. (GASPARIN, jornal sem terra, 2009, s/p).

De acordo com sua Coordenação a ENFF tem como principais objetivos:

A) buscar uma prática intelectual e política que permita produzir o máximo de conhecimento científico; B) estimular a organização social, política e econômica; C) Formar lideranças para a construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática e igualitária; D) Proporcionar intercâmbio de conhecimentos e experiências com organizações rurais e urbanas; E) Capacitar tecnicamente os militantes (MST, 1998).<sup>155</sup> Tendo em vista à necessidade de formar militantes, imposta ao movimento pelas exigências do contexto político-econômico dos últimos anos,

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pode ser considerada a iniciativa de maior envergadura edificada por um movimento social para viabilizar sua autoformação. A ENFF é resultado de um acúmulo de experiências que propôs o desafio do aprofundamento de questões políticas, econômicas e sociais referentes às práticas das organizações de trabalhadores do campo e da cidade, comprometidas

<sup>155</sup> Adaptado do Setor de Formação. Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação**, São Paulo, n°. 23, 1998.

com a superação das injustiças sociais e a solidariedade entre os povos. Combinando a atividade teórica com a atividade prática, busca enraizar uma consciência crítica que possibilite impulsionar a conquista da autonomia histórica da classe trabalhadora (CADERNO DA ENFF, 2009, p.1-2).

Santos (2010) considera que a criação da ENFF assume importância para o MST frente a esse contexto político-econômico, pelas seguintes razões relevantes a Ele:

1- Combate à dispersão e ao abandono do militante da luta pela terra. Em um contexto adverso para os trabalhadores rurais marcados por baixo número de assentamentos; intenso processo de criminalização dos movimentos sociais e, no caso do MST, criminalização das ocupações das terras improdutivas; o MST tem em mãos um instrumento a seu favor no combate à dispersão e ao abandono da luta pela terra e do campo. 2- Responde às necessidades político-pedagógicas do projeto de formação humana do movimento: a constituição de um elemento aglutinador. Tendo em vista que a educação ofertada pelo estado ao MST para a instrução de seus militantes se fundamenta em um projeto de formação humana vinculado ao projeto de sociedade capitalista, não se pode esperar senão que as escolas estatais rurais formem um determinado tipo de homem e de força de trabalho de acordo com as necessidades do grande capital. (Santos, 2010. p.222), Por meio da ENFF, o movimento consolida uma formação que amplia e desenvolve uma consciência política nos seus quadros, a qual somente a luta cotidiana pela terra não propicia. A ENFF só se explica a partir da totalidade das relações sociais e de produção expressas no seu tempo. Em meio a isso deparamos com uma realidade marcada por profundas transformações seja no âmbito econômico, político, cultural, social, observando se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital. (SANTOS, 2010, p.223)

#### **4.4 A construção do espaço físico da ENFF**

Os debates para a construção da ENFF em Parateí, Guararema, a 60 km de São Paulo, de acordo com Gasparin (2007) iniciou-se em 1995, o nome de Florestan Fernandes foi aceito de imediato visto sua morte ter acontecido poucos dias antes. Com a finalidade de dinamizar a formação de dirigentes e quadros do MST, dois anos depois em 1998 foi realizada uma Campanha Nacional com o intuito de convocar a participação da base na construção de uma nova sede para a escola. O coordenador acrescenta que a campanha tentava:

A consolidação da organização e aprofundamento dos elos com a sociedade brasileira e internacional. O MST vem sempre refletindo a necessidade que tem enquanto movimento de classe, que representa uma classe, no caso um extrato da classe dos camponeses. De permanentemente preparar seus quadros, de preparar



seus militantes, de preparar seus dirigentes. Temos uma leitura que não é a classe dominante, não é a burguesia, não é o latifundiário que vai formar nossos quadros. Se nós queremos autonomia política, ideológica, temos que preparar os nossos quadros. Então a escola [a ENFF] surge com esse propósito e, fundamentalmente com ele, de ir preparando os quadros militantes da organização, do ponto de vista técnico, teórico, político-organizativo e surge também com o objetivo de ampliar o espaço de formação dentro da nossa militância e de ser um espaço também de articulação com outros movimentos sociais urbanos. (GASPARIN, 2007, s/p).

Segundo Silva, a Coordenação Nacional assumiu a incumbência da Campanha Nacional, apelava às coordenações regionais mais empenho no engajamento pela construção, então, estabeleceu a: Distribuição de bônus para a sociedade, propagandas para estimular a base social e os organismos de governo. Na campanha internacional, organizada, também, pela coordenação nacional do MST, a estratégia para buscar apoio e recurso seguiu um rumo diferenciado, com a criação de comitês em cada país com representantes do consórcio da União Européia e do próprio movimento. (SILVA, 2005, p. 175-176).

O sucesso da campanha promovida pela Coordenação Nacional, em 1998 possibilitou a aquisição do imóvel que se tornaria a nova sede. Somou-se aos seus esforços a venda das fotos “Terra”, de Sebastião Salgado e doações de material artístico de intelectuais, inclusive, Saramago e Chico Buarque. O MST obteve apoio da União Européia, da Cáritas e da Via Campesina. Com os recursos adquiridos reformaram-se as casas já existentes no terreno comprado, bem como a aquisição de ferramentas, instrumentos de trabalho e as máquinas, mas também, a constituição de um aparato logístico, minimizador dos custos, destinado à manutenção dos trabalhadores da obra. A mão-de-obra voluntária veio do próprio MST<sup>156</sup>. Cada direção estadual do MST procurava avaliar de que maneira poderiam colaborar melhor para a obra, assim as direções estaduais apresentavam à base social as diretrizes da campanha de construção da nova sede da ENFF, principalmente a necessidade de obter o máximo possível de voluntários e justificava-os qual seria a dura realidade do trabalho voluntário na nova ENFF, então as Brigadas de Trabalho Estaduais, foram concluídas pelos voluntários, os quais trabalhariam consoantes as técnicas artesanais alternativas da permacultura.

Pizetta (2007) destaca o aspecto formativo que o trabalho voluntário no processo de construção da ENFF gerou respeito à organicidade do MST baseada nos princípios da solidariedade socialista militante, do mesmo modo, Silva enfatiza a transformação operada *pele e no* trabalho voluntariado na ENFF ao propiciar a “transformação da condição de

---

<sup>156</sup> A campanha nacional está mais explicada nos cadernos de formação nº 29, 1998. É interessante que o MST tenha realizado a construção da nova sede em um imóvel comprado e não em uma fazenda improdutiva ocupada.

mercadoria para a condição de valor de uso social” possibilitou que o trabalhador se reconhecesse na ENFF e a tenha como *sua*.

#### 4.5 A Estrutura Orgânica da ENFF

Sabe-se que o que importa para o MST é a inculcação da organicidade do movimento enquanto organização social e partido político nos militantes. Para dinamizar este objetivo maior do MST, a ENFF elabora suas atividades diárias de acordo com a organicidade já estabelecida do MST, que é composta por:

- 1- Direção política de formação composta de representantes do MST de todo país sua atribuição é direcionar as propostas político-pedagógicas dos cursos.
- 2-Departamentos Internos que devem dinamizar as tarefas didáticas dos alunos são eles:
  - A- Departamento de cursos formais – Adequa os cursos formais às exigências do MEC.
  - B- Departamento pedagógico - Responsável pelas pedagogias e didáticas da ENFF.
  - C- Departamento de Relações Públicas – Articula palestras, congressos, eventos.
- 2- A Coordenação-Geral incumbem-se das questões políticas e administrativas, cuida da manutenção da estrutura física, busca subsídios e patrocínios.

A política interna é avaliada pelos núcleos da Coordenação Geral a cada mês na Assembléia Geral, para avaliar a organicidade, às vezes com presença de professores externos. O trabalho de conservação dura no máximo uma hora por dia para cada aluno.

Os 25 residentes permanentes nas atividades internas são divididos em quatro setores:

- Setor pedagógico- colabora na catalogação de livros, na secretaria, no almoxarifado.
- Setor de Moradia- trabalha na hospedagem, a alimentação dos alunos e professores.
- Setor de Produção- trata da alimentação da ENFF do corpo docente e discente.
- Setor Administrativo- responsabiliza-se na prestação de contas da ENFF.

A representação dos núcleos de Alunos e dos Residentes Permanentes também é instituída nos moldes da organicidade do MST. As equipes internas, são divididas em: equipe de saúde/esporte/lazer, equipe de infraestrutura dos cursos, equipe de disciplina e equipe de comunicação. A organicidade da ENFF se assemelha à organicidade de um acampamento do MST. Logo após o processo de ocupação de terra, as famílias são divididas em núcleos e são montadas as equipes de trabalho de acordo com as necessidades do acampamento. De imediato são criados os coletivos de saúde, de educação, de alimentação, de segurança, de relações com a sociedade, etc, como também a coordenação do acampamento, formada por

cada coordenador de núcleo, e a instância máxima que é a assembléia geral que ocorre ao final de cada dia. Deste modo, todos se envolvem em alguma tarefa, ou seja, todos têm uma responsabilidade definida dentro daquele espaço social recém-formado e se inserem deste modo em um processo formativo: “A estrutura organizativa está para a formação de militantes e lideranças como o pé está para o calçado” (...). (BOGO, 2003, p.61).

#### 4.6- O processo de indicação dos militantes para os cursos de formação

A partir de tudo que já foi apresentado anteriormente, torna-se claro que os esforços investidos no MST são para melhorar qualitativamente seus militantes, qualificá-los e capacitá-los, para a luta cotidiana contra as relações capitalistas. Todo e qualquer ato do militante já adquire caráter didático para o engrandecimento do militante, seja nas ocupações, nas reuniões, na mística, para o MST tudo é formativo. Por inferência, afirma-se que os cursos promovidos pelo MST elevam a qualidade do militante, os quais muitos almejam estudar na ENFF, segundo as fontes do MST aqueles que mais se destacam na ação direta é que são enviados à ENFF, mas sabemos que este processo de escolha é falho por basear-se primordialmente na observação humana dos dirigentes mais antigos. Resta saber como os militantes são contemplados com uma *matrícula* em um curso da ENFF, a questão que propomos aqui é saber quais os critérios utilizados, como se dá o processo de escolha dos alunos militantes em seus estados e localidades de origem para ingressar nos curso de formação política da ENFF pelas lideranças estaduais (PAIVA, 2007, p.12)<sup>157</sup>.

A indicação, segundo todas as fontes, é o único meio de se estudar na ENFF. Sabe-se que existem gradações entre os militantes, quanto ao proceder dentro do Movimento, uns são mais atuantes que outros, as habilidades são diferenciadas, cada um tem um talento específico que é aproveitado pelo MST. Então, o capital social e capital político acumulado (Bourdieu) são fundamentais para a seleção de militantes.

Os cursos de formação política são espaços de acesso a um *capital social*, principalmente para indivíduos que demonstram as potencialidades de se constituir em um militante, na maioria das vezes, são aqueles que trazem em suas histórias biográficas características de liderança, habilidade oral, desenvoltura nos espaços públicos e/ou os que já participaram de experiências associativas em grupos de Igrejas, sindicatos, movimentos populares. (PAIVA, 2007, p.13)

De acordo com os relatos, identificamos duas formas de entrada. Uma que se realiza pela aproximação com os ideais do MST, justificativa dada por militantes que já tiveram alguma participação em outros movimentos sociais, pastorais, sindicatos e associações políticas. Outra forma de estabelecer vínculos com MST se dá por meio

<sup>157</sup> PAIVA, Irene Alves de. **A dimensão educativa do fazer militante no MST**; Libertas, 2007, p. 9-12.

das ocupações, reuniões e nos chamados encontros de massa os quais segundo o membro da direção estadual são aqueles destinados à participação de todos, para discutir temas específicos nos encontros regionais envolvendo populações específicas, como jovens, mulheres, etc.(PAIVA, 2007, p.15)

Segundo Paiva (2007) que analisou a lógica formativa do MST em linhas sociológicas de Pierre Bourdieu. Verificou que os que mais se destacam nas atividades diárias dos acampamentos/assentamentos são acompanhados de perto pelos coordenadores regionais para futura ascensão a cargos de direção. Os *candidatos* devem ter as seguintes qualidades: espírito de sacrifício, espírito de corpo, auto- organização, consciência ideológica, solidariedade, capacidade de liderança, boa retórica, disposição para o estudo. A Ação Direta Cotidiana do MST fornece os elementos necessários para a indicação de novos militantes, alguns prosélitos tendem a se destacar em suas regiões. O próprio Capital colabora com a renovação da formação militante, já que o avanço do agronegócio cria novos desmazelados do campo exponencialmente. Sendo assim, devido à constante atividade prática, os novos militantes são avaliados pelos dirigentes, diretores e coordenadores estaduais. Somados a premência do MST de criar militantes faz com que a observação dos melhores elementos seja constante. As crianças assentadas, por sua vez, já crescem no ambiente de luta adquirem o *Habitus*: o linguajar, as tradições, o modus operandi, aprendem com os mais velhos a resistirem e não se entregarem. A autora verificou em sua pesquisa que a juventude é o alvo predileto das observações das lideranças, necessariamente aqueles que possuem as qualidades descritas, assim, desde cedo assumem responsabilidades gradativas às suas faixas etárias. Geralmente a qualidade mais reverenciada tem a ver com a oratória, retórica e exposição aos perigos das ações reais. Ao se engajarem na luta acompanham os mais antigos na condução de assembléias, reunião, negociação; participam de cursos internos no acampamento aprendem como se portar diante das adversidades, das autoridades e dos inimigos latifundiários.

[...] porque é desses cursos [estaduais] e [nacionais] que já se começa junto com as direções estaduais a mapear os militantes que vão vir para os cursos nacionais. Então, há um processo de formação de base continuada para poder já ir indicando o pessoal pra níveis mais aprofundados em outros espaços, na escola nacional (GASPARIM, 2007, apud, PRINCESWAL, 2007, p.157). Grifo meu.

A primeira vista pode-se perceber o MST homogêneo, todos no mesmo espírito, numa unidade de pensamento. Aliás, é o que o MST quer aparentar, contudo, a observação um pouco mais atenta proporciona uma avaliação diferenciada, revelam-se dissensões, picuinhas e intrigas. Verifica-se também diversas gradações de atuação do militante nas ações coletivas percebe-se, que apesar de existir uma identidade social, o sentimento de pertença ser elevado,

às relações pessoais com o MST são diversificadas, ou seja, existem vários graus de engajamentos do militante da base social. Esta é uma das incumbências da direção estadual: apontar os elementos que podem vir a se tornarem quadros, se eles se adequarem aos princípios formativos do MST numa evolução permanente tanto do MST quanto do militante.<sup>158</sup> Foi verificado por Paiva (2007) que o crescimento na militância redundava em prestígio social, *Status social* principalmente os jovens que precisam de afirmação social para engajar-se completamente, mas, para isto ocorrer devem ser benquistos pelos dirigentes, neste caso a bajulação, o assédio moral e sexual não podem ser descartados. Subtende-se que qualquer deslize do militante pode custar o acesso a um curso que elevará seu status. Pode-se então afirmar que o processo de escolha de candidatos à militância e aos cursos do MST/ENFF, mesmo falho, por ser humano, dinamiza mais fortemente o poder local dos dirigentes nas ações locais, reforçam o respeito e obediência à organicidade baseada nos princípios formativos da militância. As exigências prementes de formar quadros e militantes, mesmo em época de descenso faz o MST exigir que a juventude da base social, os que almejam os quadros dirigentes profissionais nas condições expostas devem aumentar seu capital cultural e capital político através de maior contato com ação direta, com os cursos nacionais e estaduais e à escolarização oficial. Como já descrito, para o MST, a formação deve se dar na luta do dia-a-dia, em qualquer lugar e hora que haja um evento do MST nos processos de ocupação de terras, na organização para o enfrentamento da repressão policial, na distribuição das tarefas dos acampamentos e no processo de negociação com os governos em todas as suas instâncias administrativas. O militante matriculado na ENFF geralmente passou por alguns cursos rápidos de formação, quase sempre realizados nos finais de semana em sua região de origem, onde foram ensinadas algumas noções de Sociologia, Economia, Administração e Direito são discutidas como forma de preparação para possibilitar a argumentação destes junto a suas comunidades e às comunidades onde se desenvolve o trabalho de aglutinação de trabalhadores para tornar viável a ocupação na área desejada.

Para os que desejam maior aprofundamento, possibilitam-se cursos, em nível de 2º grau, de administração de cooperativas e cursos de estudos e aperfeiçoamento promovidos

---

<sup>158</sup>Roberta Lobo estudou as picuinhas que chegaram a formar facções internas na construção da escola e Gutierrez viu problemas de relacionamento no MST na ação direta, na divisão de tarefas e na gestão democrática descentralizada. Roberta Lobo encontrou pontos positivos e negativos no fenômeno da picuinagem, destacou uma seção de sua tese só para discutir as rixas entre os voluntários e os problemas advindos deste fenômeno que torna seu trabalho uma saudável exceção à regra. Visto que os trabalhos do MST tudo é harmônico, sem conflitos e diferenças pessoais. Gutierrez também observou alguns pontos nestas perspectivas no processo decisório descentralizado das instâncias. Pretendo estudar mais os conflitos internos do MST em outra oportunidade, sobretudo as desavenças entre as matrizes filosóficas, pois é impossível que sejam tão harmônicas como é apresentado pelo MST.

pelos próprios acampamentos e assentamentos. São possíveis ainda alguns cursos de formação de lideranças, promovido pelo Movimento em instâncias superiores.

“Os Encontros de Capacitação visam preparar as pessoas, também, para as atividades do cotidiano, num processo contínuo, onde as pessoas aprendem através das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, para o setor de formação do MST, a teoria não pode vir antes da prática, como no ensino, mas pelo contrário, é pela ação que se aprende a prática.” (MST, Caderno de Educação nº8, p.12).

O processo de formação na ENFF e nos Estados dá-se das mais variadas formas, indo desde a preparação para os Encontros até o desenvolvimento da mística na realização dos trabalhos, onde o hino do movimento, as oferendas aos mártires da terra, os instrumentos de trabalho e a própria terra transformam-se em importantes elementos de consagração da luta. Cantar o hino com o punho esquerdo cerrado pode significar a força e o poder do trabalhador, sobretudo daqueles que defendem as posições revolucionárias e seu compromisso com os movimentos de esquerda a nível mundial. (MST, 2006, citado por LIMA, 2011, p.163) <sup>159</sup>.

Na formação permanente, sugerida por Silva (2005), o militante que retorna dos cursos da ENFF deve estar convicto da defesa do MST antes de si próprio evoluindo da consciência egoísta para a altruísta. Então, o MST é beneficiado com a vitória na ação, seja qual for, devido o empenho individual do militante. Todavia, complexa e demorada é a forma para o militante conquistar a capacidade para atuar bem nas ações cotidianas. É preciso muito tempo de enfrentamento direto ao Capital e suas instituições para que se faça aparecer um elemento de destaque, já que são no geral do mesmo nível,

A vida na ENFF possibilita e potencializa o processo de transição de uma consciência social para uma consciência política. Sem vestígios de linearidade, a contraditoriedade marcará o desenvolvimento deste processo. No entanto, torna-se evidente que a formação permanente se faz necessária para a consolidação do militante e do dirigente. Neste sentido, o retorno dos trabalhadores permanentes aos seus Estados poderá ser potencializado ou não dependendo da própria organicidade interna do seu Estado, ou seja, dependendo do acompanhamento que terá dos dirigentes estaduais e do desenvolvimento das tarefas que poderá receber. Sendo assim, o trabalhador pode voltar ao seu Estado e manter sua condição de acampado/assentado restrito ao seu lote ou ser potencializado dentro de algum setor de atividades. (SILVA, 2005, p.260). Grifo meu.

As Direções Estaduais do MST recebem da ENFF para indicação do candidato, antecipadamente, os critérios que devem ser levados em consideração pelos dirigentes para a indicação de militantes. Estes critérios referem-se às características gerais e o histórico de luta

---

<sup>159</sup> MST. *Todo e toda Sem terra estudando. Cartilha sobre a jornada de educação*. Curitiba: MST, 2006.

do militante, juntamente com a proposta de curso que será oferecido pela ENFF. Cabe à direção estadual verificar pela *observação idônea*, quais militantes se adequam aos cursos oferecidos. A coordenação parte do pressuposto de que por estarem em convívio diário, militantes e dirigentes, sabem quem poderá obter os melhores resultados, confirma-se que é esta instância quem decide quem vai estudar o que estudará e onde atuará quando retornar.

No início de cada ano a Escola Nacional envia a programação dos cursos a serem realizados e alguns critérios para cada estado, que ficam incumbidos de promover uma ampla discussão, a fim de designar o companheiro que fará as atividades de formação. Obviamente, nos cursos de graduação, por exemplo, é preciso que o militante indicado tenha o nível médio completo, assim como para outros cursos é preciso ter passado por atividades de formação anteriores. Porém, com raras exceções, o militante indicado, além de demonstrar dedicação para o estudo, deve ter alguma responsabilidade política na organização, seja nos núcleos, nas brigadas, nos setores, na direção estadual ou nacional, sobretudo para os cursos livres que acontecem na sede da escola (ENFF).

Além desses critérios, na distribuição das vagas são levadas em consideração: a abrangência do curso (nacional ou estadual), a proximidade com o local onde será realizado e o tamanho da base social de cada estado. Estados com grande base social geralmente possuem maior número de vagas, da mesma forma que é favorecido o estado ou região onde serão realizadas as aulas de formação, visando reduzir os custos de deslocamento dos militantes. (PRINCESWAL, 2007, p.141)

#### 4.7 - O Responsável Político.

De acordo com a coordenação da ENFF existe o cargo de responsável político geral da ENFF, além de todos estes criteriosos cuidados para a escolha de seus formandos são designados para os alunos dos cursos de formação de militantes, em todos os seus níveis na ENFF da mesma forma um responsável político, o qual tem como atribuição a verificação dos procedimentos do formando na ENFF diariamente até a sua saída com o término dos cursos meses depois. Esta verificação diária é importante, segundo a coordenação para a realização dos objetivos dos cursos de militantes. Segundo a ENFF, não se trata de simples monitoração ou patrulhamento individual para evitar desvios e deslizes de conduta pessoal, acadêmica e ideológica.<sup>160</sup> A ENFF compreende que o acompanhamento do militante por um mais experiente pode ajudar para o sucesso das atividades, pois, outra atribuição dos observadores é sugerir textos, bibliografias, aconselhar e tirar dúvidas. Pela falta de acompanhamento político, a picuinagem sobressaltou-se na construção da ENFF, Silva (2005) lamenta:

Esta falta de um acompanhamento da formação político-ideológicos trouxe como consequência a reprodução de relações de poder, onde foi estabelecida certa

<sup>160</sup> Nas entrelinhas este é o propósito tácito do responsável político, fica evidente o sofisma.

hierarquia entre a brigada permanente, a brigada temporária e a coordenação da casa. Um segundo limite diz respeito à compreensão da obra como um todo. Segundo um dos engenheiros que acompanhavam a obra houve um corte no processo quando da passagem da construção do refeitório para a construção do prédio pedagógico. O aprendizado ficou limitado ao domínio da técnica, sem a compreensão da significação histórica da obra em todos os seus sentidos.

A falta de acompanhamento de um dirigente formador ou de um quadro político que fizesse avançar o trabalho político ideológico com os trabalhadores permanentes teve consequências na própria organicidade da brigada permanente, refletindo na construção da organicidade das brigadas temporárias. Este limite na formação destes trabalhadores foi dando espaço aos conflitos pessoais, gerando contradições internas no funcionamento da ENFF, refletindo certo esvaziamento de sua organicidade como um todo. A formação dos núcleos, a divisão de tarefas, a participação na formação durante à noite ficava prejudicada, pois não existia uma referência concreta da brigada permanente, como exemplo a ser seguido pelos mais novos.

[pela falta de acompanhamento político] Poucos foram os trabalhadores permanentes que saíram da ENFF para realizarem um curso de formação, seja a nível nacional ou estadual. A formação política na ENFF se limitava aos princípios organizativos do MST, à história da luta pela terra e pela reforma agrária, como também aos temas gerais ligados à conjuntura política. (SILVA, 2005, p.267) grifos meus.

Portanto, segundo a coordenação da ENFF, a função do responsável político torna-se primordial, pois, é a defesa da organicidade da ENFF, mediante sua aplicação, que se resolvem os problemas de hierarquias verticais, dissensões e intrigas internas. Sua função exige que deva enaltecer o projeto político pedagógico dos cursos de formação oferecidos aos formandos, também deve priorizar a divisão de responsabilidades pelos sucessos e fracassos do curso ou do militante. Assim, a responsabilidade pelo curso e pelos formandos se torna de todos, não só da direção da ENFF, mas também da direção estadual que o indicou para os cursos e do acompanhante político na ENFF.

Para qualquer espaço que se diga efetivamente democrático e vise ao bom funcionamento do coletivo é preciso estabelecer critérios claros que devem ser respeitados, mas, sobretudo, que estimule a participação de todos. Para isso, vemos a importância novamente dos princípios organizativos do MST na prática dos cursos, tanto no que diz respeito à divisão de tarefas quanto à disciplina. Não queremos com isso afirmar que não existam conflitos e contradições a partir desta estrutura organizativa, até mesmo porque democracia não representa um estado harmônico, como a própria luta do MST nos mostra. (PRINCESWAL, 2007, p.143.)

Concluimos que o processo de indicação de militantes e a instituição do responsável político são postos em prática para proporcionar o bom andamento dos trabalhos, bem como, proporcionar a defesa ideológica e a elevação individual e coletiva do MST. Também foi observado que a organicidade da formação do MST não se confina aos estudos proporcionados pela ENFF. A formação ocorre em todo o conjunto de atividades de formação em qualquer lugar que seja realizado, sob observação atenta dos dirigentes estaduais para



indicação de candidatos aos cursos, inclusive aqueles desenvolvidos em convênio nas universidades ou nos assentamentos.

#### **4.8 A proposta político-pedagógica e a formação política militante na ENFF**

A importância dada pelo MST a sua formação é verificada nos cursos formais que oferece a nível superior (graduação, pós-graduação e extensão) em convênio com universidades; bem como, os cursos livres e as atividades pontuais de formação, como seminários, conferências, entre outras. Nota-se que a disseminação do espírito da luta de classes está prevista pelo aparato científico ensinado, mas também é enfatizada a estrutura político-organizativa do MST como mediadora desta luta. Infere-se que os atributos dos cursos ensinados são a essência intencional da ENFF em oferecer aos seus militantes cursos de qualidade junto com aos melhores professores e conteúdos pertinentes, para obterem escolarização técnica e teórica reconhecida, além de envolver simpatizantes da ENFF nas atividades de formação política da escola.

A Escola Nacional Florestan Fernandes foi inaugurada em 25 de janeiro de 2005, com grande entusiasmo dos integrantes do MST. As condições físicas estavam prontas para oferecer aos seus militantes os estudos racionais teóricos e práticos, tendo em vista a concretização de sua proposta política pedagógica. No sentido de iniciar os debates referentes à construção do militante, houve um seminário apoiado pelas universidades e organizações não governamentais conveniadas e outros movimentos sociais, e como resultado das conversações foi confeccionado “O Primeiro Caderno de Estudos da ENFF: A Política de Formação de Quadros.” Este seminário contou com especialistas em formação política militantes de seus movimentos sociais de origem. Foi estabelecida a dupla função da ENFF, a qual seria uma Universidade Popular e uma Escola de Formação de Quadros Dirigentes e Militantes da Base Social:

Evidentemente que no início se tinha essa dimensão: vamos fazer uma escola para os sem terra, vamos fazer uma universidade para os sem terra! Mas o seminário deu outro caráter para a escola e as intervenções que foram feitas naquele seminário apontavam neste sentido: olha, temos que ter um espaço onde efetivamente a gente consiga avançar do ponto de vista teórico, político, organizativo no conjunto da classe trabalhadora! Não é uma estrutura física que se projeta ser uma universidade, poderá sê-lo! Mas, ela tem a preocupação fundamental de preparar os nossos militantes, os nossos dirigentes da classe trabalhadora que pense um projeto de transformação de país e de sociedade. (GASPARIM, 2007 apud PRINCESWAL 2007, p.136.)

A Coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes preparou-se para oferecer com qualidade os cursos de formação superior em convênio com as universidades, desde a pós-graduação, graduação ou cursos livres. Ressalta-se que os cursos de nível superior da ENFF, também são aqueles que requerem estudos mais aprofundados para dirigentes e formadores do MST, mesmo não oficializado pelo MEC.

O objetivo da ENFF é a formação de quadros para a organicidade do movimento, treinar dirigentes e lideranças e formar militantes e: a) possibilitar uma prática intelectual e política capaz de produzir; conhecimentos científicos necessários à transformação da realidade; b) estimular a organização social, política e econômica dos trabalhadores; c) formar os construtores de uma nova sociedade; d) proporcionar o intercâmbio de conhecimentos; e) capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária. Aperfeiçoar o processo de conscientização, intencionalmente criar quadros, aumentar o nível de conhecimento do militante do MST. (MST, caderno N°8. 2005.)

Princeswal (2007) afirma que para a realização dos objetivos, existe na ENFF um rol de atividades formativas organizado pelo Setor de Formação Nacional, que envolvem a formação de militantes nos Setores Estaduais de Formação e pelos Coletivos Regionais de Formação. Também existem os cursos de formação militante e especialização própria dos outros setores, ou seja, os setores de educação, de produção, de cultura, de gênero, as secretarias estaduais e nacionais têm seus cursos próprios de formação política, geralmente, tratam de questões específicas ao local, assim como questões gerais: conjuntura política, história do MST etc. Os cursos de formação política acontecem em qualquer mobilização ou ocupação, no assentamento/acampamento. São utilizados o Tempo Escola e o Tempo Comunidade com ênfase ao trabalho produtivo e político-organizativo, Bogo (2003) completa:

Há também os cursos massivos de jovens, que são nacionais e acontecem em parceria com universidades públicas, objetivando um maior aprofundamento da realidade brasileira de forma a unificar o conhecimento em todo o território nacional. Há os cursos mais específicos para militantes que atuam nas atividades de formação, que acontecem em etapas ao longo do ano, tendo como temas de estudo a economia política, a filosofia, história, a teoria da organização, o método de trabalho de base, a ética e os valores, e existem ainda os cursos para dirigentes, que aprofundam os conhecimentos teóricos e organizativos. Para além destes cursos voltados para a formação política ideológica, existem os cursos técnicos de cooperativismo e de magistério, reconhecidos pelo estado e os cursos superiores de pedagogia, agronomia e história, que acontecem em parceria com as universidades públicas. (BOGO, 2003, p. 162-163).<sup>161</sup>

---

<sup>161</sup> BOGO A. **A Educação Escolar e a Formação Política**. In *Desafios da Formação*, Setor de Formação, 2003. p. 17-38 ; **Arquiteto dos Sonhos**. SP: Expressão Popular, 2003. , p. 162-163.

Comprova-se que a ENFF investe todos os esforços possíveis (e às vezes impossíveis) para a concretização da formação política ao oferecer grande quantidade de cursos formais e informais, mesmo alheios as estruturas escolares tradicionais vinculados com a realidade concreta do movimento. Em outras palavras, a ENFF consegue dinamizar os elementos pedagógicos de formação técnica, política e ideológica, para a construção de sua organicidade. Finalmente, exporemos esquematicamente, os cursos oferecidos em diversas modalidades e metodologias pela ENFF para a formação política da militante da base.

#### **4.9 - Os cursos da ENFF e os objetivos do Setor de Formação do MST.**

##### **1- Os cursos formais em convênio com as universidades.**

Os cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação política do militante da ENFF em convênio com universidades públicas são financiados pelo PRONERA com objetivos principais: a) Sedimentar a compreensão de temas de filosofia, economia política e história, visa à aplicação racional do método dialético nas elaborações, análises e intervenções na realidade sobre o qual os quadros atuam; b) Preparar quadros para ampliar e intensificar a formação de base na sociedade com uma formação universal referenciada na ideologia da classe trabalhadora; c) Formar a partir da problematização do conhecimento e do debate das idéias, questionar o conhecimento para avançar na formulação do novo; d) formar pesquisadores e professores para atuarem em diferentes escolas, níveis e áreas da formação de acordo com a área do conhecimento específica; (MST, 2007, p.3).<sup>162</sup>

##### **2- Os cursos livres.**

Os cursos livres ou informais são acionados com autonomia na própria ENFF. O Departamento Pedagógico da ENFF é responsável pelos cursos informais, os quais também são considerados superiores pelo MST, a exemplo dos formais do MEC. Os cursos *livres* são também chamados de *informais* por terem carga horária e conteúdos programáticos similares aos formais da rede oficial, na ENFF eles tem o mesmo *status*, mas por não possuírem certificação oficial do MEC, são designados de livres ou informais. Objetiva o aprofundamento da formação política do militante, o alvo destes cursos são aqueles integrantes que já trabalham na estrutura organizativa do MST.

São os propósitos ao fim do curso:

a) Elevar o nível teórico-filosófico dos dirigentes, dos coordenadores de setores do MST, através do domínio da teoria e do método marxista, com todo o seu legado; b) vincular a

<sup>162</sup> MST. Programa de Cursos a Serem Abertos pela Escola Nacional Florestan Fernandes. Mimeo, 2007. 1998, p.3.

formação aos desafios e às deficiências orgânicas do conjunto do MST para impulsionar o salto de qualidade da nossa organização; c) formar quadros políticos para o conjunto da organização, com capacidade de interpretar e intervir na realidade complexa e difícil que vivemos, no sentido de preparar a organização para os embates mais acirrados que enfrentaremos na luta de classes. (MST, 2007). A ENFF pretende compatibilizar qualitativamente seu militante a níveis melhores de consciência:

É uma demanda concreta atacar um problema que é o baixo nível de consciência político-organizativos que é facilmente cooptado pela idéia de que conquistada a terra, conquistado crédito pare-se de lutar, então: o meu alcance, a minha luta é enquanto não resolvo o meu problema econômico. Nosso problema na verdade é um problema político, maior é um problema da classe como um todo. É elevar o nível da consciência, passar do primeiro estágio da consciência meramente reivindicatório para uma consciência política. É o desafio dos movimentos ou não, ou retroceder como algumas organizações que achavam que avançavam. (GASPARIM, 2007, apud PRINCESWAL. 2007. p.156)

#### **A - O curso livre de formação de formadores.**

Realizados a partir de 2007 foi pensado para agir dentro da perspectiva da coordenação da ENFF para resolver seu principal problema que é o abandono da luta. Este curso é oferecido a dois coordenadores estaduais do setor de formação por estado brasileiro o total de cada curso soma 50 participantes em média. Tem a atribuição de condicionar os formadores a disseminar na sua base seus aprendizados em seus estados de origem. Seu conteúdo programático oferece aulas de português, retórica, oratória, questão de gênero, conjuntura nacional e aspectos referentes à persuasão diante da base.

A estratégia da ENFF é evidente, ela aposta na multiplicação do conhecimento adquirido pelos integrantes e na multiplicação do mesmo, sabe-se que a principal exigência do curso é que ao voltarem para suas localidades os 50 coordenadores estaduais devem socializar o que aprenderam a base do MST. (idem.)

#### **B- O curso de formação política do setor de frente de massas.**

Na mesma perspectiva e formato do anterior, para atender as exigências do Setor de Formação em divulgar a organicidade do MST foi oferecido também em 2007, o curso específico para os militantes do setor de frente de massas os quais tem a atribuição de realizar junto à base social as primeiras conversas quanto à necessidade da mobilização dos sem terra que diz respeito às ocupações, marchas e acampamentos. Também existem cursos específicos

para os setores de gênero, cultura, produção, saúde, comunicação e de direitos humanos, com duração de dois anos e meio.

#### **C- O curso de formação política de coordenadores de brigadas.**

Também aprofunda a questão do método do trabalho de base, da comunicação, além de quatro grandes áreas: teoria do MST, filosofia, história e economia política. Esta é mais uma tarefa assumida pela escola, pensando justamente em atingir, por intermédio dos coordenadores de Brigadas, a formação da base.

#### **D- O curso livre para a formação política da juventude do MST.**

Atuam nos centros urbanos nas organizações comunitárias, jovens do hip hop, grafiteiros. A proposta consiste em promover a compreensão sobre a realidade brasileira com base em autores brasileiros como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado busca entender a formação da sociedade brasileira pela Ciência Política, sociologia, economia etc. Outro exemplo da aproximação entre o MST e os jovens urbanos pode ser percebido através da iniciativa de ministrar um curso na sede da escola, específico para cem jovens da torcida “gaviões da fiel” (ibidem).

#### **E- O curso latino americano de formação de formadores.**

A proposta deste curso é aprofundar a discussão sobre a conjuntura latino-americana e capacitar os dirigentes pedagogicamente para que possam contribuir no amadurecimento das suas organizações de origem. A prioridade para o MST é desenvolver cursos que articulem as experiências de representantes que atuam na área da formação em diversos movimentos sociais de toda a América Latina. Estes cursos têm elementos que agrupam todos os programas de cursos organizados e desenvolvidos por movimentos sociais latino-americanos, sejam eles livres ou formais. Seus objetivos são: a) formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, para fortalecer a nossa organização naquelas áreas específicas (saúde, produção, comunicação etc.); b) formar sujeitos com visão crítica da realidade e disposição para atuar na luta política contribuindo com a transformação dessa realidade; c) estreitar e ampliar os laços de solidariedade e internacionalismo da classe trabalhadora, fortalecendo a sua articulação, principalmente a Via Campesina. (MST, 2007).

### **3-Atividades Pontuais.**

Além dos cursos formais e livres expostos realizados pela ENFF existem as chamadas atividades pontuais, referentes à formação militante do MST, mas que são voltadas também

aos professores, aos quadros da organização e demais intelectuais, na forma de conferências, seminários, debates e círculos de leitura. A ENFF também realiza atividades que são desenvolvidas para a formação dos moradores locais, como aulas de informática. O viés pedagógico é duplo, pretende mobilizá-los para os interesses do movimento, visa-se sua formação política e torná-los simpatizantes.

Segundo o programa de atividades, os principais objetivos são: a) fazer o debate dos grandes temas da atualidade nas diversas áreas do conhecimento; b) fazer pesquisas e elaborações sobre temas que aparecem como grandes desafios para o MST e para o conjunto da classe trabalhadora; c) manter uma relação mais próxima dos intelectuais e dos dirigentes do MST, articulando experiências de luta e de vida pessoal e coletiva, com o conhecimento científico na perspectiva da produção de análises e novos conhecimentos; d) manter a atualidade do debate do socialismo e dos grandes desafios para a sua construção nesse contexto de luta de classes; e) vincular os objetivos da escola à estratégia do MST, garantindo a “vigilância” ideológica e política (de princípios, de comportamento). (MST, 2007).

Para atender demandas de formação política o MST tem criado diversos espaços e estratégias, como: os encontros, os centros de formação, os convênios com instituições públicas de ensino, cursos concentrados, os eventos de massa. Dessa forma, o MST oferece a estrutura que possibilita a seus militantes o acesso a aprendizados político, social e cultural, através da participação nesses espaços e no desenvolvimento das atividades de coordenação e direção. O investimento do MST na formação militante tem por base a capacitação de lideranças no domínio das diversas áreas do conhecimento, a especialização para funções de educação, saúde, produção. (PAIVA, 2007, p.16)

#### 4.9.1 Os problemas cotidianos da ENFF para o funcionamento dos cursos

O princípio da crítica e autocrítica e da avaliação constante se fazem presentes nesta fase. Quando avaliam os pormenores da formação oferecida ao militante construída na ENFF, o que se percebe é a resignação pessoal e espírito de sacrifício em alto grau da coletividade. Os resilientes esforços dos alunos e da coordenação giram em torno de seus objetivos máximos: formar quadros através da disseminação prática de sua organicidade interna. É consenso que a ENFF é um marco da ascensão dos movimentos sociais no quesito conscientização das massas, porém, estes *avanços* se dão a duras penas. As extremas dificuldades são resolvidas dia-a-dia improvisadamente com paliativos.

#### **1- Dificuldades nos custos de manutenção e funcionamento dos cursos da ENFF.**

As despesas relativas ao transporte para o deslocamento dos militantes e professores em muitos casos os próprios arcam com o custo do transporte. O quesito alimentação, entre outras, exige uma avaliação prévia sobre o custo-benefício para a operacionalização do curso, pois, em certos casos inviabilizam o curso proposto pela coordenação. Desse modo, reunir militantes de diversos estados brasileiros em um curso na sede da ENFF ou em alguma universidade tem sido um empecilho para que a organização expanda cada vez mais a sua atuação. Entre as estratégias para enfrentar tal impedimento está a de regionalizar alguns cursos oferecidos, visa-se atingir o caráter massivo da formação. Outra frente de ação é a Campanha em Solidariedade à ENFF, lançada em 2006, que objetivava a solidariedade de diversos colaboradores para continuar os trabalhos com mais vigor. Neste sentido, ocorreu a criação da Associação de Amigos da ENFF (AAENFF, 2009), a qual também conta com regionais. Salienta-se que os recursos mantenedores provêm da contribuição de simpatizantes, de ONGs, de entidades e dos convênios com universidades. Os residentes permanentes da ENFF, como os educadores que participam dos cursos de formação, não recebem pelo trabalho de apoio e pela militância à causa do movimento.

## **2- Absenteísmo e Indisponibilidade dos Formandos.**

Para o cumprimento das tarefas curriculares a dificuldade é a indisponibilidade de tempo necessária dos formandos, quando eventualmente, coincidem as atividades rotineiras do Movimento em seus estados de origem com a carga de estudos previstas pela coordenação. Desta forma, inviabiliza a presença constante dos seus alunos. Pois, a necessidade da presença dos integrantes em seus estados para resolver problemas pessoais familiares e do MST gera o absenteísmo, o que aumenta bastante a evasão e desistência dos cursos, por conseguinte o desperdício de tempo e recursos valiosos.

## **3 - Relação entre conteúdo/escolaridade dos alunos.**

Os conteúdos oferecidos pela ENFF relacionado aos alunos que a escola recebe são discrepantes. Este problema diz respeito à baixa escolaridade da maioria dos indicados, observa-se na autocrítica dos coordenadores e professores que há um disparate nos conteúdos teóricos sugeridos e o perfil dos militantes. A solução encontrada pela coordenação foi trabalhar justamente na adequação da grade curricular com o militante indicado a ser formado para os cursos sem perder em qualidade. Como em qualquer sala de aula na busca de resultados mais imediatos as turmas são formadas de acordo com a diversidade que o próprio

movimento oferece. Não se sabe quem vai se adaptar ou terá sucesso ou fracasso, visto que o problema de escolarização não é só do MST, mas de todo o Brasil. Neste sentido, a ENFF reúne turmas com diversos graus de escolarização, às vezes, são colegas de turma indivíduos com diploma superior e a o mesmo tempo ao seu lado está um semianalfabeto. O ponto de vista da coordenação é válido, quando afirma, que se não estão aptos agora poderão ser depois. Um ponto muito citado pelos coordenadores é que a experiência cotidiana é que prevalece, pois os menos *diplomados* se sobrepõem aos outros mais *estudados* no quesito oralidade, enquanto os mais *letrados* se destacam na escrita.

#### **4- A preferência dos militantes pela opção em graduar-se nos cursos universitários.**

Em detrimento dos cursos livres para a formação política, muitos militantes não escolhem os cursos livres não formais, a preferência majoritária é para os cursos formais de graduação e pós-graduação vinculados com o MEC. O MST/ENFF ciente da duplicidade de objetivos do militante questiona sempre se o interesse dos militantes é em graduar-se em um curso superior para atuar também na organização de massas ou apenas para ter uma profissão reconhecida legalmente e que lhe possa ser útil para conseguir um emprego. A resposta é dada por Bogo (2005) ele lembra que um dos objetivos diretos da ENFF além de ser a formação de quadros políticos, é a escolarização dos excluídos “este fato revela mais uma virtude do MST que é a de levar para a universidade jovens, filhos de lavradores, que jamais teriam como estudar” (BOGO, 2005, p. 31). O MST cumpre uma tarefa de seu arcabouço social ao levar o ensino superior de qualidade compatível às classes desfavorecidas. Compete a ENFF/MST cumprir também seu propósito de coibir o abandono e a desistência dos militantes principalmente os mais estudados e treinados para a luta.

#### **5- Forças burguesas dificultam a entrada da ENFF nas universidades públicas.**

Para suprimir este problema a Direção articula docentes das universidades simpatizantes do movimento em torno de ampliar o debate sobre uma proposta popular para a implantação dos cursos da ENFF em convênio com as universidades. A ampliação desta parceria põe em prática a disputa política por um projeto de formação da classe trabalhadora, projeto de nação, o qual sofre as conhecidas resistências conservadoras. Aliás, a universidade também é o lugar de excelência para a luta de classes, o conflito histórico se faz na aceitação ou não de um curso.



## **5 - A RELAÇÃO SOCIAL: ESTRUTURA ORGÂNICA, AÇÃO DIRETA E MÍDIA**

### **5.1 A estrutura organizativa do MST <sup>163</sup>**

A criação da estrutura organizativa do Movimento foi viabilizada pela necessidade percebida por trabalhadores rurais de coordenar e intensificar a luta nacional pela reforma agrária, dando continuidade às lutas das Ligas Camponesas, as quais foram liquidadas pelo golpe civil-militar de 1964 (MORISSAWA, 2001, p. 120).

A tentativa do MST em dar organicidade à ação direta teve como intenção primordial escapar a espontaneidade e volitividade apaixonada, para tanto tratou de esquematizar um organograma que diferenciasse sua estrutura organizacional do centralismo representativo da democracia burguesa. Neste sentido, as instâncias foram pensadas no princípio da gestão democrática que compreende a participação de todos de forma descentralizada do processo decisório. Por consequência, o MST passou a ser organizado e dividido em instâncias de

---

<sup>163</sup> Para o melhor detalhamento das funções destas instâncias ver: Fernandes, (2000), p. 184-185.

representação nucleares de base, tendo como unidade mínima as famílias integrantes não os indivíduos. As instâncias representativas são: o congresso nacional; os encontros nacionais e estaduais; as coordenações nacional, estaduais, regionais, de assentamentos e de acampamentos; direções nacionais e estaduais; e, por fim, grupos de base. Esquemáticamente para Morissawa (2001) as instâncias definem-se por serem os “espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de atuação” do movimento (MORISSAWA, 2001, p. 208). A autora ainda relaciona no MST 11 setores de atuação: frente de massa, formação, educação, produção, finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, gênero e direitos humanos; além das secretarias nacionais e estaduais. (MORISSAWA, 2001, p. 204-208).<sup>164</sup>

Quanto a aplicação da estrutura orgânica na ação direta sabe-se de antemão que a formação política do MST realizada nos trabalhos pedagógicos da ENFF resume-se no objetivo primordial de dinamizar a sua organicidade e sua estrutura organizativa para a efetiva atuação de seus militantes nas tarefas cotidianas dos acampamentos e assentamentos. Com isto bem definido nos intelectos já previamente estabelecidos os objetivos e a distribuição das tarefas para a execução do “evento” o MST determina aos seus integrantes que logo após o início da ocupação, ou qualquer outra ação, que a organicidade seja instituída pelos integrantes e as atividades postas em prática imediatamente pelos seus setores específicos.

Os significados pedagógicos da organicidade em ação abrangem: ampliar a participação; elevar o nível de consciência das famílias; formar militantes e quadros; ter o controle político do espaço geográfico; implantar os círculos orgânicos; manter-se permanentemente vigilante; afastar os inimigos; acumular forças. Tudo ajudará na elaboração da estratégia na luta política pela reforma agrária, dando condições de fazermos a disputa política na sociedade. (MST, 2008. p. 127)

Desde a fase de planejamento já estão bem incutidas às tarefas de cada um. O procedimento imediato determinado é que as famílias sejam divididas em núcleos, em equipes e setores de trabalho, são estabelecidos os coletivos de saúde, de educação, de alimentação, de segurança, de relações sociais, etc., bem como a eleição da coordenação do acampamento e da assembléia geral. Assim os componentes de uma ocupação, acampamento e assentamento são incumbidos de realizar uma responsabilidade individual relevante ao processo formativo-organizativo a qual se torna em seu conjunto coletiva. Ressalta-se que a estrutura orgânica foi instituída eficazmente pelo Setor de Formação, precisamente para que a organicidade e a

---

<sup>164</sup> Disponível em <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> Acesso em 15/10/2009.

autonomia do MST fossem absorvidas mais facilmente pelo militante *comum* em evolução pela práxis organizativa.

“Outro aspecto e elemento relevante nos processos de formação. As pessoas aprendem fazendo, participando, assumindo responsabilidades e desafios. A formação é uma forma de ação, de organização, de convivência. Nesse sentido, a estrutura orgânica deve possibilitar aos militantes um exercício e aprendizado daquilo que deve ser nossa organicidade na prática. Tanto do ponto de vista da concepção como do ponto de vista do funcionamento. Refletir e aplicar os princípios organizativos, o respeito às instâncias e ao coletivo”. (LIMA, 2011 p.82, 83).

A estrutura organizativa do MST é ressaltada a todo tempo nestes eventos, desde as pequenas formações, até as maiores amplitudes diretivas. Logo que se realiza uma ação direta são divididas as responsabilidades entre os envolvidos na ação. A organicidade de um acampamento deve ser respeitada por menor que seja a posição ou a tarefa do militante, visa-se com isso sua manutenção física e psicológica, bem como, são estipuladas as maneiras pelas quais as diretivas aprovadas pelas assembléias gerais serão cumpridas. O militante deve ter a consciência de que somente com obediência à estrutura orgânica estipulada o movimento será eficiente em suas ações no conflito da luta de classes. A relação entre organicidade, formação política e ação direta é defendida por Bogo (1999) o qual tece argumentos quanto à relevância do ensino da sua estrutura orgânica à base, insiste que a participação da militância nas mobilizações só trará bons resultados, se o movimento, internamente, desenvolver a estrutura orgânica capaz de “aglutinar pessoas, distribuir poder, exercitar e praticar democracia, procurar satisfazer as necessidades dos seres humanos que dela participa”. (Bogo, 1999, p. 47).<sup>165</sup> Portanto, este é o motivo pelo qual a obediência e disciplina à organicidade são ressaltadas a todo tempo na ação direta, visto que, a própria subsistência e sucesso nas empreitadas estão relegados ao cumprimento do que foi planejado e combinado nas reuniões. Ou seja, para que o membro cumpra seu dever *tranquilamente*, é importante que tenha certeza que o seu companheiro também cumprirá a sua tarefa com maior empenho. Facilita a cobrança, avaliação dos resultados e elaboração de novas estratégias, visto que a práxis organizativa está sendo pensada e avaliada a todo tempo. Fernandes aponta para o acúmulo da experiência orgânica cotidiana que fez com que o MST reestruturasse o seu funcionamento a partir das Brigadas e não mais em grandes regionais, como era a princípio, assim, com esta alteração na composição orgânica estrutural, a organicidade se faz presente a todo tempo, desde as unidades mínimas familiares até as maiores instâncias. Logo, as tarefas relacionadas

---

<sup>165</sup> BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

à ação direta têm um caráter cotidiano, corriqueiro, são suas atribuições: controlar conflitos, rixas e desavenças, incrementar a subsistência e realizar a mística.

Os setores de atividades apareceram conforme a compreensão de que a luta pela terra inclui o direito à educação, à saúde, à cultura. o MST apresenta as seguintes formas de organização das atividades: secretarias nacionais, estaduais, setor de frente de massa, de formação, de educação, de produção e meio ambiente, de comunicação, de finanças, de projetos, de direitos humanos, de relações internacionais, de saúde, coletivo de cultura, de gênero, dos pesquisadores, sistema cooperativista de assentados. (FERNANDES, 2000, p.172).<sup>166</sup>

Relembra-se que visão do MST para a construção da organicidade tem a ver com o repúdio ao individualismo e a concepção de trabalho da democracia burguesa. Os atos dos trabalhadores, individuais ou coletivos; certos ou errados, inclusive os de conduta e comportamento são avaliados nas assembléias e passados para os outros integrantes. As necessidades particulares de cada um, só são atendidas quando verificadas pelas instâncias que não irá prejudicar a coletividade e as diretrizes propostas para aquela intervenção direta do MST no espaço social. Esta é a lógica entre o conjunto dos princípios orgânicos formativos e trabalho político-organizativo na ENFF nos acampamentos para a ação direta.

## 5.2 Funcionalidade orgânica estrutural das instâncias

1- Os Núcleos de Base dos acampamentos e assentamentos são divididos em dez famílias, o critério para sua reunião é a afinidade entre as famílias, estas são as menores parcelas divisíveis do MST, são escolhidos dois coordenadores de núcleos de base que devem ser um homem e uma mulher, suas atribuições são: coordenar reuniões, enumerar dificuldades, propor soluções coletivas; prestar contas do núcleo a direção. Nas reuniões ou assembléias são debatidas e decididas as proposições mais imediatas dos núcleos para sua subsistência.

As famílias acampadas e assentadas dos “Núcleos de Base”, que, inspirados nas Comunidades Eclesiais de Base são constituídos por dez famílias vizinhas, em média, que executam, assim como todas as demais instâncias, as tarefas mais gerais decididas nas reuniões das Brigadas e Direções bem como deliberam sobre a resolução de seus problemas mais imediatos e encaminham diretivas às instâncias superiores a respeito de assuntos mais gerais. Em cada um são escolhidos um homem e uma mulher como coordenadores, sendo sugerido, ainda, que haja um representante para secretariar e mais dois para cuidar das finanças do Núcleo. (GUTERREZ, 2008, p.165)

Nas assembléias se orientam as ações a serem praticadas pelos militantes. O fato decisivo que revela a descentralização do processo decisório das instâncias do MST é que mesmo com a submissão consciente à direção nacional, o núcleo base tem autonomia para tomar suas próprias decisões e não há nenhuma instância, além dela mesma, que revogue as

---

<sup>166</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. RJ: Vozes, 2000. p.172

deliberações aprovadas nas assembléias locais. As instâncias também podem ser transversais, isto é, quem desejar e tiver a competência necessária pode também participar de várias ao mesmo tempo, pois, devido à enormidade das tarefas a se realizarem, falta de pessoal, a polivalência do núcleo de base, de acordo com a situação dada, também é valorizada.

O bom funcionamento do núcleo depende da direção da brigada e dos setores. Ele é tipo uma ferramenta de trabalho. Se o trabalhador quiser, pode usá-la todo dia ou então de vez em quando ou deixá-la encostada por anos a fio. Se os dirigentes quiserem envolver o núcleo nas discussões políticas, ouvir opiniões e encaminhar de forma discutida as questões, ele terá função política. Se o setor de produção quiser envolver o núcleo na discussão sobre cooperação e a partir dele organizar o trabalho coletivo, ele terá função econômica. (...) Assim podemos passar a todos os setores. Tudo pode ser feito com os núcleos, desde organizar o trabalho voluntário, até a mobilização nas jornadas de luta. (GUTERREZ, 2008, p.163).

O sistema de participação política proposta pelo MST para os núcleos de base condiciona e até mesmo exige a participação de todos no processo político decisório. O MST se vale da premissa a qual afirma que todos são iguais e tem direito a se expressar livremente seus pensamentos. Este dispositivo orgânico do MST favorece que os menos instruídos em escolas formais, prestem seus serviços e exponha seus argumentos com tranquilidade, ou seja, o que vale é a experiência adquirida dentro do conflito de classes. Analfabetos, semianalfabetos, letrados e iletrados têm o mesmo peso nas deliberações que os mais estudados, desde que haja pertinência e relevância em seus argumentos. Conclui-se que o MST proporciona na sua organicidade interna a possibilidade de criação de formas de organização coletivas da sociedade no princípio da descentralização do poder decisório mediante a apresentação do indivíduo ou família como núcleo da organização da base.

2- As Brigadas são formadas por 500 famílias próximas, são subdivididas instâncias menores: núcleos de base, setores, direção coletiva e coordenação de brigada. Contam com um diretor (a) e um coordenador (a) obrigatoriamente. São criados tendo em vista a descentralização do processo decisório. As brigadas são formadas, por cinco núcleos base ou área geográfica, ou seja, a brigada com 500 famílias exige a presença ativa de dez representantes. A coordenação da brigada lota cem coordenadores de núcleos base (dois coordenadores por núcleo, um homem e uma mulher), 80 coordenadores por setor (dez por setor) e dez representantes da direção das brigadas, ou seja, cada reunião, congresso ou encontro permite a participação de pelo menos 190 representantes da coordenação dos coletivos e núcleos de famílias, de modo a cultivar a democracia socialista interna na implantação das linhas políticas e dos princípios organizativos. As Brigadas, por sua vez, são divididas por setores, coordenadas por um homem e uma mulher, ambos têm como função essencial imprimir organicidade aos

acampamentos e assentamentos. São eleitos coordenadores de três a cinco representantes por núcleos de base, somando-se dez representantes. A primeira, que forma o comando político da brigada, é integrada por dois dirigentes um homem e uma mulher, mais um dirigente para cada cinquenta famílias (um de cada brigada de cinquenta). Além destes, há também um dirigente para cada setor. Já a coordenação da brigada de quinhentas famílias, além de toda a direção, participam também os coordenadores de cada um dos Núcleos de Base.

Os setores de brigada têm a função de discernir, debater, direcionar as metas dos assentamentos e acampamentos e são subdivididos em: frente de massas; produção, educação, formação; saúde, gênero, comunicação e cultura, mística. “Os setores sempre foram, coletivos de pessoas que se dedicam a pesquisar, estudar, planejar e organizar as atividades correspondentes àquela área de atuação”. (BOGO, 2003.p.55).<sup>167</sup>

3- Direção Estadual e a Coordenação Estadual. A principal atribuição destas instâncias é elaborar as diretrizes gerais do movimento por meio de Encontros anuais, às vezes são dois. Os encontros estaduais por ela realizados objetivam aglutinar o máximo de militantes na organicidade do MST, congrega as direções e coordenações das brigadas de seus estados de origem. Outra incumbência é supervisionar o andamento dos núcleos e dos setores e ter a certeza que as deliberações da direção estadual irão chegar à base, da mesma maneira que as petições e comunicações da base chegarão a Direção. A direção estadual e a coordenação das brigadas são instituídas pelos líderes eleitos dos núcleos base e setores associados com a direção. A direção estadual é constituída por dois dirigentes (homem e mulher) de cada brigada de quinhentas famílias, mais dois representantes (homem e mulher de cada setor), suas atividades são realizadas mediante as determinações da Coordenação Estadual (ibidem).

4- Direção Nacional e Coordenação Nacional. A primeira é composta por dois dirigentes (homem e mulher) de cada estado; e a segunda, além dos membros da direção, compõe-se também por pelo menos um homem e uma mulher de cada estado para cada Setor, que se reúnem de dois em dois anos nos “encontros nacionais”; e a cada cinco anos se realiza o “congresso nacional”, com massiva participação de militantes de todo o país, em que, além da avaliação dos últimos anos, são definidas as linhas de atuação para o próximo quinquênio.

Para realização de um Encontro Nacional, “A Direção Nacional formula a pauta e envia para todas as regionais. As reuniões acontecem na mesma época e se discutem os mesmos pontos, como se fosse o período de trabalho em grupo dentro de uma grande sala de debates. Ao terminar as reuniões regionais, as sugestões são enviadas para a Direção Nacional para serem encaminhadas em nível nacional. O mais importante disso tudo é que não precisa de um presidente para convocar e coordenar as reuniões. (...) Fica fácil de funcionar (...) por causa dos calendários organizados no início do ano. Todos sabem que dia e em quais locais haverá reuniões nacionais.

167 BOGO, A. **Arquiteto dos Sonhos**. SP: Expressão Popular, 2003. p. 55.

Mas, em caso de emergência, tem a secretaria nacional, com um dirigente responsável que articula as reuniões”. (BOGO, 2003 p. 58.)

Os cargos de Direção, tanto estaduais quanto nacionais, são providos através de votação, e o mandato dura dois anos, porém “o término do mandato é apenas simbólico, para que se faça uma profunda avaliação das instâncias”; (GUTERREZ, 2008, p.164-165)

muitos dirigentes são reconduzidos ao cargo agora, uma coisa sempre foi muito séria. Se, depois da eleição, percebe-se que um membro da direção não corresponde, retorna-se à discussão, avaliando o desempenho do dirigente e remete-se a avaliação para o Estado de origem, desligando-se este dirigente da instância, mesmo que não tenha cumprido seu tempo de mandato. Indica-se outro para ocupar seu lugar. Esta prática é mais frequente nos Estados do que na Direção Nacional, porque a norma serve para todas as instâncias. (BOGO, 2003, p.59).

A partir do que já foi demonstrado fica claro que realmente o MST promove uma tentativa de descentralização do processo decisório e estimula a participação de todos. Ainda se podem comprovar pelo exposto, que o MST com esta estrutura organizativa potencializa a instituição de novas lideranças as quais com o desenrolar dos anos em luta e a experiência adquirida podem galgar novos postos estruturais organizativos do MST. São justamente estas lideranças em ato e potência de ascensão que a coordenação ter como alunos dos cursos de formação política; visto que estas lideranças crescem no movimento sem ter qualquer qualificação escolar relevante, muitas vezes, são eles que arquitetam todas as estratégias de luta em suas comunidades *instintivamente*, pois, desde cedo são induzidos a contribuir em todas as instâncias organizativas do movimento.

Este fato comprova que a luta concreta é o maior princípio educativo do MST, para o MST, a ocupação é o primeiro momento de formação dos sem-terra, é a essência de todo processo educacional do MST.

### 5.3 A organicidade do MST na ação direta. <sup>168</sup>

Apresentaremos uma breve análise das práticas da luta pela terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesta seção serão expostas as atividades do MST em sua realidade concreta. A organicidade ocorre em âmbito nacional, a qual por meio de uma terminologia militar é dividida, como já falado, em brigadas, núcleos de base, setores de: formação, educação, gênero, produção, meio ambiente e formado os coletivos de: juventude e relações internacionais.

<sup>168</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo* Cadernos temáticos: educação do campo. Paraná. 2005. -. p.15-18.

Sabe-se que esta organicidade do MST é expressa e realizada logo que acontece uma reunião ou ocupação. As reuniões nos acampamentos e assentamentos permitem aos dirigentes apresentarem os problemas, buscar soluções, cobrar resultados, realizar a crítica e autocrítica das ações realizadas. Justamente nestas reuniões as lideranças relembram e enfatizam a organicidade do MST à sua base social, ressalta sempre sua importância para o movimento e para o próprio militante em ação. Também já se tem conhecimento que o MST tenta ser um movimento que promove a descentralização do processo decisório, isto é, quer a participação de todos na representatividade do movimento, a qual é bastante complexa a primeira exposição e difícil de memorizar.<sup>169</sup>

Contudo, apesar da racionalidade nas ações reais instituída pelos teóricos quanto a organicidade das instâncias se verificou a recorrência de sequelas físicas e psicológicas nos integrantes, é que na maioria das práticas da ação direta do MST coloca-se em risco a vida, a saúde, a liberdade e a integridade física e psicológica de seus militantes, sem mencionar os problemas sociais e familiares devidos ao afastamento por meses, às vezes anos de seus locais de origem. Na ação direta o integrante deve disponibilizar-se de um tremendo esforço físico-mental por parte do militante, pois, os próprios tem conhecimento que sempre estará em perigo de vida e em condições climáticas adversas extremamente desconfortáveis para homens robustos, imagine-se para velhos, mulheres e crianças muitos deles subalimentados e doentes, cheios de parasitas, debaixo de um plástico na beira da estrada. Portanto, somente com militantes bem treinados e sempre em adestramento pode-se vencer o medo da ocupação e agir com eficácia contra o Capital e fazer uma frente de contestação satisfatória as relações da Globalização.

“A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar à conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia”. (FERNANDES. 2005, p.15)

Outra característica encontrada é que estas atividades reais do MST são realizadas com os recursos escassos e fraquíssimo apoio da população do Brasil. Logo, a maioria do povo é contrária ao MST, devido à antipropaganda da mídia antipativante ser bastante eficiente em deturpar os movimentos sociais subalternos.

A prática do MST mais combatida pelo Estado e pela mídia é a ocupação de terras, devido este ser o melhor expediente de territorialização e de instrução para os militantes do MST é o que mais agride os ruralistas e seu status quo. Mas, ao mesmo tempo em que é

---

<sup>169</sup> SANTOS, Esmeraldo L. **Juventude, formação política e identificação no MST**. Libertas, Juiz de Fora, 2007. p. 68 – 81.



através da ocupação que o MST obtém sucesso em suas investidas anticapitalistas, de modo geral, as práticas do MST demonstradas, mesmo que superficialmente, percebe-se o teor de gravidade de suas ações ocupatórias contra o estado burguês, o latifúndio e o agronegócio e reciprocamente para a saúde do próprio militante. A ocupação de terras segundo Fernandes (2005) começa com o trabalho de formação política da base alguns componentes do setor de formação realizam visitas aos sem terra nas cercanias das cidades, inclusive das regiões metropolitanas, no sentido de trazê-los para questão agrária divulgar seus ideais de sua luta pela reforma agrária.<sup>170</sup>

O MST tem se territorializado por todas as regiões por meio da ocupação de terra. Essa é uma antiga forma de luta do campesinato brasileiro, todavia nos últimos vinte anos foram intensificadas com o aumento do número de famílias sem-terra e do número de ocupações de terra. Procuramos compreender os diferentes procedimentos criados pelos sem-terra na realização da luta pela terra, bem como a origem desta população. Também acompanhamos os tipos de conflitos e as medidas políticas do Estado em resposta às ações dos trabalhadores. A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse (FERNANDES, 2001, p.15).

Os indivíduos nesta fase estão geralmente no primeiro grau de conscientização político-econômica, ou seja, ainda atribuem seus desígnios ao destino, a vontade de Deus baseia-se em superstições primárias e seu raciocínio tem como base o senso comum, no sentido de romper com esta dispensação mental interessante aos dominantes O MST congrega os sem terra em todos os lugares disponíveis: salões paroquiais, escolas, clubes, sindicatos ou nas residências dos integrantes para desmistificar suas condições sociais vigentes. Fernandes denomina este momento como: “espaço de socialização política”, onde são discutidas e apresentadas nesta fase as verdadeiras razões de seus infortúnios, seus verdadeiros inimigos, as formas de luta, os perigos decorrentes da confrontação aos dominantes, as probabilidades de sucesso na luta pela terra e pela reforma agrária.

“Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política, que chamamos de “espaço comunicativo”. Neste espaço, as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam em seus destinos. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra e abre novas perspectivas para suas vidas. As reuniões do trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando as lideranças do MST apresentam a possibilidade de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação (FERNANDES, 2005, p.15)

Após toda a explanação das dificuldades e consequências de seus atos as famílias decidem finalmente ocupar terras, assim aquela fase da socialização se esgota e dá lugar a

---

<sup>170</sup> Neste caso o sem terra é grafado com letras minúsculas. Somente após a sua incorporação ao MST usa-se maiúsculas.

outra mais avançada além do espaço de socialização política, Fernandes denominou de: “o espaço de luta e resistência”. Segundo o geógrafo este novo momento se concretiza quando as famílias efetivamente ocupam uma propriedade privada ou pública, ou formam um acampamento a beira das estradas. Seguindo a lógica de Fernandes para o processo de ocupação, ele informa que a partir deste momento é originada outra esfera da práxis organizativa que vai mais além do espaço de socialização política, que é denominado no MST de “espaço interativo”. Eles denominam este instante do processo devido à reunião em um só lugar dos envolvidos no processo, os sem terra simples expropriados dos seus meios de produção, não estão mais dispersos pelas redondezas, mas reunidos coletivamente no local da luta e resistência agora são designados Sem Terras devido a *interação coletiva de classe* existe a diferenciação por que agora foram convencionados elementos identitários e representativos do militante com o MST, ou seja, houve uma afinidade em suas histórias de vida, seus objetivos, agora eles têm inimigos comuns de classe: o Estado, a burguesia, o latifúndio, os ruralistas, o agronegócio. A partir deste momento de conscientização de classe constante e de aprendizado pela práxis organizativa o anterior “espaço de luta e resistência” agora também sofre uma evolução é visto como uma transformação favorável ao contexto de luta chama-se daí em diante de “acampamento”.

As famílias não estão mais dispersas, mas juntas em muitos barracos de lona preta. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstra que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém (mídia e população, e estado) pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas nem os discursos políticos nem as teorias podem ignorar sua presença. Todavia, se não é possível ignorar, é possível reprimir, repelir, rechaçar, despejar. Assim nasce o conflito, um dos mais antigos da história do Brasil: o latifundiário contra o sem-terra. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios em nome dos seus direitos. Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra. (idem, p.16)

Propositalmente é intensificado o conflito de classes com o processo ocupatório das propriedades, pelos setores e coletivos do MST, o qual, segundo Fernandes (2005), envolve o rompimento de privilégios e “direitos adquiridos” a partir daí cabe ao Estado resolver o impasse social. Entretanto, lembra o geógrafo, que as políticas públicas dos governos tem se resumido ao assistencialismo compensatório, estimula o desenvolvimento territorial em áreas ermas, fora do palco da luta de classes, geralmente na Amazônia legal para plantação de cana-de-açúcar visando o mercado aberto de biocombustíveis e soja. bem como o estado tem incentivado em menor escala a transformação do camponês em agricultor familiar inserido diretamente na lógica capitalista segundo o paradigma do capitalismo agrário em detrimento do paradigma agrário defendido por Fernandes.

Fernandes (2005), por sua vez, contrário ao paradigma do capitalismo agrário e o do fim do campesinato, defende o paradigma do fim do fim do campesinato, ou simplesmente, paradigma da questão agrária. Sua defesa se faz perceber quando afirma que por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantêm na pauta política do estado e na mídia a questão da reforma agrária. O que prevalece na perspectiva de Fernandes ao relacionar as ocupações com o desenvolvimento agrário, é que simultaneamente, consoante ao seu paradigma da questão agrária, a ocupação de terras favorece a um modelo de desenvolvimento econômico contraditório à própria essência do capitalismo que cresce justamente em linhas não capitalistas, isto é, sem relações diretas assalariadas entre patrão e empregado. Além disso, porque, segundo seu axioma, as áreas ocupadas entregam a seus ocupantes meios de produção autônomos, as quais quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares que produzem a renda capitalizada da terra que é apropriada pelos capitalistas através do mercado interno, visto que as relações salariais são quase inexistentes. Segundo ele, por isso as ocupações de terra tornaram-se a principal forma de acesso a terra pelos pequenos produtores, por ser prioritariamente uma maneira de criação e recriação não capitalista do campesinato, contudo também contraditoriamente a ocupação de terras proporciona que o capitalismo se desenvolva mesmo que seja com relações sociais não capitalistas através do arremate da renda da terra absorvida pelo mercado interno. A lógica da ocupação é bem mais simples que a sua realização e permanência: a pressão política dos latifundiários geradas pelas ocupações de terra obriga o Estado a procurar soluções para os conflitos, às vezes com assentamento ou na maioria das vezes com a repressão jurídica e policial. Neste sentido, verdadeiramente, a ocupação de terra é uma violência ao estado democrático burguês capitalista por que desrespeita o sacramento do catecismo burguês da inviolabilidade da propriedade privada, enquanto que Estado e latifundiário violam o sacramento da dignidade humana contumazmente ao expropriar o camponês sem se importar com a subsistência digna de suas famílias. Contudo, apesar das ocupações favorecerem direta e indiretamente às novas relações capitalistas no final do processo, mesmo assim, ocorre a intolerância do Estado que se faz presente quando as famílias expropriadas são desalojadas truculentamente por atos jurídicos de reapropriação de posse pela polícia e com as violências dos latifundiários com sua jagunçada. Então, como a questão agrária e a reforma agrária não foram resolvidas estruturalmente, isto é, a base da economia agrária ainda é o latifúndio agroexportador, as ocupações de terras se repetem recorrentemente até que as famílias sejam assentadas ou obrigadas a desistir da empreitada. Nesta possibilidade, mesmo no caso de

desistência para Fernandes houve uma evolução no quadro geral, pois, o que vale de verdade é que o militante enfrentou seus algozes, perdeu o medo, foi acentuada a luta de classes. A classe camponesa se organizou, aprendeu com a luta diária e o tema da reforma agrária não saiu da pauta das agendas estatais e jornalísticas apesar das sabotagens da grande imprensa.

Por essa razão, as ocupações se tornaram parte do cotidiano brasileiro, sendo divulgados nos principais jornais. A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. As medidas políticas [do estado e governos] têm sido eficazes para conter as ocupações de terra. É bom lembrar que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle social da luta popular. Pelo controle social, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua. (ibidem, p. 17-18)

Quanto à questão da conscientização ou não do militante que realiza estas tarefas do MST fica a dúvida se são realmente avisados pelos líderes do MST quanto às consequências dos seus atos. Refiro-me a velha discussão sobre a manipulação dos trabalhadores rurais serem somente massa de manobra para consolidar o projeto de nação da intelligentsia do MST, fica a pergunta: o integrante do MST sabe o que está fazendo ou é apenas usado e teleguiado pela *intelligentsia* do MST, para cumprir o seu projeto de classe? Aliás: existe uma *intelligentsia* do MST que determina a execução das ocupações e acampamentos organizados pelo MST? Guterrez (2008) defende o MST, utiliza as palavras de Stédile (2005) para responder as perguntas: “vale frisar a inexistência de um organismo central no comando, “orquestrando” as ações e “chefiando” seus integrantes.” Isso porque as ocupações só se viabilizam a partir da iniciativa consciente de cada família que deles vão tomar parte:

“Ninguém vai para a ocupação porque alguém mandou; ele tem que decidir. Em todas as ocupações do MST o sujeito, para ir à ocupação, sabe que tem que ter sua lona, levar sua comida, é uma responsabilidade dele. Às vezes a imprensa diz: O MST fez uma ocupação, de onde arranja o dinheiro?” Não precisa de dinheiro para fazer ocupação. Para fazê-la precisa-se consciência de querer lutar pela reforma agrária. Aí o sujeito, ele mesmo, se prepara, porque ele não é idiota, ele sabe que tem que comprar lona, tem que ir lá, tem que se preparar. Para fazer ocupação, não pensem que precisa de dinheiro. Precisa é de vontade, de querer resolver os seus próprios problemas” (STEDILE, 2005 apud GUTERREZ, 2008. p. 117)<sup>171</sup>.

Na verdade seria interessante para os militantes da ação direta do MST se as lideranças criassem novas formas de luta que não agredissem tanto aos mais fracos, é consenso que os acampamentos em estradas são hediondos, o MST precisa pelo menos dar melhores condições para que as famílias suportem anos de beira de estrada com melhor qualidade, aliás, deveria se acabar com acampamentos de beira de estrada, nas bordas das fazendas, a ocupação de

<sup>171</sup> STEDILE, J. P. **Depoimento na CPMI da Terra** em 2005, In: MELO J. A. T. (org.) apud Guterrez p. 117.

prédios públicos e fechamento de estradas oferecem resultados mais satisfatórios e a infraestrutura pode ser mais bem aproveitada.

No que toca a esta pesquisa, o fundamental é que o militante que ocupa terras fica mais experiente no conflito de classes diretamente pela práxis organizativa pelo seu melhor e mais completo material didático-pedagógico: a ocupação. Em todas as atividades da ação direta do MST explicada didaticamente por Fernandes (2005) é o setor de formação de militantes o responsável pela instrução, defesa e ensinamento da estrutura orgânica do MST bem como do planejamento das estratégias, divisão de tarefas e avaliação dos resultados de cada ação realizada. As práticas ocupatórias na formação militante são incrementadas à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento das famosas três grandes “cercas”: “*cerca do latifúndio, cerca do capital e cerca da ignorância*”, as quais acorrentam o Sem Terra à exploração das relações sociais exploradoras e desiguais do Capital. Florestan Fernandes contribuiu com uma afirmação de Stédile (1997).<sup>172</sup>

“Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas, embora essa vinculação não seja necessária. Na China, em Cuba, na Rússia, sem passar pela escola, o povo fez a revolução nas ruas. Mas em um país como o Brasil, é necessário criar um mínimo de espírito crítico generalizado, cidadania universal e desejo coletivo de mudança radical para se ter a utopia de construir uma sociedade nova que poderá terminar no socialismo reformista ou no socialismo revolucionário. Eu Prefiro a Última Alternativa...” (FLORESTAN FERNANDES, 2008)

É o grande dilema ao se propulsionar a luta de classes, ao organizar os camponeses em seus moldes, fica sempre a questão: o MST realiza a revolução desejada por Florestan Fernandes ou apenas um reformismo pequeno-burguês?<sup>173</sup> Devido o ecletismo e pragmatismo de suas variadas e antinômicas matrizes o MST nunca será revolucionário e nenhuma das três cercas será derrubada, pelo visto a escolha do MST é pela primeira opção dada por Florestan Fernandes.<sup>174</sup> Porém, no que diz respeito a esta pesquisa, na formação política do militante sob as linhas marxistas o MST tem acertado em suas estratégias orgânico-formativas. “O MST, enquanto movimento de luta social e organização política dos trabalhadores sem terra, é o grande educador/formador de quem nele participa ou com ele se envolve.” (Caldart,

<sup>172</sup> Palestra proferida por Stédile em 17 de outubro de 1997 ADUNICAMP citado por Bezerra Neto (2008) Acrescento por minha conta a cerca do pragmatismo eclético.

<sup>173</sup> Gramsci elaborou as noções de Guerra de posição ou guerra de trincheira; guerra de movimento e guerra subterrânea para se referir a ação direta das classes subalternas. Vale conferir suas distinções. Entretanto não se sabe qual destas o MST se inclui, pois o pragmatismo e ecletismo extremado impedem qualquer observador estranho ao movimento concluir qual é a sua ideologia predominante. Acredito que nem mesmo seus integrantes saibam por causa da confusão de referenciais pregados pelo MST em suas matrizes filosóficas.

<sup>174</sup> Revolução passiva e reformismo são quase termos similares. Pois, na medida em que a classe em ascensão avança, ela se aburguesa é cooptada pelo Capital e reproduz a dominação de seus antagonistas contra seus próprios camaradas. Esta é uma das poucas restrições que faço a Gramsci. Já existem bons trabalhos com esta perspectiva e seus resultados afirmam que o MST é um partido reformista pequeno-burguês do campo que logo se aburguesará completamente. Vale aprofundar no tema.

1997:16)<sup>175</sup>. Acredita-se que sem militantes extremamente doutrinados e convictos de seus objetivos contra o Capital e seus representantes de classe, sem uma construção psicológica forte, bem definida na mente do camponês, eles não poderiam aguentar o enfrentamento, o confronto desigual, o sofrimento de um acampamento, de uma marcha, a ocupação de um latifúndio, resistir ou retirar-se deles.

Conclui-se que a formação política do militante mesmo nos parâmetros reformistas do MST pode ser um passo para a revolução socialista, porém deve parar de *marcar passo*, deve acentuar seu marxismo-leninismo e deve eliminar as formulações pequeno-burguesas de seu ideário, sobretudo a pedagogia do movimento e o pragmatismo de Paulo Freire e insistir para que o moral do militante esteja sempre elevado somente nos princípios do materialismo histórico e dialético, o qual é suficiente para conduzir as populações para a verdadeira revolução social. Apesar desta crítica, reafirma-se o apoio à organicidade do MST ensinada nos cursos de formação, pois, têm pertinência com a realidade concreta militante e os propósitos do MST.

#### 5.4 Principais atos na ação direta do MST

Já é de conhecimento da maioria da população que o MST para alcançar seus objetivos, realiza ocupações de terras devolutas e de latifúndios produtivos e improdutivos, ocupações de prédios públicos bem como promove marchas e passeatas, jejuns e greves de fome e também manifestações em grandes cidades do Brasil (MORISSAWA, 2001, p. 199-203). Sem dúvida a ação do MST que mais repercutiu aconteceu no mês de abril de 1996 no Pará quando dezenas de militantes foram mortos e feridos pela polícia estadual, em homenagem a estes mártires, o MST a partir daí passou a denominar de “Abril Vermelho” o mês em que mais realiza suas ações. Enfatiza-se, portanto esta ação do MST que se tornou emblemática devido à violência e repercussão dos fatos na mídia internacional e a comprovação de que realmente as ações do MST são extremamente perigosas e que a truculência do Estado e impunidade unilateral do judiciário se fazem presente a todo tempo.

Todo mês de abril, o Movimento dos Sem Terra promove diversas ações em todo o território nacional. Este mês é especial para o movimento, pois é uma forma de protesto ao episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido à beira da rodovia PA-275, próxima à cidade de Eldorado dos Carajás, sul do estado do Pará, aproximadamente a 140 quilômetros de Xinguara, município onde ocorreram os fatos analisados neste estudo. O massacre se deu no dia 17 de abril de

---

<sup>175</sup> Caldart, Roseli. **Educação em Movimento. Formação de educadores e educadoras no MST**. RJ: Vozes, 1997. p. 16.

1997, quando duas mil famílias marchavam para a sede do INCRA na capital do estado, Belém, para cobrar uma posição quanto à desocupação da Fazenda Macaxeira, de 42.448 hectares, utilizada para a extração de madeira. O governo do estado havia prometido assentar e prover alimentos para os assentados, porém, devido à morosidade governamental, as famílias iniciaram uma marcha de 800 Km rumo à capital paraense. Ao bloquearem a estrada em forma de protesto, foram cercados por contingentes policiais sem identificação em seus uniformes, que começaram a disparar contra os manifestantes. O resultado desta operação foi de 19 mortos, 69 feridos e 7 desaparecidos. Segundo o Néelson Massini, legista da Unicamp, 13 dos mortos foram executados depois de rendidos. (MORISSAWA, 2001, p. 156).

Após a exposição do fato segundo Morissawa (2001), faremos a seguir a exposição sumária de alguns atos do MST que são abordados pela mídia dominante e dominada e que devem estar muito bem incutidos na mente do militante em todos os sentidos possíveis, por isso é ensinado efetivamente na ENFF nos cursos de formação política à base social.

### **1-As marchas em rodovias e estradas.**

Geralmente a multidão a marchar pelas estradas se fazem notar pela organização e pelo esforço físico, às vezes descomunal, pois, mesmo caminhar poucas horas por dia o desgaste é evidente. Seu objetivo é alarmar a população desavisada que no âmbito rural existem problemas contra a dignidade humana e que o culpado é o avanço do capitalismo no campo e a consolidação do agronegócio em detrimento das unidades autônomas de camponeses. A tentativa é para adquirir novos prosélitos e simpatizantes ao movimento, pela mídia, neste caso, estas marchas, revelam-se um forte mecanismo legal de pressão política, para o cumprimento da legislação agrária ou para pelo menos lembrar a população e ao Estado que existe uma Questão Agrária e ainda há a necessidade da Reforma Agrária.<sup>176</sup>

**2- Jejuns Coletivos.** São mecanismos midiáticos que pretendem chamar a atenção da população brasileira para algum problema específico. No jejum coletivo, os integrantes deixam de comer e beber aludindo à fome e a sede que passam naquele exato momento, milhões de pessoas no campo. Esta prática se realiza em prédios públicos com muito alarde, mas de maneira pacífica, pelos menos até a expulsão dos ocupantes do prédio, quando acontece de forma truculenta pela polícia burguesa. Os integrantes exigem a conversação com as autoridades para a resolução do problema imediato em questão.

**3- Greves de fome coletivas.** Este expediente extremo de resultados contestáveis, não deve ser muito simpático ao integrante do MST, visto que passar fome para a maioria é um trauma psicológico mais que justificado, pois, muitos já passaram por ela e não querem nem sonhar

<sup>176</sup> MORISSAWA, Mitsue. **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 200-203.

em ter fome novamente, muito menos de propósito. Por isso a raridade da prática e a utilização de outros instrumentos de pressão para denunciar os desmandos do capitalismo à população e cobrar resultados dos representantes estatais.

**4- A ocupação de prédios públicos e latifúndios.** Com melhor planejamento, mesmo sendo as mais perigosas e insalubres para a integridade física do militante é a tática que mais acontece nas ações do MST. A ocupação de prédios e de fazendas improdutivas e até mesmo produtivas quando existe uma questão ambiental, por exemplo: a fabricação de transgênicos e a produção de eucalipto para a celulose. A atenção da mídia burguesa é importantíssima, a qual em resposta trata de sabotar a investida com deturpações dos fatos. A desocupação só ocorre quando há uma repercussão satisfatória nos chamados *horários nobres* (*na verdade são horários burgueses*) dos noticiários ou há reintegração de posse e a polícia é enviada para expulsar os militantes das terras e prédios estatais, os quais estão sempre a descumprir determinações judiciais favoráveis ao camponês.

**5- Acampamentos nas cidades e estradas.** Milhares de urbanos e rurais alheios a Questão Agrária e desfavoráveis à causa dos trabalhadores rurais, veem diariamente os acampamentos. O objetivo da direção é: dar a visibilidade ao MST, convocar a população e o Estado para as discussões sobre a Questão Agrária. É impossível ver um acampamento do MST e não emita um juízo de valor, pelo menos em pensamento, alguns os expressam com palavras, dificilmente os comentários são simpáticos ao MST. Devido aos preconceitos burgueses disseminados pela Mídia estarem bem sedimentados na população e as condições de higiene e subsistência dos ocupantes serem lastimáveis. Sem dúvida é ação mais difícil sofrível e dolorosa para os militantes. O MST deveria rever esta estratégia.

#### **6- As vigílias, manifestações e passeatas.**

Como a Mística está presente em toda a ação direta do MST, na práxis organizativa preza-se sempre pela sua pacificidade com seus ícones, lemas, bandeiras, ferramentas “chamam a atenção pela ordem e disciplina dos participantes, que normalmente desfilam organizadamente e utilizam muita simbologia, como bandeiras e instrumentos de trabalho (...)”.<sup>177</sup> São atos que podem ser praticados a qualquer hora dia ou local, geralmente, tem atenção negativa e depreciativa instantânea na Mídia, são relegados poucos segundos ao fato

---

<sup>177</sup> *Ibidem.* p. 203.



acontecido, nas poucas vezes em que é mencionado. Geralmente o que prevalece é a deturpação dos fatos<sup>178</sup>

### 5.5 A Teoria Comunicativa dos Movimentos Sociais.

“As idéias dominantes de uma época, sempre foram as idéias da classe dominante” Karl Marx.<sup>179</sup>

A prática diária de deturpação dos movimentos sociais realizadas pela mídia dominante, forma na *opinião pública*, a imagem do MST com os estereótipos favoráveis à luta armada contra a propriedade da população comum, associam o MST, a Hugo Chaves, as FARCS colombianas, a Al-quaeda e a ENFF é escola formadora de guerrilheiros e coisas do tipo. O propósito da mídia em desqualificar as atividades do MST na ação direta tem surtido efeito devastador, geralmente, os cidadãos pouco informados e acadêmicos desavisados reproduzem sem raciocinar sistematicamente, ou pelo menos, superficialmente, sem os pormenores das ações realizadas pelos movimentos sociais e MST. Os jargões e bordões produzidos pelas cantilenas repetitivas da imprensa burguesa, no que diz respeito a: atos de vandalismo, badernas, arruaças, invasões, ocupações, criminalização do movimento, etc... Tornam-se verdades incontestes e absolutas no imaginário da população, sem possibilidade de reversão, pois, há como responder a altura das difamações realizadas as quais já foram inculcadas na mentalidade da *opinião pública* através da reprodução constante de uma visão de mundo burguesa hedionda e preconceituosa<sup>180</sup>. No entanto, verdade ou mentira da mídia burguesa, todas as ações do MST estão dentro da legalidade, pelo menos, por um viés interpretativo, consagrado pela ciência do direito agrário, no que se refere às ocupações nenhuma das ações realizadas pelo MST subverte a lei pelo contrário as ocupações exigem que a lei seja cumprida. A estratégia de ação do movimento pode ser considerada de maneira geral pacífica dentro dos parâmetros de seus direitos constitucionais, a despeito do judiciário e da mídia burguesa afirmar o oposto. Evidentemente a grande pretensão do MST é chamar atenção da tal *opinião pública*, para o problema da questão agrária e denunciar as mazelas do capitalismo no campo. Mas também conquistar território e espacialidade no contexto da luta de classes contra o latifúndio ruralista e adquirir capacidade para pressionar o Estado a realizar uma melhor distribuição das terras no Brasil, diminuindo-se o sofrimento de milhões de trabalhadores, vítimas do modelo econômico predominante.

<sup>178</sup> MORISSAWA, M. Obra citada. p. 217-220.

<sup>179</sup> MARX, Karl e ENGEL Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.p.65.

<sup>180</sup> Não existe opinião pública. O que há é a opinião de vinte ou trinta famílias do campo jornalístico que dominam as notícias, a informação é massificada e absorvida pela população. A tática é “desinformar informando”. Também não existe *horário nobre* muito menos *bairros nobres* que são áreas burguesas segregadas da maioria da população. O que existe então a despeito da dissimulação midiática: é opinião burguesa; horário e bairros burgueses.

No conjunto da obra de Marx e Engels é possível compreender que a ideologia é a concepção de mundo da classe dominante que é inculcada em toda a população pela cultura em sentido amplo. Eles também partem da premissa de que a sociedade capitalista é permeada pelo conflito da luta de classes e que a imprensa é um dos principais meios difusores da ideologia e do projeto de nação tanto da classe dominante e dirigentes quanto das subalternas e dirigidas. Gramsci colabora com esta afirmação de que a ideologia e o jornalismo na sociedade de classes são vinculados às indústrias da mídia, as quais adquirem no decorrer das décadas maior força com enorme poder de disseminação de informação. O jornalismo, então, possuidor desta capacidade reproduz o discurso ideológico necessário para a manutenção do *status quo* dominante, em busca da hegemonia pelo consenso. Para o italiano, a finalidade dos meios de comunicação é confirmar a ordem vigente capitalista e mascarar a sociedade de classes, bem como são instrumentos extremamente necessários para a manutenção da inconsciência das massas. Compreende-se também que a disputa pelo espaço midiático é uma disputa por hegemonia; que contradições e ambigüidades no campo jornalístico podem compensar a desvantagem inicial entre os agentes em disputa; e que o caráter espetacular acaba por definir a ação do Movimento como notícia. No entanto, a ambigüidade da antipropaganda realizada pelos aparelhos comunicativos de massa dominantes faz com que os movimentos sociais sofram várias derrotas no campo jornalístico já que: seu ideário é deturpado, suas práticas sociais vilipendiadas, suas práticas culturais e políticas são deformadas. Mas, ao mesmo tempo devido a necessidade de visibilidade para o movimento social pela maioria da população, os movimentos sociais tem a premência de aparecer nestes meios de comunicação adversários, mesmo cientes que serão sabotados comunicativamente. Com esta estratégia de resultados contestáveis porque a transmissão do evento pela mídia é realizada com deturpações e difamações os movimentos sociais sempre adquirem mais antipatizantes que simpáticos à sua causa. De modo geral, os movimentos sociais contestatórios visam: sua legitimidade social, apresentar sua plataforma política, a conquista de apoios com academias universitárias, partidos e outros movimentos sociais, e adquirir simpatizantes.

“É importante salientar novamente, no entanto, que a relação mídia e movimentos sociais é marcada pela ambigüidade. De um lado os movimentos precisam da presença da mídia para serem noticiados, a fim de divulgarem suas reivindicações e até mesmo suas plataformas de luta a ação direta do MST só é realizada para que haja esta visibilidade no entanto a mídia sabedora deste fato trata de distorcer a realidade trata de sabotar os intuitos de popularização do MST antipatizando-o diante da chamada opinião pública. Por outro lado, como destaca Câmara (2003), os movimentos sabem que a imprensa tem o monopólio da informação e o exerce no processo de fabricação da notícia, e a sua veiculação poderá contribuir tanto para conquistar novas simpatias, como para se estabelecer exatamente o contrário, ou

seja, a aversão da população sendo esta última a predominância das empatias pelo MST. (GONÇALVES, 2011, p. 121).<sup>181</sup>

Assim, os movimentos sociais mesmos conscientes de que a mídia de modo geral é adversa aos seus interesses, visto que deturpam seus atos e ideais de maneira leviana precisam que elas reportem seus atos mesmo que sejam hediondamente sabotados devido a sua abrangência nacional, isto é, contraditoriamente para alcançar a visibilidade de suas reivindicações de luta para a maioria da população os movimentos sociais precisam de audiência nos principais horários da mídia, uma espécie de inevitável mal necessário.

Constatou-se que a luta social faz a mediação; que o poder da mídia é relativo; e que seu discurso é contraditório, ao tempo em que oculta (invertendo ideologicamente os princípios e objetivos do MST) também revela e dá visibilidade (à luta social e à contraditória relação entre mídia, movimento social e Estado). (idem)

Deste modo, compreende-se porque o MST busca a espetacularização de suas ações nos canais midiáticos de seus arqui-inimigos de classe. Com esta perspectiva pirrônica quanto aos resultados do embate, busca-se verificar a funcionalidade que a ideologia possui na construção do discurso jornalístico, uma vez que, a hegemonia da classe dominante compreende a dominação política e a direção ideológica da sociedade.

Para se compreender como a mídia retrata o MST pode-se concentrar a discussão em torno de dois grupos temáticos principais: no primeiro grupo encontram-se os trabalhos que abordam a relação mídia/MST destacando os aspectos negativos presentes na configuração da imagem midiaticamente veiculada do Movimento Sem Terra. Comporiam este grupo os trabalhos de Mendonça (2005); Guareschi e outros (2000); Fontes (2001); Souza (2004); Schwengber (2005); Aldé e Lattman-Weltman (2006); e Arbex Júnior (2006). No segundo grupo localizam-se os trabalhos que tratam dessa abordagem considerando além da representação negativa do Movimento (o que parece ser inevitável face ao conflito de classes que se manifesta neste embate), que a divulgação do MST é necessária para o próprio Movimento. Este grupo seria composto pelos trabalhos de Almeida (1998); Marambaia (2002); Gohn (2000); Berger (1998); e Peixoto (2006). (ibidem)

Em especial salienta-se a antipatia da extrema direita, em retratar o MST, em seus artigos são recorrentes os artifícios jornalísticos: a virulência das palavras, a espetacularidade no tratamento da notícia, a parcialidade do enfoque, o patrulhamento ideológico, a descaracterização dos militantes em arruaceiros e baderneiros e a vigilância pedagógica na conjugação de forças políticas à esquerda.

---

<sup>181</sup> GONÇALVES, Eduardo. *Mídia e MST em debate: configurando uma possibilidade de síntese*. Salvador. 2009

Ayoub (2010) observou que o jornalismo burguês divulga recorrentemente de forma proposital negativa o MST, sendo assim, ocorre a manipulação da verdade por dolo e má-fé, configura-se, então numa prática criminosa de pseudojornalismo com desrespeito a população, pois fere o direito constitucional à informação e às normas da Ética dos jornalistas. “A Folha de S. Paulo compromete a ética da imprensa e de toda uma categoria que luta para exercer, com dignidade, a profissão.”

O MST tem sistematicamente confrontado a ordem estabelecida, reflexos disso é o confronto, entre os meios de comunicação de massa e o MST, que aparece cotidianamente nos jornais, reportagens, material editorial ou de opinião. Exemplo desse confronto é a série de reportagens publicadas em maio de 2000, pela *Folha de S. Paulo*, com “denúncias” contra o MST. Isso provocou reações indignadas em todo o país, como o veemente protesto da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que publicou nota, em 10 de novembro de 2000, com o título: “FENAJ protesta contra satanização do MST pela Mídia”.[...] protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST. É lamentável que a direção de jornalismo da *Folha de S. Paulo* e o jornalista Josias de Souza descumpram o próprio código de conduta da empresa, que sempre pregou sua ‘independência’. (AYOUB, 2010, p.37).

Este fato recorrente explica-se sociologicamente, visto que, segundo Capelato: “A verdade da imprensa é seletiva, particular, produzida por muitos, e sempre de acordo com interesses que se inserem na lógica do capital. Os critérios de seleção e construção das notícias e opiniões não se evidenciam para o leitor. Ele vê e consome, com rótulo de veracidade, um produto que representa a síntese de múltiplos e contraditórios olhares” (CAPELATO *apud* HASS, 2007, p. 158). Ou seja, o MST como um movimento contestador, posiciona-se a favor da reforma agrária e contraria a lógica capitalista, entende-se o motivo de sua criminalização a partir da “verdade da imprensa”.

Schwengber (2005), por sua vez, verificou que há na difamação proposital do MST três tipos de acusações nas matérias veiculadas pela mídia de extrema direita: os jurídicos afirmam que o MST fere as legislações e códigos penais quanto à ocupação/invasão de propriedades privadas, desvios de verbas públicas concedidas aos assentamentos, uso de armamentos e desrespeito às autoridades estatais, formação de quadrilha. Existem os juízos de valor ético-morais que afirmam que os integrantes do MST são vândalos, baderneiros e os argumentos político-ideológicos propõem que os integrantes do MST são: antidemocráticos, populistas, doutrinadores das massas e crianças, realizam lavagem cerebral, centralizam o poder interno, e possuem uma organicidade totalitária.

Gonçalves (2008) em sua pesquisa conclui que “Essas perspectivas são importantes para um entendimento de como se dá a produção na mídia quando o assunto é o MST, como a ideologia se encarrega de constituir um discurso “unificado” e como isso tudo se reflete nas

informações divulgadas. Existe uma espécie de “lugar comum”, onde a mídia, as classes dominantes e o Estado aparentam uma unicidade de propósitos. Estas especificidades do conteúdo das matérias seguem um paradigma jornalístico convencionado entre os componentes da mídia, visto que de modo geral o conteúdo dos artigos são padrões repetitivos estabelecidos pela grande imprensa.”.<sup>182</sup>

Peixoto (2006), por seu turno, em uma obra colossal, estudou particularidades das matérias veiculadas pelas redes de televisão Record, Globo e Cultura; matérias das revistas VEJA, Época, Carta Capital e Lide; e dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico. Constatou-se em seus trabalhos que as empresas de comunicação se utilizam de diversas antinomias e dicotomias para desqualificar os movimentos sociais para denegrir a imagem do MST propositalmente e seus componentes com dicotomias várias como: reforma e revolução; violência/paz no campo; legalidade vs ilegalidade; ordem vs desordem; movimento organizado vs quadrilha de terroristas; anacronismo versus modernidade.

Baccega e Citelli (1989:24 apud Ayoub, 2010, p. 37) verificaram que nas pesquisas realizadas confirmam a existência de um processo de *satanização* do MST pela grande imprensa. Como afirmam: “quanto maior o grau de adensamento ideológico, mais articulados os recursos retóricos”.<sup>183</sup> Por exemplo, o uso da expressão *invasão*, em vez de *ocupação*, tem conotação ideológica. Em todas as matérias estudadas ocorre a distinção entre os badalados termos semânticos “invasão”, utilizado pela mídia de direita e “ocupação”, usado pelo MST para denominar suas ações. Neste caso os termos se tornaram anátema para seus envolvidos. Isto é, um componente do MST jamais pode afirmar que o Movimento “invadiu”, mas que “ocupou” uma área improdutiva passível de reforma agrária. Da mesma forma a grande imprensa recusa artigos que utilizem o termo “ocupação” relacionado ao MST.<sup>184</sup>

Morissawa (2001) concorda com o zelo linguístico e semânticos dos termos e apresenta a importância da diferenciação dos vocábulos devido sua forte carga pejorativa. “Efetivamente, invadir e ocupar promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação dos Sem-Terra”. Invadir carrega sem as como “tomar aquilo que não nos pertence”; já o lexema ocupar nos indica sem as como “estar em lugar devoluto”. Além disso, o uso de determinadas palavras ou expressões específicas tem um forte significado. Chamar a

<sup>182</sup> GONÇALVES, Eduardo *Mídia e MST em debate: configurando uma possibilidade de síntese*. Salvador. 2009

<sup>183</sup> AYOUB Hannah. *Folha de S. Paulo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Ética dos jornalistas, Direito à informação, Manipulação*.

<sup>184</sup> Interessante é o fato que relacionado à invasão americana ao Iraque e ao Afeganistão a grande imprensa utiliza sempre ocupação em vez de invasão. O mesmo acontece no conflito palestino, Israel sempre ocupa nunca invade e sempre ataca em resposta a uma agressão terrorista por ter direito de se defender. Já virou clichê do clichê.

ação dos sem terra de invasão quando poderia (deveria) ser usada a palavra ocupação, por exemplo. "A opção não acontece por acaso e se explica pela proposição de sentido nela embutida". Existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação. (MORISSAWA, 200, p. 132).

Gohn (2000) alicerça seu estudo nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e dos canais de televisão Globo, Bandeirantes, Cultura, Manchete e CNN, também observou a preponderância da mídia nas contradições presentes na relação com o Movimento Sem Terra, a autora relembra a supremacia dos meios de comunicação que se transformou no quarto poder do Estado. Adverte que a mídia tem retratado os movimentos segundo parâmetros ideológicos da extrema direita, sob os quais os interesses privados políticos e econômicos definem as configurações das considerações.

Para Gohn (2000), é necessário entender a mídia como uma das estratégias de construção de ações coletivas dos movimentos sociais. "Entrando no mundo virtual, as lutas sociais se potencializam e passam a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais."

Gonçalves (2011), em "*O MST na (da) Isto é*" com o intuito de observar o desenvolvimento discursivo do semanário a respeito do MST. Ele neste afã empreendeu uma análise dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos do discurso jornalístico, veiculado pela ISTO É a respeito do Movimento Sem Terra. ISTO É, segundo sua pesquisa manteve a tática do silêncio e, nas poucas vezes quando rompido, tratou o MST com depoimentos de terceiros para tratar do tema. A imagem do MST veiculada pela Revista pode ser caracterizada como negativa, estereotipada e folclórica. O MST, segundo Gonçalves (2011), aparece como um movimento sensacionalista, anacrônico, composto por integrantes arruaceiros e baderneiros, que atuam para além dos limites da lei e sob o apelo da violência. Também reafirma que em todo o período pesquisado o MST é representado como um movimento radical e negativo com atitudes reprováveis, de modo geral, tais como: apologia ao ódio; ação terrorista; criminalização do movimento; dissidências internas; ilegalidade das ocupações/invasões. Outro aspecto também observado pelo autor diz respeito à ausência de matérias que tratassem dos problemas estruturais ligados ao campo de modo geral. Temas de ordem conjuntural como: a questão agrária, concentração fundiária; a realização efetiva da reforma agrária; a agricultura familiar; as consequências do crescimento do capitalismo

agrário, entre outros, não foram focos de atenção da Isto É. Contudo, é mais que recorrente a apologia ao agronegócio, todas as matérias são afirmativas e positivistas, enaltecem o crescimento do *Agribusiness* como basilar para o desenvolvimento urbano-rural e do próprio Brasil. As matérias exigem aos governos que incrementem as políticas públicas de subsídios e creditícios e isenções fiscais aos paradigmas do complexo agroexportador.

### 5.6 Os vínculos da imprensa com o lucro e manipulação das massas:

“O leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”

(Abramo, 2003, p.23.).<sup>185</sup>

A Imprensa sempre reivindica teimosamente para si a imparcialidade, objetividade e neutralidade dos fatos noticiados, embora o que se tem visto efetivamente é que as diversas reportagens desmentem tal proposição falaciosa, pois, foram encontrados diversos textos que deixam bastante a desejar quanto aos quesitos jornalísticos citados acima. Logo, de antemão as matérias veiculadas comprovam a extrema vinculação da grande imprensa com setores específicos de classe e frações de classe. Por exemplo, Revista Veja, Isto É, Exame, Época e Os Jornais: O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, só para citar os mais expressivos são utilizados funcionalmente pela classe dominante para descaracterizar os movimentos sociais numa postura conservadora e reacionária que se enquadra nos parâmetros da luta de classe que tem como mediação a ideologia da democracia burguesa de dominação social. Como se sabe, esta ideologia burguesa funciona hipocritamente no chamado estado democrático de direito, visto que a mídia exige a sua independência e autonomia de ações, segundo o sofisma da liberdade de imprensa que na verdade não passa da liberdade de vinte a trinta famílias do ramo jornalístico divulgar aquilo que bem entendem e tornar suas opiniões e visão de mundo a mesma que milhões de pessoas.

A imprensa pretende-se falaciosamente, ou até mesmo, cinicamente estar isenta de qualquer vinculação socioeconômica com os agentes sociais, como se estivesse a pairar sobre a sociedade. Entretanto a despeito das hipocrisias demagógicas costumeiramente divulgadas, a Imprensa, de modo geral, por ser uma empresa particular que visa o lucro, bem como é a principal representante de uma classe específica, tem a notícia falada e/ou escrita como sua principal mercadoria, portanto, depende de seus assinantes e leitores e telespectadores. Assim, tratam de inventar, editar, recortar, torcer e distorcer os fatos veiculados a seu favor e contra seus inimigos de classe, a partir daí a imprensa se transforma em ferramenta de dominação,

<sup>185</sup> GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **Revista Veja e o MST durante o Governo Lula/PT**. *Revista Urutágua* – revista acadêmica multidisciplinar – <http://www.urutagua.uem.br/015/15guilherme.pdf> N° 15 – abr./mai./jun./jul. 2008.

um instrumento utilizado pela classe dominante e dirigente, torna-se organicamente a detentora do poder de divulgar aquilo que bem quiser e como quiser para milhões de pessoas ao mesmo tempo, adquire, portanto, o consenso e a hegemonia para a classe dirigente.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. (MARX & ENGELS, 2001, p. 55-56.).

Proporcionalmente, na medida em que a publicidade é uma das fontes de renda do parque jornalístico e publicitário, as emissoras de TV e rádio, somadas as editoras de livros e revistas, logicamente são dependentes de seus clientes e patrocinadores, elas jamais perderiam suas contas milionárias por questões ético-morais referentes à dignidade humana, portanto todo sistema midiático deve interessar à classe dominante. Guilherme (2008) percebeu que o objetivo da Imprensa é acumular capital dinamizando seus lucros, a qualquer custo, isto se faz notar com facilidade, vista a quantidade enorme de propagandas em suas páginas e programações, as quais superam os 50% do material divulgado, isto sem levar em consideração que muitas vezes as próprias matérias são também propagandas pagas disfarçadas de notícias dentro das próprias programações. Nos documentos analisados é possível notar que a metade das páginas da Veja contém propaganda, em sua maioria de empresas multinacionais e com produtos destinados à classe média e alta. Os padrões de manipulação estão presentes, pois o MST é sempre tratado como um bando de desordeiros, analfabetos que querem apenas tomar as terras dos produtores rurais. Não existe um debate sério e imparcial acerca do tema.

Guilherme (2008) também cita uma interessante carta ao leitor de Veja, de novembro de 2006 na qual Veja defende-se de uma charge pública disseminada pelo Jornal do Comércio, de Porto Alegre o conteúdo consta uma conversa entre um vendedor de revistas e o presidente Lula, que pede uma revista de sacanagem, Qual? Pergunta o vendedor. Responde o presidente: “A Veja, aquela que só me sacaneia!”. Veja sentiu-se ofendida e em desagravo a si própria destacou com seu cinismo peculiar em sua seção “carta ao leitor” sua função, missão e papel social, além de salientar a perspectiva equivocada do PT e do presidente da república de que a revista persegue o partido e o presidente Lula:



O fato é que VEJA não tem por objetivo fustigar ninguém. Sua história está aí para provar. (...) VEJA fiscaliza o poder (...) a defesa da democracia, da livre-iniciativa, da liberdade de expressão e opinião. (...) Imprensa livre não é imprensa neutra. O lado de VEJA é do lado do Brasil. (CARTA ao Leitor. O lado do Brasil. Veja 01/11/2006: p.9)

Embora a demagogia jornalística imperar hipocritamente na citação acima todas as publicações da extrema direita tem o interesse de deturpar os fatos contra os movimentos e organizações sociais ligadas as classes subalternas, a imprensa cria padrões, bordões e chavões fáceis de identificar e reconhecer que induzem exitosamente à manipulação da maioria da população contra as organizações sociais. Com isso elabora seus artigos jornalísticos sobre o MST na clara intenção de demonizá-lo, maniqueísticamente satanizá-lo. Logo, os fatos veiculados verdadeiros ou falsos têm como característica o forte conteúdo ideológico da democracia burguesa com a intenção escusa (não declarada) de manter a hegemonia da alta burguesia ascendente pós-ditadura civil-militar. Assim, devido ao êxito da imprensa em difamar os movimentos sociais, então, torna-se imprescindível compreender qual é a estratégia discursiva da imprensa dominante em geral contra o MST o qual é (des) tratado pela mídia.<sup>186</sup>

Sabe-se que muito além do fator de classe, os proprietários dos meios de comunicação querem e exigem participação no poder. Assim, interferem não apenas no embate ideológico, mas também na disputa política e no processo eleitoral. Kucinski (1998) demonstrou como se dá esse processo. Os meios de comunicação de massa conseguem ter uma forte influência e poder de manipulação graças ao alto grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população. Para essas pessoas, a percepção da verdade dos fatos e acontecimentos da sociedade é a recebida pelo rádio e televisão, mais do que de jornais e revistas. (...) Não esqueçamos que a mídia é um lugar de interpretação e que funciona pelo “íbope”, que se rege pelo predomínio da audiência. (ORLANDI, 1996: 16).

[...] A TV é hegemônica na formatação do espaço público e dominada por uma empresa com forte vocação monopolística. (...) no Brasil, uma rede apenas, sob o comando da TV Globo, domina a audiência e promove os candidatos de preferência das elites (...) homogeneizam os efeitos (KUCINSKI, 1998, p. 16-17).

A primeira pergunta seria: é possível que a maioria da população de 200 milhões de pessoas possa ser manipulada com fatos distorcidos veiculados constantemente? Certamente que sim. Um importante profissional da propaganda alemão da década de 30 e 40 disse em

---

<sup>186</sup> Trata-se do artigo: “MST e jornal nacional: uma relação dialética? Sem Terra do Brasil (MST) enquanto sujeito político e ator social,” foram consideradas duas notícias do mês de abril de 2009, veiculadas no Jornal Nacional, da Rede Globo. Aliás, este telejornal mesmo a despeito de sua péssima qualidade é a maior audiência do país e o maior formador de *opinião pública* e manipulador de informações. (<http://jornalnacional.globo.com/>) acesso em 2009.

seu diário que uma mentira contada uma vez é apenas uma mentira e que uma mentira contada centenas de vezes transforma-se em verdade absoluta. De posse desta máxima é possível vislumbrar toda a leviandade da imprensa mundial e existem pesquisas respeitáveis até mesmo da direita reacionária e da esquerda cooptada pelo neoliberalismo social democrata que atestam que no Brasil não é diferente. Entretanto, como se sabe, teimosamente a imprensa julga a si própria como o baluarte da liberdade, presunçosamente apresenta a sua verdade com independência, neutralidade, imparcialidade com objetividade, livre de vínculos financeiros escusos e ocultos. Em outras palavras, a imprensa quer ser vista como uma idônea transmissora de notícias que cumpre seu papel social de informar o cidadão em defesa das liberdades civis. Porém o que se observa é justamente o contrário, a imprensa tem agido reacionariamente com leviandade em diversas oportunidades. No capitalismo globalizado a Imprensa por ser uma empresa que visa lucro pretende que seus assinantes e patrocinadores permaneçam cativos em seus canais comunicativos com isso tem de atender aos interesses político-econômicos das empresas e do Estado, os quais muitas vezes também são participantes. Sabe-se que na lógica atual do capitalismo tardio tudo se transformou em mercadoria,<sup>187</sup> todas as notícias veiculadas tem seu valor econômico e político, isto é a imprensa necessita de vendedores e compradores de seus produtos comunicativos. Assim a notícia que antes tinha seu valor de uso social atualmente adquire um valor de troca, passa a ter preço e prazo de validade para sua divulgação, não é a toa que tantas reportagens (repetidas sem concorrência das 5 da tarde até duas da manhã até mesmo por empresas *rivals*) propagadas não passam de matérias encomendadas por governos e empresas, para favorecê-los. Visto que o dono da empresa de comunicação visa a priori: o lucro, a expansão de sua empresa de comunicação e a sua participação no *Status quo* do Estado legitimado o qual pode favorecer (e tem favorecido) a sua empresa midiática com subsídios e créditos, isenções fiscais etc... Por conseguinte, após esta explanação já não existem mais possibilidades concretas dos proprietários de emissoras de rádio e TV, editoras de livros e revistas sustentarem a mítica falaciosa da liberdade de imprensa, pois a mídia está completamente enredada com seus patrocinadores e com o Estado.

Entre as centenas de estudos observados sobre o tema da demagogia da imprensa o que mais chamou a atenção foram os livros de Fábio Silveira “Imprensa e política: o caso Belinati” e o de Perseu Abramo “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. “Ser possuidor de um veículo de comunicação é a forma que o proprietário, ou grupo a este ligado,

---

<sup>187</sup> Alusão a Jameson. In pós-modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio.

encontra de exprimir sua opinião sobre os mais diversos temas, omitir informações ou até mesmo distorcê-las ao seu gosto e bel-prazer e interesse." Assim, a grande imprensa intimamente ligada aos interesses de grupos conservadores tratou de "criar" padrões de manipulação, que foram bem desvendados por diversos autores. Dentre os padrões sintetizados pode-se mapear da seguinte forma as estratégias discursivas da mídia:

A) Omissão: A imprensa deliberadamente sonega e omite a informação por maior tempo possível a tática aqui realizada é a do silêncio.

B) Ocultação: se refere justamente à decisão sobre o que será e o que não será notícia;

C) Fragmentação: Quando não se pode segurar mais a notícia fragmenta-se a totalidade, apresenta-se somente o que não for ferir seus interesses econômicos e de classe;

D) Inversão: realiza a deturpação dos fatos, geralmente buscam a supressão da verdade invertendo-a com uma nova *verdade* baseada em versões editadas e fragmentadas;

E) Indução: O modus operandi da Imprensa trata de conduzir as idéias pela concatenação dos fatos fragmentados, tentam pela edição de textos e imagens levar o expectador a uma falsa compreensão dos fatos originais, quer dizer, o expectador/leitor enxergará a notícia não pela sua essência verdadeira, mas pela sua aparência de verdade transmitida pelo articulista e pela *forma* como o editor e o jornalista os apresentam;

F) Personificação: Esta tática jornalística tenta realizar a imediata emblematização dos problemas veiculados tenta criar bodes expiatórios para os fatos veiculados; trata de culpabilizar, condenar e demonizar as lideranças dos grupos em conflito.

G) Maniqueísmo: esta é a prática primária mais difundida pela imprensa, sempre que se termina uma matéria o telespectador ou leitor terá uma impressão bem definida de quem é o bem e quem é o mal; quem está certo quem está errado, se aquela atitude foi boa ou ruim. Em geral dividem as opiniões, mas sempre os movimentos sociais são o eixo do mal, o ruim, o atrasado e o eixo do bem são as forças situacionistas e os entreguistas agregados do capitalismo internacional.

Neste breve mapeamento conseguiu-se observar que todas as *imprensas*, a grande e a pequena, a dominante e a subalterna estão incluídas nestas características. Salienta-se aqui que também a imprensa subalterna também se utiliza destes expedientes discursivos com conteúdos primários que visam, sobretudo a fanatização do seu público, inclusive os que possuem níveis educacionais formais mais elevados. A diferença entre a grande imprensa e a pequena imprensa é que a subalterna não visa o lucro e a dominação das massas, mas pelo contrário seu bem maior é a conscientização e denúncias das mentiras burguesas disseminadas

nas populações descuidadas e desavisadas. Mas é inegável que se utiliza dos mesmos ardis comunicativos que seus inimigos de classe. Visto que “Nesta seara da comunicação não tem santo”. Abramo (2003) em sua pesquisa aponta para a profissionalização da mídia subalterna:

Num primeiro plano, as classes politicamente dominadas tenderão, cada vez mais, a desmistificar o jornalismo e a imprensa. (...) Passarão a intensificar sua postura crítica, sua análise de conteúdo e forma, diante dos órgãos de comunicação. Por meio de seus setores mais organizados, as classes dominadas contestarão as informações jornalísticas, farão a comparação militante entre o real acontecido e o irreal comunicado, farão a denúncia sistemática da manipulação e da distorção. (ABRAMO, 2003, p. 49)

Logo, a partir do que foi exposto fica comprovado os sofismas da Grande Imprensa, suas matérias são tendenciosas tem o intuito de proteger o neoliberalismo, os movimentos sociais que se propõem a combater a burguesia e seu aparato comunicativo, segundo sua visão os movimentos sociais são compostos por vândalos reacionários inimigos do progresso os quais deveriam agradecer por estarem submetidos às liberdades civis que a democracia representativa burguesa oferece, sendo desnecessária a luta por reforma agrária, por uma democracia plena de direitos e Justiça social.

### 5.7 A Satanização do MST e das suas Escolas pela mídia <sup>188</sup>

“*Se perco o controle da imprensa, não aguentarei nem três meses no poder*” Napoleão Bonaparte <sup>189</sup>.

Em estudo sobre a retórica da manipulação dos textos contra o MST, Baccega e Citelli (1989) mostraram que a Imprensa só deixou de utilizar a tática do silêncio para os atos do MST, depois do III Congresso Camponês na década de 90. A Revista Veja também foi omissa parcialmente no massacre de Corumbiara de 1996, apesar de sua repercussão mundial, mesmo assim demorou mais do que o *seu normal* para divulgar os fatos tão graves, quando muitos jornais e revistas de todo o mundo já noticiavam sobre o massacre de integrantes do MST no Pará. Para Mídia dominante tornou-se necessário construir em sua “opinião pública” uma versão dos fatos que atendesse a classe dominante, assim a mídia foi obrigada a repercutir fatos desagradáveis para a burguesia a qual prefere noticiar a harmonia das relações sociais de sua democracia representativa e os sucessos do modelo neoliberal do agronegócio vigente

<sup>188</sup> Sobre esta questão do MST entender o caráter político/ideológico de sua luta, é interessante a leitura do artigo “O MST entre desobediência e democracia” de José Carlos Garcia, publicado no livro “A Questão Agrária e a Justiça”, organizado por Juvelino José Strozake, onde o autor diz textualmente: “Um dos grandes trunfos do MST reside no fato de que reconhece a natureza política do problema que dispôs a enfrentar, jamais o fazendo isoladamente, sem conexão com os trabalhadores do campo ou com outros setores da sociedade civil, mas parece ser precisamente esta a sua característica menos aceitável pelo discurso dominante. Há, entretanto, inúmeras elaborações contemporâneas acerca da democracia e do direito constitucional que permitem reconhecer o importante papel desempenhado por este movimento social em nosso país hoje”. (STROZAKE, 2000, p.151 apud Cássio Augusto S. A. Guilherme).

Utilizamos como referência básica para discutir este assunto, a tese de mestrado de Eduardo Ferreira de Souza, posteriormente editada pela Annablume sob o título: “**Do Silêncio à Satanização:** o discurso de *Veja* e o MST”.

<sup>189</sup> Napoleão Bonaparte apud SOUZA, 2004, p.51 citado por Guilherme, 2008, p.119.

para o campo sendo assim teve de noticiar fatos da violência da questão agrária e colocar o MST em evidência.

[...] Há, atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.) Nesse sentido, se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la. (ORLANDI, 1996: 16)

Entretanto, alheio a repercussão deste fato lamentável o oportunismo da mídia se fez presente junto ao governo FHC que trataram de cooptar a bandeira da reforma agrária. Segundo Guilherme (2008) neste contexto neoliberal “O MST é tratado como um grupo de coitadinhos, de pés-descalços, analfabetos, sem eira nem beira que lutam por um simples pedaço de chão.” Mas ressalta que “A elite pode até aceitar que os pobres peçam favores ou mendicância, mas jamais aceitará que eles se organizem para exigir seus direitos” (SAMPAIO apud STÉDILE E FERNANDES, 1999, p.113).

Tal atitude por parte da Revista tem a deliberada intenção de neutralizar as suas forças, [da reforma agrária] reconhecer a sua demanda e lhes agraciar com algumas migalhas, sem, contudo, intervir de forma significativa na democratização pelo acesso à terra. Como a tentativa [de FHC] acima não surtiu muito efeito e o Movimento intensificou ainda mais suas ações pela terra e intensificou a crítica ao conjunto da sociedade e a política econômica do Governo, a tática [de FHC] teve de ser mudada para uma tentativa de divisão do Movimento, tanto interna, quanto externamente na intenção de minar suas forças e impedir seu crescimento. (GUILHERME, 2008, p. 123).

A mídia utilizou-se neste contexto também de artifícios espúrios para criar um clima de intrigas interna do MST com boataria e difamação pública de algumas lideranças. A divisão interna foi buscada na tentativa de colocar um líder contra o outro, bem como de explorar contradições internas entre a massa de acampados e seus dirigentes, além de criminalizar as ações do MST. A difamação pública foi muito mais virulenta, geralmente seus artigos, de péssima qualidade por sinal, induzem ao pensamento que o MST é antiprogressista e populista que relutam contra a modernização das relações do campo e está isolado de suas antigas alianças, sobretudo da Igreja, PT/CUT. No entanto não se pode dizer que todos acreditam em suas reportagens. A baixa qualidade dos artigos panfletários de direita de seus repórteres e jornalistas conseguem por alguns leitores em alerta, (apesar de serem inexpressivos proporcionalmente àqueles que acreditam em tudo que a imprensa afirma) os quais procuram por sua própria conta tratam de averiguar se tais acusações são realmente pertinentes. Ao ouvirem a outra versão dos movimentos sociais ou de intelectuais mais à esquerda compreendem todo o embuste promovido pela grande imprensa, o qual já é de

conhecimento de pequeníssima fração da população mais crítica e de vários centros acadêmicos espalhados pelas universidades do país e do mundo. Mas, desafortunadamente para os movimentos sociais o que prevalece no *imaginário* da população a respeito dos movimentos libertários é a mentira veiculada incessantemente pela Grande Imprensa, dado que, os que não são pegos pela “Rede” são muito poucos em proporção a grande massa de antipatizantes criadas com as matérias veiculadas.

Outro ponto que justifica a tática *suicida* da pequena imprensa é que embora os esforços da mídia burguesa serem bastantes expressivos muitas pessoas alheias ao movimento e a questão agrária só ouviram falar do MST e sua causa através destas reportagens difamadoras. Quer dizer o feiticeiro se torna vítima de seu próprio feitiço. Isto se comprova com os dados estatísticos que atestam o crescimento do MST no período de maiores hostilidades da revista, mesmo a despeito da sua propaganda mentirosa e distorcida, com isso a *Veja* se viu diante de um dilema: voltar à tática do silêncio e omissão ou aumentar a carga de demonização maniqueísta do MST.

A segunda foi a escolhida. Os editores e articulistas destacam de maneira sempre negativa qualquer tática ou estratégia do movimento realizada. A mídia criou vários termos depreciativos que aludem diretamente ao MST estereótipos como: atrasados, invasores, baderneiros, antidemocráticos, guerrilheiros, radicais, são termos usuais nas matérias veiculadas pechas já verificadas em outros trabalhos compilados nesta seção.

De modo geral a linha de pensamento expressa pela mídia é exatamente as diretrizes neoliberais do PSDB e do DEM. Ela é exatamente o veículo comunicativo partidário destas agremiações de política neoliberal, ela trata de divulgar e incutir nas mentalidades o projeto de nação destes partidos, visto que está mais que comprovada a semelhança apologética entre as matérias e as políticas públicas neoliberais do PSDB. Guilherme (2008) relacionou a satanização do MST e do PT por parte de *Veja*, mas com um novo diferencial.

No entanto, é interessante notarmos o aspecto novo introduzido nas reportagens da Revista *Veja*. Se durante o Governo FHC, *Veja* limitava-se a apenas satanizar o MST, no Governo Lula as reportagens buscavam relacionar ou dois, ou seja, todas as matérias contém não apenas os deslindes do MST, mas a forma leviana, no entender da Revista, com que o Governo trata a questão. Tal atitude tem um visível propósito, colocar seus leitores contra o MST e o Governo Lula/PT ao mesmo tempo. (idem).

Não restam dúvidas que a revista destila todo seu ódio contra o PT e MST em todas as matérias, a satanização destes dois partidos tornou-se o carro chefe de todas as notícias transmitidas, a cínica dissimulação de *Veja* se faz sempre presente. “A satanização continua com reportagens sempre pré-conceituosas, onde podemos destacar como aspectos mais

importantes: o MST não quer apenas terras, mas principalmente a tomada do Poder, seu principal objetivo; os sem-terra são massa de manobra para seus líderes; a figura de Che, Fidel e Mao Tsé Tung sempre são ligadas de forma pejorativa ao Movimento; os confrontos com mortos são culpa única e exclusiva do MST que promove as invasões; a Reforma Agrária é uma utopia do século passado; não existem mais latifúndios improdutivos no Brasil, portanto a luta do MST perdeu seu objeto; as tragédias são a matéria-prima que o MST mais gosta de usar para sensibilizar a população sobre a sua causa; etc. Enfim, segundo a grande Imprensa o MST invade, sequestra, saqueia, vandaliza, tortura, mata, chega-se até ao cúmulo de compará-lo às FARC colombianas e ao PCC. (ibidem.)

Uma das principais mentiras veiculadas pela referida revista é sua apologia ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa, em quase todas as matérias publicadas afirma taxativamente que a solução para os problemas do campo está na consolidação do Agribusiness no Brasil. Neste sentido, divulga explicitamente com a apresentação de dados reais, mas deturpados e parciais fora dos contextos regionais, a abstração idealista que sem o agronegócio o país não terá condições de subsistir na economia mundial. Não obstante tamanha falácia sabe-se que o mercado interno é abastecido pelas pequenas e médias propriedades a contento. Geralmente os artigos aproximam a agricultura camponesa ao atraso do romantismo arcadista, o qual é suprimido pelos avanços da globalização do campo brasileiro pelo agronegócio.

A mídia com sua estratégia depreciativa dos pequenos negócios do campo refutam as pretensões dos 93 movimentos sociais do Brasil que tem em seus projetos de nação a produção parcelária autônoma camponesa. São convidados especialistas renomados de todas as partes pelas revistas de direita para gerarem loas ao agronegócio que por sinal nunca apresentam sequer um problema deste novo paradigma capitalista agrário. Repercutem incessantemente somente as suas vantagens como sua pretensa alta produtividade por área cultivada; com a criação de novos postos de trabalho; com aumento de IDH e de distribuição de renda per capita e o principal sofisma divulgado é que o agronegócio é capaz de trazer paz e harmonia as relações sociais do campo. “Não se deixa que o MST fale sobre a questão, aliás, não se deixa que o movimento fale nunca, apenas quando a fala interessa para satanizá-lo.” (GUILHERME, 2008, p.121).

Para se demonstrar esta prática recorrente da revista apresenta-se a reportagem de Alexandre Secco, de agosto de 2003, denominado de “O Brasil da solução e o Brasil do problema”. Apesar do título já resumir toda sua ópera, o jornalista segue em frente

afirmando que “Parece incrível, mas o MST se posiciona contra o nivelamento por cima dos dois brasis existentes no campo.” “O exército de João Pedro Stédile condena o atual modelo do agronegócio, que emprega, gera receitas e movimentação a economia e não demonstra nenhuma preocupação com o lucro nem com a produtividade quer (e tem conseguido) cada vez mais verbas para sustentar seu modelo duvidoso de reforma agrária.” (SECCO, Alexandre. O Brasil da solução e o Brasil do problema, 06/08/2003: p.49 ).

Depois de render todas homenagens às vantagens do agronegócio em desfavor da produção camponesa, o autor do artigo prega a personificação maniqueísta do problema, em outras palavras, a solução é o agronegócio ruralista e o problema “*o duvidoso*” é a pequena propriedade camponesa e o MST.

Guilherme (2008) ainda acrescenta em sua análise que o discurso visual e o conteúdo imagético também falam por si próprios por que induz aquele que recebe a informação a ver as discrepâncias dos dois paradigmas em disputa. “Enquanto o agronegócio é mostrado com uma colheitadeira em uma grande plantação de soja, detalhe, não aparece nenhum trabalhador na foto, o MST é colocado em uma foto menor, de uma de suas marchas acompanhada pela polícia. Uma das comprovações que Veja é tendenciosa em suas matérias pode ser observada quando a partir de 2003 quando o MST começou a ocupar propriedades mesmo produtivas, mas que fossem ecologicamente incorretas como foi o caso das monoculturas produtoras de florestas de eucaliptos para a produção de celulose e papel.

A tal revista saiu em defesa dos proprietários do agronegócio da celulose, a parcialidade se fez presente em sua matéria por não informar que há um consenso na comunidade acadêmica quanto aos efeitos devastadores desta produção em áreas não nativas do eucalipto feitas em monoculturas artificiais, entre tantos prejuízos se destacam: o ressecamento do lençol freático, destruição de mananciais e córregos de água, importantes para se manter o espelho d’água dos rios, estes já em desaparecimento devido o assoreamento dos leitos. Inclusive as áreas monocultoras de eucalipto para a produção de papel e celulose é chamada de *deserto verde* pelos especialistas, exemplo disso é a região de Pedro Canário – ES. Não se falou nada sobre os aspectos negativos desta produção somente os ataques a propriedades produtivas ou qualquer liderança do MST foi consultada para se defender das acusações, apenas os especialistas burgueses tiveram a palavra o que demonstra a unilateralidade e parcialidade tendenciosa das matérias. O problema gerado pela ocupação da fazenda de celulose foi documentado na matéria realizada por João Gabriel de Lima, em junho de 2004, intitulada: “*O MST ataca o Brasil que dá certo*”, o que se observa



instantaneamente é o tom indignado do seu autor, que antes de entrar em seu fato específico apresenta todas as vantagens do agronegócio e não cita nenhuma desvantagem. Aproveita e critica ironicamente a Rossetto “Estima-se que o setor de papel e celulose – que provavelmente faz parte daquele grupo que o ministro Rossetto chama de ‘latifúndio improdutivo que não gera emprego’ – mas que segundo *Veja* proporciona mais de 100 000 postos de trabalho no país. (LIMA, João Gabriel de. O MST ataca o Brasil que dá certo. *Veja* 02/06/2004: p.46). Apresenta com destaque os ótimos balanços contábeis e boa cotação na bolsa de empresas como: Klabin, Veracel e Votorantim Celulose e Papel. Ressalta que o governo deve tomar providências, pois as corporações pretendem desistir de investir no Brasil, “caso o Governo Lula não tome atitudes sérias para reprimir este bando de fora da lei, que se chama MST”.

Os Ataques às Escolas do MST é o que realmente interessa a esta pesquisa a repercussão das escolas do MST e seus centros de formação, qualificação, técnica sempre foram alvos dos ataques da mídia burguesa, sabe-se que o MST não tem poupado esforços para ver seu ideal de liberdade incutido em todas as mentalidades. Utiliza-se do sistema educacional oficial com convênios e realiza atividades escolares formais e informais em todos os níveis, portanto usa o aparato do estado para dinamizar melhor escolaridade para seus militantes. O MST também têm se sacrificado bastante para realizar a formação de seus militantes, neste sentido tem investido fortemente na educação dos assentamentos, acampamentos e dos sem terrinhas. Contudo, estas estratégias não têm sido bem vistas pela mídia reacionária, como era de se esperar, sobretudo após a criação da ENFF, foram geradas reportagens incrivelmente deturpadoras as quais denotam o desespero da mídia burguesa que apelou para vários expedientes levianos, como é bastante contumaz em suas práticas comunicativas.

A Revista *Veja* desta vez escalou mais uma de suas apaniguadas para realizar a tarefa de deturpação panfletária da obra sócio-educacional do MST, trata-se de uma matéria de setembro de 2004, realizada por Mônica Weinberg intitulada: “Madrçais do MST”, neste artigo ela faz uma comparação tosca e sem sentido entre o MST e as escolas islâmicas. Entre os pontos negativos ao MST a autora do artigo ressalta que ali se ensina a odiar e que a intolerância é pregada aos “sem terrinhas”. Para desqualificar a escola, ressalta a autora, que a direção da escola não utiliza o mesmo calendário escolar do MEC e que impõe aos alunos datas comemorativas diferentes da usual, como a Revolução Chinesa e ao nascimento de Karl Marx. Ela critica o MST porque o dia da Independência do Brasil é comemorado como o “Dia

dos Excluídos”. Após a exposição deste excerto seguirá a exposição do artigo na íntegra devido a seriedade das acusações.

“Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos sem-terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós” “Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos sem-terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós. (...) no currículo, abordagens ausentes da cartilha do Ministério da Educação e que transmitem a ideologia sem terra. (WEINBERG, Mônica. Madraçais do MST. Veja, 08/09/2004. p.47)

“Os madraçais do MST: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” criou sua própria versão das madraçais – os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o *Corão* e dar a vida em nome do Islã. Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a "desenvolver a consciência revolucionária" e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara. "Sem-terrinha em ação, pra fazer a revolução!", gritam os alunos, de mãos dadas, ao final de eventos e apresentações. Pelo menos 1.000 dessas escolas são reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação – o que significa que têm status idêntico a qualquer outro estabelecimento de ensino da rede pública e que seus professores são pagos com dinheiro do contribuinte. Elas nasceram informais, fruto da necessidade de alfabetizar e educar os filhos de militantes do movimento – que chegam a ficar durante anos acampados nas fazendas que invadem, à espera da desapropriação. No fim dos anos 80, atendendo a uma reivindicação do MST, o governo passou a integrar essas escolas improvisadas à rede pública. Parte delas funciona nas antigas sedes das fazendas invadidas, parte foi construída pelos Estados e municípios. Ao todo, as escolas do MST abrigam 160.000 alunos e empregam 4.000 professores.”

“A reportagem de VEJA visitou duas delas, ambas no Rio Grande do Sul. Tanto a escola Nova Sociedade, em Nova Santa Rita, quanto a Chico Mendes, em Hulha Negra, exibem, nas classes e no pátio, a bandeira do MST; no currículo, abordagens ausentes da cartilha do Ministério da Educação e que transmitem a ideologia sem-terra. Os professores utilizam, por exemplo, uma espécie de calendário alternativo que inclui a celebração da revolução chinesa, a morte de Che Guevara e o nascimento de Karl Marx. O Sete de Setembro virou o "Dia dos Excluídos", e a Independência do Brasil é grafada entre aspas. "Continuamos dependentes dos países ricos", justifica o professor de história da escola Nova Sociedade, Cícero Marcolin. No ano passado, seus alunos aproveitaram o Dia da Independência, ou "independência", para sair em passeata pelas ruas da cidade carregando faixas com críticas à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na escola Chico Mendes, professores exibem

vídeos que atacam as grandes propriedades e enaltecem as virtudes da agricultura familiar, modelo que o MST gostaria de ver esparramado no território nacional: "A pequena propriedade é oprimida pelos grandes latifúndios, que só fazem roubar emprego do povo", diz um dos filmes. A mesma fita é usada para ensinar aos alunos que os produtos transgênicos "contêm veneno". A reportagem de VEJA assistiu a uma dessas aulas. No fim da exibição do filme, o professor pergunta quem da classe come margarina. A maioria das crianças levanta o braço. Tem início o sermão: "Margarina é à base de soja, que pode ser transgênica e, por isso, ter ve-ne-no!" A atividade seguinte foi uma encenação teatral. No pátio, carregando bandeiras do MST, crianças entoaram uma música que dizia: "Traga a bandeira de luta / Deixe a bandeira passar / Essa é a nossa conduta / Deixe fluir para mudar". Para encerrar, deram o grito de guerra conclamando para a revolução."

"O MST implementou um sistema de ensino paralelo, sobre o qual o poder público não exerce quase nenhum controle. O Ministério da Educação desconhece até mesmo quantas são e onde estão exatamente as escolas públicas com a grife do movimento. E as secretarias estaduais e municipais de ensino, embora sustentem as escolas, enfrentam dificuldades até para fazer com que professores não ligados aos sem-terra sejam aceitos nas salas de aula. "O MST torna a vida do educador que vem de fora um inferno", diz Gislaine do Amaral Ribeiro, coordenadora estadual das escolas de assentamentos na região de Bagé, Rio Grande do Sul. Nos assentamentos, pelo menos a metade do corpo docente vem do MST. Já nos acampamentos, todos os professores pertencem ao movimento. Muitos não têm o curso de magistério completo – pré-requisito básico para a contratação na rede pública –, e alguns não chegaram sequer a terminar o ensino fundamental. "A realidade é que há pessoas atuando como profissionais da educação nessas escolas sem o mínimo de preparo para exercer a função", reconhece o secretário estadual de Educação do Rio Grande do Sul, José Fortunati. O governo gaúcho diz que está de mãos atadas diante da situação, porque herdou um grande número de professores contratados pelo governo anterior, do PT. Pela proximidade com o MST, a antiga gestão teria sido mais complacente na contratação do corpo docente. A secretaria diz estar pleiteando junto ao MEC verbas para implantar um programa para dar a esses professores o nível básico de estudo para que possam lecionar. Em seu *Caderno de Educação* de número 8, o MST deixa claro que a educação que pretende dar a seus alunos deve ter "o compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária". A rigor, nada impede que uma organização como o MST queira propagar sua ideologia para crianças que mal aprenderam a escrever o próprio nome. O problema é fazer

isso dentro do sistema de ensino público e com dinheiro do contribuinte. A Legislação brasileira preserva a autonomia das escolas, desde que cumpram o currículo exigido pelos Estados e estejam em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que prega o "pluralismo de idéias" e o "apeço à tolerância" – elementos básicos para que as crianças desenvolvam o raciocínio e o espírito crítico. Não são os critérios adotados no território dos sem-terra. "Essas escolas estão aprisionando as crianças num modelo único de pensamento", observa a pedagoga Sílvia Gasparian Colello, da Universidade de São Paulo. Um modelo acrescenta-se falido do ponto de vista histórico e equivocado do ponto de vista filosófico. Está-se falando, evidentemente, do marxismo. Falido porque levou à instauração de regimes totalitários que implodiram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim também como as religiões, rejeita violentamente a diferença. "Burgueses não pegam na enxada / Burgueses não plantam feijão / E nem se preocupam com nada / Arrasam aos poucos a nação", diz a letra de uma das canções ensinadas aos "Sem-terrinhos". "Da mesma forma que os internos das madraçais, as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância".<sup>190</sup>

Fica clara a tentativa desesperada da preconceituosa autora em desprestigiar o sistema formativo-educacional do MST, ao levar aos seus leitores fatos normais que aparecem em seu texto como absurdos. Ora, segundo a míope visão de mundo da autora, não devemos comemorar a revolução chinesa, russa ou cubana, mas sim a revolução francesa. Pergunta-se: qual o problema em denominar como o dia dos excluídos a data da suposta independência do Brasil, o pensamento da autora por seu viés da alta burguesia entreguista no mínimo concorda em se comemorar a independência dos EUA e o Halloween americano. Talvez prefira que os alunos se tornem apenas consumidores de bugigangas eletrônicas como acontece nas escolas normais, visto que para ela não é interessante que os jovens e as crianças adquiram desde as mais tenras faixas etárias a consciência de classe e o espírito revolucionário contestatório, isto realmente não interessa aos grandes conglomerados jornalísticos.

O artigo de Arbex Júnior a seguir ratifica a postura dissertativa acima, o seu Comentário Crítico serve de resposta do Movimento à *reportagem* da *jornalista* da revista Veja, Mônica Weinberg, que ao assemelhar as escolas do MST ao sistema de formação de

---

<sup>190</sup> Reproduzido na íntegra do artigo de Weinberg Mônica. Escola sem partido educação sem doutrinação de acesso 03-04-12. [http://veja.abril.com.br/080904/p\\_046.html](http://veja.abril.com.br/080904/p_046.html). Acesso abril de 2009.

futuros terroristas, ofendeu não só o MST, mas também o islamismo mundial e as minorias muçulmanas do Brasil e do Mundo.

“VEJA QUE PORCARIA” por José Arbex Jr.<sup>191</sup>

*“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã. Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a desenvolver a consciência revolucionária e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara.”*

Assim começa a mais nova peça de jornalismo da revista Veja, de 8 de setembro de 2004, em reportagem assinada por Mônica Weinberg. No momento em que o artigo é publicado, a relação entre socialismo e madraçais remete o leitor, imediatamente, ao massacre praticado na escola de Beslan, por fundamentalistas islâmicos que lutam pela independência da Chechênia frente à Rússia. A mídia, em geral, e a revista Veja, em particular, ocultam, por exemplo, que foi o então presidente estadunidense Jimmy Carter esse símbolo da democracia ocidental que armou, treinou e organizou os fundamentalistas islâmicos, a partir de 1979, como força de oposição à ocupação soviética do Afeganistão. E foi depois a CIA esse corpo vigilante de defesa da democracia que articulou os vínculos entre os fundamentalistas afegãos e os da Chechênia. A mãozinha da CIA, portanto, está em Beslan, tanto quanto a de Vladimir Putin. Mas isso Veja não diz. O que a revista diz é que socialismo e fanatismo religioso são a mesma coisa e que isso se ensina nas escolas do MST. Não se trata de interpretação. Podemos ler, no primoroso texto, sobre o modelo adotado pelo MST:

*“Um modelo, acrescente-se, falido do ponto de vista histórico e equivocado do ponto de vista filosófico. Está-se falando, evidentemente, do marxismo. Falido porque levou à instauração de regimes totalitários que implodiram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim também como as religiões rejeita violentamente a diferença.”*

É fantástico! Em algumas poucas linhas, a jornalista que, pelo tom peremptório deve ser uma autoridade mundialmente reconhecida nos campos da filosofia, ciência política e teologia resume pelo menos 156 anos de história, desde que foi publicado o Manifesto

---

<sup>191</sup> Artigo reproduzido também na íntegra do jornal Brasil de Fato. *“VEJA QUE PORCARIA”: as manobras da revista Veja para desqualificar o MST* Por José Arbex Jr. 28/09/2004 . [http://veja.abril.com.br/080904/p\\_046.html](http://veja.abril.com.br/080904/p_046.html). acesso setembro de 2009. Também preferimos inserir na íntegra no corpo de texto ao invés de anexo ou reelaboração do texto os textos em itálico são as palavras da jornalista reproduzidas por Arbex Jr. Ressalta-se o tom irônico e sarcástico do autor. Grifos meus.

Comunista dos fanáticos religiosos Karl Marx e Friedrich Engels. O Prêmio Pulitzer de excelência jornalística é pouca coisa. A reportagem descreve um quadro impressionante:

*“Pelo menos 1.000 dessas escolas são reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação o que significa que têm status idêntico a qualquer outro estabelecimento de ensino da rede pública e que seus professores são pagos com dinheiro do contribuinte. Elas nasceram informais, fruto da necessidade de alfabetizar e educar os filhos de militantes do movimento que chegam a ficar durante anos acampados nas fazendas que invadem, à espera da desapropriação. No fim dos anos 80, atendendo a uma reivindicação do MST, o governo passou a integrar essas escolas improvisadas à rede pública. Parte delas funciona nas antigas sedes das fazendas invadidas, parte foi construída pelos Estados e municípios. Ao todo, as escolas do MST abrigam 160.000 alunos e empregam 4.000 professores.*

Ora, existe algo muito estranho nisso tudo. Segundo a própria Veja mais da metade das escolas são reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação. Será que ninguém notou que as escolas funcionam como centro de formação de fanáticos. Foi necessário que a iluminada Veja erguesse a bandeira? Talvez fosse o caso de acrescentar mais um título à articulista: Doutora Absoluta em Pedagogia. A coisa fica ainda mais esquisita quando se sabe que os órgãos da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Infância (UNICEF e UNESCO) premiaram várias vezes o MST pela excelência dos métodos pedagógicos empregados pelo movimento, baseados nos trabalhos e estudos de Paulo Freire. No início de agosto, ambas as entidades promoveram a 2ª Conferência sobre Educação no Campo, em Luizizânia (Goiás). Adivinhe quem foi convidado para falar? Os editores e jornalistas da revista Veja. Não (talvez esteja aí o problema: [o escolhido foi] João Pedro Stedile, da coordenação do MST. Mas causa realmente indignação à jornalista aquilo que é ensino, à custa do dinheiro público:

*Os professores utilizam, por exemplo, uma espécie de calendário alternativo que inclui a celebração da revolução chinesa, a morte de Che Guevara e o nascimento de Karl Marx. O Sete de Setembro virou o Dia dos Excluídos, e a Independência do Brasil é grafada entre aspas. (...) Na escola Chico Mendes, professores exibem vídeos que atacam as grandes propriedades e enaltecem as virtudes da agricultura familiar, modelo que o MST gostaria de ver esparramado no território nacional.*

É realmente intolerável. O dinheiro público deveria ser empregado para ensinar as revoluções de 1776 (Estados Unidos) e 1789 (França), mas jamais, em hipótese alguma, as de 1917 (Rússia), 1949 (China) e 1959 (Cuba); os professores devem dizer que o Brasil é plenamente soberano e punir o aluno que levantar questões embaraçosas como a da dívida externa e a da livre ingerência da CIA nos assuntos da Polícia Federal; a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) deve ser vista como uma meta desejada (e nisso não há

parcialidade alguma, ao contrário) e a grande propriedade enaltecida (ai do aluno que levantar a pequena questão de que mesmo os Estados Unidos e França fizeram a reforma agrária). E dá-lhe também o título de historiadora emérita à articulista. Haja ideal humanista e democrático. Veja já perdeu um processo por calúnia, injúria e difamação movido por João Pedro Stedile. Até quando a opinião pública aceitará ser insultada por esse panfleto vagabundo de quinta categoria? O que (só) a Veja não quer ver além de profissionalismo, faltaram, à reportagem do semanário, informações que certamente entrariam em conflito com o quadro negro que se pretendia construir no imaginário do leitor. A reportagem deixou de citar, por exemplo, que: o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebeu o Prêmio UNICEF Educação Participação, em 1995, pelo trabalho de formação de professores e edição de materiais didáticos, o setor de Educação MST recebeu, em 1999, o prêmio Pena Libertária, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), pelo trabalho nas escolas itinerantes o setor de Educação MST recebeu, em 1999, o prêmio Alceu Amoroso Lima, concedido pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, o setor de Educação do Movimento recebeu, em 2000, o prêmio Pena Libertária, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, pelo trabalho desenvolvido no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Instituto de Educação Josué de Castro (Iterra). O Setor de Educação do MST recebeu, em 2000, o prêmio Paulo Freire de compromisso social, concedido pelo Conselho Federal de Psicologia [até mesmo a própria] TV Futura, ligada à Fundação Roberto Marinho, exibiu um documento sobre a escola do MST em Dionício Cerqueira, em Santa Catarina, referindo-se à iniciativa como um exemplo de sucesso. O MST não permite que nenhuma criança assentada fique fora da escola e oferece a seus integrantes oportunidades de estudo que vão da educação infantil à pós-graduação, passando pela alfabetização de jovens e pela educação profissional. O MST tem mil jovens bolsistas em universidades e mais mil assentados em cursos de extensão. O MST já formou 150 pedagogos e outros 98 fazem cursos de magistério. O MST tem convênios firmados com 50 universidades públicas em diferentes Estados.” (Arbex Júnior, 2004)

A Veja também não desperdiçou munição com a construção e inauguração da ENFF a qual foi atacada com violência pelo jornalista Victor Martino em março de 2005, dois meses após sua inauguração, com o sugestivo título de: “Os PHDs da invasão”, o reducionismo preconceituoso do artigo muito mal escrito alude a nova “Universidade do MST” a qual tem segundo ele a função de formar guerrilheiros e invasores de terras.” afirma ainda que todo investimento do MST é financiado por Chávez e Lula que entrega dinheiro público na

formação sistematizada de guerrilhas e invasores de terras associados as Farcas da Colômbia. O Ódio aos marxistas ou com alguma vocação assistencialista não neoliberal mesmo burguesa é encontrada em toda a revista quando se trata do assunto das lutas contestatórias sociais, sempre é desferida uma pecha, uma depreciação, um argumento pejorativo ao Marxismo. Fidel Castro é um ditador, nunca revolucionário, os avanços sociais cubanos nunca foram mostrados e o embargo comercial a Cuba é tratado pela Revista como mera desculpa de Comunista para justificar seus péssimos índices econômicos, mas o paredão é sempre lembrado como ícone antidemocrata da ditadura de Fidel Castro. As novas figuras , Chávez e Morales também são ridicularizados pela revista e objeto de matérias jocosas do tipo:

“Ao agir à semelhança de bandidos, o MST se afasta cada vez mais do rótulo de movimento social para se aproximar de outro: o de uma organização criminosa. Com complacência do Estado – e o dinheiro do contribuinte.” (RIZEK, André. *ibidem*. p.48.). Continuam com seus disparates: “O MST nasceu em 1984 como um movimento social destinado a lutar pela reforma agrária – uma causa da segunda metade do século passado que já não faz sentido na realidade brasileira. A bandeira anacrônica, no entanto, nunca passou de pretexto para as verdadeiras motivações de seus líderes: a “revolução socialista”. Como socialismo e banditismo são duas faces da mesma moeda, o primeiro justificando o segundo, deu no que deu.”<sup>192</sup>

Guilherme (2008) também indignado com a postura da revista ressalta: “Mais uma vez a Revista *Veja* comete um crime contra uma corrente de pensamento, desinformando e ofendendo os seus leitores sobre os reais ideais do Marxismo. Este é apenas um exemplo para ilustrar o evidente apelo de *Veja* contra os ideais Socialistas, chegando-se ao cúmulo de afirmar que este anda junto com o banditismo. Uma verdadeira falácia de quem realmente não conhece a teoria.” (Guilherme, 2008 p.125).

Em junho de 2006, desta vez o Marxismo é tratado pela revista como uma doença o deboche sarcástico é evidente: “Os líderes dos sem-terra e seus protetores no governo são acometidos do ‘mal de Marzheimer’, doença social que produz miséria física e mental. Ele envenenou todo o século passado. A doença foi debelada na Europa quando minada pelo espírito libertário dos cidadãos, a União Soviética se derreteu.”<sup>193</sup> (DUAILIBI Julia e CABRAL Otávio. 2006: p.46.)”.

<sup>192</sup> LINHARES, Juliana e CARNEIRO Marcelo. **Eles Invadem. O Governo Apóia.** *Veja*, 26/04/2006: p.42.

<sup>193</sup> DUAILIBI Julia e CABRAL Otávio. **Insulto à Democracia.** *Veja*, 14/06/2006: p.46.”



A Resposta de Virgínia Fontes<sup>194</sup> a reportagem da Revista Veja de 14 de junho sobre a ação do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) no Congresso Nacional, a revista chama o Marxismo de “mal de Marxzheimer”, em referência à doença degenerativa neurológica o mal de Alzheimer. Em outras palavras salvo o tom debochado, A Veja considera o Marxismo uma doença social que produz miséria física e mental e que é responsável pelas ações dos movimentos sociais brasileiros.

Fontes (2004) afirma nesta entrevista que “se não fosse tão irritante ler a Veja, seria divertido.”<sup>195</sup> “Esse argumento de que a contestação do capitalismo é uma doença é o argumento da ditadura militar. Toda a doutrina de segurança nacional a partir dos anos 50, que foi utilizada para dar o golpe de Estado no Brasil em 64 e sustentar a ditadura civil e militar, foi baseada exatamente na idéia de que qualquer contestação do capitalismo e das formas de propriedade dominante era um vírus. Contra essa doença, o remédio que eles tinham para oferecer, da mesma maneira que a Veja oferece, é a repressão. Cadeia, morte, manter a língua, impedir que sobreviva etc... Essa é a proposta clara da revista. A grande questão da Veja quando chama o Marxismo de “Marzheimer”, e ela reconhece isso, é que o marxismo não tem “cura”, essa é a grande dificuldade da revista. E por que não tem “cura”? Não terá “cura” enquanto houver capitalismo. O funcionamento do capitalismo repousa sobre a necessidade da expropriação dos trabalhadores diretos. Eles têm que estar livres para o mercado. Mas em que consiste essa liberdade? Em não ter condições de subsistir sozinho, de sobreviver socialmente a não ser vendendo a sua força de trabalho. E o que é pior ainda, tentar vender essa força de trabalho sem ter certeza de que alguém vai querer comprá-la.

Os trabalhadores têm que se engalfinhar entre eles para conseguir a força de trabalho. Enquanto houver capitalismo, portanto, haverá luta contra esse sistema. Então, não é à toa que a revista se preocupa. A Veja é mais do que propagandista. O papel dela é formar a cabeça de um grupo grande, sobretudo daqueles que têm função de pequeno comando nessa sociedade. São aqueles que têm medo de perder o emprego devido à miséria que vêm em volta, medo dos miseráveis. Essas pessoas em postos de comando precisam ser reforçadas para não terem medo desses miseráveis e atacá-los, combatê-los. A Veja não é a única que tem esse papel, mas é a que tem de maneira mais importante no conjunto das publicações brasileiras. É a revista mais ideológica que temos uma publicação de ponta do neoliberalismo pouco

---

<sup>194</sup> A resposta de Virgínia Fontes foi em 09.07.2006 a Raquel Junia - [contato@fazendomedia.com](mailto:contato@fazendomedia.com) acesso em 2009. Também expomos na íntegra.

<sup>195</sup> Compartilho a irritação com a autora, se não fosse a necessidade e a responsabilidade acadêmica jamais incluiria tal seção, tamanha é a insatisfação em ler e citar autores e seus artigos de tão baixa qualidade, realmente este foi o único momento da dissertação que não me deu nenhum prazer mas tive de realizá-lo por questões óbvias à pesquisa. Não se pode falar de satanização dos movimentos sociais sem citar a referida revista semanal e suas similares.

democrático. A revista lida de uma maneira ambivalente com a maioria da população. De um lado, os pobrezinhos, os humildes, modestos, que estão lá apenas esperando a chance de ficarem ricos. De outro lado, os monstros, os vândalos, que estão lá prontos para agredir na primeira esquina em que você vire as costas. Isso nada tem a ver com democracia, embora a revista esteja defendendo as instituições que a ela interessam. O governo manda uma fortuna para manter essa revista, paga a Vejinha em sala de aula para fazer a cabeça dos professores e dos alunos. O que o governo paga para a editora Abril é muito mais do que os milhões que a revista denuncia que eventualmente vão para os movimentos sociais. A Veja chama na capa da mesma edição o MLST de “PTbull”, “braço armado de PT”. Então, a mesma revista que faz isso recebe verbas do governo? Se o MLST é o “PTbull”, a Veja é o Caveirão (carro blindado usado em incursões da PM nas favelas do Rio de Janeiro), atirando sem nem querer saber para que lado vai. A Editora Abril recebe publicidade, vende revistas direcionadas para o ensino público na maioria das escolas públicas, foi a editora do Mobral (Projeto de alfabetização de adultos do governo federal durante a ditadura de 1964). A “Abril” fez fortuna na ditadura editando material do Mobral, montou seu grande parque gráfico, o maior da América Latina, em parte com esses recursos. O Estado é um lugar de luta de classes. Assim sendo, a Veja está muito bem contemplada como classe dominante no interior desse estado. Ela, então, logicamente se irrita ao ver setores populares tentando ter também um pedaço nesse latifúndio. A Veja tem medo de uma luta de classes, que é um conceito criado por Marx, e reconhece que essa luta pode acontecer. Exatamente a Veja é uma revista de combate, de luta de classes dos setores dominantes. Então ela procura forjar, os seus escalões inferiores, porque os escalões superiores dessa luta, ainda que leiam a Veja, na verdade, são forjados mais por revistas como a Exame. O conjunto de publicações da editora Abril mantém certa coerência. As publicações estão voltadas para anestesiar a maioria da população com relação a seus direitos sociais e também para assegurar aos setores dominantes a legitimidade para a sua ação de classe. A editora Abril tem uma sequência de publicações para grandes empresários, tem as antigas fotonovelas, que agora se tornaram revistas de fofoca, sem texto, que são um projeto de deseducação feminina. A Globo e a Veja têm uma intimidade muito grande no tipo de atuação. A função nacional delas não é muito distante. Então, é lógico que a Veja tem razão de ter medo, porque existe mesmo luta anticapitalista no Brasil e é preciso que tenha essa luta. As condições de vida da maioria da população aqui e na América Latina são terríveis porque só assim é possível engordar essas vinte mil famílias riquíssimas. Essa maioria vai ter que aprender a brigar contra eles.

[Quanto aos sem terras apresenta-os] “De um lado os sem terras são humildes, incapazes, impotentes; de outro, são ferozes. A educação que é proposta para eles é uma educação de apassivamento, hoje feita de inúmeras formas. É um projeto educativo de classe dominante que tem como objetivo impedir que essa população tome consciência das contradições da vida social na qual ela existe e que aposte todas as suas energias ou em tentar competir contra outros no gargalo do mercado de trabalho ou, ao contrário, que tentem se vender de alguma maneira. Bom, isso é o contrário do que trabalhamos nos cursos de formação. Trabalhamos em cooperação entre universidades e o MST, como é o caso do Realidade Brasileira. Ali se trata de socializar ao conjunto de estudantes de base popular o que de melhor a gente tem do conhecimento crítico na universidade. Trata-se de ler de fato textos densos e não de mastigar *dropes*[balinhas] como essas revistas fazem. Qual é o grande desafio que temos? Conseguir trabalhar um conhecimento que pense a plenitude humana em todas as suas vertentes. Nada é mercantilizado em nossos cursos, nossos professores não são remunerados por fora. Na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, em São Paulo, participam os melhores professores das mais importantes universidades públicas do país. É uma das coisas mais gratas trabalhar nessa escola, onde o trabalho é contínuo, onde deixamos todas as portas abertas porque não é necessário trancar, onde esqueço a minha bolsa pelo menos quinze vezes por dia em todos os lugares. É um lugar onde nos tornamos mais do que hierarquicamente professores junto a uma turma; nos tornamos companheiros, aprendemos toda uma experiência de vida que eles trazem e socializamos todo um conhecimento que está capturado dentro dos muros da universidade. É uma das experiências mais bonitas que eu tenho vivido.

O pensamento marxista não existe apenas na América Latina como foi colocado pela revista. A Veja adoraria isso, mas não é verdade. Precisamos ter cuidado ao falar de um conceito como o marxismo de maneira vaga, corremos o risco de ficarmos numa abstração muito grande. Uma coisa é a obra do Marx, escrita no século XIX, que é uma grande crítica à economia política, ao capitalismo e à condição pela qual o capitalismo coloca a economia como central na vida social. Outra coisa é falar do conjunto de obras de marxistas. E outra ainda das experiências revolucionárias. Então, existem três terrenos. Não é possível eliminar da experiência do conhecimento humano a reflexão marxista. Todos sabem disso. A tal ponto que os centros de formação de inteligência neoliberal lêem Marx. Temos marxismo na América Latina, na Ásia, na África, na Europa e nos EUA. Existe marxismo no mundo inteiro, porque existe capitalismo no mundo inteiro. Não é hoje uma força política organizada

capaz de revolucionar o mundo, enfrenta muitas dificuldades. Mas ainda é o eixo teórico mais consistente. Esse eixo se desenvolve internacionalmente, aliás, de maneira impressionante, ainda que tenhamos partidos e movimentos políticos mais frágeis, que ainda não estão consistentes. Mas quem conhece um pouquinho de história internacional sabe que no Paquistão temos lutas marxistas importantes, na Índia, isso não se resume à América Latina. [Quanto ao governo Lula] [a chegada de Lula à presidência da República, expoente de um partido considerado de esquerda, mas que manteve práticas de governos de direita criou uma confusão entre os conceitos de direita e de esquerda.]

O próprio PT na década de 90, mas principalmente a partir do ano 2000 começa a se separar do seu programa de luta, que tradicionalmente era um programa de organização das bases populares, de ampliação do eixo sindical, de defesa das conquistas universais na política. O PT começa aos poucos a se desvincular desse programa achando que essa desvinculação garantiria para ele a eleição. O governo Lula, portanto, abriu mão das suas reivindicações universais e inverteu sua bandeira nos primeiros cinco meses de governo. Assistimos hoje a um fenômeno que o Gramsci chama de transformismo. O PT se transformou numa espécie de esquerda para o capital. Ele é o braço esquerdo da atuação do capital. É triste... E é muito eficiente, porque os próprios capitalistas não conseguem chegar até a ponta onde o PT consegue chegar porque tem uma história popular. Então, para que essa parcela do PT ocupe essa posição, ela precisa ter a vinculação com alguns setores populares. Isso significa que mal ou bem alguns setores populares vão ter que ser contemplados nesse processo. Uma outra confusão prima dessa primeira é o fato de que o grande empresariado nacional e internacional, associados, procuram capturar as palavras de ordem e as lutas sociais de base popular e canalizá-las por meio de entidades próprias, das fundações e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Como? Você tem sofrimento real, por exemplo, de discriminação racial. Você transforma pequenos grupos combatentes anti-racismo em vendedores de projetos para a Fundação Ford para fazer pesquisa sobre o racismo, conquanto que essa pesquisa não ofereça nenhum problema. Esse é apenas um exemplo, temos Fundações como a Bradesco, a Ethos. Temos o termo responsabilidade social empresarial. Em O Globo há um caderno com o nome de Responsabilidade Social.

A mídia deve cumprir um papel diferente do que vem cumprindo hoje, no sentido de mostrar as contradições desse sistema. E é urgentíssimo. A mídia é o conjunto dos meios a partir dos quais deveríamos difundir e socializar conhecimento. É fundamental. O que acontece com a grande mídia brasileira? Ela menospreza a inteligência popular, trata a

população como se fosse imbecil, dá ordens, faz revistas nas quais não há mais texto, ela desalfabetiza, deseduca. Nós precisamos de meios que respeitem a inteligência da população, que socializem os conhecimentos que existem que sejam capazes de produzir de fato debates reais. A mídia hoje é meio unicamente de convencimento mercantil. É uma grande indústria, não é mais serviço. Na França, por exemplo, é dominada pela indústria de armas, no Brasil é monopólio de três, quatro famílias. Portanto, nesse terreno precisamos avançar e muito. Estão erigindo obstáculos à democratização da comunicação. Obstáculos à existência de TVs e rádios comunitárias, de jornais populares. A Veja não se incomoda que o governo coloque anúncio em todas as publicações da editora Abril, exceto na própria revista, mas ameaça diretamente o governo se ele colocar anúncio em qualquer jornal popular. Estou apenas dando um exemplo, não acho que a imprensa popular deve ser mantida pelo governo, acho que deve ser mantida pela própria população. Acho que temos que reaprender nossas formas de luta e avançar nelas. “Já temos uma série de publicações, precisamos agora construí-las em conjunto, não temos como dispensar energia em muitas publicações soltas, precisamos condensá-las.” (FONTES, 2006. s/p.)

O que se percebeu pelas amostras das matérias divulgadas pela mídia, de modo geral, e pela pesquisa bibliográfica realizada pelos pesquisadores é que as matérias possuem marcadamente o caráter ideológico inserido na luta de classes, a qual utiliza do aparato comunicativo para a divulgação de um projeto de nação específico de classe a que se quer ver hegemônico a níveis nacionais. Comprova-se pelos parâmetros de Gramsci que a mídia nacional e internacional é um Aparelho Privado de Hegemonia, o qual busca com todas suas forças o consenso de projeto de dominação das populações subalternas.<sup>196</sup> Confirmamos que a mídia é tendenciosa demagógica e hipócrita, não é isenta, visa o lucro de antemão e desdenha as dificuldades e mazelas humanas geradas pelo modo de produção capitalista vigente em favor da acumulação financeira imperialista . Quanto ao MST devido a virulência dos maledicentes e maldosos artigos da grande imprensa fica claro que este movimento social o mais importante adversário do parque midiático dominante vista a demonização sistemática recebida.

---

<sup>196</sup> Gramsci Antônio. **Intelectuais e a organização da Cultura**. Civilização brasileira. 1982.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa dissertativa a formação militante do MST foi relacionada com a sua estrutura orgânica, cremos ter trazido pontos relevantes e pertinentes à formação política buscou-se mostrar algumas peculiaridades e especificidades como, por exemplo: os princípios e as instâncias organizativas que dão coesão à formação de militantes da base. Nas abordagens: teórica, prática e ética, realizadas encontrou-se exatamente o sentido e o significado de cada princípio organizativo proporciona, portanto, abordou-se de maneira racional a qualidade das mediações componentes da totalidade do MST quanto a sua formação política da base social. Mostrou-se sua complexidade, seu aparato teórico-filosófico inseridos no movimento dialético da história, se adaptando diariamente a realidade social, por consequência, apresentamos como é construída a mentalidade do Sem Terra na práxis cotidiana. Realizamos discussões pertinentes à formação militante e a atualidade nacional internacional. Temos a convicção que esta dissertação será adicionada as já realizadas, já que várias particularidades do MST foram discutidas esclarecidas nas problematizações realizadas não somente descritas e narradas visto que estas propostas serem insuficientes para o cumprimento dos objetivos gerais e secundários contidos no projeto de pesquisa inicial.

Não fomos revisionistas heterodoxos, também não fomos ortodoxos monolíticos. Com a utilização das obras e autores foi possível atestar que a pesquisa buscou o que há de melhor no campo da sociologia rural, história e geografia agrária que colaboraram para a comprovação das suspeitas científicas iniciais. Procurou-se utilizar artigos, dissertações e teses recentes de jovens pesquisadores espalhados por todo o Brasil, não só os trechos contidos nas obras dos intelectuais do MST já consagrados os quais foram utilizados diversificadamente ao extremo. Contudo, tratamos de evitar o ecletismo, o pragmatismo o oportunismo relativista tão disseminado pelo modismo acadêmico da hora apesar de utilizarmos excertos de autores não marxistas. Bem como, evitou-se transformar este texto em um panfleto propagandístico, tão recorrente nos textos verificados do MST e da mídia burguesa. Buscou-se a objetividade científica, mesmo conscientes que não existe a tal falácia positivista da imparcialidade e a neutralidade científica, nossas preferências pelo MST são evidentes nas construções frasais, aliás, somos a favor de qualquer movimento que se diga

contrário ao latifúndio capitalista e a burguesia dominante. Não me inibo de ressaltá-las, estão bem consolidadas no texto, contudo, não deixamos que a simpatia por este movimento social interferisse nas interpretações realizadas nas fontes primárias e secundárias observadas. Nosso compromisso de pesquisa foi encontrar a verdade no fenômeno da formação política militante da base social do MST na ENFF acreditamos ter conseguido êxito em tal intuito. Neste afã procurou-se expor as proposições do MST e logo a seguir dissertar sobre os fatos polêmicos e possíveis incoerências do MST, relacionados ao ideário pregado pelo setor de formação, educação e comunicação do MST, contidos em seus princípios formativos e suas matrizes filosóficas estudadas e a prática diária do MST. Ora, A Ciência não é feita por respostas, mas sim por perguntas. “Para se confirmar, antes é preciso negar”. Negamos o ideário do MST em alguns momentos, mas no final, a pertinência de sua luta e seu método marxista-leninista de construção de militantes engajados foi aceita e confirmada. Cremos que muitas respostas foram dadas, mas geraram outras perguntas, que deverão ser respondidas com outras pesquisas. Visto que “Em todas as sínteses já se encontram os germes de sua destruição” as quais nenhuma pesquisa com fontes orais ou escritas é capaz de responder, baseada somente em inferências dedutivas e indutivas, pois, somente se o pesquisador idôneo estiver dentro do contexto a vivenciar os fatos e fenômenos formativos do MST é possível que se alcance o êxito pleno. Lamentavelmente, não tivemos esta oportunidade. Refiro-me aos trabalhos de Roberta Lobo que trabalhou na ENFF e foi privilegiada com todo o apoio interno e externo no próprio MST para a plena realização do seu trabalho de doutorado e Princeswal que com muito esforço conseguiu se encaixar no contexto da ENFF e a duras penas e humilhações conseguiu entrevistar alguns coordenadores e integrantes. Procurei inserir-me no contexto através de seus trabalhos que por sinal prezam por sua postura acadêmica exemplar, por isto foram escolhidos. Entretanto no meu caso, na visita guiada realizada oferecida pela (AAENFF) para conhecer as dependências da escola, quando tentei estabelecer contato para entrevistas e disse que pesquisava a formação política do militante de base na ENFF, fui completamente ignorado pelos cicerones. Apesar da tristeza não se esmoreceu o moral, buscou-se analisar durante o presente trabalho a concepção de formação política realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra com o mesmo afincio.

Apontamos diversos avanços trazidos pela experiência da práxis organizativa do MST para adquirir a justiça social e desenvolvimento das relações sociais do homem do campo. Este estudo, portanto, caracterizou-se em buscar a concepção de humanidade propostas pela ENFF ao discorrer-se sobre alguns princípios orgânicos, educativos e formativos e abordou-se

a emancipação unilateral do sujeito particular e coletivo direcionada pela ENFF. Conclui-se que o MST através da práxis político-organizativa reproduz outra ética e moral socialista, baseada em valores antagônicos aos da burguesia dominante. Sua formação é pertinente ao processo revolucionário, apesar da evolução ainda não estar concretizada o processo formativo com seus antagonismos e contradições, seus desafios, sucessos e insucessos e certezas e incertezas, tendo em face somente “viver um dia após o outro”, somados a fragmentação das lutas sem que se visualize um horizonte comum para as forças subalternas.

A práxis organizativa da formação militante no processo do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST tendo em vistas a formação militante apresenta sua concepção de mundo, com seus métodos de luta escassos diante do ruralista denota sua resiliência. Foram problematizados, nesta dissertação, os princípios, valores e mediações que esta organização social afirma ter como referencial no seu projeto político pedagógico; como é aplicado na construção dos seus militantes e como o MST o aplica na realidade concreta. Analisou-se a importância da difusão da organicidade para a existência do MST, juntamente com os princípios que a balizam, assim como a estrutura orgânica do MST, os quais orientam a formação política do militante. Mostrou-se, sobretudo a relação orgânica da *práxis organizativa* entre formação e organização. Verificou-se que a formação está determinada e limitada pelos desafios estruturais e conjunturais do MST enquanto movimento e organização. Ou seja, a formação no MST se desenvolve conforme as condições diárias da luta em dar respostas ao momento histórico em que seus militantes e inserem. Sendo assim, observou-se que a formação militante ocorre na mesma medida em que forma o sujeito e constrói o movimento social organizado simultaneamente. Pois, As relações dialéticas recíprocas e indissociáveis dos princípios organizativos adquirem a capacidade de formar e conscientizar os seus construtores ao mesmo tempo em que constrói a si próprio. Esta socialização possibilita e potencializa uma mudança qualitativa na subjetividade dos militantes quando terminado o processo formativo percebe-se a melhoria nas relações sociais do convívio e da luta concreta coletiva, isto é, ocorre a consolidação de elementos sociopolíticos para a compreensão e a realização no espaço social do projeto de nação da classe trabalhadora. Portanto, a inserção do militante nos cursos da ENFF proporciona os elementos básicos conscientizadores ao quais condicionarão ter a capacidade de discernir autonomamente e se tornar mais convictos da necessidade constante de modificação das relações sociais.

Creio que as perguntas propostas no projeto inicial foram respondidas: De que maneira é construída a formação política do Sem Terra? Através de estudos diários e revisão constante



da teoria revolucionária quanto a práxis organizativa do processo formador realizado na ENFF. Pode-se afirmar que o trabalho orgânico-formativo da ENFF oferecido obtêm resultados satisfatórios, quanto à conscientização política dos militantes? Sim! Se os resultados forem observados diante das condições adversas em que se propuseram a trabalhar. A formação político-organizativa oferecida na ENFF capacita o militante omnilateralmente para a ação direta? Não chega a tanto, mas ocorre a melhoria, mas somente se tiver como referência as condições subumanas das intervenções do MST. A formação política militante realizada na ENFF constrói uma classe camponesa baseada numa cultura específica contra-hegemônica? Não! Nunca existiu ou vai existir classe camponesa no Brasil sob mesmos padrões conceituais que o termo foi criado na Europa!

A formação militante na ENFF é influenciada pelo pós-modernismo? Não! O MST com sua matriz marxista leninista repudia o ideário pós-moderno! Apesar da brevidade do estudo em pauta pode-se afirmar que o MST não é um movimento que segue os preceitos desta vertente estético-filosófica: o pós-modernismo. O que é ensinado pelo setor de formação do MST/ENFF aos militantes pela matriz marxista-leninista é exatamente o repúdio aos construtos ideológicos pós-modernos. A ênfase é justamente se utilizar do marxismo para combater as invasões e ataques de tal *movimento*. Isto foi verificado ao se analisar comparativamente os dois ideários e a prática dos teóricos do MST/ENFF bem como as citações de Silva (2005) preocupada em desvincular o MST, pelo menos a matriz marxista, desta corrente de pensamento, bem como permeado por toda esta dissertação e somadas as citações dos intelectuais orgânicos do MST. Foi verificado que o referencial marxista-leninista do MST segue exatamente os preceitos dos defensores do materialismo histórico e dialético e os ideais do Modernismo e iluminista contido no referencial de Marx, Engels e Lênin. Sua luta é pelos valores universais emancipatórios do cidadão alienado de seus direitos sociais de maneira total. Não obstante a conclusão acima ao final desta pesquisa surgiram fortes suspeitas que seu aparato eclético e pragmático da pedagogia do movimento, é um braço do pós-modernismo do MST, visto que existem setores específicos separados e fragmentados no MST para dinamizar a organização da luta fracionada das identidades particulares, sua atuação não parece ser conjunta na totalidade dialética. Porém, como não houve tempo hábil para trabalhar estas novas fontes nesta dissertação logo, não é lícito considerar o MST como um movimento pós-moderno.<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> Pelo menos agora não, pois ainda não tenho as provas necessárias. Apesar de ter um trabalho de Marco Antônio de Oliveira. **As Bases Filosóficas E Epistemológicas de Alguns Projetos De educação Do Campo: Do Pretendido Marxismo À Aproximação Ao ecletismo Pós-Moderno**. Orientadora: Profª. Dra. Acácia Kuenzer acessado em 07-12-12

Portanto, a partir das comprovações apresentadas salienta-se a comprovação da hipótese provisória. Apesar da proeminência de certas características da pedagogia do movimento na formação militante principalmente o seu relativismo, ecletismo e pragmatismo os quais deveriam ser eliminados do seu ideário para a formação, sem dúvida estes são os pontos mais vulneráveis do MST. Ele deve se livrar das influências pequeno-burguesas desde sua fundação nos cursos de formação da base e de dirigentes, em Essência, por serem contrárias ao materialismo histórico e dialético. Assim, o MST pelo menos, segundo sua matriz marxista-leninista estudada através dos trabalhos de Roberta Lobo o MST não é um movimento pós-moderno.

Nesta pesquisa todas as hipóteses foram comprovadas: Se o MST se propõe a desempenhar a transformação da sociedade brasileira, atuar fundamentado, declaradamente, no aparato científico do materialismo histórico e dialético formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, tendo em vistas a conscientização social do seu militante da base social. Neste sentido, coordena, desenvolve e organiza a criação do Projeto de Nação específico da classe camponesa, e através de cursos dinamiza a formação política de sua base social. Simultaneamente proporciona que o militante tenha voz e vontade política, torna-o um sujeito ativo e consciente da totalidade das relações sociais contemporâneas. Então, o MST, por consequência, repudia as lutas fragmentárias pós-modernas por direitos civis e justiça social. Sua luta é pela totalidade das classes subalternas no espírito generalizante dos princípios universais da Modernidade e do marxismo para impor seu projeto de Nação. Sendo assim, a despeito de seu peculiar ecletismo e pragmatismo serem completamente incoerentes e desnecessários, infere-se que o MST através de seu Setor de Formação Política, investe recursos materiais e humanos na base social a contento, constrói tradições identitárias camponesas próprias e propaga a luta de classes como forma de resistência às desigualdades dos modelos econômicos da globalização dinamizados pela alta burguesia imperialista. Agora afirmamos em caráter definitivo as Hipóteses Secundárias: Se o MST compartilha das elaborações intelectuais dos marxistas históricos sobre a formação política dos movimentos sociais, busca, então, constituir uma herança identitária e representativa autônoma, sobretudo, camponesa em detrimento da urbano-burguesa que lhe é imposta. Logo, o projeto de nação do MST é contra-hegemônico à ordem dominante capitalista e tende a popularizar-se nacionalmente através das manifestações da cultura popular e através dos seus escassos meios

---

que trata dos movimentos sociais pós-modernos e o MST com sua pedagogia do movimento e a pedagogia do oprimido de Freire estão incluídos com muita tranquilidade pelo autor, como não tive tempo hábil para digerir suas informações não pude usá-lo nesta dissertação que teve como base o estudo da vertente marxista-leninista do MST de Roberta Lobo. Pretendo elaborar um projeto de doutorado que apresente os conflitos internos do MST quanto as suas matrizes filosóficas.

de comunicações disponíveis. Uma segunda hipótese secundária, mas não menos importante afirma que: Se o MST se propõe a organizar-se filosoficamente sobre bases conceituais dos maiores pensadores anticapitalistas, com um claro discurso contra-hegemônico. Então, tendencialmente, por aliar a teoria ao vigor prático da práxis diária, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra surge como o líder de um bloco histórico camponês, aglutinador das forças de resistência ao capitalismo nacional e internacional. A defesa de sua organicidade através dos cursos de formação militante da sua base social consegue conscientizar a base e garantir esta supremacia diante dos outros movimentos sociais. Logo, o MST acerta ao defender a imposição da sua organicidade no seu processo formativo, pois, torna-se fator de extrema importância para sua existência e a manutenção de sua liderança do Bloco Histórico no cenário nacional e internacional. Este estudo se fez necessário para balizar o arcabouço teórico/documental para responder as perguntas: Quem é o MST? O que é o MST? Por que o MST é tão eclético, pragmático? Por que alianças tão amplas? Ele é líder de um Bloco histórico? Estas perguntas foram respondidas no capítulo I, ou seja, As respostas estão contidas na história socioterritorial da questão agrária do Brasil e nas alianças do MST.

O problema encontrado nas formulações do MST é que ele faz apologia e incentivam seus integrantes a praticar formas embrionárias de contestação social, típicas do senso comum de seus prosélitos e neófitos, herança principal das superstições da teologia da libertação e das CEBs. Mas ao mesmo tempo exigem o cumprimento da organicidade racional do materialismo histórico. Realmente é um contrasenso.<sup>198</sup>

O desconforto gerado pela gravidade do problema da não autonomia reside no fato do MST ainda utilizar-se na formulação de seus Princípios Formativos Gerais e de seu *modus operandi*: o ideário pequeno-burguês dos padres, professores e sindicalistas utilizam ainda as terminologias e práticas usuais de alianças do passado recente que são bastante resistentes e resilientes, pois, estão muito bem consolidadas no pensamento e imaginário de seus teóricos e são tidas como basilares para a sua existência. A semelhança com a pequena burguesia oportunista atual é tanta, que se pode afirmar que a autonomia do MST ocorreu somente pró-forma, visto seu ideário, linguajar, práticas científicas, culturais e religiosas ainda serem idênticas aos aliados que tanto o influenciaram. O MST para ter autonomia verdadeira deve se livrar destas influências pequeno-burguesas nocivas ao socialismo como: PT, CUT/DNTR,

---

<sup>198</sup> “Nós nos vemos com sacerdotes que estão cumprindo uma missão política” Gilmar Mauro na revista Republica de dezembro de 1996, p.96, apud Gohn 2000, p.116.

CEBs, teologia da libertação e atuais alianças com ONGs nacionais e internacionais a que está profundamente acorrentado. O MST e seus teóricos devem repensar seu ideário e suas alianças. Outro ponto polêmico foi a formação de uma cúpula de políticos profissionais em desfavor da participação efetiva dos trabalhadores na formulação de descentralizada do poder decisório visto que a princípio das lutas diante das pressões do processo revolucionário e situações adversas como a repressão política e a clandestinidade, por exemplo. Lênin tendo como objetivo a agilização rápida da formação e da ação direta, verificou a incapacidade das massas de compreender na íntegra o processo revolucionário o que dificultava a tomada de decisões. Sabendo-se que existe um confronto teórico entre os diversos marxismos verificou-se que a intencionalidade científica proposta pela ENFF é que os elementos pertinentes da teoria, prática organizativa e consciência de classe sejam reproduzidas de organicamente pelo militante comum em defesa do marxismo. Silva lembrou estes trechos dos patriarcas do marxismo com ênfase (...) sem a menor tolerância para com as deformações voluntárias ou não do marxismo. (...). (Lênin, p.70 apud Silva). Marx afirma: (...) façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem a ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam concessões teóricas (...). (Lênin, 1978, p.18). “Não se trata de justificar os erros, mas de impedir que eles se repitam.” (Guevara).

Não obstante os esforços de marxistas-leninistas autênticos inseridos no MST verificados na documentação pesquisada, sobretudo em Roberta Lobo, creio que este movimento social e sua pedagogia do movimento são devedores destas citações.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARBEX JÚNIOR, José. **Os assinantes pagam, Veja mente**. Disponível em <<http://www.consciencia.net/2005/mes/06/arbexjrassinantespagam.html>>
- ARROYO, Miguel G. **Que educação básica para os povos do campo**. Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: SP: ITERRA, 2006. p.137-149.
- ARROYO, Miguel. Gonzalez; CERIOLI, Paulo Ricardo e FERNANDES, Bernardo Mançano. Primeira Conferência Nacional **“Por uma Educação Básica do Campo”**.
- AYOUB, Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo**. 2006.169p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de Historiador**. RJ: Jorge Zahar 2001.
- BOGO, Ademar. **A Educação Escolar e a Formação Política**. 2003. p. 17-38
- \_\_\_\_\_. **O salto de qualidade**. Setor de Formação. São Paulo. 2002. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. **A educação escolar e a formação política**. São Paulo. 2003.
- \_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária e a sociedade brasileira**. SP: MST, 1996
- \_\_\_\_\_. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A organicidade necessária**. Mimeo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Arquiteto dos Sonhos**. SP: Expressão Popular, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Método de organização**. Caderno de Formação nº35. SP: MST, 2000.
- BRASIL DE FATO. **Uma visão popular do Brasil e do mundo**. Pedagogia do MST edição especial. São Paulo, ano 4, n. 195, 2006. p. 1-2.

\_\_\_\_\_. **Uma visão popular do Brasil e do mundo.** Pedagogia do MST – edição especial. São Paulo, ano 8, n. 363, 11 a 17 fev. 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.** In: educação do campo. Curitiba: 2005. p. 23-34.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. S P: Expressão Popular, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.** In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Orgs.).

\_\_\_\_\_. **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 13-52.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a educação do campo.** In: SANTOS. C. dos Santos (Org.). **Educação do campo: Campo – políticas públicas – educação.** Brasília, DF: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão.**

Brasília, DF: INCRA; MDA, 2010. p. 103-126.

\_\_\_\_\_. **Teses sobre a Pedagogia do Movimento.** In: ITERRA. Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: texto de estudo. **Boletim de Educação** – edição especial, São Paulo: ITERRA, n. 11, 2006. p. 137-149.

\_\_\_\_\_. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra.** RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação em Movimento. Formação de educadores no MST.** RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade de formação.** 2002.

\_\_\_\_\_. **O MST e a formação dos Sem Terra. O Movimento social como princípio educativo.** In: GENTILI, P; FRIGOTTO, g. (orgs). **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 125-144.

COLETTI, Claudinei. **Neoliberalismo e Burguesia Agrária no Brasil.** In **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, set. 2006. p. 131-145. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr131-145.pdf>> Acesso em 11 de dez. 2009.

FERNANDES, B. M. **20 Anos do MST e a Perspectiva a Reforma Agrária no Governo Lula**, 2004, pg 1- 21. Disponível em: < [www2.prudente.UNESP.br/.../Produção%20NERA](http://www2.prudente.UNESP.br/.../Produção%20NERA)> acesso em set. 2005.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil: 500 de luta pela terra**, 1999, disponível em: <[www.mst.org/biblioteca/reformagr/500anos](http://www.mst.org/biblioteca/reformagr/500anos)> Acesso em: 13 de janeiro de 2010.

- FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. ANPEGE, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais.** NERA ano 8,n6, p. 14-34, janeiro/junho. 2005.
- \_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** S P: Hucitec, 1996. 285 pp.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Unicamp, 2008, p. 173-230.
- \_\_\_\_\_. **Questões da pesquisa geográfica agrária.** BP de Geografia, nº. 75, setembro, 1999; p. 83-129.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: FERNANDES, Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de América Latina. v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **Projeto político pedagógico do curso básico de formação de militantes.** São Paulo: MST/Setor de Formação, [2005].
- \_\_\_\_\_. **O legado de Che Guevara.** (Cadernos da ENFF). Guararema, SP: MST, 2007.
- ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Arquivo da Escola Nacional Florestan Fernandes: "<http://www.portalvoluntario.org.br>" acessado em agosto de 2009.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** RJ: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** RJ: Paz e Terra, 1999.
- GOHN, Maria Glória. **Mídia, Terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os sem - terra, ONG's e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** SP: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e educação.** 3ª. ed. SP: Cortez, 1999
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** 6 Vol. RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Concepto de Ideologia.** Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p. 364-372
- \_\_\_\_\_. **Disciplina y libertad.** In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.23.

- \_\_\_\_\_. **Economia y ideologia.** In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.280.
- \_\_\_\_\_. **Unidad de los elementos constitutivos del marxismo.** Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999.p. 276.
- \_\_\_\_\_. **A. Espontaneidad y dirección conciente.** In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.309-312.
- \_\_\_\_\_. Antonio. **Concepção Dialética da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** RJ: Civilização Brasileira, 1982
- \_\_\_\_\_. **Cartas do Cárcere.** São Paulo Civilização Brasileira, 2 ed 1978.
- GUEVARA, Ernesto Che. **O Socialismo e o Homem em Cuba.** In: O Socialismo Humanista. RJ: Vozes, 1990.
- GUEVARA, Ernesto Che. **Obras escogidas.** 1957-1967. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo** (org.). Vol.III. RJ: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWN, Eric J. **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ITERRA. **Método Pedagógico.** Cadernos do ITERRA, ano IV, no. 9 RS, Dez 2004.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra.** Cadernos do ITERRA, ano II, nº 6, RS, Dez 2002.
- KOSIK, K. **A Dialética do Concreto.** RJ: Paz e Terra, 6ª.edição, 1995. 248p.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.
- LÊNIN, V **A formação de quadros.** Lisboa: seara nova, 1977.
- LÊNIN, V. **Cuadernos Filosóficos.** Buenos Aires: Ediciones estudio, 1974.
- LÊNIN, V. **Que Fazer?** SP: Hucitec, 1978
- LÊNIN, V. **Uma Grande Iniciativa.** In: Obras escolhidas. Vol.3. SP: Ômega, 1980.
- LÊNIN, V. **El desarrollo del capitalismo en Rússia.** México: Ediciones Popular S.A, 1971.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil – SBPC –**, 27 (8), p. 816 –818, agosto, 1975.
- \_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986 a.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso.** São Paulo, Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981.



- \_\_\_\_\_. **Reforma Agrária não representa lutas camponesas.** n.º. p. 1, setembro, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Reforma Agrária o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000
- \_\_\_\_\_. **A imigração e a crise no Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, K ENGEL F. **Manifesto do Partido Comunista.** SP: Ed. Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde S. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** RJ: 1989.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** SP: Expressão Popular, 2001.
- MST. **As Perversidades do Agronegócio para a Sociedade Brasileira.** 2006. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1862> Acesso em 30 de mar. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental.** Caderno de Educação n.º 9. In: Dossiê MST Escola. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 199-231.
- MST. **Escola Trabalho e Cooperação.** Boletim de Educação no. 4. In: Dossiê MST Escola. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005d, p. 89-103.
- MST. **O Funcionamento das Brigadas do MST.** Setor de Formação, SP, 2005e.
- \_\_\_\_\_. **O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos.** Caderno de Formação n.º 18. In: Dossiê MST Escola. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005c, p. 31-37.
- \_\_\_\_\_. **Princípios da Educação no MST – Cadernos de Educação n.º 08.** In: Dossiê \_\_\_\_\_ **Escola.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p.159-179.
- \_\_\_\_\_. **Programa de Cursos a Serem Abertos pela ENFF.** Mimeo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A Constituição e o Desenvolvimento de Formas Coletivas de Organização e Gestão do Trabalho.** Caderno de Cooperação Agrícola n.º 11, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Normas Gerais do MST.** SP: MST, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Brigadas de trabalho voluntário para a construção da ENFF.** SP: 2001.
- \_\_\_\_\_. **Campanha de Construção da ENFF/ MST.** Formação n.º. 29. SP: MST, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Campanha Nacional Escola Nacional Florestan Fernandes,** 1998.
- \_\_\_\_\_. **Como Construir Com Terra.** SP: MST, 2000a.
- \_\_\_\_\_. **Construindo o Caminho.** SP: MST, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Método de Organização.** Caderno de Formação n.º 35. SP: MST, 2000
- \_\_\_\_\_. **Mística, uma necessidade no trabalho popular e organizativo.** Caderno de Formação n.º 27. SP: MST, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Programa de Reforma Agrária.** Cad. de Formação n.º 23. SP: 3ª edição, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Textos para a discussão.** Encontro Estadual de S P. SP: MST, 2002.
- MST. **Normas Gerais do MST.** Belo Horizonte, 2001 a. p. 1-9.

- \_\_\_\_\_. **Construindo o caminho**. Setor de Formação, São Paulo, 2001 b. p. 45-49.
- \_\_\_\_\_. Setor de Educação. **O MST e a escola**. Brasília, DF: mimeo, 2008 a. p.1-17.
- \_\_\_\_\_. **Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos**. São Paulo: Setor de Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Formação, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Agenda 2008**. São Paulo: MST/Secretaria Nacional, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Dossiê: MST Escola**. (Documentos e Estudos 1990-2001). **Caderno de Educação**, São Paulo: Expressão Popular, 2ª Ed. n° 13, 2005.
- MST. **Escola, trabalho e cooperação**. **Boletim da Educação**, n° 4, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Setor de Formação**. **Caderno de Formação**, São Paulo, n° 23, 1998.
- MST. **Princípios da educação no MST**. São Paulo, n° 8, p.4- 24, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Vem aí o mutirão do MST: vamos organizar nossa base**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002 .
- MST. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: ANCA, 2005.
- MST. **Educação no MST balanço 20 anos**. Boletim da Educação. São Paulo: Peres, 2004 .
- \_\_\_\_\_. **Caminhos da educação básica de nível médio para a juventude das áreas de reforma agrária**. (Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária, 2006). Luziânia, GO, MST: 2006.
- \_\_\_\_\_. **Seminário Nacional: “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”**. (síntese final). Luziânia, GO, 2005 a. 4 f. digitado.
- \_\_\_\_\_. **Orientações práticas e a história dos Congressos do MST**. (5º Congresso Nacional do MST). São Paulo: MST/Secretaria Nacional, 2007.
- \_\_\_\_\_. **V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância (Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular)**. São Paulo: MST/Secretária Nacional, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Elementos de avaliação e orientações sobre o PRONERA**. Anápolis, GO, 2009. 3 f. Digitado.
- \_\_\_\_\_. **A organicidade e o planejamento**. Cartilha de estudo. Curitiba: MST, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Todo e toda em terra estudando**. Cartilha sobre a jornada de educação. Curitiba: MST, 2006. 20 f. digitado.
- NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o ocaso da reforma agrária no Brasil**. XXXII Encontro Anual da ANPOCS. GT 35: Ruralidade, território e meio ambiente. Outubro de 2008 – Caxambu (MG), 2008, p. 1-51.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext) >

Acesso em: 21/08/2009.

PRINCESWAL, Marcelo. **MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes: uma síntese histórica** - 2007. 198 f.. Dissertação – UERJ RJ.

PISTRAK, Moisei. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

PIZETTA, Adelar. **O Imperialismo e o MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2009. <Disponível em:< <http://www.sedes.org.br/Centros/Cepis/O%20imperialismo> >

Acesso em fev. 11 de fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **A Formação no/do MST: trajetória e iniciativas de um processo coletivo.** Mimeo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A delegação de tarefas e poderes como mecanismo para projetar e formar militantes.** In: Método de Organização. Caderno de Formação nº35. SP: MST, 2000.

PIZZETA, Ana Maria Justo. **Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório.** In Revista Eletrônica Libertas. Fev. 2007.

Disponível em: <[www.revistalibertas.ufjf.br/edicao\\_especial](http://www.revistalibertas.ufjf.br/edicao_especial) > Acesso mar. 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira** – 1960. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 79-87.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil.** 3ª ed. S. Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil.** 39ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Estatuto do Trabalhador Rural.** Revista Brasiliense, 41, maio/junho, 1962.

Revista Caros Amigos. Edição Especial, nº18, setembro de 2003.

Revista Sem Terra. Jan/Mar, 2003.

SILVA, Maria Roberta Lobo. **A Dialética do Trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.** Niterói: UFF: 2005, 323 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, 2005.

SCHWENGBER, Isabela F. Quando o MST é notícia. Dourados, editora da EFGD. 2008.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária e a luta do MST.** RJ: Vozes, 1997.

- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VAZQUEZ, A. S. El Joven Marx. Los Manuscritos de 1844. México: Itaca, 2003b.
- VAZQUEZ, A. S. La Filosofia de la Práxis. México: Siglo XXI, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. São Paulo: Boitempo, 1977.
- Fontes Primárias do V capítulo.
- CARTA ao Leitor. O boné é a carapuça. **Veja**, ano 39, nº 23, p.9, 14/06/2006
- CARTA ao Leitor. O lado do Brasil. **Veja**, ano 39, nº 43, p. 9, 01/11/2006.
- CARTA ao leitor. Sete de setembro vermelho. **Veja**, ano 37, nº 36, p. 9, 08/09/2004.
- CARTA ao leitor. Veja avisou. **Veja**, ano 36, nº 26, p. 9, 02/07/2003.
- CONTEXTO, O que o brasileiro pensa da reforma agrária. **Veja**, nº 38, p. 41,24/09/2003.
- DUAILIBI Julia e CABRAL Otávio. Insulto à Democracia. **Veja**, nº 23, p.44-53, 14/06/2006.
- ESCOSTEGUY, Diego. Ë pau, é pedra... **Veja**, São Paulo, ano 39, nº 29, p.68, 26/07/2006.
- GASPAR, Malu. A Guerra aqui é de outro tipo. **Veja**, nº.12, p. 82-84, 26/03/2003.
- GASPAR, Malu. Rossetto todo feliz nos palácios e os sem-terra botando pra quebrar. **Veja**, São Paulo, ano 36, nº 26, p.50-52, 02/07/2003.
- LIMA, João Gabriel de. O MST ataca o Brasil que dá certo. **Veja**, nº 22, p.44-46,02/06/2004.
- LINHARES, J. Eles invadem. O governo apóia. **Veja**, nº16, p.40-43, 26/04/2006.
- MARTINO, Victor. Os PH.Ds da invasão. **Veja**, ano 38, nº 10, p. 47, 09/03/2005.
- NOVOS mártires. **Veja**. São Paulo, ano 37, nº 48, p.44, 01/12/2004.
- OLTRAMARI, Alexandre. Como na guerra. **Veja**, ano 37, nº 16, p. 48-49, 21/04/2004.
- PERES, Leandra. O abril sem leis do MST. **Veja**, ano 37, nº 15, p. 52-53, 14/04/2004.
- RETROSPECTIVA 2003, o Brasil que não funciona. **Veja**, ano 36, nº 51, p.64,24/12/2003.
- RIZEK, André. Nós pagamos, eles invadem. **Veja**, ano 38, nº 10, p. 42-48, 09/03/2005.
- RIZEK, André. Sem-terra com casa e carro. **Veja**, ano 37, nº 49, p. 54-56, 08/12/2004.
- ROSSETO, Miguel. Esse sistema é feudal. **Veja**, ano 36, n 12, p. 9-13, 26/03/2003.
- RYDLEWSKI Carlos; PORTELA F. Ligações perigosas. **Veja**, nº19, p.106-107, 11/05/2005.
- RYDLEWSKI, Carlos. Sem terra, mas com dinheiro. **Veja**, ano 39, nº2, p.59,18/01/2006.
- SALGADO, Eduardo; PERES Leandra. O Beato Rainha. **Veja**, nº 24, p. 72-80, 18/06/2003.
- SECCO, Alexandre. O Boné é apenas um detalhe. **Veja**, ano 36, nº 27, p. 54-55, 09/07/2003.
- \_\_\_\_\_. O Brasil da solução e o Brasil do problema. **Veja**, nº 31, p. 48- 49, 06/08/2003.
- STEDILE Declara Guerra. **Veja**, São Paulo, ano 36, nº 30, p. 50-52, 30/07/2003.
- VITA, Marcos. A Lua-de-mel acabou. **Veja**, São Paulo, ano 36, n.10, p.56-57, 12/03/2003.
- WEINBERG, Mônica. Madraçais do MST. **Veja**, ano 37, nº 36, p. 46-49, 08/09/2004.

WEINBERG, Mônica. Radicalzinho x radicalzão. **Veja**, São Paulo, ano 37, nº 31, p. 42 04/08/2004. <<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport>>. Acesso em: 28 fev. 2009. <<httpdoxa.iuperj.br/artigosMST2.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2009.